

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

**Reflexão Sobre a Historiografia Platina.
(discursos do século XIX sobre D. João)**

Ricardo Antonio da Silveira

Porto Alegre, fevereiro de 2004.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Reflexão Sobre a Historiografia Platina.
(discursos do século XIX sobre D. João)**

Ricardo Antonio da Silveira

Orientador: Prof. Dr. Braz Augusto Aquino Brancato.

Porto Alegre, fevereiro de 2004.

"Os instrumentos de dominação, que devem tomar tudo em suas garras, linguagem, armas e finalmente máquinas, têm que poder ser empunhados por todos.(...)No caminho que vai da mitologia à logística, o pensar perdeu o elemento de reflexão sobre si e hoje a maquinária estropeia os homens mesmo quando os alimenta." (Max Horkheimer)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que, de um modo ou de outro, contribuíram para a produção da presente tese de doutorado, e em especial:

Ao Prof. Dr. Braz Augusto Aquino Brancato por sua orientação.

Aos familiares Araci Silveira, Cristina Silveira e Patrícia Silveira.

À CAPES pela bolsa de estudos concedida.

Muito Obrigado.

RESUMO

A presente tese de doutorado é uma reflexão sobre a historiografia platina e suas interpretações, no século XIX, acerca da política de D. João no Rio da Prata.

Neste sentido, torna-se necessário examinar temas que abrangem os processos de formação e desenvolvimento das consciências historiográficas argentina e uruguaia, desde suas raízes coloniais até a década de 70 do século XX, seus respectivos aportes cognitivos, bem como o conjunto de obras históricas que, ao longo do século XIX, dedicam-se a compreensão das estratégias empreendidas pela Corte portuguesa (1808-1821), transformando-as num importante elemento de afirmação das nacionalidades platinas.

Neste trabalho a historiografia do Prata é sistematizada da seguinte forma: a) consciência historiográfica primeva: gênese da tradição histórica nacional constituída a partir de crônicas ou relatos de indivíduos que presenciaram o processo de emancipação política; b) consciência historiográfica fundadora: referente ao empenho em fundar um conceito de nação através da reorientação das gestas sobre a emancipação política. Nesta tendência a razão de Estado vem a par com o processo mental de organização e avaliação cronológico-temático dos bens simbólicos pátrios; e c) consciência historiográfica reorientadora: remonta o processo de profissionalização da abordagem histórica através da emergência de instituições ligadas ao ensino e investigação de caráter permanente ou de uma categoria de historiadores dispostos a estabelecer uma visão crítica sobre a historiografia clássica seja através de novos aportes teórico- metodológicos ou da ampliação de seu campo temático.

Os planos de consciência historiográfica levam em consideração os horizontes intelectuais dos historiadores platinos, juntamente com seus respectivos campos de visibilidade cognitiva.

ABSTRACT

This doctoral dissertation is a reflection on the historiography of the Rio da Plata region and its interpretations about the policy of D. João VI concerning Rio da Prata region.

The proposed themes, by this study, embrace the processes of the formation and development of the Argentinean and Uruguayan historiographic consciences, since their colonial roots until the 60's of the XX th century, their respective cognitive supports, as well as the groups of the historical works dedicated to the comprehension of the strategies used by the Portuguese Court between 1808 and 1821.

In this work, the historiography of the Rio da Plata region is systematized as following: a) primeval historiographic conscience: it refers to the beginning of the national historical tradition created by the chronicles and reports of individuals who assisted the process of political emancipation; b) founder historiographic conscience: it refers to the task of the creation the concept of Nation through the reorientation of the struggles for the political emancipation. In this tendency, the reason of the State brings together the mental process of organization and chronological and thematic consideration of the symbolic and patriotic possessions; c) reorganizer historical conscience: it refers to the process of professionalization of the historical approach through the emergence of the institutions linked to the investigative teach or to a category of historians decided to establish a critical point of view concerning the classic historiography through the new theoretic and methodological supports or by the enlargement of the thematic field.

The plans of the historiographic conscience takes in account the intellectual opinions of the historians of the Rio da Plata region, with their respective fields of cognitive view.

Sumário

Resumo _____	04
Introdução _____	07
Capítulo 1- Perspectivas para uma Abordagem do Discurso Historiográfico Platino _____	10
1.1- A Construção Histórica do Objeto Estudado _____	11
1.2 – Questões acerca da natureza do objeto estudado _____	24
1.3 - O Grande Desígnio Ocidental: o caso ibero-americano e suas implicações frente a filosofia moderna _____	29
1.3.1: O Grande Desígnio Ocidental: o caso ibero-americano _____	30
1.3.2. – A Ilustração Ibero-Americana _____	41
1.3.2.1 - A Ilustração na Europa: uma perspectiva de contraste _____	52
Capítulo 2– Planos da Consciência Historiográfica Platina _____	63

2.1- Os Planos da Consciência Historiográfica Argentina _____	71
2.1.1 – A Consciência Historiográfica Primeva _____	74
2.1.2 – A Consciência Historiográfica Fundadora _____	77
2.1.3 A Consciência Historiográfica Reorientadora _____	89
2.2 – Os Planos da Consciência Historiográfica Uruguaia _____	96
2.2.1 – A consciência Historiográfica Primeva _____	100
2.2.2 – A Consciência Historiográfica Fundadora _____	102
2.2.3 – A Consciência Historiográfica Reorientadora _____	106
Capítulo 3 - A Historiografia Platina do século XIX e seus discursos sobre a política de D. João no Rio da Prata _____	114
3.1 – Apontamentos sobre o contexto histórico analisado _____	114
3.1.2 – Portugal na Tensão entre sistemas e Poderes _____	115
3.1.3 – A Corte Portuguesa no Brasil e a Invasão da Península Ibérica _____	125
3.1.4 – O cenário Americano: o Brasil e o Rio da Prata _____	129
3.2. - A historiografia Platina do século XIX e a política de D. João no Prata _____	143
Considerações Finais _____	160

Introdução

O presente estudo aborda o processo de formação e desenvolvimento das historiografias argentina e uruguaia ao longo dos séculos XIX e XX. Para isso são levados em consideração os aspectos herdados da tradição Ibérica - definidos como Grande Desígnio Ocidental, as principais influências recebidas no contexto histórico que abrange a emancipação política e a consolidação do Estado-nação, bem como a etapa de profissionalização e afirmação do historiador e de seus espaços institucionais de ensino e pesquisa. Finalmente, trata de analisar as leituras realizadas pelos historiadores do Prata, ao longo do século XIX, sobre a política de D. João na região.

Historiografia é aqui entendida como produção escrita da história. Neste trabalho, sua sistematização vai obedecer a critérios referentes ao conjunto de escolhas feitas pelos historiadores em suas abordagens históricas: tipo de problemática explorada, seu aporte teórico-metodológico, tema e recorte temporal proposto.

Penso que esta produção escrita é socialmente condicionada. A visibilidade determinada pelo intelectual sobre a sua sociedade abriga uma gama de questões e influências que vão além de sua objetividade científica. Suas opções dizem respeito

também – e não somente, a posturas ideológicas delimitadas pelo espaço social e político que ocupam em seus respectivos contextos históricos.

O horizonte intelectual explorado pelo historiador organiza o sistema de questões desenvolvido em seus estudos. Através dele é possível delimitar o campo de visibilidade cognitiva proposto pela sua abordagem sobre a sociedade.¹

Levando em consideração esta perspectiva, a produção escrita platina é dividida em planos de consciência historiográfica – esta divisão não obedece uma orientação cronológica linear.

Ao longo dos séculos XIX e XX é possível definir a seguinte ordem de consciências: a) consciência historiográfica primeva: gênese da tradição histórica nacional constituída a partir de crônicas ou relatos de indivíduos que presenciaram o processo de emancipação política; b) consciência historiográfica fundadora: empenho na fundação de um conceito de nação estabelecido a partir de um inventário histórico-cultural que privilegia principalmente o contexto da independência; esta organização intelectual dos bens simbólicos pátrios respeita um recorte cronológico e temático que enfatiza a questão das origens da nacionalidade; c) consciência historiográfica reorientadora: estabelece uma visão crítica sobre a historiografia clássica através de novos aportes teórico-metodológicos e da ampliação do campo crítico-temático. Está ligada ao processo de profissionalização e afirmação do historiador e de seus espaços institucionais de ensino e de pesquisa; d) consciência historiográfica polissêmica: gera uma visão fragmentada sobre o passado. A concepção de história passa a conter diversos significados e as abordagens exploram múltiplos campos temáticos e teórico-metodológicos.²

A organização destas consciências historiográficas responde a um perfil generalizante. O elevado grau de dificuldade em enquadrar as historiografias argentina e uruguaia me guiou a uma sistematização que leva em consideração a necessidade de dar um caráter mais objetivo ao presente estudo. Desta forma, as obras dedicadas à história da

¹ - LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000. p.108.

² - Cito esta consciência historiográfica apenas para fins ilustrativos. Sua produção histórica não será objeto de análise no presente trabalho.

historiografia platina são utilizadas como uma espécie de fio condutor das análises apresentadas neste trabalho.

Gostaria, da mesma forma, de ressaltar que a análise destas historiografias não apresenta nenhuma espécie de juízo de valor, portanto, idéias como as de evolução, retrocesso ou estagnação não fazem parte da abordagem deste trabalho.

No primeiro capítulo são definidos os pressupostos teóricos levados em consideração na análise da historiografia do Prata. A primeira parte deste estudo trata também dos reflexos da herança cultural ibérica na América, do cenário intelectual de fins do século XVIII e de suas possíveis influências na formação da consciência historiográfica platina.

Apoiado neste cenário é possível enunciar os planos de consciência historiográfica da Argentina e do Uruguai. Nesta abordagem são apontadas as principais obras e os historiadores mais importantes de cada tendência, bem como o horizonte intelectual e o campo de visibilidade cognitiva explorados pelos mesmos.

O terceiro capítulo é dedicado a apresentação de um esboço histórico sobre a política desenvolvida por D. João no Rio da Prata para, em seguida, analisar como a historiografia platina avalia este evento e as estratégias utilizadas pelo soberano português.

As fontes utilizadas neste trabalho são procedentes da Biblioteca da PUCRS, Biblioteca da UFRGS, Biblioteca da UNISINOS e da Biblioteca Nacional (Uruguai).

1- Perspectivas para uma Abordagem do Discurso Historiográfico Platino.

No presente capítulo serão estabelecidos os pressupostos necessários para a compreensão e organização da abordagem historiográfica platina. Pretende-se verificar e delimitar as diversas projeções de análise e de sentido propostas pelos historiadores do Prata ao longo do tempo e, na medida do possível, reorientá-las em diferentes tradições discursivas.

Tal estudo necessita agora da apresentação dos principais fundamentos constitutivos da construção deste objeto histórico, ou seja, o modelo de análise que será utilizado para delimitar e interpretar o discurso historiográfico. Inicialmente serão definidas as premissas básicas nas quais se pensa e se articula esta pesquisa para, num segundo momento, trabalhar com o desenvolvimento da História como disciplina do conhecimento e seus reflexos na formação da intelectualidade ibero-americana. Tratar, portanto, dos elementos que estão diretamente ligados à construção e emergência de uma consciência histórica platina a partir do século XIX para, no capítulo seguinte, historicizar os diversos momentos desta historiografia.

1.1- A Construção Histórica do Objeto Estudado

A construção do objeto histórico exige a análise e a consideração de inúmeros elementos que, determinados, encadeiam uma série de possibilidades ou de limites, de avanços ou de recuos, frente ao tema estudado. Querer recompor um passado distante é, antes de tudo, a solitária tentativa de transformar uma gama de fatos e questionamentos em sínteses históricas plausíveis e aceitáveis.³

O tempo adquire um sentido próprio, as relações humanas transformam-se em papéis sociais específicos e o espaço do vivido torna-se o lugar da ação e da percepção.⁴ A aproximação com a realidade pretérita deve necessariamente estar associada às suas respectivas condições materiais de existência.

O conjunto de documentos, obras e relatos recolhidos ao longo do processo de pesquisa, determinam a silenciosa cumplicidade entre o historiador e o fenômeno, entre a

³ - Tal pressuposição indica que "...a problemática de uma investigação científico-social não é somente um corte no objeto: ela define um certo campo de visibilidade (e de não-visibilidade), impõe uma certa forma de conceber este objeto, e circunscreve os limites de variação das respostas possíveis. A carga valorativa ou ideológica da problemática repercute, portanto, necessariamente sobre o conjunto da pesquisa e é normal que isso seja questionado pelos cientistas que não partilham estes valores ou pressuposições: eles se recusam, com razão, a partir de seu ponto de vista, a se situar sobre um terreno minado e aceitar um campo teórico que lhes parece falso de antemão." Existe um grande debate acerca da idéia de verdade na história, discussão esta que tomou forma em fins do século XIX e que permanece até os dias de hoje. (LÖWY, op.cit.p.41). As vertentes deste debate podem ser verificadas em obras tais como: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995; LE GOFF, Jacques. *Reflexões Sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1986; SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991; BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. *Em que Pensam os Historiadores?* in: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. *Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

⁴ - A proposição pode também ser entendida nestes termos: "...o historiador busca compreender as ações práticas dos homens, os móveis que os animam, os fins que os norteiam, o seu universo simbólico e as significações que para esses homens tinham seus comportamentos e ações. Inevitavelmente, o historiador opera diante de ações realizadas, cuja significação procura apreender. Tarefa complexa, pois a história encontra-se permeada não apenas por significações atribuídas pelos homens às suas ações e expressas em suas intenções, mas, também, por uma dimensão objetiva. Delineia-se, portanto, um duplo plano, que é preciso surpreender no tecido da história: o das práticas dos sujeitos e suas significações e o da realidade objetiva." (ARRUDA, José J.; TENGARRINHA, José M. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. P.12).

razão e o devir.⁵ O pesquisador, bem como o cenário histórico analisado e seus protagonistas sofrem, em contextos diferenciados, os efeitos da ideologia de seu tempo, elemento chave que determina e legitima tanto os mecanismos de reprodução material da existência quanto a administração de seu sentido social – de classe - político e cultural.⁶

O passado tende a tornar-se o local privilegiado da práxis humana, seja na sua capacidade de proporcionar indícios, seja na capacidade de transformá-los em mensagens e sinais. Cabe a consciência histórica operada pelo historiador no presente definir o significado de tais dados e, se possível, recordá-los como história.⁷

Nas palavras de Agnes Heller

“O passado histórico não é o que é esquecido, mas aquilo que pode ser lembrado. Neste sentido, o passado está, na verdade, exclusivamente contido no presente. Entretanto, só é possível lembrar-se daquilo que foi esquecido. Os historiadores agem como psicanalistas da espécie humana, na medida em que transformam o esquecido em lembrado (...) E só podem fazê-lo porque algo fora esquecido. Neste sentido, o passado não constitui aquilo que é efetivamente lembrado, mas aquilo que pode ser recordado, ou seja, o nosso passado

⁵ - Coincido com o pensamento de Eric Hobsbawm ao afirmar que : "O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse 'sentido do passado' na sociedade e localizar suas mudanças e transformações.". (*Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.22)

⁶ - Antonio Gramsci define isto como “bloco histórico”, termo que o próprio autor diz ter tomado de empréstimo ao pensador Sorel e que remete à relação dialética entre a estrutura econômica e as superestruturas ideológicas. Nas palavras do autor: “ A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo – contraditório e discordante – das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.”(*Concepção Dialética da História*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. p.52). Gramsci apresenta duas definições de ideologia: uma de caráter metafísico - arbitrário e ilusório, e outra referente às ideologias “... historicamente orgânicas que são necessárias a uma certa estrutura, isto é, aquelas que constituem ‘uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva’. São evidentemente estas últimas que o interessam e ele as examina inicialmente sob o ângulo de sua historicidade: toda a visão de mundo é histórica, toda verdade pretensamente eterna e absoluta tem uma origem prática histórica e uma validade provisória”. (LÖWY, op.cit., p.135).

⁷ - Cabe lembrar que o presente em que vive o historiador é importante para gerar questões sobre o passado e sobretudo para uma melhor compreensão crítica de seu momento atual. Gramsci trabalha muito bem esta questão ao defender que: “A própria concepção do mundo responde a determinados problemas colocados pela realidade, que são bem determinados e originais em sua atualidade. Como é possível pensar o presente, e um presente bem determinado, com um pensamento elaborado por problemas de um passado bastante remoto e superado?”. (op.cit., p.13).

histórico. O passado da humanidade é tudo aquilo que pode ser lembrado nas subsequentes idades presentes do futuro, enquanto durar este empreendimento limitado – a humanidade – como sujeito de reminiscências.”⁸

O historiador, como sujeito deste processo de reconstituição do passado a partir do presente⁹, deve munir-se de uma consciência crítica como forma de preservar sua análise de traços contemplativos, pragmáticos ou idealistas. Lançar-mão deste plano crítico é evitar uma história fragmentada onde o homem aparece isolado e separado das condições concretas de existência em sua sociedade.¹⁰

Ao longo do desenvolvimento de nosso estudo surgem elementos que, a princípio, não nos cabe analisar, mas que rapidamente criam forma, nitidez e redirecionam a nossa abordagem. São novas rotas que, estabelecidas em meio à reconstituição do passado, apresentam o pesquisador como o principal responsável pelo conteúdo histórico; aquele que define rupturas e continuidades de acordo com a formalização do contexto proposto.

Cada recorte ou limite proposto resulta num provável abandono de outras múltiplas possíveis análises, desdobrando-se em novas séries de questionamentos que somente terão termo - ou talvez cerceamento, quando da transformação do estudo em testemunho escrito. Fato que define o ato de escrever num esforço contínuo de anular ou diagramar evidências.¹¹

⁸ - *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993. p.107.

⁹ - Para Josep Fontana “Toda a visão global da história constitui uma genealogia do presente. Seleciona e ordena os fatos do passado de forma que conduzam em sua seqüência até dar conta da configuração do presente (...) Assim o historiador nos mostra uma sucessão ordenada de acontecimentos que vão desencadeando-se até dar como resultado ‘natural’ a realidade social em que vive e trabalha, enquanto que os obstáculos que se opuseram a esta evolução nos são apresentados como regressivos, e as alternativas a ela, como utópicas. Apresenta-se como averiguação objetiva do curso que vai do passado ao presente, o que antes de tudo é, um partir da ordem atual das coisas para rastrear no passado as suas origens...” (*História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998. p.9.).

¹⁰ - Em outras palavras: “Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa (...) O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente (...) produto do processo histórico até hoje desenvolvido.” (GRAMSCI, op.cit., p.12).

¹¹ - Este esforço determinado pela contínua análise e seleção de dados gera “...uma estranheza muitas vezes ignorada dos documentos que alimentam o trabalho do historiador. São mortos que falam: não podemos ressuscitá-los mas nos arriscamos a 'matá-los uma segunda vez ' amortalhando suas palavras excessivamente sob nossas interpretações, negligenciando a particularidade dessas ' vidas encalhadas em arquivos' que dizem a violência, a humilhação ou o prazer (...) esse real nasce de uma prática de poder que ordena o texto segundo as exigências do interrogatório...”. (BOUTIER, op.cit., p.48-49.).

O esforço em estabelecer o princípio da objetividade na pesquisa histórica surge, de imediato, na delimitação da problemática proposta para o tema, no tipo de fontes disponíveis para a seleção e organização dos dados e, num segundo momento, no mapeamento conceitual e crítico que define o conjunto de hipóteses a ser administrada ao longo da exposição do assunto.

A emergência desta memória escrita não deve conter, em sua essência, o esgotamento do enunciado. O texto em si precisa ressaltar o espaço no qual o discurso surge e torna-se possibilidade, de forma a desenhar o entorno do conjunto de relações que proporcionam o acontecimento. Sob estas circunstâncias é que o autor estabelece seus recortes e dimensiona a singularidade de sua conexão de enunciados.

Refiro-me mais especificamente ao esforço em construir, a partir de uma questão norteadora, um espaço e um tempo histórico responsáveis pelo dimensionamento dos fatos, conjunto este, que encadeado leva a constituição de um processo dado, uma especificidade estabelecida no plano múltiplo da historiografia.¹²

Cabe localizar nas abordagens históricas os seus vários recortes, suas diferentes problemáticas, seus diversos planos temáticos e, por consequência, suas filiações teóricas.¹³ Estabelecer suas regularidades, suas discrepâncias e organizá-los na forma de tendências.

O historiador Julio Aróstegui, através de sua obra sobre teoria e metodologia da produção histórica, segue a mesma linha de raciocínio ao definir este termo como função disciplinar de investigação e escrita da história. Em síntese:

¹² - Nas palavras de Alain Guerreau: “Impõe-se uma reflexão colectiva sobre a prática das bibliografias. A meu ver, desde que um trabalho de investigação assume uma certa amplitude, deveria comportar necessariamente uma análise histórica e ideológico-crítica das pesquisas efetuadas no mesmo âmbito ou num âmbito um tanto ou quanto englobante. A lista bibliográfica alfabética classificada por nomes de autores não está de modo nenhum em causa, mas apresenta-se cada vez mais como insuficiente (...)A história da historiografia desenvolve-se e é uma excelente coisa; seria desejável que toda a investigação comportasse obrigatoriamente um tal aspecto.”(*Feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, s/d.p.183).

¹³ - Para José Carlos dos Reis “...a base profunda de um método histórico é uma ‘representação do tempo histórico’ e é esta representação que diferencia as diversas escolas e programas históricos. Os conceitos “tradicional”, “ultrapassado” e “novo” já revelam esse substrato temporal. Uma escola histórica só pode se apresentar como ‘nova’ se apresenta uma outra e original representação do tempo histórico. Optar por uma ou outra escola histórica não é meramente optar por objetos e técnicas ou obras - historiadores modelos. A justificativa da escolha é mais profunda: opta-se por um registro da temporalidade.” (*Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-10).

“Historiografía es, en su acepción más simple, ‘escritura de la historia’. E históricamente puede recoger la alusión a las diversas formas de escritura de la Historia que se han sucedido desde la Antigüedad clásica. Se puede hablar de ‘historiografía griega’, ‘china’ o ‘positivista’, por ejemplo, para señalar ciertas prácticas bien identificadas de escribir la historia en determinadas épocas, ámbitos culturales o tradiciones científicas. Historiografía sería la actividad y el producto de la actividad de los historiadores y también la disciplina intelectual y académica constituida por ellos.”¹⁴

Não se trata aqui de construir uma história da historiografia, mas sim analisar as diversas produções escritas dentro de suas respectivas épocas, suas condições de possibilidade e seus aportes ideológicos. Orientar o significado destes discursos com vistas a recompô-lo num plano mais global.

Em outras palavras, o objetivo é elaborar e acrescentar, através da organização e seleção destes testemunhos, um conjunto de conhecimentos objetivos sobre a historiografia platina. A idéia é de fornecer a este espaço-tempo uma mobilidade necessária para o afloramento das tensões que qualificam o sistema de relações materiais, sociais, políticas e ideológicas.¹⁵ Cada eixo pertence a um fragmento reconstituído deste cenário estudado e o mesmo deve ser pensado e transferido também para um contexto global, ou seja, refletir sobre o tema não esquecendo de dimensioná-lo no plano das tensões e contradições que marcaram a história ibero-americana, bem como seu grau de influência na construção destas consciências históricas nacionais.

Sob este prisma, as pretensões e teses esboçadas em tais estudos históricos devem ser consideradas diretamente na coerência entre o processo de construção do objeto analisado, sua respectiva problematização e seus condicionantes históricos. Pensar este conjunto de evidências com o intuito de estabelecer uma visão dinâmica tanto sobre o conhecimento produzido quanto do contexto histórico das sociedades pelas quais ele

¹⁴ - *La Investigación Histórica: teoría e método*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001. p.27.

¹⁵ - Considero pertinente a idéia de que “El análisis de la sociedad como sujeto de la historia implica, sobre todo, una atención primordial a la dinámica temporal. Y el hecho es, justamente, que en las teorías sociales más actuales predomina la orientación que enfoca la sociedad fundamentalmente desde el punto de vista de su movimiento, como un permanente proceso de estructuración, como un ‘hacerse’ continuo, más que como una realidad estable.” (ARÓSTEGUI, op.cit., p. 200-201).

emerge; levar em consideração sua constituição, sua reprodução e sua transformação dentro dos espaços sociais que o determinam e lhe agregam sentido, enfim pensar as sociedades que abrigam tais discursos historiográficos enquanto sujeitos históricos.¹⁶

A idéia exposta faz parte do próprio processo de formação do conhecimento das ciências humanas enquanto ciências que pensam o homem e a sociedade.

Em outros termos:

“Las teorías sociales, desde la Ilustración para acá, según se ha señalado muchas veces, han puesto su énfasis en una u otra de estas confrontaciones fundamentales que se operan en el seno de toda sociedad y que son elemento esencial de su desarrollo: individuo / colectividad, acción / estructura, orden / conflicto, permanencia / cambio. Todos esos pares de categorías contrapuestas tienen una decisiva importancia para la explicación del proceso socio-histórico.”¹⁷

A História não é, portanto, algo acabado e pré-determinado, tampouco a pesquisa histórica obtém respostas prontas de antemão. Entende-se, desta forma, que a própria memória escrita produzida pelo historiador (fruto de um exercício teórico-metodológico) cria, independente da vontade deste, um manancial de possibilidades e desvios que vão além da simples proposta autônoma ou original levada a cabo na pesquisa.¹⁸

¹⁶ - Concordo com Aróstegui (op.cit., p.199) que o problema da dicotomia entre modelo abstrato de sociedade e o reconhecimento das sociedades históricas é superado pela tese de Marx que “... na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.”(MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.29-30). Esta passagem de Marx, por sua vez, é utilizada por Josep Fontana para criticar as leituras mecanicistas e economicistas que erroneamente foram adotadas por alguns setores do marxismo.(op.cit., p.146-149). Somente a título de ilustração, existem duas obras recentes que se propõem a discutir, de maneira interessante, a questão metodológica em Karl Marx. São elas: GIANNOTTI, J.A. *Certa Herança Marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 e KAMMER, Marcos. *A Dinâmica do Trabalho Abstrato na Sociedade Moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

¹⁷ - ARÓSTEGUI. op.cit., p.200.

¹⁸ - Para ilustrar esta idéia cito dois autores que incurssionaram na história sob visões teóricas diferenciadas: Michel Foucault: "...as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases; nó em uma

O conjunto de textos a ser analisado neste trabalho também possui o seu determinante histórico. Devem ser incluídos num longo processo que seleciona e delimita o que pode ou não vir a transformar-se em conhecimento, ou seja, legado histórico.

Trata-se de um cenário - início do século XIX - onde emerge na Europa a noção moderna de consciência histórica.¹⁹ A onda revolucionária desencadeada ao final do século anterior instrumentaliza a concepção de uma nova era que surge na forma de um divisor de águas, trazendo à tona idéias como as de progresso e evolução.²⁰

rede. E esse jogo de remissões não é homólogo, conforme se refira a um tratado de matemática, a um comentário de textos, a uma narração histórica, a um episódio em um ciclo romanesco; em qualquer um dos casos, a unidade do livro, mesmo entendida como feixe de relações, não pode ser considerada como idêntica. Por mais que o livro se apresente como objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde a sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos."(op.cit., p.26). Fredric Jameson, apresentando sua proposta de abordagem afirma: "O inconsciente político, portanto volta-se para a dinâmica do ato da interpretação e pressupõe, como sua ficção organizacional, que nunca realmente abordamos um texto de imediato, em todo o seu frescor como coisa-em-si mesma. Em vez disso, os textos se nos apresentam como o "sempre já-lido"; nós o apreendemos por meio de camadas sedimentadas de interpretações prévias, ou – se o texto é absolutamente novo – por meio de hábitos de leitura sedimentados e categorias desenvolvidas pelas tradições interpretativas de que somos herdeiros. Essa pressuposição, portanto, dita o emprego de um método (a que já denominei, em outra ocasião, de "metacomentário") segundo o qual nosso objeto de estudo é menos o próprio texto do que as interpretações através das quais tentamos abordá-lo e dele nos apropriar. Aqui, a interpretação é estabelecida como um ato essencialmente alegórico, que consiste em reescrever um determinado texto em termos de um código interpretativo específico.(...)Sua justaposição a um ideal propriamente marxista de compreensão, dialético ou totalizador, será empregada para demonstrar as limitações estruturais desse outros códigos interpretativos (...) para mostrar as maneiras "locais" pelas quais estabelecem seus objetos de estudo e as "estratégias de contenção" por meio das quais conseguem oferecer a ilusão de que suas leituras são, de alguma forma, completas e auto-suficientes."(*O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992. p. 9-10).

¹⁹ - Segundo Hayden White, Hegel representa a consciência histórica do século XIX, até porque poucos pensadores dedicaram-se, nesta época, a estabelecer um tipo de mapeamento de suas concepções sobre História, assim como a espécie de conhecimento a ser construído por esta disciplina. Independente disto existe uma disposição em investir estruturalmente nesta área: formam-se na Europa cátedras de História, como as da Universidade de Berlim (1810) e Sorbonne(1812), sociedades encarregadas de compilar e publicar documentação histórica, como a do Monumenta Germaniae(1819) e École de Chartes(1821) e, inclusive subvenções estatais a estas sociedades, fato que ocorre na década de 30. Na Segunda metade deste século surgem revistas especializadas tais como: *Historische Zeitschrift* (1859), *Révue Historique* (1876), *Rivista Storica Italiana* (1884) e *English Historical Review*(1886). Neste contexto, a profissão de historiador vai alargando seu espaço na academia.(*Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da EDUSP, 1995. p.147-148).

²⁰-“Antes de 1789, as revoluções não tinham nunca sido concebidas como uma parada para uma nova partida, mas antes como um retorno a um estado melhor e mais antigo. O próprio das revoluções dos séculos XVIII e XIX é que elas se propõem a dar um término ao passado e retomar o presente a partir do zero.”(ARIÉS, Philippe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. p.213). Para G.J. Whitrow um dos grandes entraves para a disseminação da idéia de evolução é uma muito antiga convicção de que a extensão do tempo pretérito é consideravelmente limitada. Segundo este autor, “Durante o século XIX a idéia do tempo como progressão linear passou finalmente a prevalecer, graças à influência dos evolucionistas biológicos, mas a mentalidade que tornou possível contemplar as centenas de milhões de anos exigidas para que o trabalho da

O contínuo como princípio da semelhança entre os tempos é agora substituído pelo sentido particular do tempo histórico.²¹ O termo germânico *kultur* - designando os elementos espirituais de uma comunidade, juntamente com a palavra francesa *civilization* – realizações materiais de um povo, passam a definir o termo cultura.²²

Imbuídos desta sensação de vivenciar novos tempos, encontraremos tanto os indivíduos que pertencem a este cenário constituído entre o Brasil e o Prata, quanto os primeiros historiadores que se incumbem em descrevê-los em suas respectivas sociedades.

Penso que neste momento deve ser estabelecido o primeiro plano de análise sobre o contexto em si e a respectiva leitura historiográfica sobre o mesmo. Trata-se de partir de uma problemática que se desdobra em dois caminhos: o primeiro deles refere-se a um ambiente histórico marcado por grandes contradições e mudanças, que estabelece os elementos necessários de transição e de continuidade, que irá incidir sobre a sociedade do período, bem como, irá refletir num curto espaço de tempo nos primeiros historiadores que constroem a gênese desta tradição historiográfica.

Estes precursores do pensar a história do período estão vivenciando a consolidação dos Estados Nacionais na América ou as transformações sociais na Europa e toda a conjuntura que as cercam.²³ Num segundo momento, é necessário pensar que os primeiros

seleção natural explicasse as espécies passadas e presentes foi originariamente preparada pelos geólogos. Não surpreende, portanto, que Darwin tenha começado a obra de sua vida sendo, ao mesmo tempo, geólogo e naturalista.”. (*O Tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. p.175). No período de 1750-1900, da mesma forma, o conceito de progresso atinge o seu ponto mais alto. Cabe lembrar, que “A crença no progresso foi muito reforçada pela teoria da evolução biológica, de Darwin, tal como apresentada em *A Origem das Espécies*, lançado em 1859.”(idem.p.198).

²¹ - A percepção de um mundo em processo de transformação chega inclusive no campo das artes. Em fins do século XVII e ao longo do século XIX abandona-se a antiga idéia de arte como fabricação (cópia) da realidade para uma concepção de arte baseada na experiência estética, na sensibilidade e na imaginação, cuja finalidade é a contemplação. (OSBORNE, Harold. *Estética e Teoria da Arte*. São Paulo: Cultrix, 1983.). Este dado torna-se mais interessante se o associarmos a esta passagem de Ariés: “No relato autêntico dos acontecimentos passados, os historiadores procuravam o mesmo desenraizamento que poetas e romancistas pediam à ficção, e à ficção histórica.”(op.cit., p.212).

²² - LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p.25.

²³ - Para Beatriz Gonzáles Stephan os intelectuais do século XIX na América são os principais articuladores da ideologia dos Estados Nacionais. A consciência histórica e literária segue dois caminhos: um conservador, identificado com a antiga metrópole (Espanha) e o restante da Europa e, outro, liberal cuja preocupação é consagrar a originalidade das populações indígenas da América. De uma forma geral: “...en el siglo XIX, las historias literarias, como una de las prácticas discursivas del proyecto liberal, cumplen una función decisiva para la construcción ideológica de una literatura nacional, que servirá a los sectores dominantes para fijar y

historiadores estão, na mesma medida, vivendo num momento em que a História está afirmando o seu status de disciplina científica,²⁴ digo está construindo o seu método crítico, o seu objeto e qualificando o historiador como sujeito do conhecimento.²⁵

A historiografia que tende a legitimar a consolidação destes Estados Nacionais deve ser vista por diferentes gradações de discurso. Basta perceber, por exemplo, que a influência deste ambiente histórico sobre a historiografia platina assenta-se em bases diferenciadas da brasileira, ou seja, respondem a diferentes condicionamentos e determinam um campo de visibilidade diverso.

No caso do Brasil²⁶

“ A nova nacionalidade distingue-se das demais, com a única experiência expressiva de regime monárquico em terras americanas. O Brasil herda a obsoleta estrutura administrativa da colônia, reforçada com a presença da corte, com seus preconceitos que tanto contribuem para manter a velha estrutura, marcada pela rotina e pelo atraso. Ganha corpo, no entanto, a hostilidade ao antigo dominador, marcando os primeiros decênios com sua lusofobia. A pregação do romantismo na Europa, atitude de vanguarda na época, repercute aqui e logo há poetas

asegurar los emblemas necesarios de la imagen de la unidad política nacional. Así, la ‘literatura’ tendrá (...) la capacidad de operar sobre las condiciones materiales para hacer efectivo el progreso social, y las historias literarias representarán el lenguaje institucionalizado de los intereses de estas clases que se atribuirán la formación de los estados nacionales.”(*La Historiografía Literaria del Liberalismo Hispano-Americano del Siglo XIX*. Havana: Ediciones Casa de Las Américas, 1987. p.19).

²⁴- No caso da América Latina, a construção da história como disciplina é exposta de maneira bastante interessante, apesar da excessiva ortodoxia marxista, por Beatriz Stephan. A autora preocupa-se em resgatar toda a discussão realizada, na segunda metade do século XIX, pelos intelectuais latino-americanos sobre as ciências naturais e as possibilidades de criar um discurso histórico e cultural. Ver op.cit., p.82-176.

²⁵- Um dos problemas existentes nesta nascente historiografia é a questão conceitual: “Os movimentos de independência hispano-americanos nunca haviam sido plenamente associados à idéia de revolução até muito recentemente, apesar de o termo aparecer com grande freqüência na historiografia tradicional sobre as independências no continente (...) No caso hispano-americano, no entanto, ‘revolução’ quase sempre não foi mais que uma palavra...”. (GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Revolução e Independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola*. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 10, nº10, 1997.P.275). Neste artigo, Maria Gouvêa defende a necessidade de rever o processo de emancipação política na América através de uma história mais dinâmica e, principalmente, mais crítica no que tange à produção historiográfica tradicional.

²⁶ - Cabe lembrar que a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 é uma marco importante para a produção histórica nacional. O Instituto tem como principal influência o historicismo, paradigma que “...dá coerência interna ao discurso dos fundadores e articulação ideológica e institucional às condições políticas dominantes no período: afirmação conservadora e defesa da unidade política do país e de seu modelo de governo”. (WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.35).

e ficcionistas românticos, que, na linha geral dessa corrente de literatura e pensamento, cantam a nova pátria.”²⁷

Apesar da diferença de gradação entre os discursos é possível verificar, também, um ponto de bifurcação, um plano de regularidade que se define pela busca da identidade nacional através da história.²⁸ Trata-se aqui da influência do romantismo²⁹ no pensamento historiográfico do século XIX e seu projeto de centrar a narrativa histórica nos planos da singularidade (espírito nacional) e da coletividade (povo-nação) conjugados na idéia de Estado-Nação.³⁰

Os historiadores, como significativos agentes deste processo de afirmação, dedicam-se a reavivar momentos tidos como decisivos para a construção deste referencial de unidade da nação, é neste exato momento que emergem, na condição de memórias, um conjunto de tratados, batalhas, atos heróicos e revoltas que legitimam as temáticas cultura e territorialidade.³¹

²⁷ - IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.p.60.

²⁸ - Esta referência sobre o caso brasileiro é apenas ilustrativa, sendo que a sua produção historiográfica não será analisada no presente estudo.

²⁹ - “Por Romantismo entende-se um conjunto de movimentos contemporâneos, tanto da Revolução Francesa e da guerras napoleônicas, quanto das chamadas revoluções liberais e nacionais da primeira metade do século XIX”. (VAINFAS, Ronaldo. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. p.64). Somente a título de exemplo, nesta época surge a sociologia da literatura que: “...tem origem no período romântico, ao lado da invenção da própria história, pois depende de alguma teorização anterior sobre a unidade do campo cultural: quer este seja concebido em termos de regimes políticos (o caráter da sociedade monárquica, em oposição à sociedade despótica ou à sociedade republicana), de períodos históricos (o clássico, o medieval, o romântico-moderno), da linguagem orgânica de caráter nacional (o temperamento inglês, francês ou alemão), ou na mais recente linguagem da personalidade cultural ou da situação sócio-econômica (o pós-industrial, o em-vias-de-industrialização, o subdesenvolvimento). A princípio, é claro, este tipo de pensamento sobre as artes, esta historicidade nascente no domínio do gosto, era propriedade tanto da direita quanto da esquerda, pois tem suas origens existenciais nas próprias convulsões do período revolucionário. Monarquistas como Chateaubriand eram tão profundamente conscientes da relatividade das culturas e da historicidade da experiência humana como o era Madame de Staël, cuja *A Literatura em sua Relação com as Instituições Sociais* (1800), pode ser considerada, depois de Vico e Montesquieu, o primeiro tratado de fôlego sobre o assunto.” (JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985. p.12-13).

³⁰ - idem. op.cit., p.65.

³¹ - Apesar de concentrar grande parte da presente análise na produção intelectual de historiadores, levo em consideração todas as obras que, de uma forma ou de outra, procuram construir um discurso que remete ao tema estudado. Este é caso, por exemplo, do literato uruguaio Andrés Lamas que, no prólogo de *Poesias* de D. Adolfo Berro datado de 1842, clama por uma tráfude cultura, identidade e territorialidade “...si no nos engañamos, la literatura para ser la **expresión de un país** dado y **ser útil** a determinada sociedad, debe realizar la misma operación que el legislador que va a constituir a su pueblo. Hay ciertos derechos, que

Um segundo plano de análise e, por conseguinte, uma segunda problemática surge no momento em que este processo de afirmação nacional dá lugar à uma visão histórica mais ampla, sustentada por referenciais mais críticos e sólidos.³²

A idéia de um mundo histórico a ser revisto e reavaliado ganha espaço num novo organismo privilegiado para a produção intelectual: a academia. Já adentramos o século XX, e nele percebemos uma brutal transformação, em escala mundial, das estruturas materiais e mentais da sociedade.³³

Na primeira metade deste século, afloram discussões sobre o ambiente histórico no qual se fundam os Estados Nacionais na América. A pretensão, agora, é buscar em suas

llamaremos divinos, porque emanan de las necesidades irresistibles con que Dios nos ha dotado. Estos derechos no los dan las constituciones, los consignan; pero la misión de los que las redactan es, después de declararlos, modificarlos sin tocar a su esencia y conformarlos a las especialidades morales geográficas e históricas del país que van constituir: de manera que ya que no entra en nuestra desgraciada condición una perfección absoluta; produzcan el mayor grado de felicidad posible, que este es, en suma, el objeto a que deben dirigirse todas las instituciones humanas. Todo pues, lo que tiene la humanidad de general en sus instintos supremos, en sus necesidades universales, pertenece a la poesía de todos los países: **las singularidades de cada uno de ellos**, los modos en que por esas singularidades se traducen o modifican aquellos instintos, constituye lo que nosotros entendemos por *legislación*, por arte nacional.”(grifo meu).(PIVEL DEVOTO, Juan E. Prólogo. In: MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Estudios Históricos, Políticos y Sociales sobre el Río de la Plata*. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1963. p. VIII). Percebe-se já a idéia de um homem moral, de um ser que aprimora sua consciência e sentido no pleno entendimento de suas especificidade e finalidade. Trata-se aqui, de um bom exemplo de visão romântica marcada pela tradição e autoridade, responsável pela concepção de Estado como ser vivo, idéia que busca contrapor-se ao racionalismo iluminista. Tal pensamento romântico, expressa a subordinação do Estado e dos indivíduos à lei suprema, entendida como valores espirituais e morais, cuja criação remonta à Deus, sendo o mesmo o fim último do processo histórico. A moral é o elemento orientador da sociedade, sendo o Estado o instrumento utilizado para a efetivação de objetivos superiores. Finalmente, esta moral fundamenta-se em dois princípios basilares: a) a arte e o belo como relativos e b) seus respectivos fins práticos, ou seja, a arte e o belo vistos sob o prisma da diversidade de condições que age sobre as coletividades humanas (clima, raça, sociedade, religião), bem como sua importância educativa para o avanço da sociedade. Ver Wehling, op.cit., p.57-59.

³² - No caso brasileiro é emblemática a missão francesa que aporta em São Paulo e Rio de Janeiro no ano de 1934, oportunidade esta em que historiadores como Émile Coornaert, Henri Hauser, Fernand Braudel e Jean Gagé trocam suas experiências com historiadores brasileiros. Coornaert e Hauser, em especial, chamam a atenção dos intelectuais brasileiros para a necessidade de adentrar na “...era da reflexão, subordinando-se à severidade do método crítico.”(ARRUDA; TENGARRINHA, op.cit., p.50).

³³ - No caso da historiografia portuguesa José M. Tengarrinha lembra das mazelas geradas pelo fascismo Salazarista que resultam no desgaste da estrutura universitária e, por consequência afetam o desenvolvimento da produção do conhecimento histórico nacional. Apesar disto, podemos perceber uma certa continuidade nos estudos da História, apesar de suas restrições no plano metodológico e temático (raras obras abordavam um período além século XVIII). Após a Revolução de 1974 “...as investigações sobre o século XIX, passando a integrar-se no quadro universitário, irão adquirir duas características principais que até hoje se mantêm: por um lado, terão uma maior continuidade, mesmo por vezes obedecendo a planos de estudos promovidos por institutos ligados às universidades; por outro, abandonava-se uma certa tendência para as visões globalizantes (que a seu tempo haviam produzido efeito positivo nas renovações interpretativas). Desenvolviam-se preferencialmente investigações mais circunscritas temporal e tematicamente, conduzindo a elevado grau de especialização, a que faltam ainda, porém, as obras de conjunto e de síntese.”(idem, op.cit., p.140).

origens respostas para o “atual atraso” de suas sociedades frente aos países tradicionalmente mais ricos.³⁴ Trata-se de uma pauta regulada pela noção de uma geografia mundial que abriga três diferentes estágios de desenvolvimento, sendo a América Latina representada pela pesada pecha: Terceiro Mundo.³⁵

Na historiografia latino-americana este período de transição, que lida com um processo de continuidade e de ruptura, tem como circunstância limítrofe o clima de tensão e ajuste gerados no iminente Pós-Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um período em que a América latina vivencia um processo que pode ser resumido nestes termos: consolidação da Guerra Fria, intensa industrialização através do modelo de substituição de importação, emergência de uma classe média cosmopolita - pelo consumo - e novos ciclos ditatoriais, cujos efeitos traumáticos chegam até os nossos dias.³⁶

³⁴ - Uma outra explicação é dada por Maria Gôuvea: “...a abundância dos estudos produzidos nos diferentes países da América Latina encontrava-se fortemente associada a uma discussão bastante teleológica dos processos de construção dos diversos Estados nacionais. Buscava-se assim estabelecer uma espécie de reconhecimentos das origens desses Estados, atitude bastante ambígua, pois, se de um lado dava destaque à maturidade política das classes dominantes locais, e portanto à necessidade de promover a ruptura do vínculo colonial até então vigente, de outro, enfatizava a inadequação das classes populares para exercer uma plena cidadania. Esse debate foi muito característico da primeira metade do século XX, quando os intelectuais travaram grande discussão acerca da crise do estado Oligárquico e da conseqüente implementação de medidas reformistas de cunho fortemente autoritário.” (op.cit., p.276).

³⁵ - Desde de fins do século XIX já pode ser percebida esta tendência em discutir o ideal de nação através do referencial cultura. A abertura deste debate interno resulta em teses positivas e negativas acerca das experiências históricas de cada país. Entende-se, neste momento, que o uso da autoreflexão sobre os componentes determinantes da nacionalidade possam, num futuro breve, reverter em projetos de desenvolvimento social e material. Assim: “Frente às agruras do presente, aos impasses, às dificuldades (pobreza, subdesenvolvimento, atraso tecnológico), a nação cristaliza um sonho ainda não materializado. Cada país busca então, nas raízes de suas expressões populares, os elementos dessa autenticidade almejada.” (ORTIZ, Renato. *Um Outro Território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho D’Água, s/d. p. 35). No Brasil os intelectuais brasileiros se engajariam na luta “...pela cultura e civilização” (ARRUDA; TENGARRINHA, op.cit.p.41). Temos o caso concreto de dois textos clássicos: HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 4ªed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília,1963, FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21ªed. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio, 1981.

³⁶ - Para Astor A. Diehl a ditadura militar brasileira acelera o processo de deslocamento de interesse do conhecimento histórico da “revolução das expectativas otimistas crescentes” (constituídas pela idéia de progresso, de identidade integrativa que orbita entre tradição e memória e, racionalização na linha de Marx e Weber) para a “revolução das expectativas frustradas”. Segundo ao autor, neste contexto ditatorial “Historiadores tradicionais buscam resgatar uma tradição mitológica do passado, especialmente ligados à teses da passividade do brasileiro, o mito da cordialidade e outros, como forma de legitimar a cultura política e, por outro lado, neutralizar focos de resistência. Do outro lado, é o momento das revisões radicais. Os diagnósticos radicais rompem com a era desenvolvimentista e do reformismo populista: as pesquisas voltam-se as classes sociais e as estruturas sociais; introduz-se um debate intenso sobre a dependência econômica e cultural. Essas revisões radicais, nos anos 70, levam ao corte nas linhas de produção do conhecimento anteriores, especialmente com as análises dualistas. Ao nível de análise estrutural, a tese central é a da

Neste ambiente, alguns temas são recorrentes para o estabelecimento de uma crítica histórica que pretende compreender melhor este contexto de grandes mudanças: passado colonial, tradição agrária, herança autoritária, guerras de libertação e dependência econômica e cultural. O passado, portanto, passa a ser um mecanismo de compreensão e solução das contradições vividas pelos historiadores no presente.³⁷

Ressaltamos, que este recorte temporal respeita as oscilações, ou melhor, busca uma certa regularidade sem deixar de levar em consideração o caráter múltiplo dos discursos historiográficos.³⁸ Constatase, por exemplo, a permanência ao longo do século XX de referenciais positivistas e historicistas na produção histórica latino-americana.³⁹

O breve esboço das tendências historiográficas, acima referidas, serve apenas como pano de fundo para uma melhor compreensão da proposta de análise e que será

dependência econômica-cultural vinculada aos regimes totalitários na América Latina. Paralelo a tese citada, vincula-se a revisão das estruturas historicistas na historiografia e o questionamento da ciência como fator de mudança social. Portanto, alinha-se aí, para a ciência histórica, o desafio de superar a experiência catastrófica da ditadura, tendo agora pela frente novos elementos constituidores, como, por exemplo, a reforma universitária; o processo de industrialização conservadora e o alastramento da indústria cultural.” (*A Cultura Historiográfica nos Anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira-IV*). Porto Alegre: EVANGRAF, 1993. p.178).

³⁷ - O período colonial na América foi sempre um tema importante para a construção de um ideal de nacionalidade, mas na segunda metade do século XX este tema tende a ser tratado sobre uma perspectiva teórico-metodológica mais ampla.

³⁸ - Sobre esta multiplicidade de discursos Ciro F. Cardoso relata que “...em 1974, polemizávamos, por um lado, com Althusser, e, por outro, com uma história tradicional (mistura de positivismo com historicismo ou presentismo à maneira de Meinecke ou de Croce e Collingwood) ainda muito presentes na América Espanhola, onde eu estava atuando”. (IN: MORAES, José Geraldo V. de; REGO, José M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.p.229). No Brasil, por exemplo, o empirismo positivista ou metódico subsistiu até a década de 60 do século XX, fenômeno que Francisco J. Falcon classifica como tradição: “Tratava-se do que então se considerava como a única maneira séria e científica de escrever História. O historiador, basicamente um autodidata, precisava unicamente do reconhecimento de seus pares - o universo dos intelectuais- para ser aceito de fato e de direito como historiador. Convém lembrar que esses historiadores, ou os mais eruditos entre eles, dispunham também de manuais e tratados famosos e alentados acerca do que então se denominava Metodologia Científica da História. Tal situação persistiu, salvo raras alterações, até o final dos anos 1950 e começos da década de 60”. (*A Identidade do Historiador*. In: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, Vol. 9, nº17, 1996, p.8-9).

³⁹ - Para as historiadoras Heloisa J. Reichel e Ieda Gutfreind, por exemplo, a historiografia argentina e uruguaia são motivadas historicamente por duas grandes questões: a) a antinomia civilização e barbárie; e b) a problemática que trata da “invenção da nação”. Estas regularidades podem ser vistas em três fases da historiografia platina, são elas: 1) 1855-1965: produção marcada pela influência positivista dividida em duas correntes (tradicional e revisionista); 2) Fins da década de 60 e início da década de 70: influência do materialismo histórico e da nova história; e 3) Término das ditaduras militares (década de 80): renovação temática e teórica da produção historiográfica. Ver *As Raízes Históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996. p. 22-23. A presente análise respeitará outra organização da historiografia platina.

aprofundada no capítulo seguinte. As obras apresentadas, até o momento, representam apenas uma pequena fração do montante historiográfico mapeado para esta pesquisa.

1.2 – Questões acerca da natureza do objeto estudado.

Conforme apontado anteriormente, os caminhos que podem ser utilizados para resgatar um determinado contexto histórico são múltiplos e variados. O que se pretende aqui é apenas esboçá-los a partir de algumas pautas de discussão que não se encerram apenas em temas políticos, estratégicos e factuais.

A abordagem aqui proposta pretende estabelecer uma conexão entre os vários enunciados pertinentes para a reconstituição do período em questão, bem como, verificar as formas pelas quais os historiadores se apropriam de tal contexto.

Como bem aponta Agnes Heller, a

"...Historiografia é um tipo de psicodrama, no qual o inquiridor se obriga a assumir a posição daqueles que ele deseja entender. O historiador tem de colocar-se na posição de idades presentes passadas, de pessoas atuantes em instituições passadas, sem supor que ele ou ela saiba algo a mais ou melhor do que as pessoas de então. Só existe comunicação efetiva caso haja pelo menos dois interlocutores, caso sejam diferentes, caso sejam capazes de fazerem-se perguntas diversas e de responderem-se de modo diferenciado, caso o resultado da comunicação seja diferente do ponto inicial, de modo que, depois dela, nosso conhecimento fique acrescido de algo que antes ignorávamos ou que, pelo menos, venhamos a conhecer alguma novidade."⁴⁰

Os interlocutores são variados e apresentam-se no contexto histórico como passado vivido ou interpretado, ou seja, abarcam os discursos dos protagonistas da época juntamente com os dos historiadores. Este passado resgatado, portanto, está diretamente ligado a uma interpretação do presente dos atores históricos e de seus respectivos pesquisadores.

⁴⁰ - HELLER, op.cit., p. 110.

Ao longo deste processo surgem inúmeras modalidades de tempos passados e tempos presentes. Os recortes e delimitações propostos ao longo desta pesquisa buscam evidenciar estes diferentes momentos e as diversas maneiras de captar tais contextos.

As várias etapas que constituem estes discursos históricos, bem como o conjunto de perspectivas enunciadas por seus diversos historiadores serão denominadas, neste trabalho, como plano de consciência historiográfica. Definição esta que diz respeito as pautas temáticas tidas como relevantes pelos historiadores ao longo dos séculos XIX e XX, o campo de visibilidade cognitiva explorado pelos mesmos - seus modelos de percepção frente à disciplina histórica, bem como, seus horizontes intelectuais ou os tipos de espaços e de relacionamentos ocupados e exercidos frente ao poder estatal constituído e, finalmente, as circunstâncias sociais predominantes em seus respectivos contextos de produção intelectual.⁴¹

O percurso que leva à estas tradições historiográficas platinas passa, na presente perspectiva de análise, pela retomada de seus fundamentos mais primordiais, por um espectro de visibilidade histórica mais amplo, ou seja, pela herança cultural ibérica, elemento básico para a organização espiritual e material dos futuros Estados nacionais latino-americanos. Penso que esta tradição herdada é vital para a compreensão do espaço em que a história irá ocupar nestas nascentes sociedades, bem como o tipo de relação que está manterá com o Estado. O termo utilizado para definir os princípios deste legado cultural será o de Grande Desígnio Ocidental.⁴²

⁴¹ - A presente análise tem como base as seguintes obras dedicadas à historiografia platina: SCENNA, Miguel Ángel. *Los que Escribieron Nuestra Historia*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1976; ODDONE, Juan Antonio. *La Historiografía Uruguaya en el Siglo XIX, apuntes para su estudio*.in: *Revista Histórica de la Universidad* (segunda época). Montevidéo: Cordon, 1959; SOLER, Leticia. *Historiografía Uruguaya Contemporánea. (1985-2000)*. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1993; ZUBILLAGA, Carlos. *Historia y Historiadores en el Uruguay del Siglo XX*. Montevidéo: Librería de la Facultad de Humanidades, 2002.

⁴² - Este conceito é utilizado pelo historiador Richard Morse em sua proposta de delimitação histórica das visões de mundo das culturas anglo e ibero-americana a partir de um recorte temporal iniciado na Idade Média. No caso ibérico, este princípio gerador de uma consciência histórica sobre o mundo incide na própria constituição de seus Estados Nacionais, bem como, no projeto colonial-civilizador desenvolvido na América. No cenário americano esta influência será vital para a formação de uma sociedade patrimonialista e de uma atmosfera intelectual baseada num desígnio que conta com o pensamento neo-escolástico e alguns preceitos do Maquiavelismo político, fato que representa uma tensão entre: a idéia neo-escolástica de um Estado como um corpo político, moral, orgânico que visa o bem comum e que entende a política como uma missão; com a visão maquiavelista de um Estado como artifício baseado no cálculo de poder e da política como arte. Ver *O Espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.p.58.

A força deste estímulo herdado é melhor vislumbrada se lembrarmos que, na segunda metade do século XIX, há uma emergência conjunta de um Estado-nação e de uma historiografia nacional. Consciência histórica esta que se incumbe de organizar a hegemonia política deste centro de poder a partir da definição de conceitos como: ser, identidade e unidade que almejam o status de nacionais.⁴³ A pretensão parece ser a de “inaugurar” uma sociedade civil através de uma reorientação do passado, das gestas produzidas pelos antigos cronistas que vivenciaram o surgimento da nação.⁴⁴

Nestes termos é que se observa o resgate e reorientação da única pauta temática capaz de consagrar tais anseios: a emancipação política e seus principais desdobramentos históricos desde então.⁴⁵ Selecionar as pautas temáticas é, neste momento, planejar uma visibilidade sobre a história com forte conteúdo ideológico no que tange as tentativas de responder as demandas do presente através, não de um simples resgate apurado sobre o

⁴³ - Esta problemática também toma conta do ideário dos intelectuais brasileiros. Ver ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.p.7-10.

⁴⁴- Torna-se importante ressaltar que as abordagens históricas ao longo do século XIX não estão restritas ao tema da independência, este é o eixo temático mais forte e orientador, pois: “La generación que participó en tales hechos tuvo conciencia de su significación histórica, y a menudo lo reflejó en la producción historiográfica. Desde entonces el tema de la independencia se há constituido en el central entre los considerados por los historiadores políticos. La necesidad de fortalecer los nuevos Estados, y usar de la educación como instrumento de afirmación nacionalista, han estimulado asimismo el desarrollo de la Historia, su rápida incorporación a la enseñanza, y facilitado la elaboración de obras originales.”.(RAMA, Carlos M. *La Historiografía como Consciência Histórica*. Barcelona: Montesinos, 1981. p.121.). Paralelo as abordagens sobre a independência, pode-se perceber um esforço na busca pelas verdadeiras origens, fato que remonta desde os aspectos físicos até os culturais da região platina. Tal empresa é realizada pelo resgate de antigos relatos de cronistas e viajantes que datam, muitas vezes, do período colonial, fato que exige uma posição frente ao significado histórico da Espanha. Mesmo assim, a problemática continua sendo a mesma, ambas as abordagens convergem em um mesmo objetivo: a fundação do nacional. Em síntese: “A la generación que hizo la guerra de la independencia y luego asistió a la organización de las nuevas naciones, le correspondió hacer el balance crítico de la obra cumplida por España en América y contribuir a establecer las instituciones políticas y culturales para los nuevos estados. La ruptura con la metrópoli y el abandono de las viejas lealtades exigía para los americanos una explicación y una justificación ante sí mismos y ante la opinión mundial, y en ninguna parte, fuera de la historia, podían encontrarse una y otra.

Ante esa tarea, desde los orígenes de la historiografía republicana oficial se produjeron dos corrientes de pensamiento bien delimitadas. De un lado la integrada por los historiadores de formación ‘ilustrada’, positivista y liberal; del otro la de los de tendencia ‘tradicionalista’, católica y conservadora. Hispanistas y antihispanistas, partidarios y adversarios de la leyenda negra compartieron el campo durante el siglo XIX y las primeras décadas de la presente centuria. Para los primeros, no sólo fue necesaria y justificada la ‘independencia’; se requería también una ruptura con la tradición de la cultura española y todos los valores que ella significaba. Los del segundo grupo aceptaban la ‘independencia’, pero no la ruptura con las tradiciones hispánicas, cuyos valores consideraban como la sustancia de la nacionalidad.” (URIBE, op.cit.p.32)

⁴⁵ - Algumas questões que servirão de esteio para o desenvolvimento desta historiografia tais como: dicotomia civilização e barbárie, território, etnia, americanismo serão apresentados mais adiante neste estudo.

passado, mas de uma projeção social de futuro. O conteúdo histórico se transforma em algo mais do que um exercício puramente intelectual, antes sim, num ato patriótico que ocupa um espaço privilegiado e exerce uma função social além do simples dado cognitivo. Os historiadores percebem que um processo de integração frente aos interesses do Estado tende a gerar um vasto campo de afirmação e legitimação profissional a ser explorado.

A história é exclusivamente política, se confunde com os preceitos elementares desta. Os historiadores tornam-se, portanto, representantes privilegiados de uma história oficial, dogmática, instrumentalizada pelo Estado através do monopólio da moral e do saber pátrios. A produção intelectual se enraiza no espaço social pelo princípio da legítima autoridade: das fontes documentais, dos fatos, dos protagonistas e dos recortes propostos.⁴⁶

Em síntese, a construção desta consciência histórica necessita de um ponto histórico fundador que, conectado a outros complementares, dão o encadeamento lógico do nacional.⁴⁷ Por isso, na medida em que muda a natureza da espécie de consciência que se deseja fundar, muda igualmente os marcos históricos.⁴⁸ Esta orientação tende a perdurar até as primeiras décadas do século XX, mas as raízes fundadoras da consciência historiográfica nacional continua a exercer certo impacto.

⁴⁶ - Seguindo esta linha de raciocínio, podemos perceber que a adesão do positivismo pela intelectualidade latino-americana não representa um simples modismo de época, mas a continuidade de uma tradição advinda da herança ibérica através do pensamento neo-escolástico que preconiza dentre outras coisas que: “Dada a mutabilidade das coisas e aceita a instabilidade como princípio mundial, as prescrições políticas deviam se orientar pelo fluxo irregular da história mais do que pela capacidade inventiva intelectual. Como o governante freqüentemente carecia de forças ou de meios para enfrentar diretamente circunstâncias adversas, devia recorrer à *raison d'état*, frase que agora ia além de seu significado maquiavelista para indicar uma 'tecnificação' do enfoque político: não uma mobilização de recursos para fins amorais ou utilitários, mas confiança na perspicácia política em substituição a recursos conhecidos como deficientes. A moda do positivismo e do cientificismo nas gerações ibero-americanas posteriores talvez possa ser melhor compreendida como uma retomada dessa disposição ibérica do século XVII do que como uma obediência conveniente e superficial à 'ciência da sociedade' da Europa do século XIX.”(MORSE, op.cit..p.67). Na ótica de Ricardo Vélez Rodríguez a adoção do positivismo na América Latina serve, dentre outras coisas, como meio de reforçar a dominação patrimonial. Ver *Estado, Cultura y Sociedad en la América Latina*. Santafé de Bogotá: Ediciones Fundación Universidad Central, 2000. p.416.

⁴⁷ - Nestes termos, “A construção da identidade nacional necessita portanto desses mediadores que são os intelectuais. São eles que descolam as manifestações culturais de sua esfera particular e as articulam a uma totalidade que as transcende.” (ORTIZ, op.cit. P.140-141).

⁴⁸ - Como bem aponta Pierre Vilar: “... la historia se ocupa de sociedades en movimiento.(...)debe construir esquemas estructurales de funcionamiento (y no solamente de relaciones estáticas), y debe dar cuenta no sólo de las principales estructuras teóricas existentes en el mundo en tal o cual momento, sino también de las contradicciones, de las tensiones, que llevan a los cambios de estructuras, a lo que podríamos llamar desestructuraciones e reestructuraciones.”. (*Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. 4ªedición. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.p.64).

Aliado à exposição deste chamado Grande Desígnio Ocidental, cabe ressaltar algumas propostas filosóficas do iluminismo dentro de seu respectivo cenário de mutações políticas e econômicas em transcurso na época, as tensões estabelecidas no ambiente revolucionário emergente, as escaramuças que definiram o clima de beligerância no que tange as relações internacionais, bem como, todas as formas de apropriação sobre estes elementos da história. Forma esta de contrastar com o transcurso da tradição neo-escolástica ibero-americana e o seu crescente grau de ecletismo que vai se desenvolvendo na medida em que se chega ao período contemporâneo.⁴⁹

A proposta de análise, assim constituída, conta também com uma pequena análise sobre as visões construídas pela historiografia platina, ao longo do século XIX, a respeito da política de D. João no Rio da Prata.⁵⁰

⁴⁹ - Este ecletismo que será importante para o desenvolvimento das bases intelectuais dos Estados latino-americanos do século XIX caracteriza-se como uma: "...tendencia tipicamente española de reconocer un cierto paralelismo entre un movimiento ideológico contemporáneo y raíces de concepción tradicional análogas, aunque más viejas. Esta inclinación se repitió durante la emancipación de la América española, cuando los revolucionarios, tales como Mariano Moreno o Antonio Nariño, defendían conceptos de soberanía popular que a la vez estaban profundamente arraigados en el pasado español y al mismo tiempo daban la apariencia de ser bastante modernos en la superficie."(STOETZER, O.Carlos. *Las Raíces Escolásticas de la Emancipación de la América Española*. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.p.39).

⁵⁰ -No caso da historiografia luso-brasileira D. João aparece como uma figura bastante controversa, principalmente, se analisada no período compreendido entre a vinda da Família Real para o Brasil em 1808 até o seu retorno à Portugal em 1821. Nestas circunstâncias, pontos cruciais como o estabelecimento da Corte Portuguesa no Brasil, a invasão napoleônica da Península Ibérica, a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, os benefícios comerciais aos ingleses, dentre outros, são muitas vezes avaliados de forma extremamente emotiva. Este tipo de análise, na maioria das vezes, flui para a construção de um perfil que não condiz com a realidade deste soberano. Mas o que interessa aqui é ressaltar a política exercida por D. João quando do estabelecimento da corte portuguesa na América, mais especificamente no que diz respeito à sua postura expansionista na Região do Prata. Tal fato pode muito bem ser constatado nas seguintes passagens de: Oliveira Martins , "Muita gente, por indolência, recusava ir; outros preferiam o invasor ao Bragança, que fugia miserável e cobardemente: ao herdeiro de reis, que jamais tinha sabido morrer, nem viver." (MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores, 1977. p.517); Pedro Martínez, "Em torno da figura de D. João VI mostram-se frequentes as contradições. Assim, o inglês coronel Owen, depois de qualificá-lo como 'incapaz', para o mal como para o bem, reconhece-lhe 'astúcia', 'tato' e 'delicada finura', variando sutilmente o assunto das conversas, travando interferências desagradáveis, conhecendo a fundo as pessoas e embarçando os mais hábeis (...) Era, assim, uma estranha 'incapacidade' a atribuída a D. João VI. Reconhece também Owen que o príncipe tratava bem toda a gente, 'apegava-se aos creados' e morreu amado do seu povo ...". (MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986, p.112); Pedro Calmon, "...saboreando a sua astúcia, que na aparência da apatia, desinteressada, escondia verdadeiros e teimosos desejos: o poder absoluto, como o tiveram seus avós, porém sem os seus ministros despóticos (...)Destruíra, metodicamente, todas as pessoas que o intimidavam e, iludidas pelo seu bondoso sorriso (...) ousaram impôr-lhe a sua vontade." (CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil: vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935, p.181) e Oliveira Lima : "Tinha o Rei por sina, ao que se podia jurar, arrostar situações difíceis, oriundas de uma época essencialmente de transição, e como tal de aguda perturbação." (LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil (1808-1821)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996. p.57).

A delimitação espacial, portanto, diz respeito à Europa e à América, num plano mais específico ao Brasil e a Região do Prata. A delimitação temporal⁵¹ tende objetivamente a concentrar-se em parte do período colonial ibero-americano no que tange a exposição do Grande Desígnio e, nos séculos XIX e XX no que se refere as abordagens historiográficas.⁵²

1.3 - O Grande Desígnio Ocidental: o caso ibero-americano e suas implicações frente a filosofia moderna.

Ao longo do século XIX o pensamento platino baseia-se em três tendências: a Alta Escolástica, o Espiritualismo Eclético e o Positivismo. Através delas é possível verificar a construção intelectual do ideal de Estado-nação.

A primeira vertente remonta, dentre outras coisas: as bases intelectuais presentes na formação do Estado espanhol, o projeto colonial por ele empreendido na América, bem como suas estruturas jurídica⁵³ e cultural. Seu espectro de influência se projeta até a

⁵¹ - A proposta desta análise busca privilegiar um tempo dinâmico onde as permanências e as rupturas estabelecem vários planos de realidade. Tendo em vista tal pretensão é necessário pensar este período em três níveis temporais: o cronológico, o interno e o referente ao espaço de inteligibilidade. A primeira noção de tempo nos permite organizar todo o conjunto de acontecimentos de relevo numa ordem seqüencial, permitindo assim traçar um primeiro plano sobre os momentos que aparecem como cruciais para uma, posterior compreensão do processo. Tal recorte lida tanto com um “tempo local” (América) quanto “global” (plano mundial). A junção de toda esta ordem de contextos, administrada a partir das estruturas sociais, econômicas e políticas, forma um espaço de inteligibilidade. Lugar onde a série de acontecimentos, frutos das tensões sociais geradas neste ambiente e todas as conseqüências que dele afloram são interpretadas e organizadas a partir de suas regularidades e desvios. Assim, este espaço da inteligibilidade histórica aparece como um momento síntese que percebe os fenômeno tanto no seu plano local como global.

⁵² - A idéia é ampliar ao máximo o espectro de possibilidades para analisar o recorte proposto, pois: “El historiador maneja y analiza realidades cuya entidad es naturalmente social, pero tales realidades son de una extraordinaria heterogeneidad. El hecho social ni excluye el tratamiento de los individuos mismos y, por tanto, de la psicología, ni las bases materiales de la existencia humana, ni las dimensiones del comportamiento colectivo. El historiador se enfrenta a realidades como la demográfica, la económica, de las relaciones entre individuos y grupos derivadas de sus interés (ideologías), la política, las simbologías culturales, etc. Ninguno de los ámbitos de actividad humana es ajeno a la historiografía. (...) La complejidad de las relaciones humanas es, sin duda, el problema esencial del objeto historiográfico.” (ARÓSTEGUI, op.cit., p.237.).

⁵³ - O direito escolástico é um dos grandes referenciais do processo de emancipação política das colônias hispano-americanas. “La abdicación de la Casa de Borbón en Bayona abrió la cuestión de la sucesión y de soberanía en el sentido más amplio de la palabra. Con la abdicación del rey, la autoridad civil volvió automáticamente al pueblo que había designado al rey como a su soberano. El pueblo, de acuerdo con la teoría escolástica, estaba ahora legítimamente habilitado para tomar en sus propias manos a la autoridad civil, ya que no existía más una monarquía española legítima – hasta tanto no volviese el rey -. Esto era lo que proclamaron las juntas usando la misma terminología de los escritores escolásticos de tiempos anteriores”. (STOETZER, O.Carlos. *El Pensamiento Político en la América Española Durante el Período de la Emancipación (1789-1825)*. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1966. p. 95).

primeira metade do oitocentos dividindo, em determinado momento, seu espaço com o espiritualismo filosófico e, principalmente, servindo de ponte cognitiva para a adoção do positivismo em fins deste século.⁵⁴

A criação de uma tradição histórica nacional passa, necessariamente, pela mediação entre os caracteres de Estado e sociedade herdados da Península Ibérica, concebidos à luz de fundamentos escolásticos e as novas demandas advindas da independência. Questões como a centralização do poder e a consolidação do Estado-nação condicionam a todo o momento o campo de visibilidade dos intelectuais, agregando aos seus discursos um elevado grau de organicidade e compromisso.⁵⁵ O conhecimento ideologizado adquire também o status de projeto político.⁵⁶

1.3.1: O Grande Desígnio Ocidental: o caso ibero-americano

O Estado espanhol emerge na nascente Idade Moderna sob o signo da cruz e da espada. A centralização política surge a partir de dois eventos históricos convergentes: a) o dualismo político-militar estabelecido pela união dos Reinos de Castela e Aragão através do casamento de Isabel I e Fernando II (1469) e b) o sucesso alcançado no processo de reconquista e unificação do território empreendida à luz de um espírito cruzadista contra os mouros. Concomitante a queda do último reduto de “infiéis” na Península Ibérica, Granada

⁵⁴-Não excluindo outras tendências tais como: o enciclopedismo, a ideologia, a filosofia social do romantismo, é possível afirmar que a escolástica, o espiritualismo eclético e o positivismo são as tendências que causaram maior impacto no espaço intelectual platino, pois “...hecho significativo es el de la concordancia de los distintos procesos filosóficos nacionales, que permite afirmar la existencia de un proceso único (...)Curso en el cual la escolástica y el positivismo actúan en articulaciones fundamentales.” (ARDAO, Arturo. *Espiritualismo y Positivismo em el Uruguay: filosofías universitarias de la segunda mita del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1950.p.13).

⁵⁵- Na tradição escolástica, “O intelectual já não podia limitar-se a levantar as questões, tinha de comprometer-se nelas. No extremo do método escolástico estava a afirmação do indivíduo na sua responsabilidade intelectual.”(LE GOFF, Jacques. *A Civilização do Ocidente Medieval*. Vol.II. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p.112).

⁵⁶- Esta idéia persiste até os dias de hoje: “Sin un hondo sentido de la historia no hay conciencia nacional, y sin conciencia nacional no podremos dirigir el futuro de la Argentina” (SCENNA, op.cit.p.411). Pode ser entendida até mesmo nesta curiosa passagem de Carlos M. Rama onde o pragmatismo assume um papel relevante: “Los intelectuales no son los responsables de lo que los sociólogos llaman estereotipos, pero a menudo son sus víctimas o, por razones políticas inmediatas, no dejan de usarlos para favorecer sus causas.”(*Historia de las Relaciones Culturales entre España y la América Latina*. Siglo XIX. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1982.p.13).

(1492), a Espanha já se vê integrada a um novo processo de dominação e conquista, agora proveniente de uma expansão ultramarina:⁵⁷ a América.⁵⁸

A sociedade estamental espanhola aparece, neste momento, assentada sobre as premissas do prestígio, da honra e do privilégio, seja por herança familiar ou por mérito pessoal. O Novo mundo aparece para a aristocracia peninsular como mais uma possibilidade de afirmação de seu poder.⁵⁹ Neste recente ambiente sócio-político espanhol⁶⁰ quinhentista é possível perceber que, no seio da estrutura estatal,

“Durante todo el siglo vemos (...) desarrollarse una rivalidad, una competencia, una lucha de influencia entre el brazo militar y los funcionarios, las armas y las letras. Los nobles ven con desgana cómo los letrados dirigen el Estado, pero los letrados envidian el prestigio social de los hidalgos y no piensan sino en alcanzar ellos mismos la hidalguía (...) Los letrados ocupan puestos importantes en los consejos y la administración, se enriquecen (...) se avergüenzan de sus orígenes plebeyos y acaban adoptando el modo de vida de los caballeros, su mentalidad, su escala de valores; procuran identificarse con la nobleza.”⁶¹

⁵⁷ - Outras conquistas tornam a Espanha uma potência no século XVI: “O dinamismo político e militar do novo Estado dual logo se revelaria dramaticamente numa série de extensas conquistas externas (...) Nápoles foi anexada; Navarra absorvida; (...) O ramo Habsburgo em breve adicionou Milão, o Franche-Comté e os Países Baixos. Esta súblita avalanche de sucessos fez da Espanha a primeira potência da Europa por todo o século XVI, gozando de uma posição internacional que nenhum outro absolutismo do continente foi jamais capaz de igualar. Todavia, o Estado que presidia este vasto império era, ele próprio, uma armação em ruínas unida, em última análise, apenas pela pessoa do monarca.” (ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.p.60). Sobre o caráter dual do Estado espanhol deste período ver também (FLEN, Jean-Paul.(et.ali.). *História de España. La Frustración de un Império (1476-1714)*. Vol.5. Barcelona: Editorial Labor, 1984.p.143.).

⁵⁸ - Para Armand Mattelart a chegada à América representa, antes de mais nada, a ruptura de uma concepção de uma Oikumené tricontinental - Ásia, África e Europa “...cercada pela imensidão das águas, zona de caos e do desconhecido.”. (*História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.p.17).

⁵⁹ - Ver ABELLÁN, José Luis. *História Crítica del Pensamiento Español: liberalismo y romanticismo (1808-1874)*. Vol.4. Madri: Espasa-Calpe, 1984. p.40.

⁶⁰ - Cabe ressaltar que Castela aparece como o grande centro empreendedor deste cenário em transformação já que: “De ahí que la expansión española y el siglo de oro sean también eminentemente unos fenómenos castellanos: castellanos fueron en su inmensa mayoría los hombres – políticos, soldados, conquistadores, mercaderes, misioneros, teólogos- que representaron a España en Europa y en el mundo, y en castellano escribieron los escritores que difundieron la cultura española de la época.” (FLEN, op.cit., p.145.).

⁶¹ - (idem, op.cit.p.182.).

Nestes termos, o processo que vai da consolidação de uma centralização política até à cruzada cristã “civilizadora” na América, responde aos preceitos que datam já do medievo - tradição, fé e hierarquia – distribuídas no equilíbrio entre os poderes espiritual e temporal⁶². Tais preceitos são adaptados às novas demandas históricas modernas.⁶³ Este modelo de organização social e administrativa terá reflexos diretos no *modus vivendis* da nascente sociedade ibero-americana.⁶⁴ Por sua vez, esta herança incidirá também no tipo de

⁶²-Articulação esta estabelecida pelo filósofo São Tomás de Aquino cujo pensamento defende uma “Harmonização, no plano social e político, entre poder temporal e poder espiritual (...), portanto análoga à que (...) procura estabelecer entre filosofia e teologia, entre razão e fé”.(MATTOS, Carlos Lopes. Vida e Obra. In: *Os Pensadores*. Tomás de Aquino. São Paulo: Bauru, 1996.p.14). Cabe ressaltar, também, a importância delegada ao intelectual nesta harmonização, idéia exposta no texto “O ofício do sábio”: “O uso comum que, no entender do filósofo (...) deve ser seguido quando se trata de dar nomes às coisas (...) manda que se chamem sábios aqueles que organizam diretamente as coisas e presidem ao seu reto governo.(...) Ora, todos quantos têm o ofício de ordenar as coisas em função de uma meta devem haurir desta meta a regra do seu governo e da ordem que criam, uma vez que todo ser só ocupa o seu devido lugar quando é devidamente ordenado ao seu fim, já que o fim constitui o bem de todas as coisas.”. (AQUINO, Tomás. Op.cit.p.129). Tal atribuição vai ser incorporada, de maneira bastante incisiva, pelos filósofos neo-escolásticos ibéricos ao longo de toda a Idade Moderna.

⁶³ - "Ao retrocederem, porém, os ibéricos estavam muito conscientes que os tempos impunham uma revisão das orientações da última parte da Idade Média. A adoção do tomismo não era uma conclusão antecipada, nem sequer era viável sem uma significativa modernização. Os neo-escolásticos ibéricos do século XVI não eram de modo algum reacionários cegos, pois lhe devemos reconhecer o fato de terem assentado as bases da jurisprudência internacional, fornecido uma metafísica inicial para a moderna filosofia européia e criado uma racionalidade e normas para as conquistas no ultramar mais humanas do que aquelas que a sucederam." (MORSE, op.cit.p.29).

⁶⁴ - Doutrinas oficiais de governo para a Espanha e as Índias, seguidas pelos monarcas desde Fernando V até Felipe II: "1º Todo régimen político..., o es Derecho Divino..., sino de Derecho humano, y, por tanto, legítimamente elegible por el pueblo (así, Vitoria en su *De potestate civili*, Soto en su *Defensio Catholicae confessionis* y Juan de Torquemada en su *Monarquía indiana*). 2º Por Derecho natural la potestad soberana cuyo origen viene de Dios, pertenece a la comunidad, la cual no puede rechazar totalmente esta autoridad (así, Soto en su *De iustitia et iure*, Azpilcueta en su *Opera omnia*); si los gobernantes no pueden crear un orden para el bien común, entonces el pueblo puede tomar medidas para remediar la situación. 3º Todos los modos legítimos de adquirir el poder civil se reducen, en definitiva, a la conformidad, previa o posterior, expresa o tácita, de la comunidad del pueblo, único titular de la soberanía (así, el *De laicis*, de Ballarmino; el *De potestate legis poenalis*, de Alfonso de Castro, y Covarrubias, presidente del Consejo de Castilla bajo Felipe II, en su *Opera omnia*). 4º Consiguientemente, la autoridad así conferida a los reyes, a más de no poder incurrir en tiranía, por correr en tal caso el riesgo de un justo tiranicidio...(Santo Tomás, Báñez, Mariana, Juan de Santa María, en su *República y política cristiana*). Ello incluye, por tanto, derechos personales basados en el Derecho natural, las normas de prudencia y justicia y las leyes positivas constitucionales previas, bajo cuya vigencia y obligación de cumplirlas se confirió la soberanía por la comunidad al rey (así, en *Variae*, de Covarrubias; en el *De legibus*, de Suárez, y en el *De iustitia*, de Molina). 5ºY, finalmente, cuando el titular actual cesa en la misma sin legítimo sucesor, bien sea por Deposición, Renuncia o Abdicación de la institución monárquica, la soberanía revierte a su titular habitual la comunidad política (así, en el *De iustitia*, de Molina; en la *Defensio fidei*, de Suárez).".(STOETZER, op.cit.p.102). Estas doutrinas foram aplicadas pelos funcionários do Estado espanhol e "...enseñadas en iglesias, universidades y colegios, y gobernaron la mente de los reyes y la opinión del pueblo, tanto en España como en las tierras españolas ultramarinas. Juan de Ovando, letrado y presidente del Consejo de Indias bajo Felipe II, imprimió estas ideas en el gobierno en las Indias - ideas que un siglo más tarde, antes del final del dominio de la Casa de Austria en los dominios españoles, fueran publicadas mediante la célebre, Recopilación de leyes de las Indias (1680) y que

sociedade sob a qual serão construídos os Estados nacionais na América Latina. Já que a própria estrutura colonial utilizada pela Espanha traz consigo os pressupostos da autoridade e prestígio e a tendência a concentração de poder pessoal.⁶⁵

Apesar do grande sucesso alcançado neste início de modernidade, a Espanha tende a ficar incólume aos efeitos radicais causados pelas revoluções científico-religiosas típicas da época do renascimento.⁶⁶ Na esteira destes mecanismos de articulação do poder estão o

contenían cuatro elementos fundamentales: orden provincial, justicia social, libertad personal y caridad cristiana." (idem, p.103.).

⁶⁵ -“La administración colonial se basó en el principio de dos jerarquías burocráticas, correspondientes al ejercicio de los poderes espiritual y temporal (gobierno eclesiástico, gobierno secular). La jerarquía eclesiástica era independiente por completo en cuestiones de fe, doctrina, moral y disciplina sacerdotal, sin tener otra autoridad suprema que la del papa en lo relativo a esas cuestiones; para todo lo demás, esta jerarquía se hallaba bajo la autoridad del rey como patrono de la Iglesia. El poder temporal o político venía ejercido en la metrópoli por los consejos reales antes mencionados. Por delegación del monarca, y por este en persona; en Ultramar lo ejercieron, también por delegación del rey, cuatro diferentes burocracias, una de ellas global en carácter y general en sus responsabilidades (gobierno), y las otras tres especializadas, hasta el punto de requerir una sólida preparación profesional: la administración de justicia, la de los fondos públicos (hacienda real) y el ejército (militar). Los cargos más altos en las colonias castellanas fueron los de virrey(...) Los virreys eran, en primer lugar, representantes personales del monarca y, como tales, vice-patronos de la Iglesia; por razón de dignidad, se eligieron durante mucho tiempo entre la nobleza de Castilla; los virreys ocupaban, además, el lugar más preeminente en todas las burocracias, como gobernadores de territorios vastísimos, jueces supremos honorarios, ordenadores de pagos en la hacienda real y comandantes militares. Tal acumulación de cargos y responsabilidades tenía por objetivo exaltar su autoridad y pretígio, subrayados visiblemente por una guardia militar, un palacio como residencia y una corte vice-real adecuada a su elevado rango político y personal.” (CASTILLO, Guillermo Céspedes del. *História de España*. Vol.VI. América Hispánica (1492-1898).Barcelona: Editorial Labor, 1986.p.235). Em sua gênese a concentração da autoridade pessoal visa um equilíbrio entre os interesses locais e metropolitanos: “O líder patrimonial está sempre alerta e preocupado em limitar o crescimento de uma aristocracia rural dotada de privilégios hereditários. Ele concede benefícios, ou prebendas, como remuneração por serviços, a renda proporcionada pelos benefícios é um atributo do cargo, não do incumbente como pessoa. Maneiras características de manter intacta a autoridade do líder incluem: limites na duração dos cargos reais; proibição de que funcionários adquiram laços familiares e econômicos em suas jurisdições; uso de inspetores e espões para supervisionar todos os níveis da administração, de tal forma que as jurisdições sejam competitivas e supervisionadas mutuamente. A autoridade do líder é orientada pela tradição, mas lhe permite reivindicar o direito ao poder pessoal total.” (MORSE, Richard. *The Heritage of Latin America*. Apud: SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.p.49). Seus efeitos de longo prazo se mostram ineficientes, gerando uma elite dirigente crioula secular disposta a defender seus interesses privados através de um processo de legitimação dentro dos espaços públicos de dominação; tende a explorar todos os limites e possibilidades do sistema jurídico-político estabelecido com vistas a consolidar sua tradição no poder. Na visão de Ricardo Vélez Rodríguez “Configuradas alrededor de un poder central fuerte, nuestras sociedades estarían más próximas a los modelos de paternalismo burocrático oriundos del patrimonialismo, que a un cuadro racionalizador a partir del cual surgiera un moderno Estado democrático. La história política de América Latina sería, así, la historia del patrimonialismo ibérico, que influiría de forma definitiva en el surgimiento de hábitos administrativos autoritarios y unipersonales.” (op.cit.p.59).

⁶⁶ - Será inclusive um dos “laboratórios” da contra-reforma empreendida frente ao avanço do protestantismo na Europa.(CHAUNU, Pierre. *O Tempo das Reformas(1250-1550): A reforma protestante*. Lisboa: Edições 70, 1993.p.162.). Seu perfil é de um renascimento cristão, cuja principal necessidade é manter a união entre razão e fé, agora à luz da escolástica e do humanismo: " El espíritu del Renacimiento y del humanismo cruza los Pirineos, pero ni el uno ni el otro tuvieron aquí el influjo de lo que comúnmente se cree. Era la gran lucha

pensamento neo-escolástico e, principalmente, o intelectual como legitimadores do status quo.

Em síntese:

“...na metade do século XVI a Espanha encarava um programa nacional estabelecido com muito mais clareza do que o fizeram outros povos europeus da época e possuía instituições religioso-políticas melhor legitimadas para fazê-lo cumprir. Essas condições ajustavam-se à visão tomista. Originalmente o tomismo apresentava uma visão coerente e hierárquica do universo, que havia perdido sua organização cuidadosamente escalonada nas mãos de Scotus e Occam. Para explicar a hierarquia havia três tipos de leis - eterna, natural e divina - que concordavam entre si e proporcionavam referenciais a que podiam se reportar casuisticamente as leis humanas e os problemas 'políticos'. Era um sistema que casava a teologia especulativa com a filosofia racional, mantendo um delicado equilíbrio entre a razão e a fé, a natureza e a graça. Os dois termos não eram nem opostos nem coincidentes: complementavam-se um ao outro. No entanto, as proposições não podiam ser apreendidas simultaneamente pela fé e pela razão natural. O corolário político disso é que a Igreja era um 'corpo místico' e o Estado, como a mais perfeita das associações humanas, um 'corpo político e moral'. Os seres humanos podiam assim ser considerados dentro de uma perspectiva ao mesmo tempo cristã e 'natural', o que significava que os pagãos e os infiéis eram também capazes de associações políticas.”⁶⁷

Francisco Suárez é a grande referência do pensamento escolástico do período. Através de sua leitura de Tomás de Aquino constrói uma metafísica atualizada do contrato natural e da soberania popular, ambas baseadas no princípio da justiça enquanto vetor

Europea del siglo XVI, España continuaba con sus tradiciones medievales, pero de ningún modo se oponía a aquellas tendencias modernas que fueron incorporadas mediante las reformas del cardenal Cisneros y la recientemente creada Universidad de Alcalá (1498-1508); estas reformas representaban un vínculo con la influencia de Erasmo de Rotterdam y con el humanista español Juan Luis Vives (1492-1540). De aquí que el Renacimiento en España (y en Portugal) fuera un renacimiento cristiano de todos los puntos de vista.

La unión del Escolasticismo con el humanismo encontró su máxima expresión en el Emperador Carlos V, en el sentido de que principios de Dante y de Erasmo - las ideas de la monarquía universal y de una cristiandad única y triunfante - fueron combinados con el concepto hispánico de un Imperio cristiano fundado no sobre la conquista, sino sobre un alto deber moral entre los príncipes cristianos, como lo indicara a su amo imperial, Ruiz de la Mota."(STOETZER, 1982.p.36-37).

⁶⁷ - MORSE, op.cit.p.42-43.

moral e base da unidade e estabilidade sociais. Desta forma, o poder do soberano possui suas raízes no povo, que aliena sua própria soberania para transferi-la ao príncipe. Em síntese, o direito natural desenvolvido por Suárez preconiza um poder político proveniente da comunidade, estabelecido através de um pacto social entre soberano e povo, reflexo da lei eterna cujo objetivo primordial é o bem comum. Enfim, é pelo consentimento que se instaura uma autoridade civil de caráter orgânico.

Transferida a autoridade ao príncipe – *pactum translationis*- cabe ao povo exercer a obediência. Neste raciocínio:

"Era claro a Suárez que, una vez que se había establecido una sociedad y que se había nombrado una autoridad para regirla, el pueblo que comprende esta sociedad abandonaba un estado de deformidad para convertirse en algo que verdaderamente pudiera llamarse una sociedad. Cuando tal sociedad investía la autoridad en un príncipe expresaba una voluntad colectiva. El hecho de que algún individuo poseía ciertas cualidades para gobernar no significaba que tenía un derecho a esta posición; solamente el pueblo puede conferir este derecho a un individuo. Sin embargo, según Suárez y otros pensadores de la Alta Escolástica, una vez que se haya establecido la autoridad civil, ésta ya no se basa más en el pueblo, sino que está situada y representada en la persona o personas nombradas para ejercer el poder."⁶⁸

Por sua vez, a manutenção deste pacto necessita de um governo calcado na justiça, ou melhor, no bem comum. A ruptura deste contrato somente pode acontecer em casos de tirania que atente contra as leis eterna e natural (direito de resistência) ou quando o trono fica vacante sem um legítimo sucessor. Nestas circunstâncias, o poder transferido pelo consentimento retorna a sua origem.⁶⁹

⁶⁸ - STOETZER, 1982, op.cit.p.47.

⁶⁹ - Esta construção teórica de Francisco Suárez é ensinada na América hispânica desde o século XVI. Para Carlos Stoetzer o *pactum translationis* é essencial para compreender as emancipações na América, pois: "Tan pronto como fueron conocidos los sucesos de Bayona en la América española, este *pactum translationis* suaceriano fue usado para diferentes fines políticos: a) para determinar el titular de la soberanía en un sentido territorial; b) para establecer la base legítima para la organización política de la soberanía, y c) para proclamar el carácter soberano o delegado de las autoridades civiles en la América española. Pero los países siguieron

A doutrina e a ordem social são, nestes termos, o *leit motiv* do Estado e da sociedade ibero-americana a partir do século XVI.⁷⁰ Torna-se importante apontar que, nesta estrutura, o poder espiritual não responde apenas ao espaço religioso, mas exerce sim um destacada função social que é o de mediação simbólica entre o estatal e o social, elemento que se faz integrador também sobre a forma de um projeto do porvir. A instrumentalização se dá através de sucessivos tratados filosóficos e, principalmente, pela domesticação dos principais canais de produção e divulgação do conhecimento: escolas e universidades.⁷¹

Esta idéia é perceptível pelas diversas adaptações que o pensamento neo-escolástico vai fazendo frente ao racionalismo moderno. Neste patamar, por exemplo, é possível perceber um dos principais campos de discussão no que diz respeito a verdadeira natureza do Estado.

Maquiavel em sua obra “O Príncipe” defende um novo campo de visão sobre o que tange o poder e seu exercício, de forma a reduzi-lo ao plano temporal. Questões morais passam a ser irrelevantes frente a necessidade de manter a dominação através da “Razão de Estado”, premissa fundamental de qualquer soberano que deseja atingir o sucesso.

A visão de Estado constituída por Maquiavel provoca uma imediata reação dos intelectuais espanhóis, fenômeno que recrudescerá ao longo do século XVII.⁷² Apesar de ser

pautas individuales; cada región obró en conformidad con sus propias tradiciones históricas y circunstancias políticas.”(idem, p.288). Também vital para o entendimento da completa fragmentação da América espanhola em vários Estados Nacionais e a tensão estabelecida entre suas respectivas capitais e províncias: “Prevaleció finalmente el caso provincialista, por la simple razón que se había roto el único vínculo que por tanto tiempo había mantenido la unidad; por consiguiente, con auténtico espíritu ibérico, las distintas regiones de la América española exigieron ahora los mismos derechos frente a las capitales de provincia como las capitales revolucionarias frente a la metrópoli.”(ibidem, p.289).

⁷⁰ - MORSE, op.cit. p.48.

⁷¹ - A contra-reforma religiosa também é um referencial importante para a manutenção do monopólio da moral e do saber, principalmente se nos reportarmos ao papel desempenhado pelo Índice de obras proibidas. Na Espanha de 1559, por exemplo, a obra “O Príncipe” de Maquiavel se vê incluída ao Índice de Valdés. Ver ABELLÁN, José Luis. *História Crítica del Pensamiento Español: del Barroco a la Ilustración (siglos XVII y XVIII)*. Tomo III. Madri: Espasa-Calpe, 1988. p.61.

⁷² - Segundo José Antonio Maravall esta discussão sobre “Razão de Estado” tem como um dos planos centrais a definição do termo estadista: “Desde ese nivel en que lo hemos quedado, se comprende la definición que en las primeras décadas del siglo XVIII dará el *Diccionario de Autoridades*: ‘El que entiende y maneja las cosas y materias de Estado, que por otro nombre llaman Político, y de ordinario esta voz se aplica a los que se precian de políticos y repúblicos’. (...) no cabe duda de que (...) se valora muy positivamente la especialización en los saberes sobre materias estatales que caracterizan al estadista. Y esta conclusión se refuerza si vemos que el “político”, a cuya figura se le equipara, es objeto ahora de una no menos favorable

perceptível a defesa de uma razão de Estado em obras como as de Jean Bodin e Thomas Hobbes⁷³, é através do antimaquiavelismo que os pensadores hispânicos concentrarão as bases de seu conteúdo crítico e afirmarão os fundamentos do que chamam Estado cristão.⁷⁴

A produção destes tratados políticos respondem a uma necessidade essencialmente prática: educar o leitor “...políticamente en la dirección que los interesa.”⁷⁵ Desejam, principalmente, instruir o governante frente as demandas do Estado.⁷⁶ Esta função pedagógica assenta-se sobre a argumentação de que o príncipe, na condição de figura pública, precisa ser um modelo de virtude cristã, forma esta que o torna um exemplo para a sociedade e o aproxima dos desígnios de Deus.

No Barroco espanhol, momento no qual eclodem a maioria destes tratados antimaquiavelistas, é possível perceber tal foco temático em autores como Pedro de Rivadeneyra em seu *Tratado de la Religión y Virtudes que debe tener El Príncipe Cristiano para gobernar y conservar sus Estados, contra lo que Nicolás Maquiavelo y los políticos de ese tiempo enseñan*, no qual se propõe a instruir acerca da melhor “forma de gobernar y conservar los Estados mediante la recta doctrina católica....” contrariando Maquiavel e seus seguidores.⁷⁷

Na ótica de Rivadeneyra razão natural e religião não são incompatíveis. Por sua vez, existem duas razões de Estado: a “sólida” e “verdadeira” e a “falsa” e “aparente”; a que faz da religião Estado e a que incorretamente faz do Estado religião.

conceptualización: político ‘se llama al sujeto versado y experimentado en las cosas del gobierno y negocios de la república o reino’ ”. Este dicionário, publicado em 1732, traz também a definição da figura do “repúblico” aludido acima: “...relacionado con la persona que se ocupa de los negocios públicos o del Estado – palabra que también en el siglo XIX encontrará una retórica exaltación -. Se trata de “Repúblico”: ‘el hombre zeloso y amigo del bien público o que trata del bien común (...) el que es capaz de los oficios públicos’ ”. (*Estudios de Historia del Pensamiento Español (El siglo Barroco)*. Tomo III. Madri: Ediciones Cultura Hispánica, 1984. p.113).

⁷³ - É interessante notar que no século XVIII Hobbes passa a ser o centro dos ataques dos pensadores espanhóis que utilizam, inclusive, alguns preceitos de Maquiavel para atacar a teoria desse autor. Ver MORSE, op.cit.p.68.

⁷⁴ - “El antimaquiavelismo español propugna, en consecuencia, una vuelta a la armonía entre razón y fe sobre la que se apoyaba la construcción política y la teoría del Estado de nuestros tratadistas; para ello fundamentan su postura en la renovación tomista de la teología propugnada por los pensadores de la Contrarreforma...”.(ABELLÁN, 1988, p.62).

⁷⁵ - Idem, p.64.

⁷⁶ - Torna-se importante ressaltar que grande parte destas obras são produzidas por funcionários do Estado ou religiosos sem cátedra.

⁷⁷ - ABELLÁN, 1988, p.65.

Diego Saavedra Fajardo, em sua obra *Idea de un Príncipe político-cristiano representada en cien empresas*, segue a linha de raciocínio de seu predecessor: o caráter pedagógico. Neste caso, o autor preocupa-se com a decadência da Monarquia espanhola, resultado das guerras e da descoberta da América. A primeira acabou com a harmonia e a ordem; já a segunda tornou escassa a mão-de-obra no campo e na indústria.

Reverter o processo de decadência é eliminar suas causas, para tanto, o governante necessita possuir uma boa formação intelectual. Através dela é possível ter o domínio sobre a arte da política. Dominá-la sobre um fundamento técnico é ter consciência da unidade existente entre a religião e a política. Portanto, cabe ao governante guiar-se pelo que Saavedra chama de prudência. Esta, em consequência, possui a virtude de estabelecer uma memória sobre o passado, uma inteligibilidade sobre o presente e um caráter providencial quanto ao futuro.

Virtude e prudência, qualidades importantes para o príncipe na ótica de Maquiavel, são aqui apenas reorientados à luz do pensamento escolástico. Assim, os antimaquiavelistas espanhóis, que tem na Contra-reforma seu pano de fundo, não conseguem superar os limites de sua própria concepção teórica, já que

“Vienen a incurrir en contradición flagrante con sus propias tesis al pretender combatir las tesis maquiavélicas con el poder de Estado, apuntalando con ideas contrapuestas la misma realidad de éste. Cómo dice Francisco Ayala señalando este hecho: ‘La trágica incongruencia de la Contrarreforma está en que, para enfrentarlo, incurre justamente en aquello que quiere combatir. Ésta es la aberración sutil de instituciones como el Tribunal de la Inquisición; que hacen de la religión Estado, e incluso razón de Estado. En nombre de la tradicional concepción católica, la Contrarreforma se opone a la doctrina de los políticos, orientada en la eficacia y medida con los criterios del poder; pero no encuentra otro camino para combatirla ni otros medios para extirparla que los del propio poder del Estado. Y así, éste se identifica con un cuerpo de dogmas, cerrándose alrededor suyo(...) La Contrarreforma se ha encerrado en las fronteras del Estado español, y utiliza

para sus fines culturales lo instrumentos del poder político.”⁷⁸

Aqui está um dos pontos cruciais para a matriz ideológica ibero-americana: a tensão estabelecida entre o tomismo e o maquiavelismo significarão para estas sociedades um elemento de contradição e síntese advindos da escolha de seu grande desígnio.⁷⁹ Instaura-se assim uma dialética entre as concepções escolásticas, Estado tutelar e bem comum com as de Maquiavel, cálculo de poder e política como arte ou ciência. Elementos que adquirem grande significado no processo de elaboração das culturas nacionais da América hispânica.⁸⁰

Assim, na Espanha:

"A pesar de la adopción del tomismo (desarrollado con connotaciones modernizantes en las síntesis de Molina, Victoria Y Suárez), la matriz ideológica ibérica abarcó también minoritariamente al momento del maquiavelismo con la idea de la política como arte o ciencia. A lo largo de los siglos, a partir de 1535, esta variante obraría como contrapropuesta frente a la visión orgánica tomista, que sería la preponderante. Obraría como una especie de diástole inspiradora de movimientos de crisis en el seno de la más permanente sístole orgánica."⁸¹

⁷⁸ - Idem, p.71.

⁷⁹ - Na linha de raciocínio seguida na obra “O espelho de Próspero” percebe-se que: " O problema, do nosso ponto de vista anglo e ibero-americano, é que no momento crítico da expansão ultramarina as sociedades progenitoras adotaram, deixaram-se levar ou foram arrastadas por dois conjuntos de premissas políticas que seguem orientando a lógica da ação e do pensamento político até hoje.". No caso espanhol: " Esse diálogo político foi estabelecido na Espanha com a propagação das idéias tomistas e maquiavelistas.". (MORSE, op.cit.p.56).

⁸⁰ - Um de seus reflexos políticos é que : "Na ibero-américa o liberalismo e a democracia não interagiram diretamente, sendo assimilados de forma independente, e em verdade intermitente, a uma cultura política que ambos podiam afetar, mas nenhum podia suplantar. Se na Anglo-América a coexistência de ambos levou adiante a antiga dialética de liberdade-ordem, na Ibero-América eles foram integrados à dialética ainda mais antiga entre cálculo do poder e bem comum, entre política como arte ou ciência e o Estado como incorporativo ou tutelar."(idem, p.89).

⁸¹- RODRÍGUEZ, op.cit.p.288. Segundo o mesmo autor: "En procesos revolucionarios (como fue el caso de las guerras de independencia de los países hispanoamericanos), esta reacción se basa en el llamado por Morse 'populismo católico', que echa raíces en la idea Suarezeriana de que la soberanía reside primariamente en el pueblo (tutelado por la Iglesia) y que el poder puede volver a él cuando es ejercido contra la el bien común. Este proceso, que justificó históricamente la privatización del poder político por los clanes, tuvo un efecto

Ao longo de todo o período colonial as premissas: doutrina e ordem social, vão orientando a visibilidade da elite crioula americana⁸² e se constituindo num dos principais canais de justificação e manutenção de seu poder.⁸³ A visibilidade herdada da tensão entre o escolaticismo e o maquiavelismo atravessa o período colonial e se enraiza nas sociedades americanas emancipadas. Esta herança será vital para a organização dos futuros Estados nacionais na América, bem como terá seus reflexos na elaboração e desenvolvimento de suas respectivas consciências históricas.

No que toca ao período da Ilustração Ibero-americana, é perceptível a convivência e, muitas vezes reciprocidade, entre o pensamento iluminista clássico e a tradição escolástica. A tentativa de conciliação de ambas tendências vai marcar a emergência do chamado ecletismo: tentativa de adaptar os novos preceitos do racionalismo com a tradicional concepção cristã de homem e cultura.⁸⁴

secundario y benéfico: frenó la esclerosis unidimensional del poder." (idem, p.291). Que, por sua vez, incide numa futura concepção de "democracia orgânica" tipicamente latinoamericana.

⁸² - "El grado de criollización, por otra parte, no se mide en número de individuos, sino también en función de la riqueza, prestigio, poder y conciencia de grupo. Estos factores no cuantificables, crecieron asimismo con rapidez a partir de comienzos del siglo XVII. Ya hemos mencionado las concesiones de títulos nobiliarios, que en ese siglo obtienen por primera vez los mercaderes y, después, los mineros capaces de comprarlos; los hábitos de Órdenes Militares, que proporcionan bastante lustre; los escudos de armas más o menos fastasmagóricos; las genealogías con toda su capacidad de manipulación; los títulos de familiar del Santo Oficio que reflejan en quien los ostenta algo del respetuoso pavor que inspiraba por doquier el Tribunal de la Inquisición; los cargos de hermano mayor y otros de menor relieve en cofradías religiosas; el patronazgo de conventos e instituciones de beneficencia; la colocación de hijos segundones de buena familia en la guardia del virrey; la obtención de grados militares honoríficos, de sepulturas en iglesias, y los mil honores y privilegios vacíos que alimentan la vanidad propia y el respeto ajeno. Junto al prestigio cuenta el poder, y no olvidemos al respecto que casi todos los oficios vendibles y renunciables a que aludimos (...) fueron a parar a manos de criollos, bien por compra directa, reasignación onerosa o herencia familiar; con ello el criollismo conquistó y fue aumentando parcelas de poder político que hubo de respetar hasta el virrey más exigente, e incluso el propio monarca. Además de esa participación directa y oficial en el poder, debe tenerse en cuenta la conexión familiar a través de funcionarios de todos los niveles – desde el muy alto de oidor hasta los grados más inferiores – que contraen matrimonio en el distrito donde ejercen su autoridad, o casan a sus hijos con muchachas de la sociedad local."(CASTILLO, op.cit.p.294-295).

⁸³ - Tal fato pode ser visto, por exemplo pela: "...impresión superficial de desorden, anarquía e ineficiencia, sobre todo en el período comprendido entre 1687-1750 (...) Bajo esa apariencia, la oligarquía crioula impone sus conceptos del orden, la disciplina social y el manejo de los fondos públicos."(idem,p.303).

⁸⁴ - "Embora haja pensadores que ocasionalmente produziram sínteses coerentes, costuma-se em geral associar o termo 'ecletismo' à Ilustração ibérica. Qualquer sistema de idéias, em sentido amplo, é eclético, na medida em que toma noções, suposições e argumentos de uma variedade de demonstrações prévias; esse foi o caso, como vimos, de Tomás de Aquino, de Suárez ou de Hobbes. Usado mais estritamente, 'ecletismo' indica abstenção da especulação sistêmica e tentativa de resolver problemas práticos. As sínteses hobbesiana e suareziana fundiram o tratamento de tais problemas com uma formulação nova das premissas básicas. Daí em

1.3.2. – A Ilustração Ibero-Americana

A Ilustração se encarrega de construir a base de uma nova relação de poder que repousa sobre o alicerce da ciência. Deseja atualizar uma estrutura de Estado que já apresenta sérios desgastes. Tais reformas são estabelecidas num contexto histórico onde as contradições afloram de forma determinante no tecido das sociedades. A tensão entre os opostos ganha termo na efervescência revolucionária do setecentos e na emergência do liberalismo político e econômico.

As Monarquias Absolutas vigoram no século XVIII por quase todo o continente europeu. A exceção fica a cargo da Grã-Bretanha que fez sua revolução no século anterior e de alguns pequenos Estados. Na transição para o XIX, os velhos regimes entram numa crise insolúvel de ordem política e econômica.

A iniciativa de reverter este quadro de decadência surge sob o estigma da Ilustração assentada nos signos do racionalismo e do naturalismo. Soberanos e ministros empenham-se na execução de reformas de cunho administrativo com o intuito de racionalizar suas instituições. Tal racionalismo ganha um perfil econômico através do fomento a agricultura, a indústria e ao comércio.

No caso específico da Península Ibérica, a Ilustração tem seu ápice na segunda metade do século XVIII nos reinados de Carlos III, de Espanha e de D. José I, de

diante essas premissas, com significados amplos e adaptativos, passaram a conter o conjunto crescente de preocupações instrumentais advindas da maturação do capitalismo e do Estado Nacional. Como a Ibéria dos séculos XVII e XVIII não experimentava nenhuma situação interna “revolucionária”, religiosa ou política, os significados anteriores persistiram e, não sendo criticamente reexaminados, houve uma erosão de sua capacidade doutrinal e de sua importância explícita para os assuntos práticos.”(MORSE, op.cit.p.73). No que diz respeito à historiografia: “La gran originalidad de la Ilustración en lo que atañe a la historiografía consistirá en lo que podemos llamar “interpretación histórica de la civilización”, e “interpretación histórica de la historia”. A lo que podemos añadir la consideración de ésta como instrumento, uno más, para promover las reformas de la sociedad, ya que del estudio de la historia puede deducirse en vez de una tradición inmutable, un proceso continuado de vida, cambio y creación, en el cual se forma la nación y se individualiza su ser. En este consistirá, indiscutiblemente, la novedad del planteamiento ilustrado de nuestra historiografía del XVIII, que queda ampliamente diferenciada de la historiografía anterior, y algunas de cuyo aspectos va a recibir como herencia el siglo XIX.”(ALONSO, Manuel Moreno. *Historiografía Romántica Española: introducción al estudio de la historia en el siglo XIX*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 1979.p.150).

Portugal.⁸⁵ A meta é racionalizar todo o aparato compreendido pelo Estado luso reestruturando-o de uma ampla forma. Criam-se empresas como a "Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro" (1755), dentre outras, com vistas a empreender uma maior organização produtiva. A mudança estrutural e doutrinária que ocorre na monarquia portuguesa, aos cuidados do soberano D. José I, deve ser entendida como uma adaptação da política de Estado aos novos tempos, ou seja, ao espírito das luzes.⁸⁶

Na Espanha a tendência é seguir a orientação dos séculos anteriores através da união do humanismo (nova tradição) com a Escolástica (velha tradição).⁸⁷ A vontade de superar a tão propalada decadência espanhola instiga os pensadores ilustrados hispânicos a utilizar a razão com base de um amplo programa de reformas baseado na autoridade real, despotismo

⁸⁵ - O pensamento racionalista de Ilustração encontra certas dificuldades de circulação na Península Ibérica devido a forte intromissão da Igreja Católica e seus órgãos de Inquisição. Um exemplo disso são os empecilhos criados para a circulação de obras como a *Enciclopédia*. Existe um interesse por parte dos ibéricos por essa espécie de leitura, mas este é facilmente subjugado pela coação estatal. Assim, "A demanda existiu igualmente na Península Ibérica, mas a Igreja e o Estado uniram as forças para suprimi-la ". (DARNTON, , Robert. *O Iluminismo como Negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.p.408). No caso português as reformas são administradas por Sebastião José de Carvalho e Melo, célebre Marquês de Pombal. Sua política "ilustrada" "...converteu-se em motivo de admiração para os políticos e pensadores liberais a partir da Revolução de 1820. O período pombalino assumiu então o caráter de primeira grande abertura rumo às conquistas liberais do século XIX. O ministro de D. José I tornou-se o precursor do liberalismo, o homem que pela sua visão e coragem fez ruir as formas obscurantistas que toldavam a sociedade ". (FALCON, Francisco José C. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1983. p.219.).

⁸⁶ - idem, op. cit., p.77.

⁸⁷ - Carlos Stoetzer faz alusão a divisão estabelecida por Rodríguez Casado para compreender o pensamento espanhol durante a Ilustração. Segundo ele: "...había en realidad cuatro grupos intelectuales en el siglo XVIII español: los conservadores, hostiles a cualquier reforma; los tradicionales, opuestos a algunas, pero dispuestos a otras novedades (...); los 'modernistas tradicionales' o cristianos ilustrados (...), y los revolucionarios extranjerizantes, quienes seguían tendencias modernas (...). La característica general de la Ilustración española era su débil fundamento filosófico y su entusiasmo por la aplicación de los conocimientos útiles – economía, educación, gobierno-. Otros rasgos comunes a los reformadores eran su visión miope de la historia y su optimismo desbordante. Los cuatro grupos coincidían en tres puntos básicos: a) La necesidad de la enseñanza de la religión cristiana como el mejor medio para la formación de carácter, en conformidad con los métodos escolásticos; b) la urgencia de poner todos los sistemas educativos al servicio de la nueva estructura social, y c) de convertir todo ello en el instrumento adecuado en beneficio del individuo como medio importante para obtener su felicidad humana y trascendental." (1982, op.cit.p.141). Creio que a relevância dada ao conteúdo prático da educação é importante para compreender o movimento de organização dos novos Estados ibero-americanas ao longo do século XIX, principalmente no que toca ao tratamento histórico dado ao tema da identidade nacional.

ilustrado, e na educação.⁸⁸ A idéia de ciência e progresso permanecem adaptadas ao viés religioso.⁸⁹

A transferência do poder da Casa de Áustria para a Casa de Bourbon em 1700 é o marco inicial para a adoção das ditas reformas. A decadência espanhola e a necessidade de combatê-la através de um programa de reformas desenharam os limites estruturais de sua adoção, bem como seus âmbitos de aplicação - autoridade real e educação.⁹⁰ A ciência e o progresso são, na medida do possível, incorporadas ao espectro religioso.⁹¹ A Ilustração na segunda metade do século XVIII tem na Igreja e na Universidade, algumas vezes, o papel de vanguarda.⁹² No seu recorte histórico-cronológico

“...el primer reinado de Felipe V pone las bases de lo que se ha llamado “el prerreformismo borbónico”, y que en definitiva no es sino la plataforma sobre la que se operará en los siguientes reinados una lenta, pero continuada e irreversible, subida de nivel histórico. El segundo reinado de Felipe V (1724-1759), preparan el terreno para el gran momento que va a significar el reinado de Carlos III (1759-1788), momento cumbre de la Ilustración y de la recuperación iniciada en 1680. Posteriormente, a 1788 se inicia ya otra época histórica; son los preludios de la segunda gran crisis de la conciencia española, que estallará durante la invasión napoleónica (1808-1814), colocando las bases del antiguo régimen y el comienzo de la edad contemporánea.”⁹³

⁸⁸ - STOETZER, 1982, p.114.

⁸⁹ - "Como estava centrado no Estado, na estrutura herdada da comunidade política, o pensamento político na era barroca espanhola representava a liberdade não como uma circunferência de imunidade para o indivíduo, e sim como uma obediência voluntária ou 'ativa' ao poder constituído, noção vinculada à doutrina católica que definia o papel do livre-arbítrio na obtenção da graça. O corolário da liberdade, assim concebida, consistia num Estado cuja função principal era a manutenção da ordem através da administração da justiça, justiça que tanto premiaria o mérito quanto castigaria a delinquência.(...)Num corpo político que se recusava a capitular ante o dinamismo da época, a *raison d'état* foi generalizada de princípio de governo a estratégia de enfrentamento de situações, moral de acomodação que permeava toda a sociedade.(...) No século barroco o cálculo político passou claramente do 'Estado como bem comum' para 'o governo como arte'. Contudo, os preceitos irreverentes de Maquiavel insinuaram-se na sabedoria política espanhola apenas para deixar de fora um novo e menos assimilável antagonista. Hobbes representaria para a Espanha do século XVIII, diz Sánchez Agesta, o que Maquiavel representou para o XVII: '...talvez com a única exceção de Campomanes, não há escritor que não dedique um capítulo, uma página ou uma linha à sua refutação.' ". (MORSE, op.cit.p.68).

⁹⁰ - STOETZER, 1982, p.114.

⁹¹ - idem, p.115.

⁹² - idem,p.119.

⁹³ - ABELLÁN, 1988, p.463.

A busca pela renovação do pensamento espanhol, através da adoção de preceitos do racionalismo iluminista, não deixa de gerar fissuras entre a intelectualidade. Nas últimas décadas do setecentos é perceptível a divisão entre os defensores de uma radical mudança ou o abandono da escolástica, principalmente da orientação seguida pela Contra-reforma, e os que desejam simplesmente adaptar os novos preceitos iluministas à antiga tradição do escolaticismo. Os primeiros são acusados de “imitadores” da consciência estrangeira, inimigos do espírito da nação; já os segundos de conservadores e “defasados”.⁹⁴

Neste ponto, a ilustração espanhola marca um ponto referencial importante: a disputa que adentrará o século XIX entre os que desejam modernizar o Estado aos moldes do racionalismo iluminista e os defensores da manutenção de pensamento tradicional espanhol como referência de uma cultura nacional.⁹⁵

⁹⁴- idem, p.481. Torna-se importante ressaltar que em meio a esta disputa no seio da intelectualidade espanhola: “Los autores de antologías, de historias literarias, de historias sociales, de colecciones de todo tipo, y que componen sus comentarios y sus colecciones en la segunda mitad del siglo XVIII (...) y en los primeros años del siglo XIX (hasta 1810-1812), no habla nunca – o casi nunca – del siglo XVIII. Se establece sistemáticamente un silencio sobre los años 1680-1780 o 1800.” (DÉROZIER, Albert.(et.ali.). *Historia de España. Vol. VII. Centralismo, Ilustración y Agonía del Antiguo Régimen (1715-1833)*. Barcelona: Editorial Labor, 1984, p.325). No que diz respeito ao foco temático dos historiadores espanhóis se percebe que “...hacen referencia al pasado grandioso, el de la formación de la nación.” (idem, p.327).

⁹⁵ - A mesma idéia pode ser vista em fins do século XIX na obra “Historia de los Heterodoxos Españoles” (1880) do escritor espanhol Menéndez y Pelayo: “El autor, católico puro partidario de la conservación de la tradición española, ve en los fenómenos de renovación intelectual (escepticismo crítico de la primera mitad del siglo XVIII, Ilustración venida de fuera, liberalismo del siglo XIX) la pertinaz herejía y el jacobinismo triunfante. Empezando el examen del siglo XVIII, declara rotundamente: “ Uno de los caracteres que más poderosamente llaman la atención en la heterodoxia española de todos los tiempos es su falta de originalidad; y esta pobreza de espíritu propio sube de punto en nuestros contemporáneos y en sus inmediatos predecesores.”(DÉROZIER, op.cit.p.347). Interessante notar que a defesa de um pensamento original como contraponto as idéias estrangeiras também encontram espaço na América dos séculos XIX e XX. Nesta, se pode perceber algumas tendências como a negação da herança cultural espanhola - Ver nota 53; a tentativa de se fundar uma filosofia americana pela via adaptativa do ecletismo: “... se postula (...) la necesidad de completar la independencia política mediante la constitución de un pensamiento ejercido de manera autónoma. La ‘filosofía europea’ – dirá Alberdi- debe ser adecuada por nosotros a nuestras necesidades y objetivos; en otras palabras, se debe hacer una ‘filosofía americana’ – y Alberdi fue el primero en hablar de tal filosofía en Hispanoamérica -, desde una posición de autovaloración y reconocimiento de nosotros mismos.”(ROIG, op.cit.p.63); até mesmo pelo combate ao chamado “modismo estrangeiro” através da criação de uma consciência americana capaz de eliminar a dependência cultural: “...Leopoldo Zea ha señalado la existencia de una especie de anhelo destructivo que lleva a ‘empezar siempre desde cero’, ateniéndose a la última moda intelectual proveniente de Europa, desconociendo el valor de todo lo anterior y siendo ajeno a toda conciencia dialéctica y Salazar Bondy, por su parte, ha hablado de una ‘evolución discontinua’ de acuerdo con la cual cada mudanza dentro del pensamiento hispanoamericano depende de la presencia de una nueva filosofía que viene del viejo continente y que se instala sobre el rechazo de la anterior.” (idem, p.62).

A circulação de obras estrangeiras ajuda a propagar as bases do pensamento ilustrado, mas seu acesso é restrito a uma pequena elite culta.⁹⁶ Além disso, entre os anos de 1752 a 1757 a Espanha desenvolve pela primeira vez uma política sobre os livros. Os livreiros espanhóis passam a ter a obrigação de enviar relações das obras produzidas fora do país que constam ou vão passar a constar nos acervos destes comerciantes. O controle sobre este comércio é acirrado após a Revolução Francesa.

Mesmo assim são conhecidas e debatidas em alguns círculos as obras de Montesquieu, Mably, Raynal, Bentham, Condillac, Voltaire e Rousseau⁹⁷, bem como a famosa Enciclopédia. A partir de 1756 este tipo de texto filosófico é proibido de um modo geral "...lo que de todas formas – como lo han explicado todos los autores de la época y los comentaristas posteriores – no se opone a su circulación semiclandestina".⁹⁸

Relevante também para a divulgação destes pensadores foi a criação de Sociedades Econômicas dos Amigos do País onde é consolidada a influência do pensamento francês do período⁹⁹. Na área da economia destacam-se, tanto na Espanha quanto na América, as obras do escocês Adam Smith e dos fisiocratas Mirabeau, Quesnay e Turgot.

⁹⁶ - "Pero no debe olvidarse jamás que las luces, fenómeno de élites en los países más ilustrados de Europa, sólo pudieron llegar a minorías aún más restringidas en la Península ibérica y a pocos individuos en las Américas española y portuguesa." (LÓPEZ, François. Estrategias Comerciales y Difusión de las Ideas: las obras francesas en el mundo hispánico e hispanoamericano en la época de las Luces. P.399-410. In: La América Española en la Época de las Luces: tradición- innovaciones- representaciones. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988. p.399).

⁹⁷- Quanto a Rousseau: "Los círculos ilustrados todos conocían (...) pero sólo los afrancesados, especialmente Cabarrús, lo abrazaron; otros sólo siguieron sus ideas literarias o pedagógicas. Sólo las ideas políticas de Montesquieu y de Pufendorf fueron consideradas respetables por la minoría española. Que la influencia política de Rousseau fuera mínima en España en el siglo XVIII no quiere decir que su idea principal, el contrato social, no fuera estudiado y debatido. Sin embargo, nunca fue utilizado como una teoría política o como un fundamento para la soberanía popular."(STOETZER, 1982, p.126).

⁹⁸ - DÉROZIER, op.cit.p.362. As obras francesas, inclusive as proibidas, adquirem grande circulação graças aos sociedades tipográficas fora da França. Até 1740, grande parte dos livros que chegam à Espanha são provenientes de Lyon. Após este período a literatura francesa, principalmente a filosófica, chega a Península através de comerciantes de Genebra que inclusive viajam pelas cidades espanholas para apresentar seu catálogo e recolher pedidos de obras esgotadas para a reimpressão. A partir de 1773 a Société Typographique de Neocastel passa a dominar este mercado chegando até a induzir as livrarias espanholas a aceitarem obras proibidas. Na América espanhola os livros franceses, em seu idioma original, são lidos desde o século XVII, mas principalmente desde o início do século seguinte. O comércio com a América vinha preponderantemente de livreiros fixados nas cidades de Sevilha, Cádiz e Lisboa. Ver LÓPEZ, op.cit.p.400-404.

⁹⁹ - Estas sociedades entram em processo de decadência devido as guerras e a falta de apoio do Estado. Ver DÉROZIER, op.cit.p.365.

No âmbito administrativo, a dinastia Bourbons busca um efetivo recrudescimento da centralização política do Estado espanhol. Para tanto, é estabelecido um plano de racionalização que conta inclusive com a diminuição dos privilégios da aristocracia. Fato que aliado a um certo crescimento econômico permite a ascensão da burguesia e, por sua vez, o seu respectivo embate político com a nobreza cujo apoio é fornecido pela própria estrutura estatal. Na segunda metade do século XVIII “...tanto los hombres de Estado como los economistas pertenecían a la clase media y representaron su victoriosa marcha hacia el poder”.¹⁰⁰

Cabe lembrar que, neste período, a atenção dos pensadores espanhóis está voltada para temas como a conservação do Estado e os mecanismos disponíveis para atingir tal intento. Neste ponto é perceptível a emergência de uma visão mais tecnicista do aparato político como medida reparadora dos desgastes apresentados pela estrutura estatal espanhola.

O reinado de Carlos III destaca-se neste processo de modernização. Medidas tais como a liberdade de comércio¹⁰¹, a proteção dos produtos nacionais frente aos estrangeiros ou, até mesmo, a colocação da Igreja sob a supervisão do Estado são exemplos da bem sucedida política de reformas levadas a cabo por este soberano.

Assim também no âmbito cultural,

“.. el reinado de Carlos III representa la culminación del siglo XVIII español, es decir, aquel momento en que la Ilustración española alcanza su esplendor. Las características típicas del período – enciclopedismo, criticismo, optimismo individualista, iluminismo – quedan patentes en el caso español, si bien con algunas diferencias que lo tipifican. Así, por ejemplo, la exaltación europea de la razón, como expresión ilustrada máxima de la lucha contra la ignorancia, la opresión y la reacción, queda en España instituida por la exaltación de la cultura, como instrumento básico para

¹⁰⁰ - STOETZER, p.130.

¹⁰¹ - Cabe ressaltar que o *Reglamento de Comercio Libre* “...trataba de eliminar rigideces, pero siempre bajo el manto protector y tutelar del Estado.”(MALAMUD, Carlos; PÉREZ, Pedro. El Reglamento de Comercio Libre en España y América: principales problemas interpretativos.p.147-171. In: *La América Española en la Época de las Luces: tradición – innovación- representaciones*.Madri: Ediciones de Cultura Hispánica, 1988. p.147.).

reeducar al pueblo y elevar la sociedad de su atraso secular. En este sentido, la cultura se entiende como algo eficaz, en que predominan las “ciencias útiles” – sobre todo, las distintas técnicas – frente a las humanidades, pues sólo a través de esas técnicas se piensa que es posible racionalizar la vida social en la agricultura, en el comercio y en la industria, como vía de enriquecimiento del país. Esto supone una orientación pedagógica de la política, que marca prácticamente todo el período, a través de múltiples iniciativas: el teatro, el periodismo, la reforma universitaria, la dedicación al estudio y a la investigación...”¹⁰²

Este período é marcado por uma grande efervescência cultural no plano das artes, das letras e do ensino público. A matemática, a química e a física passam a ser estudadas com maior vigor devido à ênfase dada as ciências experimentais.¹⁰³

No plano das idéias destacam-se o monge beneditino Benito Jerônimo de Feijoo, na primeira metade do século XVIII, e Gaspar Melchor de Jovellanos, na segunda metade do setecentos, auge da ilustração espanhola.¹⁰⁴

Feijoo começa a escrever somente aos 50 anos de idade. Redige ao todo 281 dissertações, sendo 118 discursos e 163 cartas. Seus trabalhos abrangem áreas como a filosofia, história, política, psicologia, astronomia e medicina, podendo ser divididas em três campos de interesse: a) eliminação das superstições; b) divulgação das inovações ocorridas nas ciências exatas e naturais; e c) argumentação sobre assuntos doutrinários e filosóficos. As questões teológicas ficam restritas ao ensino universitário.¹⁰⁵

Sua estratégia é adaptar as novidades trazidas pelo pensamento iluminista a realidade da Espanha de sua época. Apesar de seu distanciamento frente aos preceitos escolásticos, este autor mantém os dogmas da tradição católica, pois na sua visão o progresso é compatível com a concepção cristã de homem e cultura.. Seus principais objetivos são o fortalecimento da religião e da fé em Deus, bem como a prosperidade material de seu país. Busca, portanto, harmonizar ciência e religião.

¹⁰² - ABELLÁN, 1988, p.473.

¹⁰³ - DÉROZIER, op.cit.p.358.

¹⁰⁴ - STOETZER, 1982, p.116.

¹⁰⁵ - ABELLÁN, 1988,p.493.

O enciclopedismo francês, no qual Feijoo toma contato nos últimos anos de sua vida, é duramente negado e criticado por este autor.¹⁰⁶ Mesmo assim é possível encontrar em suas obras a idéia da preponderância da razão e da ciência sobre a autoridade e a tradição. Sua pretensão é a de combater as superstições através da transformação do aparente sobrenatural em fenômeno natural. Para tanto defende a necessária união do racional com o experimental.¹⁰⁷

Jovellanos, por sua vez, é o maior representante do pensamento espanhol da segunda metade do século XVIII. Descendente de uma família nobre recebe uma educação para capacitá-lo a seguir a carreira religiosa, mas acaba escolhendo a magistratura.

A maioria de suas obras estão ligadas diretamente a sua atividade profissional ou política.¹⁰⁸ As suas abordagens exploram um vasto campo temático como: economia, crítica literária, arte, agricultura e comércio, dentre outros. Sua principal pretensão é a de construir uma harmonia entre as concepções novas e tradicionais.

¹⁰⁶ - Para José Luis Abellán existem muitos traços no pensamento de Feijoo que o afastam da ilustração são eles: "...la no creencia en la capacidad transformadora de lo real por la razón y en la fuerza revolucionaria del derecho, la inexistencia de una crisis de fe o de ruptura con la revelación, la falta de una explicación historicista de las religiones y/o de reducción de lo humano al naturalismo físico. Estos caracteres esenciales al espíritu ilustrado son ajenos a Feijoo..."(1988, op.cit.p.494).

¹⁰⁷ - Feijoo é o pensador espanhol mais lido de seu tempo "...ningún otro escritor español fue leído tanto como este monje benedictino. En su propio siglo, las distintas ediciones y reimpressiones comprendían algunas 420.000 ejemplares (...)pero fue en la América española, en particular, que sus obras lograron su máxima fama."(STOETZER, 1982, p.118). A maioria das bibliotecas americanas possui seus trabalhos. Muitas vezes as obras de Feijoo chegam a Ibero-América através de jesuítas exilados ou de companhias marítimas que se dirigiam ao México, Venezuela e Antilhas.

¹⁰⁸ - Jovellanos obtém destaque na corte de Carlos III entre 1778 e 1788 sendo nomeado acadêmico da Real Academia de História. Neste período se torna membro ativo de inúmeras organizações tais como: Academia Espanhola de San Fernando, Sociedade Patriótica, Sociedade Econômica de Madri e Real Junta de Comércio, Moedas e Minas. No reinado de Carlos IV assume brevemente o cargo de ministro. Durante a invasão napoleônica recusa um convite para fazer parte do governo de José I como Ministro do Interior, fato que o habilita a exercer um papel de relevo na Junta Central. Ver ABELLÁN, 1988, p.529-530. Interessante notar que na carta na qual redige sua recusa em participar de um governo invasor constam argumentações baseadas na noção de pacto entre governantes e governados apresentados por Suárez e que será utilizado, guardando as devidas proporções, de forma semelhante pelos Ibero-americanos em seus respectivos processos de emancipação. Jovellanos escreve o seguinte: "España no lidia por los Borbones ni por Fernando; lidia por sus propios derechos, derechos originales, sagrados, imprescriptibles, superiores e independientes de toda familia o dinastía. España lidia por su religión, por su constitución, por sus leyes, sus costumbres, sus usos; en una palabra: por su libertad, que es la hipoteca de tantos y tan sagrados derechos. España juró reconocer a Fernando de Borbón; España le reconoce y reconocerá por su rey mientras respire; pero si la fuerza le detiene, o si la priva de su príncipe, ¿no sabrá buscar otro que la gobierne? Y cuando tema que la ambición o la flaqueza de un rey le exponga a males tamaños como los que ahora sufre, ¿no sabrá vivir sin rey y gobernarse por si misma?"(idem, p.531).

Constrói uma ética com teor religioso que compreende a felicidade como resultante da esperança pela salvação eterna. Concebe o corpo e a alma como essências da moral individual e social e o princípio da sociabilidade como traço vital do homem.¹⁰⁹

Seu pensamento nega o caráter científico da política, bem como discorda da idéia de contrato social. Substitui as propostas do direito natural do setecentos pela concepção de uma sociedade orgânica próxima aos moldes da filosofia medieval. Opõem-se aos pensamentos de Robespierre, Rousseau e Raynal.

Por sua vez, se aproxima de autores como Aristóteles, Bodin, Burke e Montesquieu ao definir o perfil de um país não através de concepções artificiais, mas de um conjunto de aspectos tais como: costumes, religião, leis, história, geografia e clima. Acredita que a monarquia é o melhor sistema de governo.¹¹⁰

No patamar econômico se apresenta contrário aos mercantilistas e fisiocratas. Acredita na propriedade privada e no livre comércio ao mesmo tempo em que mostra-se reticente frente aos latifúndios, as amortizações eclesiásticas e aos mayorazgos civis. Chega inclusive a defender uma reforma agrária na Espanha com vistas a criar uma classe de camponeses livres e independentes da aristocracia e da Igreja.¹¹¹

A Ibero-América da segunda metade do século XVIII é bastante influenciada por pensadores como Benito Jerônimo de Feijoo gerando um interesse crescente pelo experimentalismo e pela filosofia eclética.¹¹² Um dos principais representantes do pensamento eclético no Rio da Prata do setecentos é o Frei Elías del Carmen, professor de filosofia da Universidade de Córdoba (1784-1786), busca mesclar a tradição escolástica com o pensamento ilustrado.

¹⁰⁹ - Ver STOETZER, 1982,p.120.

¹¹⁰ - idem, op.cit. p.121.

¹¹¹ - idem, p.120.

¹¹² - "El ecletismo fue la característica dominante en la Ilustración del Río de la Plata. Los filósofos de la Colonia no hicieron una crítica radical de la religión ni de los supuestos ideológicos tradicionales. Las ideas modernas, a medida que eran conocidas, se reelaboraban y paralelamente se desarrollaban otras específicas, adecuadas a las circunstancias americana y a la emergencia del primer patriotismo. Los ilustrados argentinos elaboraron una Ilustración eclética que asumía nuevos conocimientos y, sobre todo, nuevos métodos tradicionales en paradójica yuxtaposición." (LACOMBA, Marc Baldó. Filosofía Eclética, Saberes Útiles y Ascenso de la Burguesía en el Río de la Plata (1767-1810). P.305-353. in: MENEGUS, Margarita.(org.). *Sociedad en Hispanoamérica: grupos de poder, siglos XVIII y XIX*. Cidade do México: UNAM, 2001.p.309).

No caso da filosofia francesa há uma maior receptividade a autores como Montesquieu, Voltaire, Diderot, Raynal, Rousseau¹¹³, e D'Alembert. Assim,

“Durante la segunda mitad del siglo XVIII fueron leídas por las altas clases de la América española las obras de Voltaire y Rousseau; el *Esprit des lois*, de Montesquieu; la *Histoire naturelle*, de Buffon; el *Traité des sensations*, de Condillac, y la *Encyclopédie*. La prohibición de las citadas obras por la Iglesia y el Estado fue muy floja, y sólo fue observada hacia el público general. El espíritu de tolerancia frente a la élite puede verse en las muchas dispensaciones que los hombres dirigentes recibieron del papa para leer los *philosophes* franceses – Manuel Belgrano, por ejemplo, que recibió permiso en 1784 para traducir a Rousseau, Voltaire y Montesquieu.”¹¹⁴

A fundação de Sociedades econômicas e científicas na América também contribuem para a divulgação e debate das idéias da Ilustração. São estabelecidas nas grandes cidades do continente, seguem os mesmos moldes das existentes na Espanha e surgem com o consentimento da autoridade metropolitana.

A primeira destas sociedades surge em Manila no ano de 1781. A seguir aparecem a de Mompox, Nova Granada, em 1784, a de Santiago de Cuba em 1787. Lima funda sua Sociedade de Amantes do País (1793), Quito o Colégio da Concórdia (1791), sendo no mesmo ano criada em Havana a Sociedade Econômica de Amigos do País. Finalmente, Buenos Aires apresenta em 1812 a Sociedade Patriótica, Econômica e Literária do País.

Temas como os da modernização e do progresso aparecem como o centro das discussões. A pretensão é pensar os problemas regionais sobre o prisma da ciência e do racionalismo de forma a centrá-los no âmbito da produção. Estas sociedades não emergem a partir de fundamentos revolucionários do período, mas tendem a se deslocar para este rumo durante a crise do sistema colonial espanhol.¹¹⁵

¹¹³- A receptividade de Rousseau ocorre mais nos campos literário e pedagógico. No aspecto político seus textos não devem ser vistos como a grande força motora da independência.

¹¹⁴ - STOETZER, 1982, p.155.

¹¹⁵ - idem, op.cit.p.161.

As idéias expostas por Feijoo, pensar a natureza física e social através de um aporte racional e experimental, e de Jovellanos, sociedade orgânica caracterizada pelos costumes, pela religião, geografia, clima dentre outros, são importantes referências para o pensamento americano de início do século XIX. Tais pressupostos, transferidos para o âmbito político, exercem um significado especial entre a elite Ibero-americana quando da invasão napoleônica na Península Ibérica. Episódio este que reforça a necessidade dos grupos dirigentes americanos de posicionar-se frente a este cenário em transformação. Significa, para as mesmas, o primeiro momento de autonomia para pensar, à luz do cálculo político, as demandas de suas respectivas sociedades e projetar uma solução prática.

Nesta linha é que podemos pensar a emancipação Ibero-americana sob o signo da ilustração, ou seja, a capacidade de buscar racionalizar e modernizar a estrutura da sociedade com vistas a reformulá-la na forma de um desígnio otimista projetado ao futuro. Neste caso, o pensamento e a ação necessitam legitimar-se a partir de um conteúdo tradicional, através de um legado cultural comum que possa ser compreendido por toda a comunidade. Assim, Razão de Estado e bem comum emergem como elementos sínteses, sendo um de seus primeiros efeitos a defesa de uma grande América unida territorialmente e moralmente, antídoto necessário a fragmentação e a submissão impostas pela antiga metrópole despótica.¹¹⁶

Cabe lembrar que a questão do Estado domina o imaginário dos intelectuais espanhóis ao longo de toda a Idade Moderna, principalmente no que diz respeito a tentativa de combater ou adaptar as inovações surgidas no pensamento político europeu. A ilustração na Espanha se caracteriza principalmente pela necessidade anunciada de afirmar-se como nação. Forma esta, de superar seu atraso com relação aos outros países da Europa. Daí

¹¹⁶ -“La Identidad americana, recordemos, gozaba de gran importancia en el Río de La Plata. Esta centralidad se había originado en el período independentista ya que había permitido establecer una distinción clara frente al enemigo español. Una vez finalizado el conflicto, pervivió en el imaginario de los actores de la primera mitad del siglo XIX, aunque su realización como proyecto estatal iría perdiendo relevancia. Los miembros de la Nueva Generación no hicieron más que prolongar este carácter distintivo[p.19]. Por eso, la identidad americana cobraba mayor vigor cuando buscaban distinguirse de España o cuando no hacían referencia al pasado colonial - en realidad era lo mismo: para ellos España seguía siendo esse pasado-.” (WASSERMAN, Fabio. La Generación de 1837 y el Proceso de Construcción de la Identidad Nacional Argentina.p.7-34. in: *BOLETIN Nº15 DEL INSITUTO DE HISTORIA ARGENTINA Y AMERICANA DR. EMILIO RAVIGNANI*. 3ª SERIE - 1º SEMESTRE DE 1997.p.18.)

perceber a ênfase na cultura e educação como suporte da reforma do Estado. A questão da nacionalidade vai tornar-se uma novidade a ser trabalhada ao longo de todo o século XIX pelos ibero-americanos que necessitarão, para isto, de um modelo de pensamento que seja capaz de englobar também as naturezas física e social, tendo igualmente um perfil de Estado ideal.

1.3.2.1 - A Ilustração na Europa: uma perspectiva de contraste.

No plano europeu, algumas propostas da Ilustração podem ser definidas como um conjunto de ideais e valores instrumentalizados e concretizados no utilitarismo, nas reformulações sociais e econômicas e primordialmente na secularização do saber.¹¹⁷ Percebe-se a preocupação em dimensionar um mundo social capaz de abarcar todo o desejo de progresso material. Tal pretensão é igualmente defendida pela burguesia liberal, só que na forma de liberdade econômica e igualdade política.

De uma forma geral, a ilustração visa desmistificar o poder das monarquias através do racionalismo, provar que o soberano é um homem, não uma espécie de Deus, estando sujeito a falhas. Os ilustrados investem contra o Estado, a Igreja, o trono e o altar. Defendem a idéia do governo estabelecido pelos homens através de um contrato. Como única saída, as Monarquias Absolutas iniciam um processo de reorientação, de atualização frente às novas circunstâncias que permeiam o contexto europeu. Delineia-se assim um Despotismo Ilustrado.¹¹⁸

"...nueva fórmula de gobierno, relacionada con la filosofía de la ilustración, señala unos objetivos precisos y nuevos a la función del poder ejercido por el príncipe. El despotismo ilustrado consiste, por tanto, en utilizar el

¹¹⁷- "La Ilustración supone, por tanto, una actitud global que envuelve una concepción de la vida cuyo centro es el hombre, independizado de las tutelas sociales, políticas y religiosas tradicionales, y poseído de una fe en sus propios medios, razón y ciencia, que le permiten resolver los problemas de la existencia y dominar la naturaleza, lo que se concreta en un humanismo optimista y progresivo." (LEÓN, op.cit., p.14.).

¹¹⁸- Na França o Despotismo Ilustrado ocorre na segunda metade do século XVIII.

poder de la monarquía absoluta para llevar a cabo el programa renovador de la Ilustración. Es necesario que ese poder despótico, no arbitrario, restaure el libre juego de las fuerzas sociales, aunque de su aplicación se derivan dos consecuencias conflictivas..."¹¹⁹

O Despotismo Ilustrado pretende reformular a estrutura do Estado sem alterar o centro do poder. Sua atuação desenvolve-se na órbita da política, da ciência, da economia e da religião. A idéia, que de fato se afigura, é empreender uma ampla reforma social.

De qualquer maneira, este quadro de mudanças possui um limite muito restrito, uma curta dimensão de difícil alcance no todo da sociedade. Reestruturações no comércio, na produção, na posse das terras, não são incompatíveis com uma Monarquia Absoluta. Mas :

"... na maioria dos países de 'Despotismo Esclarecido' essas reformas ou eram inaplicáveis, e portanto meros floreios teóricos, ou então improváveis de mudar o caráter geral de suas estruturas político-sociais; ou ainda fracassaram em face da resistência das aristocracias locais e de outros interesses estabelecidos, deixando o país recair em uma versão um pouco mais limpa do seu antigo Estado."¹²⁰

Destacam-se, nestas circunstâncias, vários pensadores que tratam da construção do Estado. Esses possuem como principal meta caracterizá-lo, defini-lo e fundamentá-lo sobre a estrutura na qual historicamente se assentam. Tudo a partir de um processo de construção racional, que servirá de guia ao ideário da Revolução Francesa.

Pode-se afirmar que a monarquia do século XVIII possui como instrumento de legitimação a doutrina referente ao contrato social, fundamentada a partir do direito natural. Nessa linha, a concepção de Estado torna-se progressivamente mais distante e independente do soberano. Aos poucos vai ocorrendo um fenômeno de esvaziamento da importância do monarca sobre a totalidade do Estado.¹²¹

¹¹⁹ - LEÓN, op.cit., p.49.

¹²⁰ - HOBBSAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 74.

¹²¹ - "...el monarca, en última instancia, no es más que el supremo representante y el primer servidor del Estado. La nueva concepción del estado contribuyó a fijar los cimientos de las revoluciones que se inician en la década de 1780." (LEÓN, op.cit., p.50).

A filosofia do Iluminismo vincula-se de forma imediata ao “apriorismo do direito”. Em outras palavras, defende a necessidade de instaurar "... normas jurídicas absolutas e universalmente obrigatórias e imutáveis". Concordam nesse ponto autores como Voltaire, Montesquieu, Diderot e Grotius.¹²²

Montesquieu, por exemplo, dedica 20 anos de sua vida ao estudo e análise das instituições jurídico-políticas existentes ao longo da história da humanidade. Pretende criar um sistema político calcado na observação máxima das leis através da limitação e do equilíbrio do poder de Estado. Resulta, desta longa pesquisa, a obra *O Espírito das Leis* publicada em 1748.¹²³

Dentre as leis positivas, as mais importantes são as políticas, pois marcam a relação de quem governa com quem é governado. Nestes termos, para o autor, as leis políticas e seus respectivos ordenamentos representam a produção da liberdade.¹²⁴

Montesquieu busca, em sua obra, esclarecer os fatores que governam o homem: religião, instituições, leis, costumes e clima. A partir disso, independente do fator dominante, estabelece e diferencia os espíritos e características dos povos. Assim, calca as formas de governo em diferentes critérios espirituais:

"Abandona la rígida oposición entre el individuo y el estado. Este surge para intervenir entre los hombres cuando éstos pierden el estado de naturaleza. Por eso, el estado nace junto al derecho positivo que se divide a su vez en: derecho de gentes (regula las relaciones entre las sociedades y tiene como objetivo salvaguardar la paz); derecho político (regula las relaciones entre los ciudadanos y el Estado); derecho civil (regula las relaciones entre los ciudadanos como individuos). Analiza las diferentes formas de gobierno y atribuye a cada una un principio determinado: a la monarquía, el

¹²²- CASSIRER, op. cit., p.327.

¹²³- Para Montesquieu o "Espírito das Leis" é constituído pela: "...ordem, a interdependência sistemática que existe entre as normas particulares". (idem, op.cit., p.326).

¹²⁴ - Em carta ao General Santander, em 20 de abril de 1820, Simón Bolívar relata a seguinte idéia frente a escravidão: "O Congresso teve presente o que disse Montesquieu: nos governos moderados a liberdade política torna preciosa a liberdade civil; aquele que está privado desta última ainda está privado da outra: vê uma sociedade feliz, da qual não é mesmo parte (...) Não se deve admirar que nos governos moderados o Estado tenha sido conturbado pela rebelião dos escravos e que isto tenha tão raras vezes sucedido nos Estados despóticos". (BOLÍVAR, op.cit., p.50).

sentido del honor; a la democracia, la virtud; a la aristocracia, la moderación, el miedo, al despotismo."¹²⁵

Por fim, ele separa os poderes em legislativo, executivo e judiciário como meio de garantir a liberdade e o equilíbrio. Tenta reforçar a idéia de que o mais alto princípio político é o do bem-estar do povo e a respectiva liberdade dos cidadãos. Para ele o governo mais perfeito é a monarquia constitucional.

Voltaire¹²⁶ é outro filósofo da época que baseia sua temática chave na razão, na tolerância e nos direitos humanos, idéias procedentes do filósofo inglês John Locke. Voltaire, em seu trabalho, vai basicamente contra o regime autoritário e o feudalismo. Defende o poder do Estado totalmente secularizado. Acredita que o Estado deve ter suas áreas sociais, judiciárias e administrativas equivalentes ao modelo inglês.

Em *Cartas Filosóficas* fala sobre a Inglaterra e seu liberalismo, comparando este com o absolutismo francês. Refere-se à Inglaterra como sendo a única monarquia que conseguiu regular o poder real. Aponta que a desigualdade social é proveniente da dependência de alguns homens para com outros. Para Voltaire existem, portanto, duas classes na sociedade: a dos opressores e dos oprimidos.

A partir da observação da vida política concreta, da comparação e estudo das diversas formas de governo, Voltaire concebe sua idéia de liberdade.¹²⁷ Sendo esta:

"No essencial, em sua acepção mais apropriada, a idéia de liberdade coincide com a dos direitos do homem. O que quer dizer, finalmente, ser livre se não conhecer os direitos do homem? Pois conhecê-los é defendê-los. Toda a obra de Voltaire como escritor político é sustentada e inspirada por esse pensamento."¹²⁸

Já Diderot acredita numa natureza moral imutável e numa estabilidade do princípio de justiça. Para ele, portanto, existe uma superioridade do direito natural e da moralidade

¹²⁵ - LEÓN, op.cit., p.26.

¹²⁶ - No Rio da Prata este pensador exerce uma influência de caráter cultural. Não há receptividade os criollos americanos para o centro das idéias deste pensador, mesmo entre os opositores dos jesuítas.

¹²⁷ - Para Cassirer, a constituição inglesa do século XVIII é a realização mais próxima do ideal de liberdade de Voltaire. Pois esta protege de modo eficaz a propriedade e segurança pessoal do cidadão. Ver op.cit.p.335.

¹²⁸ - idem, p.336.

natural, caso comparadas à moral teológica.¹²⁹ Diderot prega a felicidade terrena como imperativo a priori da lei. A posse de bens é apenas uma parte da felicidade, mas não a sua totalidade.

Outro pensador, Jaucourt, defende uma igualdade natural para todos os homens. Mas para tal fato efetivar-se não é necessário acabar com as diferenças sociais, pois basta uma igualdade entre os cidadãos à luz das leis.¹³⁰

Jaucourt divide as soberanias por partes. Primeiro aparece o poder legislativo, segundo o coativo, terceiro o judicial e, finalmente, o religioso. A propriedade privada deve ser protegida, sendo esta a principal razão dos homens viverem em sociedade.

Como se pode observar, é a França que estrutura o vocabulário, a temática da política radical-democrática e liberal para todo o mundo.¹³¹ A Revolução Francesa é o grande feito, o grande exemplo nesse sentido, pois ela possui um caráter ecumênico onde seus princípios básicos e gerais são facilmente absorvidos por diferentes causas em diferentes lugares.

Um dos seus principais legados é a consagração do ideal de nação. Princípio que determina a necessidade de configurar uma unidade entre povo, cultura e sociedade, bem como o seu oposto. A verdadeira idéia de nacionalidade e pertencimento a um projeto coletivo surge através do exercício da afirmação e da negação. Questão esta fundamentada nas premissas básicas da razão iluminista: o que não é idêntico a razão deve ser eliminado.¹³²

¹²⁹- Tal superioridade existe porque: "...Sobre as fundações assim preparadas pelos teóricos do direito natural foi edificada a doutrina dos direitos do homem e do cidadão, tal como a desenvolveu o século XVIII ". (CASSIRER, op. cit.,p.332).

¹³⁰- Jaucourt foi um dos principais colaboradores de Diderot na edição da *Enciclopédia*. Ver DARNTON, op.cit., p.23-24.

¹³¹- HOBBSAWM, op.cit. p.71. No caso ibero-americano: "...o liberalismo é perfeitamente adaptável como vocabulário, como ideologia, como programa seletivo ou como estratégia econômica, mas não como um modo de vida político."(MORSE, op.cit.p.88).

¹³²- Nesta linha de raciocínio o que não é reconhecido não pode ser manipulado tecnicamente. A natureza, enquanto outro, precisa ser amplamente dominada transformando-se em objeto, em coisa útil, em algo manipulável pelo saber técnico. A razão iluminista se mostra paranóica "porque o paranóico só percebe o mundo exterior na medida em que corresponde a seus fins cegos, é capaz de repetir sempre e somente o seu próprio eu, alienado à mania abstrata (...)A disciplina do sempre igual torna-se o substituto da onipotência. (...) Ele cria tudo a sua própria imagem e semelhança.". (MATOS, Olgária C. F. Os Arcanos do Inteiramente Outro: A Escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução.P.148). Influenciada por este pensamento a

No caso ibérico, a tendência constitucionalista contribui para a divulgação de idéias mais liberais, mas seus defeitos de origem lhe impedem de progredir. Isto porque se deve ter em conta que:

"A constitucionalização da monarquia foi tanto mais radical e rápida quanto mais forte era a classe burguesa dominante e quanto mais decididamente esta tinha influído, através do processo revolucionário econômico e político..."¹³³

O próprio constitucionalismo ibérico só ganha forma, a partir de um efeito externo, a invasão napoleônica na Espanha e Portugal. É marcado por um período de exceções onde, por exemplo, a Família Real Portuguesa se vê na obrigação de ir para o Brasil¹³⁴, ao mesmo

Revolução Francesa desenha os limites da nacionalidade contemporânea a partir de um projeto de unidade que rechaça todos os que não compactuam com o mesmo. Assim, " O terror é a tradução política do princípio de identidade universalista. Com a exclusão da contradição, o negativo passa a ser encarnado no traidor, no inimigo do povo, no conspirador, personagens que ameaçam a identidade da sociedade consigo mesma e o progresso da sociedade. Para isso, torna-se essencial a elaboração da noção de povo para dele se destacar a figura de seu inimigo. Segundo Herbert Marcuse, tal situação acha-se elaborada na filosofia hegeliana: "Hegel sacrifica os indivíduos à universalidade, posto que não há harmonia possível entre a vontade geral e o interesse particular, entre razão e felicidade", apesar de ter compreendido o que significa a consciência revolucionária. Diz Hegel: " Para a consciência revolucionária, o mundo é unicamente sua vontade e esta é a vontade universal". O Estado se funda sobre um ' puro princípio intelectual'. O projeto da revolução é o de constituir um mundo a partir do pensamento e da vontade puros, o que só se torna possível se o mundo e a vontade forem idênticos."(idem,op.cit.p.265-266). Nestes termos a Revolução Francesa " é a história da sucessão destas lutas contra um inimigo que sempre renasce (...) O povo se constitui excluindo. É o terror que faz o povo existir: é a prática política na qual o povo se define."(idem). Nestes termos, no processo de construção de uma consciência nacional fundadora o Estado-nação emerge: "Como o poder do povo soberano, ou melhor, daqueles que atuam em seu nome, se representa como a universalidade da nação, a vontade má só pode apresentar duas figuras: a do inimigo estrangeiro, e a do traidor interno: "Aí a ação não encontra mais obstáculos ou limites, mas tão-somente adversários, de preferência traidores". A idéia da conspiração é decisiva, pois assim como o povo é um e bom, os inimigos do povos são um e maus; mesmo separados e mesmo diferentes na aparência, unem-se pela mesma vontade". (idem, p.266). Os historiadores argentinos Luis S. Dominguez e Bartolomé Mitre apresentam passagens ilustrativas sobre o terror como instrumento revolucionário. Em seu relato sobre a formação da primeira Junta Revolucionária em Buenos Aires (1810), Dominguez legitima a destituição dos membros do Cabildo portenho e a execução de um deles nos seguintes termos: "Ni bastaban estas y otras providencias enérgicas para conseguir que todas las opiniones se uniformasen (...) el Secretario de la Junta, juzgaba que era imposible vencerlo sino por medio del terror."(Dominguez, Luis S. *Historia Argentina*. Buenos Aires: Imprenta del Orden, 1861. p.235). Ao abordar a execução dos conspiradores realistas que desejavam tomar o governo de Buenos Aires em 1812, Mitre faz o seguinte comentário: "El pueblo presenció estas ejecuciones con esa alegría implacable que es propia de las multitudes fanatizadas por una causa; pero para honor suyo, no se entregó a ningún exceso, y aun en el acto de la persecución de los culpables, se limitó a prenderlos y a ponerlos a disposición del Gobierno, dejando que la tremenda justicia revolucionaria hiciera su terrible deber". (MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Tomos II. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1927. p.71).

¹³³- COLLIVA, Paolo. "Monarquia" in: BOBBIO, Norberto (et al.). in: *Diccionario de política*. VOL. 2. 7ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995. p.780.

¹³⁴- A invasão napoleônica, conforme referido, influencia o movimento constitucional luso: " Los intentos de una experiencia constitucional en Portugal se remontan al año 1808. Más concretamente, coincide con la

tempo em que os espanhóis, na ausência de seu rei Fernando VII, convocam as Cortes em Cádiz (1810-1814), e redigem a Constituição de 1812.¹³⁵

A inspiradora Revolução Francesa consolida-se enquanto ideal burguês. A supremacia da burguesia obtém sua base de legitimação a partir de um importante parâmetro do período, o direito. Através da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, instauram-se os alicerces de uma nova sociedade. Esta declaração representa um manifesto contra as rígidas hierarquias que privilegiam a classe dos nobres.

Nessa medida, o ambiente revolucionário de fins do século XVIII estabelece um clima de otimismo perante o futuro próximo. O constitucionalismo invade o ideário da maioria das pessoas que buscam uma alternativa ao absolutismo. O século seguinte servirá para fortalecer a hegemonia burguesa sobre as demais classes, assentada principalmente pela promessa de um progresso permanente. A felicidade e a redenção¹³⁶ devem surgir no horizonte de uma nova sociedade cuja base apresenta um equilíbrio de poderes no Estado, uma supremacia da lei, uma liberdade individual e uma ampla garantia ao direito de propriedade.

No plano das idéias, este mesmo período é marcado pela emergência de um projeto iluminista que tem por ambição guiar a nova sociedade que parece vislumbrar no horizonte.

invasión napoleónica y, no se presenta como una forma de reacción ante ella, sino como una forma de institucionarla.". (BRANCATO, Braz A. A. D. *Pedro I de Brasil, Posible Rey de España (una conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. p.89).

¹³⁵ "La Península Ibérica,(...) después de la invasión napoleónica tuvo ocasión de experimentar el sistema constitucional, primero en España y más tarde en Portugal. La España fue, sin duda, la base y el fermento para la experiencia constitucional lusitana." (idem, op.cit.,p.36). A Península Ibérica, portanto, cede também certo espaço à revoluções de ordem liberal e constitucionalista, mas sob as bases do Grande Desígnio já descrito. O levante liberal de Riego que ocorre na Espanha, inspira os liberais portugueses. Em 1820, Portugal cedia à chamada Revolução Liberal do Porto, da qual resulta o estabelecimento de uma Monarquia Constitucional. Ambos acontecimentos são patrocinados pela burguesia.

¹³⁶ - Nas palavras expressas por Simón Bolívar na Carta de Jamaica: "Quando as vitórias não estão garantidas, quando o Estado é fraco e quando os empreendimentos são remotos, todos os homens vacilam, as opiniões dividem-se, as paixões as agitam e os inimigos as incentivam para triunfar por este fácil meio. Tão logo sejamos fortes, sob os auspícios de uma nação liberal que nos empreste sua proteção, se nos verá concordes em cultivar as virtudes e os talentos que conduzem à glória: então, seguiremos a marcha majestosa em direção às grandes prosperidades para as quais a América meridional está destinada; então as ciências e as artes que nasceram no Oriente e que ilustraram a Europa dirigir-se-ão à Colômbia livre, que as acolherá em seu regaço.". (BOLÍVAR, op.cit., p.90).

Seus principais pensadores desejam ter poder de influência ou decisão¹³⁷ no programa de reestruturação social. Para tanto, imperativos como: educar, desvendar, elucidar, clarificar adquirem um peso essencial e dogmático na nova ordem em transcurso.¹³⁸

As novas idéias povoam também o imaginário dos ibero-americanos, especialmente dos que participam ativamente dos movimentos de independência. Este é o caso de Simón Bolívar que, inspirado em algumas idéias de Jean Jacques Rousseau, profere o seguinte discurso no ano de 1819:

"Se o princípio da igualdade política é geralmente reconhecido, não o é menos o da desigualdade física e moral. A natureza faz os homens desiguais em gênio, em temperamento, forças e caracteres. As leis corrigem esta diferença porque colocam o indivíduo na sociedade para que a educação, a indústria, as artes, os serviços, as virtudes dêem-lhe uma igualdade fictícia, propriamente chamada política e social. É uma inspiração eminentemente benéfica a reunião de todas as classes num Estado, no qual a diversidade se multiplica em razão da propagação da espécie. Por esse único passo arrancou-se pela raiz a discórdia. Quantos ciúmes, rivalidades e ódios foram evitados !"¹³⁹

¹³⁷ - Nas palavras do intelectual do século XVIII Duclos “ Não sei se tenho uma opinião excessivamente benévola do meu século, mas parece-me haver uma certa fermentação universal (...)cujos progressos poderiam ser dirigidos e acelerados por uma certa educação bem entendida”. (CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p.35.).

¹³⁸ - Na perspectiva do conhecimento “iluminando” o processo, a experimentação obtém um lugar de destaque, já que a necessidade de unir ciência e realidade vivida torna necessária a transformação do mundo num grande laboratório de testes; neste sentido, "...A prática tornava-se a palavra de ordem do Iluminismo. O conhecimento (em qualquer esfera) era apreciado na medida em que abrisse a possibilidade de melhorar a condição humana.". (HADDOCK, B.A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989. p.107.).

¹³⁹ - BOLÍVAR, Simón. *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983. p.123. Esta passagem, vista sob a ótica do Grande Desígnio Ocidental, deve ser compreendida sobre o seguinte prima: “Por volta de 1760, a desconfiança em relação às novidades, a chamada atitude misoneísta, estava dando lugar nas principais universidades hispano-americanas a uma aceitação condicionada à razão e à observação dentro dos cânones de autoridade. Um ecletismo prudente tornou-se a ordem do dia. Descartes e Gassendi eram ensinados, mas sem excluir Aristóteles. Teorias políticas com variadas derivações do direito natural e do contrato social coexistiam com o galicismo oficialmente sancionado.(...) Nas duas Américas uma posição predominantemente crioula combinava um profundo sentimento religioso, o rigor do jansenismo e o republicanismo rousseauiano, sem adotar o novo enfoque secularizado. Esse “princípio de incerteza” sobreviveu às guerras de independência, agora com inspirações novas e uma compreensível ênfase política. Encontramo-lo nos grandes giros do pensamento de Bolívar sob a pressão das circunstâncias. Reaparece na Argentina com a geração de 1837, quando Alberdi propõe, por exemplo, o projeto equilibrista de uma ordem constitucional que reconciliasse “os valores igualitários de uma república aberta a todos com os valores hierárquicos de uma república restritiva, circunscrita a uns poucos”.(MORSE, op.cit.p.79).

Uma síntese da didática científica do iluminismo pode ser encontrada em obras como a *Enciclopédia*. Suas edições alcançam todas as partes da Europa, chegando inclusive ao continente africano e ao Novo Mundo.¹⁴⁰

Este exemplo de divulgação dos referenciais iluministas simboliza a capacidade de propagar um ideário no amplo espectro geográfico e social do período. Tal fenômeno deve-se ao caráter prático-objetivo de suas premissas, bem como, seu poder de concatenar uma natural proximidade com os setores mais progressistas que clamam por transformações na atual estrutura¹⁴¹. Modificações estas que se assentam nos signos do progresso¹⁴² e da modernização.¹⁴³

Existe uma reciprocidade cada vez maior entre o saber e o fazer na opinião dos iluministas.¹⁴⁴ A verdade portanto, deve primeiramente ter a virtude de proporcionar uma "certeza verificável", ou seja, deve fornecer condições para isto.¹⁴⁵

¹⁴⁰ - DARNTON, op.cit.p.250-251.

¹⁴¹ - Basta perceber que os pensadores iluministas desejam "... dominar o futuro por meio de poderes de previsão científica, da engenharia social e do planejamento racional e da institucionalização de sistemas racionais de regulação e controle social ".(HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4ªedição. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p.227.).

¹⁴² - A idéia de progresso concebida pelos iluministas pode ser entendida como: "... um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões. Ele levou a injunção de Alexander Pope de que ' o estudo próprio da humanidade é o homem ' muito a sério. Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano,(...) Abundavam doutrinas de igualdade, liberdade, fé na inteligência humana (uma vez permitidos os benefícios da educação) e a razão universal." (Idem, op.cit., p.23.)

¹⁴³ - Na Ibero-América, de início do século XIX, a idéia de progresso agrega-se ao desejo de emancipação política, principal caminho para a uma futura prosperidade. Cabe apontar, que no caso específico das colônias espanholas, a contramão deste processo pode ser tanto a reação da metrópole quanto o projeto expansionista de D. João no Brasil.

¹⁴⁴ - É interessante comparar esta idéia à luz das indicações que Simón Bolívar dá ao diretor de um colégio norte-americano onde seu sobrinho Fernando estuda: "Tendo meu sobrinho mais de doze anos, deverá aplicar-se em aprender os idiomas modernos (...) A geografia e a cosmografia devem ser os primeiros conhecimentos que deve adquirir um jovem. A história (...) deve-se principiar por aprender a contemporânea (...) Nunca é demais ceder para o conhecimento das ciências exatas, porque elas nos ensinam a análise total (...)por esse meio, aprendemos a pensar e raciocinar com lógica."(BOLÍVAR, op.cit., p.203).

¹⁴⁵ - É o período do inventar e provar. Nesses moldes surgem as chamadas sociedades científicas como a Lunar de Birmingham, que dentre seus membros tem James Watt, responsável pela máquina a vapor moderna. Como não poderia deixar de ser, desfrutam de maior destaque as localizadas na Grã-Bretanha e na França.

Este pensamento aparece fixado num modelo de individualismo secular onde natureza, virtude e felicidade passam a definir a síntese de um futuro redentor. O progresso otimista deve, portanto, construir a essência de uma nova sociedade que se auto-justifica.

Os pensadores Iluministas em sua grande parte vêem o progresso social, a liberdade, efetivadas numa sociedade capitalista. A emancipação humana, por eles pretendida, passa primeiramente pela concepção do projeto burguês-liberal onde vigora o individualismo, o desenvolvimento da economia capitalista e, por conseguinte, o usufruto do poder político de fato.

Para tanto, a necessidade de reorientar a sociedade em função desse projeto exige uma reformulação em termos de tempo e de espaço. Deveriam ser reconstruídos os "espaços de poder"¹⁴⁶ de uma forma inteiramente nova, como meio de efetivar revoluções políticas e econômicas de peso, como de fato ocorreu com a “dupla revolução”.

O século XVIII, nesse sentido, traz uma nova sistemática de idéias que na prática acaba instrumentalizando o aparato ideológico e material do liberalismo.¹⁴⁷ Consagra-se um novo modelo de homem - mais “humano” e, contraditoriamente, mais técnico, seduzido pela potencialidade da razão instrumental. A propaganda burguesa liberal da época faz de um capitalismo em vias de industrialização a principal arma para acabar com as desigualdades sociais. Transforma o fim do século XVIII, bem como, os anos posteriores, numa longa caminhada rumo à redenção.

Reformulam-se as posturas com relação à religião, à economia e à política. A felicidade que em tempos passados era essencialmente metafísica, e que não poderia ser

¹⁴⁶ - HARVEY, op.cit., p.234.

¹⁴⁷ - Em outras palavras: “...Quando no século XVIII as idéias cristãs cederam diante das idéias do iluminismo, a sociedade feudal combatia sua última luta com a burguesia então revolucionária. As idéias da liberdade de consciência e da liberdade de religião foram apenas a expressão do domínio da livre concorrência no campo do saber.” (ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1993. p.85).

desfrutada no plano terreno segundo a religião católica, passa agora a ser meta principal de vida.¹⁴⁸

Esta felicidade marca, primordialmente o bem-estar material, enquanto símbolo de riqueza. O ideário burguês-liberal busca efetivar e universalizar esse modelo de felicidade, tornando-o um direito comum a todos. O progresso capitalista tem na Revolução Industrial a sua afirmação. É a razão instrumental na sua forma mais concreta.

Esta promessa de um futuro mais próspero ganha espaço nos meios políticos ibero-americanos. O caráter otimista da idéia de reforma social e o impacto causado pela utilização de alguns preceitos liberais encantam parte da elite crioula. Em termos gerais, este modelo de pensamento fica reservado ao plano dos discursos e não se consolida como projeto de ação política.

No capítulo seguinte serão abordadas as várias consciências históricas que se formarão no Rio da Prata ao longo dos séculos XIX e XX. Ressaltar, da mesma forma, a emergência de seus campos temáticos e seus determinantes históricos mais imediatos.

¹⁴⁸ - Um bom exemplo é Diderot que "... considera la felicidad como un ideal terreno, (...)Así se refleja en el artículo 'felicidad' de la Enciclopedia. 'Todos los hombres coinciden en el deseo de ser felices.' La naturaleza ha hecho que para todos nosotros nuestra propia felicidad sea ley ". (LEÓN, op. cit., p.103).

2 – Planos da Consciência Historiográfica Platina

Conforme anteriormente apontado, o processo de constituição da tradição historiográfica platina responde a preceitos encontrados no centro do pensamento espanhol - Grande Desígnio Ocidental. Esta herança cultural ibérica se torna um importante ponto de referência no processo de organização espiritual e material dos futuros Estados Nacionais latino-americanos.

Possibilita determinar uma melhor compreensão do espaço em que a história ocupa nestas nascentes sociedades, bem como o tipo de relação que está mantendo com o Estado em formação. Igualmente, proporciona uma melhor visibilidade quanto ao conjunto de questões que historicamente vão instigando os intelectuais platinos. Problemática que circunda temas como o grau de ecletismo dos pensadores latino-americanos, sua conseqüente necessidade de fundar um pensamento autônomo, a identidade nacional e a questão do atraso das sociedades ibero-americanas, dentre outros.

Nesta matriz ideológica ibero-americana é possível verificar a permanência da tensão entre o tomismo e o maquiavelismo como elemento de contradição e síntese. Tensão

que engloba a dialética Estado tutelar e bem comum (escolástica) com cálculo de poder e política como arte ou ciência (Maquiavel) tendendo, na medida em que avança o processo de consolidação das novas culturas nacionais na América hispânica, a dividir espaço com correntes de pensamento mais atuais. Fato que leva a um constante processo de disputa entre tradição e inovação, entre ruptura e adaptação, embate cuja gênese pode ser encontrada ainda na emergência do Estado espanhol.

Influenciada por esta herança, a historiografia platina surge obedecendo aos critérios da tradição e da hierarquia, pois reflete a estrutura política e social herdada da Espanha. Nestes termos, a produção histórica surge associada aos espaços de poder.

Assim, desde o período colonial é possível perceber uma linha de orientação calcada na doutrina e ordem social que tende a se conjugar de maneira orgânica com um modelo de pensamento adaptativo e eclético. Tais fundamentos são determinantes no desenvolvimento da visibilidade ibero-americana, em especial da elite criolla, vindo a se transformar numa das principais referências de legitimação do poder constituído. Fato este que se torna mais claro na medida em que observamos mais atentamente a organização destes futuros Estados nacionais, bem como seu respectivo reflexo na elaboração das ditas consciências historiográficas.

Em outras palavras, a força deste estímulo herdado adquire maior nitidez na segunda metade do século XIX quando da configuração conjunta do Estado-nação e da historiografia nacional. Sendo esta última responsável, no plano intelectual, pela organização da chamada unidade nacional, objetivo traçado a partir de um conjunto de pautas históricas e de conceitos que oscilam entre territorialidade, cultura, ser e identidade nacionais.

Neste trajeto que busca determinar o princípio histórico fundador da nacionalidade, é possível perceber a centralidade em temas como o da independência e seus respectivos próceres. As abordagens históricas tendem, ora implícita ora explicitamente, a transcender o simples detalhamento dos fatos; as narrativas buscam absorver o conteúdo cultural de tal contexto de maneira a transformá-lo numa projeção de sociedade, com desígnios e responsabilidades originais.

Este é o caso da historiografia argentina que

“...postuló desde sus inicios que, al producirse la ruptura revolucionaria en 1810, existía en el Río de La Plata una nacionalidad, una comunidad nacional o, al menos, un grado avanzado de identificación nacional en algunos sectores criollos. Esta interpretación tendió a confundir el proceso revolucionario con el de creación de la nación, ya que los consideraba como epifenómenos de un mismo desarrollo culminado hacia 1880 con la consolidación del estado nacional argentino. Es así que los conflictos políticos del siglo XIX sólo pudieron ser entendidos como la expresión de la puja entre proyectos que buscaban constituir una nación modernas y los restos de un pasado que, al negarse a desaparecer, impedían su concreción.”¹⁴⁹

Durante o processo de emancipação da Argentina e do Uruguai é possível perceber a existência concomitante de ideários como os da escolástica e do iluminismo francês. Passado o período das independências, os respectivos cenários históricos de ambas as sociedades passam a gerar demandas políticas e sociais que incidem sobre o processo de integração nacional ainda em curso.

Seu reflexo entre a intelectualidade platina se dá pela busca de características que possam vir a constituir um elemento de afirmação destas nacionalidades. Um primeiro passo significativo aparece na construção de discursos capazes de negar a antiga metrópole, tendo como ponto de referência a já citada autonomia ou autenticidade do ser platino. Pese que esta idéia surtirá efeito também na figura do intelectual, quando na virada para o século XX, é possível assistir a defesa de um legítimo pensamento regional.¹⁵⁰

¹⁴⁹ - WASSERMAN, op.cit.p.8-9. Assim tanto na Argentina quanto no Uruguai é possível perceber “La búsqueda de las raíces nacionales en el pasado dinamizó asimismo a cierto quehacer histórico, y así fue madurando en la cuenca del Plata la teoría de la ‘nación preexistente’ que formularían en libros capitales el argentino Bartolomé Mitre y el uruguayo Francisco Bauzá. Mitre, historiador y político militante, creía en la nación, y ya en la Asamblea General Constituyente de 1854 subraya su preexistencia, tesis que empeña en demostrar en su Historia de San Martín e Historia de Belgrano.” (ODDONE, Juan A. Regionalismo Y Nacionalismo. In: ZEA, Leopoldo.(org.). América Latina em sus Ideas. Cidade do México: Siglo Veinteuno Ediciones, 1986.p.222.).

¹⁵⁰ - Ver também nota 166 do primeiro capítulo. “Cuando nuestra raza llegue a contar en su historia intelectual un filósofo – platónico y artista como Emerson, o aristotélico y cientista como Spencer-, habrá en su doctrina,

Um segundo passo é a busca de correntes de pensamento que não remontem ao tradicionalismo escolástico e muito menos ao radicalismo dos enciclopedistas franceses. Neste momento, a via eclética ganha força entre a intelectualidade do Prata através da mescla de elementos como o ideologismo de Destutt de Tracy¹⁵¹, o espiritualismo de Cousin¹⁵² e o positivismo de Saint-simonismo¹⁵³.

Apesar da pluralidade de tendências, o desenvolvimento do pensamento platino, ao longo do século XIX, apresenta como traço mais marcante a transição dos referenciais escolásticos para os positivistas. Esta mudança de fundamentos ocorre através de um processo de ruptura frente à visão metafísica da sociedade e possui um conteúdo prático no que tange a necessidade de responder as novas demandas políticas e sociais que se apresentam nos cenários das recentes nações do Prata. Nestes termos é possível perceber a

a no dudarlo, algo nuevo y autóctono: la “argentinidad.” (INGENIEROS, op.cit.p.7). Existe igualmente a defesa de uma filosofia americana autêntica realizada pelo argentino Juan Bautista Alberdi na década de 40 do século XIX. Esta idéia ganha fôlego também na virada para novecentos.

¹⁵¹ - Pensador francês que cria e divulga o termo ideologia através de sua obra “Elementos de Ideologia” de 1801. Nela apresenta “...esta nova “ciência das idéias” como uma parte da zoologia...Logo, inscreve-se em uma perspectiva metodológica de tipo empirista e científico-naturalista, isto é, positivista.” (LÖWY, op.cit.p.10).

¹⁵² - O pensamento espiritualista aparece como um elemento significativo, junto com o saint-simonismo, na transição da escolástica para o positivismo. Trata-se de uma filosofia exercida pela análise da consciência em cujo seio são retirados os dados da atividade filosófica e científica com vistas a determinar os mundos da natureza e da história através de um viés providencial ou finalista. O apelo às “boas causas” – valores religiosos, morais, políticos e sociais, são elementos centrais deste pensamento, bem como a defesa de instituições capazes de encarnar a tradição, fatores que o aproximam do escolasticismo. Cabe lembrar que a tradicional teologia cristã é tida como a principal destas boas causas. O papel desempenhado pela consciência estabelece uma igual proximidade com o idealismo romântico. Ver ABBAGNANO, op.cit.p.356-357. Nas palavras do próprio idealizador desta corrente, Victor Cousin: “Nossa verdadeira doutrina, nossa verdadeira bandeira é o Espiritualismo, essa filosofia tão sólida quanto generosa, que começa com Sócrates e Platão, que o evangelho difundiu pelo mundo, que Descartes colocou nas formas severas do pensamento moderno, que no século XVII foi uma das glórias e das forças da pátria, que pereceu com a grandeza nacional do século XVIII e que no início deste século Royer Collard reabilitou o ensino público (...) Essa filosofia ensina a espiritualidade da alma, a liberdade e a responsabilidade das ações humanas, as obrigações morais, a virtude desinteressada, a dignidade da justiça, a beleza da caridade; e além dos limites deste mundo mostra um Deus autor e modelo da humanidade(...) Essa filosofia é a aliada natural de todas as causas justas. Sustenta o sentimento religioso, favorece a verdadeira arte, a poesia digna desse nome, a grande literatura; é o apoio do direito; rejeita igualmente a demagogia e a tirania...”(idem, p.356).

¹⁵³ - Henri de Saint-Simon, discípulo do enciclopedista Condorcet, acredita numa ciência positiva do homem derivada tanto da física quanto da fisiologia e estabelecida a partir do método das ciências naturais. Projeta uma leitura orgânica sobre a chamada ciência da sociedade, definindo-a como uma filosofia social responsável pela determinação dos fatos materiais pela via da observação direta. A política, nestes termos, é vista através de um caráter fisiológico. Defende a intervenção governamental na produção, distribuição e comércio como veículo de promoção do bem-estar social. Admite a propriedade privada desde que não afete os interesses do todo social. Ver LÖWY, op.cit.p.20-22.

transferência de um modelo baseado na união entre fé e razão, para uma concepção positivista que busca transformar a razão num ato de fé.¹⁵⁴

O positivismo apresenta um papel ideológico importante para a consolidação do ideal de Estado-nação.. Suas concepções de ordem e progresso sociais vinculadas a capacidade intelectual¹⁵⁵ de compreender o presente para antever o futuro tendem a gerar um estreitamento das relações entre a *intelligentsia* e o poder central.¹⁵⁶

¹⁵⁴ - Este fato é perceptível principalmente na via positivista adotada por Augusto Comte que, seguindo uma tradição iluminista, transforma a Razão em mito. A Razão mitificada deve dominar as naturezas física e humana, pois: “O casamento feliz entre o entendimento humano e a natureza das coisas que ele tem em mente é patriarcal: o entendimento que vence a superstição deve imperar sobre a natureza desencantada. O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravização da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo”(ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.p.20); Assim, diante da razão positivista, “Diante do atual triunfo da mentalidade factual, até mesmo o credo nominalista de Bacon seria suspeito de metafísica e incorreria no veredicto de vacuidade que proferiu contra a escolástica. Poder e conhecimento são sinônimos.”(idem). A razão iluminista que deseja desencantar o mundo sobre o critério da calculabilidade é vitimada pela própria tradição que combate, pois : “...os mitos que caem vítimas do esclarecimento já eram o produto do próprio esclarecimento. No cálculo científico dos acontecimentos anula-se a conta que outrora o pensamento dera, nos mitos, dos acontecimentos. O mito queria relatar, denominar, dizer a origem, mas também expor, fixar, explicar.”(idem, p.23).

¹⁵⁵ -“O núcleo da filosofia de Comte radica na idéia de que a sociedade só pode ser convenientemente reorganizada através de uma completa reforma intelectual do homem. Com isso distingue-se de outros filósofos de sua época, como Saint-Simon e Fourier, preocupados também com a reforma das instituições, (...) Enquanto esses pensadores pregavam a ação prática imediata, Comte achava que antes disso seria necessário [p.X] fornecer aos homens novos hábitos de pensar de acordo com o estado das ciências de seu tempo. Por essa razão o sistema comteano estruturou-se em torno de três temas básicos. Em primeiro lugar, uma filosofia da história com o objetivo de mostrar as razões pelas quais uma certa maneira de pensar (chamada por ele filosofia positiva ou pensamento positivo) deve imperar entre os homens. Em segundo lugar, uma fundamentação e classificação das ciências baseadas na filosofia positiva. Finalmente, uma sociologia que, determinando a estrutura e os processos de modificação da sociedade, permitisse a reforma prática das instituições. A esse sistema deve-se acrescentar a forma religiosa assumida pelo plano de renovação social, proposto por Comte nos seus últimos anos de vida.”(GIANNOTTI, José Arthur. Vida e Obra. P.IX In: COMTE, Augusto. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.). Segundo Nicola Abbagnano: “A característica do Positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Como romantismo em ciência, o Positivismo acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da organização técnico-industrial moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo.”(*Dicionário de Filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998. p.776.)

¹⁵⁶ - A adoção do positivismo como filosofia preponderante na Universidade uruguaia se dá através da intervenção de um governo ditatorial. Em 1884 o professor José Pedro Ramírez, espiritualista, é reeleito para o cargo por dois anos, mas logo em seguida é destituído pelo Estado, assumindo em seu lugar Alfredo Vásquez Acevedo, antigo reitor, também advogado e político. Este, apesar de fervoroso defensor do positivismo não era professor e nunca redigiu nenhuma obra a respeito. Logo que o novo reitor assume o cargo anuncia um projeto de reforma universitária. Aos positivistas Eduardo Acevedo y Martín C. Martínez, membros do novo Conselho de Universitário recém constituído pelo governo uruguaio, coube a tarefa de reformular o programa de filosofia. Este vai ter um caráter essencialmente positivista e será responsável pela introdução dos pensadores Charles Darwin e Herbert Spencer no plano desta disciplina. Em síntese: “...los dictadores militares utilizaron la colaboración que (...) los primaces positivistas de la oposición intelectual y

A adoção do positivismo como *leit motiv* da sociedade tem, portanto, um fundo pragmático.¹⁵⁷ A utilização de seus preceitos em temas como o da nacionalidade, geram obras de forte apelo ideológico, transformando o passado histórico da nação em projeto de futuro .

Na esteira destas influências a história adquire uma tonalidade essencialmente política. Tal fato é tão representativo que passa a definir a tendência dos historiadores em geral.¹⁵⁸ Ponto que coaduna com a idéia de que a consciência historiográfica fundadora continua a determinar um campo de referência e debate que extrapola até mesmo sua produção histórica.

Sua importância reside no fato de vivenciarem e, ao mesmo tempo, consagrarem uma pauta de temas e problemas sobre o passado, sem deixar de projetar desígnios para o futuro, neste período em que se verifica a emergência do Estado-nação.

Os historiadores platinos, ao mesmo tempo em que vão construindo o plano temático pátrio, se preocupam com o tipo de Estado e integração que estão em andamento nos seus respectivos países. Esta questão, aliada a ampliação do campo cognitivo desenvolvido por uma historiografia mais recente, apresenta ainda um fértil espaço de discussão sobre a identidade histórica nacional.

Assim, sobre a lógica do rigor científico, ou da ausência dele, bem como da ação patriótica emergem as histórias nacionais platinas e seus respectivos pontos fundadores. Em

universitaria estaban dispuestos a brindarles para llevar a cabo las grandes reformas educacionales que clamaba el país. Sin desconocer dichas razones, aceptaron la colaboración y la buscaron...”(ARDAO, op.cit., p.178.).

¹⁵⁷ - Este lado pragmático é apontado por José Murilo de Carvalho como: “...um código operacional. Definem-se os atores e as instituições mais importantes e quais devem ser as táticas e estratégias de ação.”. O mesmo autor lembra também que muitas vezes a adoção de tal pensamento responde a um critério seletivo. (O Positivismo Brasileiro e a Importação de Idéias. P.15-16. In: *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.p.13-27). Também deve ser entendido pela sua potencialidade no âmbito do ensino, já que a exemplo da Argentina no “...ambiente pedagógico encontró acogida entusiasta el positivismo de Augusto Comte.”(INGENIEROS, Jose *Las Direcciones Filosóficas de la Cultura Argentina*. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária, 1963.p.91).

¹⁵⁸ - É possível averiguar este fato nas abordagens de Miguel Ángel Scenna que fala de uma história argentina liberal e conservadora; disputa entre unitários e federalistas. Igualmente no uruguaí a lógica se mantém ao se apontar a influência dos grupos *Blancos* e *Colorados* na produção historiográfica.(BARAGER, Joseph R. The Historiography of the Río de la Plata Area Since 1830. p. 600 in: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 39, nº 4, Novembro de 1959. p.588-642.).

muitos aspectos surge como uma história dogmática¹⁵⁹ restrita quase exclusivamente as capitais: Buenos Aires e Montevideu. Esta produção intelectual tende, portanto, a se enraizar junto ao espaço social destes países sob o signo da legítima autoridade, seja ela das fontes, dos fatos, dos atores históricos ou dos recortes propostos. Mecanismo muitas vezes de mascaramento da perspectiva cognitiva ou do próprio horizonte intelectual no qual são produzidos estes discursos.

Ao longo do século XIX é possível perceber que este momento fundador consagrado pelos primeiros historiadores platinos gera um discurso que pretende ser o legítimo tradutor da história nacional. No século seguinte, este encadeamento histórico-cronológico tradicional vai ser reorientado criticamente através de uma ação revisionista que busca construir uma nova pauta temática a partir de um diferente campo de visibilidade.

Este processo que visa modificar as formas de percepção sobre o passado, bem como redimensionar os marcos históricos já existentes tende a criar diversas consciências historiográficas. Esta tendência é impulsionada pela criação de centros de pesquisa histórica e pela crescente afirmação profissional do historiador no meio universitário.

A historiografia passa a formar, ao longo do tempo, uma série de camadas sucessivas de modelos de testemunhos escritos que tendem a dificultar, muitas vezes, uma visão mais detalhada sobre a totalidade histórica abordada.

¹⁵⁹ - Sigfrido A. Radaelli estabelece uma interessante visão sobre a historiografia clássica argentina a partir dos seguintes posicionamentos: “Debemos revisarlo todo: comenzando por los fallos históricos, herencia peligrosa, que sólo podemos admitir con beneficio de inventario. Resueltos a adptar esta posición, ¿Puede parecer extraño que nos levantemos contra ciertos juicios consagrados, contra ciertos nombres impuestos de cualquier manera, contra el sentido que se ha venido dando a algunos movimientos de nuestra historia? Parece que no debiera ser así; pero el caso es que, efectivamente, cuando alguien quiere ver las cosas por su cuenta, y proclamarlas, no faltan grupos de gente que le salen al paso a estorbarlo, empeñados en hacerlo callar, a fin de que no se trastorne esa historia que todos conocíamos. Esto da una impresión curiosa: parece que a cierta altura de la vida de un pueblo, su historia se paraliza: ya queda así, ya no se puede decir más ni decir otra cosa; esa historia, ya irrevocable, es dogma.”(*La Irreverencia Histórica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1947.p.30). O mesmo autor conclui neste termos: “Así, pues, esa inconsciente confianza en nuestros viejos autores de historia no puede valer a nadie que quiera ser sincero averiguador de nuestro pasado. Apoyarse a toda costa en los viejos autores es un respeto innecesario y muchas veces ridículo; es inferirles una desconsideración verdaderamente ofensiva. Pero se entiende lo contrario. A los historiadores que no tienen inconveniente en escribir una historia distinta, vista y sentida por ellos, hay quienes les acusan de ser antipatriotas...”(idem, op.cit.p.33-34).

Conforme apontado anteriormente, os planos da consciência historiográfica platina podem ser distribuídos nesta ordem: a) consciência historiográfica primeva: gênese da tradição histórica nacional constituída a partir de crônicas ou relatos de indivíduos que presenciaram o processo de emancipação política;¹⁶⁰ b) consciência historiográfica fundadora: empenho na fundação de um conceito de nação estabelecido a partir de um inventário histórico-cultural que privilegia principalmente o contexto da independência; esta organização intelectual dos bens simbólicos pátrios respeita um recorte cronológico e temático que enfatiza a questão das origens da nacionalidade;¹⁶¹ c) consciência historiográfica reorientadora: estabelece uma visão crítica sobre a historiografia clássica através de novos aportes teórico-metodológicos e da ampliação do campo crítico-temático. Está ligada ao processo de profissionalização e afirmação do historiador e de seus espaços institucionais de ensino e de pesquisa;¹⁶² d) consciência historiográfica polissêmica: gera uma visão fragmentada sobre o passado. A concepção de história passa a conter diversos

¹⁶⁰ - "...compuesto por personalidades que generalmente fueron actores de la gesta emancipadora y estuvo formado por cronistas, memorialistas e historiadores autodidactos, creadores de una historiografía descriptiva de hechos políticos y militares, ciertamente no exenta de valor, pero más preocupada por la biografía y la acción de los 'heróes' de la guerra o de los organizadores de la República que por los procesos y problemas de las nuevas sociedades.(...)En algunos países, los primeros gobiernos republicanos se preocuparon incluso por ordenar la confección de una crónica detallada de los sucesos y al efecto designaron un cronista oficial." (URIBE, Jaime Jaramillo. Frecuencias Temáticas de la Historiografía Latinoamericana. In: ZEA, Leopoldo.(org.). *América Latina em sus Ideas*. Cidade do México: Siglo Veinteuno Ediciones, 1986. p.23.). Cabe ressaltar que este primeiro plano de consciência historiográfica não será um objeto efetivo de análise, interessa aqui, apenas o seu caráter oficial, já que a historiografia nacional propriamente dita emerge na segunda metade do século XIX.

¹⁶¹ - "...como hijos de la generación de la Independencia, no han olvidado sus luchas ni la gesta de Mayo. Al contrario, los pormenores recibidos de los padres, actores o testigos presenciales, ejercieron verdadera fascinación sobre ellos. Hay, pues, una primera tendencia a la idealización del proceso de 1810. Por la misma razón, sucesores de una generación en guerra con España, heredan su punto de vista negativo y negador de la Colonia, sin romper por ello totalmente los lazos afectivos con la Madre Patria, hacia la que mantienen respeto aun condenando sus regímenes." (SCENNA, op.cit. p.52-53). São historiadores estreitamente vinculados aos espaços ocupados pela elite dirigente, seus discursos possuem um forte apelo ideológico e se preocupam, através de seu caráter fortemente político, transformar a história numa espécie de projeto. Pode ser entendido em parte desta forma: "Lo configuran personalidades que ocuparon un lugar destacado en la vida social y política de sus respectivos países, escritores públicos, periodistas, educadores, en fin, figuras de las clases dirigentes, con frecuencia descendientes directos de los líderes de la independencia nacional. Sin ser historiadores ni estar ligado siempre a actividades académicas y docentes, algunos de sus miembros alcanzaron un alto grado de dedicación a la investigación histórica y legaron a la posteridad obras de valor documental y analítico. Tal fue el caso de Bartolomé Mitre y Vicente Fidel López en Argentina." (URIBE, op.cit.p.24).

¹⁶² - "Su lugar de origen está en las universidades, en sus cátedras, departamentos y institutos de historia.(...) Sus contribuciones a la historia han sido considerables tanto en el campo del método de investigación como en el análisis y documentación de los temas estudiados. Con ellos la historiografía latinoamericana supera la preocupación casi exclusiva por los problemas políticos y militares, por la historia acontecimental (...), o por la biografía de próceres y estadistas, para entrar en los campos de la economía, la cultura, las instituciones y las formas de organización social." (URIBE, op.cit.p.24).

significados e as abordagens exploram múltiplos campos temáticos e teórico-metodológicos.¹⁶³

2.1- Os Planos da Consciência Historiográfica Argentina

A historiografia argentina do século XIX é essencialmente política. Quase a maioria dos historiadores descendem dos protagonistas da emancipação ou pertencem a famílias tradicionais que fazem parte dos círculos do poder.

O tema da independência é central em quase todas as abordagens, seja através da biografia dos revolucionários seja pela descrição completa do evento. Outro tipo de obra bastante recorrente é o compêndio de história geral da Argentina. O foco das abordagens se concentra basicamente em Buenos Aires em detrimento das províncias do interior.

Assuntos sobre o período colonial são vagamente explorados. Na mesma ordem é possível verificar um intencional silenciamento ou uma visão bastante negativa quanto ao período em que Juan Manuel Rosas esteve no poder – Leyenda Roja, resultado da disputa entre unitários e federalistas que reflete na historiografia. Tal perspectiva somente é quebrada nas duas últimas décadas deste século e, posteriormente com o movimento nacionalista surgido entre as duas grandes guerras mundiais do novecentos.

A organização e a publicação de documentos públicos é uma preocupação que tende a crescer na metade do século XIX. Igualmente, temas relativos à histórica econômica, social, cultural, da modernização, das relações internacionais, das idéias, dentre outros, serão desenvolvidos apenas no novecentos.

Em linhas gerais, é possível estabelecer uma divisão entre as consciências historiográficas através de eixos de reflexão que orientam os recortes históricos e seus condicionantes ideológicos subjacentes. A construção destes eixos incide também sobre a exploração de determinado campo de visibilidade cognitiva criado a partir de um horizonte intelectual definido no espaço social.

¹⁶³ - Lembramos que este modelo de consciência é apenas uma referência ilustrativa.

O primeiro modelo de consciência, primeva, guia-se pelo vetor invasão napoleônica na Península ibérica e processo jurídico- institucional da emancipação. Explora um campo de visibilidade que orbita entre as tendências escolástica e as recentes influências do pensamento iluminista, ou seja, seus autores incorporam de forma eclética discursos que oscilam entre os tratados iluministas franceses e os textos de história nacional da Espanha do século XVIII. O horizonte intelectual, por sua vez, remonta um espaço burocrático-histórico de uma elite dirigente que deseja construir uma idéia de ruptura – revolução, e de consenso a partir de um modelo de Estado em estágio de construção.

A consciência fundadora assume a perspectiva inicial que vincula os eventos de Mayo e de Caseros – destituição de Juan Manuel Rosas do poder através de uma intervenção internacional em 1852, e Mayo- Rosas, resposta dos nacionalistas que se organizam no entre-guerras do século XX. Os primeiros desejam ressaltar a formação de uma nacionalidade a partir de uma tradição liberal, já os segundos desejam enfatizar a unidade da nação alcançada pelas verdadeiras raízes argentinas¹⁶⁴, pois

“Extasiados com la España de Primo de Rivera y la Italia de Mussolini com su gran fachada de orden y disciplina más sus reminiscencias del tiempo de los romanos, nutridos intelectualmente por Charles Maurras, crearon un ideario restaurador que tomó el nombre de nacionalismo. El sustento humano del grupo contaba con muchos elementos de familias tradicionales, generalmente venidas a menos, con fuerte aporte de viejas oligarquías provincianas que se sentían herederas por derecho de sangre, de arcaicos valores, y veían con horror cómo eran desplazados y sumergidos por la creciente ola yrigoyenista. Pero también había entre ellos hijos de inmigrantes enriquecidos, violentamente convertidos al tradicionalismo del mate, poncho y guitarra, en busca de cierto status intelectual.

¹⁶⁴ -Torna-se importante apontar que na Argentina“...entre 1890 y 1914 hay una reacción pronunciada no sólo contra a inmigración extranjera, sino también contra la filosofía que la favorecía (liberalismo, cosmopolitismo, europeísmo, etc.), que se aprecia en el rechazo del extremismo político de los inmigrantes socialistas, anarquistas, etc., y hasta en el temor por “los peligros del idioma”, etc..

Este nacionalismo cultural, surgido como respuesta, que utiliza el terrorismo y la dictadura desde sus inicios históricos, tiene sus dirigentes en el gran latifundismo vacuno, y se expresa en los nuevos intelectuales de provincias (...) El aparato del gobierno es puesto al servicio de la idea nacionalista, y aparte de la citada represión política, social y para-policial del extremismo obrero, se nacionalizan fuertemente los institutos educacionales, la prensa...”(RAMA, Carlos. *Nacionalismo en América Latina*.Madri: Editorial Tecnos, 1981.p.24-25.).

Ya que el nacionalismo fue esencialmente un movimiento intelectual...”¹⁶⁵

O campo de visibilidade cognitiva consagrado por este modelo de consciência vai do romantismo eclético ao positivismo. O horizonte intelectual oscila entre a elite dirigente, beneficiados pela ordem estabelecida, e integrantes do corpo de funcionários do Estado.

A consciência historiográfica reorientadora constitui seu eixo de reflexão sob a tríade colônia –Mayo- Estado-Nação de forma a prospectar o conjunto de influências que auxiliaram na construção da identidade argentina. À luz desta idéia, a emancipação torna-se pela primeira vez um processo marcado pela ruptura e continuidade e seu desdobramento leva a conclusão de que a nacionalidade argentina ainda está em processo de formação.

O campo de visibilidade cognitivo abrange o marxismo e influências da historiografia moderna. O Horizonte intelectual responde a um espectro bem amplo de segmentos que variam entre grupos políticos, profissionais liberais e funcionários públicos.

Finalmente, a consciência historiográfica polissêmica traça, como objetivo central, a delimitação e reorientação dos conteúdos históricos anteriormente desenvolvidos através de uma abordagem mais variada e atual, no que diz respeito ao perfil teórico-metodológico. Assim, antigas pautas historiográficas são rearticuladas e mescladas com questões referentes ao processo de modernização e o seu impacto na sociedade, o tipo de desenvolvimento da cultura e do pensamento estabelecidos ao longo dos séculos no espaço nacional, dentre outros. Neste momento o conteúdo histórico não segue um sentido único, mas sim uma gama de possibilidades e orientações.

¹⁶⁵ - SCENNA, op.cit.p.239. A inversão da tendência no centro deste modelo de consciência historiográfica retoma inclusive a antiga dicotomia civilização e barbárie ou campo e cidade, apresentada por Domingo F. Sarmiento em sua obra “Facundo” (1845). Não é à toa que ele vai ser insistentemente atacado pelos nacionalistas. Esta questão torna-se mais interessante quando percebemos que é usual a utilização pelos integrantes da Generación de 37, tais como Bartolome Mitre e Juan Bautista Alberdi, de Buenos Aires como sinônimo de Argentino, desta forma: “Este empleo se debía, más bien, a que su proyecto de construcción de una nación era indiscernible del de modernización social, política y cultural. Modernización cuyo único referente lo hallaban en Buenos Aires. Entonces, cobra otro sentido el uso que toma Buenos Aires por Argentina, ya que la ciudad – era el espacio urbano más que el rural – parecía contener los elementos que permitirían constituir la nación moderna. Esta caracterización de Buenos Aires como emblema de la modernidad provocaba una fuerte identificación con la misma parte de los miembros del grupo (...) En su imaginario, tanto la ciudad como ellos mismos representaban en germen la nación por constituir.”(WASSERMAN, op.cit.p 22.).

O campo de visibilidade agrega correntes que vão do neomarxismo, passam pela Escola dos Annales e chegam ao pós-modernismo. Já seu horizonte intelectual agrega os discursos de todas as categorias sociais.

2.1.1 – A Consciência Historiográfica Primeva

A historiografia argentina surge através de um decreto em 1812 editado pelo primeiro triunvirato e tem como mentor Bernardino Rivadavia.¹⁶⁶ A incumbência de escrever a história da revolução de maio fica a cargo do frei Júlian Perdriel, pertencente a Ordem do Predicadores.¹⁶⁷

O trabalho é suspenso dois anos após pelo Diretor Supremo Gervasio de Posadas que alega falta de recursos para o prosseguimento de tal empresa. Logo a seguir, Gregorio Funes, com reconhecido prestígio nos meios oficiais, é designado para a execução deste estudo.

Em 1817 surge o *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán*. O recorte histórico feito por Funes se estende até o Congresso Nacional de 25 de março de 1816. Nesta obra constam, além do natural testemunho do autor que vivenciou os episódios narrados, vários relatos de protagonistas da independência e documentação de cunho público e particular.

¹⁶⁶ - Segundo o decreto: “Se escriba la historia de nuestra feliz revolución, para perpetuar la memoria de los héroes, las virtudes de los hijos de América del Sud, y la época gloriosa de nuestra Independencia civil, propiciando un nuevo estímulo, y la única recompensa que puede llenar las aspiraciones de las almas grandes”. (URIBE, op.cit.p.23).

¹⁶⁷- A explicação do historiador argentino Miguel Ángel Scenna sobre este episódio é ideologicamente interessante, inclusive sobre a sua concepção de história. Diz ele: “ A dos años de la Revolución de Mayo es ya evidente el anhelo de justificarla ante propios y extraños, echando los fundamentos razonados y razonables (...)que explicaran la justicia y altura de la causa americana. Puesto que toda la historia es una explicación, y a través de ésta, una justificación. El Virreinato había dejado de serlo, al romper amarras con España. Era menester probar y llevar el convencimiento de que esa ruptura no era una circunstancia caprichosa, movida por media docena de revoltosos y vesánicos traidores al rey (...) sino que obedecía a causas justas, limpias, y que sus ejecutores, lejos de ser canallas dignos de la horca, eran héroes desinteresados merecedores del bronce.” (op.cit.p.33-34).

Esta obra, apesar de ter gozado de boa receptividade no período, tende a receber muitas críticas posteriores. Principalmente pelo fato de ter se baseado em alguns autores do período colonial.

Em sua defesa, Scenna evidencia os pontos básicos que definimos anteriormente como uma história de forte engajamento político – por sinal existente ainda nos dias de hoje. Diz ele:

“Lo que olvidan algunos críticos es que ésta no es una obra de investigación pura, fruto de la labor de un historiador en su reducto forrado de libros, sino un trabajo de guerra, propagandístico, destinado a justificar el proceso revolucionario. Y en cierta forma cumplió con su cometido. Además del mérito de ser el primer intento orgánico de historia argentina, fue prontamente traducido al inglés y al francés, para difundir en Europa los principios de la revolución rioplatense.”¹⁶⁸

Em 1821 é criado o Archivo Público pelo então ministro Bernardino Rivadavia. Neste acervo são depositados os atos de governo e documentos doados por particulares. Mais tarde esta instituição passará a ser chamada de Archivo General de la Nación.

Em 1825 é publicada em Londres a obra *Noticias Históricas, Políticas y Estadísticas de las Provincias Unidas del Río de la Plata, con un Apéndice sobre la usurpación de Montevideo por los gobiernos portugués y brasileiro de Ignacio Nuñez*. Trabalho também de cunho propagandista sobre a independência. Traça como objetivo principal a determinação das origens do povo argentino. Carente de base documental, a narrativa apresentada pelo autor fica restrita ao relato pessoal.

¹⁶⁸ - SCENNA, op.cit.p.36. Mais adiante este autor apresenta mais um, dentre tantos, exemplos emblemáticos de sua confusão entre história e política. Trata-se da obra de Leoncio Gianello intitulada “*Florencio Varela*”. Neste trabalho o autor busca validar a solicitação feita por Varela junto à Inglaterra e França para destituir Rosas do poder. Discordando veementemente, Scenna faz o seguinte comentário: “...lamentamos que un historiador argentino estampe ese juicio...” já que os atos de Varela não passam de traição à pátria.(idem,p.301).

Em 1830 chega a Buenos Aires o italiano Pedro de Angelis.¹⁶⁹ Precursor do estilo biográfico na Argentina lança no mesmo ano seu *Ensayo Histórico sobre la Vida del Exmo. Sr. D. Juan Manuel Rosas*, reeditado em 1842, e *Noticias Biográficas del Exmo. Sr. Gobernador y Capitán General dela Pcia. De Santa Fe, Brigadier D. Estanislao López*. Em 1832 edita a *Biografía del Señor General Arenales*. Em 1836 inicia a tarefa de organizar seu arquivo pessoal sobre o passado argentino, sendo a documentação acompanhada de comentários.

Surge assim a *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata*. A obra abrange assuntos como história e geografia distribuída em diversos fascículos¹⁷⁰ e sua venda ao público é feita através de assinaturas.

A edição destes trabalhos e a proximidade com o ditadura de Rosas criam uma imagem negativa do autor no meio intelectual. Tal fato não impede de ser convidado a fazer parte da primeira fase do Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata,¹⁷¹ idealizado por Bartolomé Mitre.

Em 1869 Antonio Zinny reedita, em versão ampliada, a obra de Gregorio Funes chamando-a de *Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata/ 1816 a 1818 / por el Deán Funes, continuada hasta el fusilamiento del gobernador Dorrego en 1828*. O caráter descritivo do texto é mantido, mas seu apelo ideológico é aprofundado.

No que diz respeito ao aspecto histórico desta primeira etapa de consciência historiográfica é perceptível que o período pós-independência apresenta um ambiente de crise econômica, devido a guerra de libertação, bem como de intensa disputa política interna. O povoamento é escasso e a população adentra num processo de empobrecimento.

¹⁶⁹ -“Es el primer historiador hecho y derecho, de pura raza, en la historiografía argentina. Pese a ello, ha sido sepultado bajo una crítica adversa, enconada, terminante, al punto que pocos personajes tienen peor prensa entre los historiadores.”(idem, p.42).

¹⁷⁰ - A idéia inicial do autor seria lançar oito tomos. Na verdade se chegou ao primeiro fascículo do sétimo tomo.

¹⁷¹ - Pedro de Angelis se torna membro correspondente de Instituições como: Royal Geographic Society de Londres, Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Societé Géographique de Paris, Reale Istituto D’Incoraggiamento delle Scienze Naturali de Nápoles, Massachusetts Historical Society, American Philosophical Society, ambas de Filadélfia, e Societé Royale des Antiquaires du Nord de Copenhague. (SCENNA op.cit. p.46.).

A recuperação econômica tende a ser lenta. A economia é estruturada basicamente sobre a agropecuária: alfafa, videira, milho, gado e lã, sendo que o artesanato do interior apresenta desgaste. O fluxo de mercadorias inglesas no comércio argentino tende a se regularizar neste período.

Os regionalismos ganham espaço na mesma proporção em que Buenos Aires busca se impor como núcleo da centralização política. A elite portenha defende um Estado de cunho liberal calcado na divisão de poderes e no sistema representativo. As demais regiões, por sua vez, combatem tais propostas através do reforço dos interesses regionais definido a partir de uma base federalista. Pesa igualmente o conflito sobre o acesso a bacia do Prata, dominada por Buenos Aires, e as províncias do litoral que desejam comercializar diretamente com o mercado internacional.

2.1.2 – A Consciência Historiográfica Fundadora

A historiografia produzida sobre esta visibilidade se propõe a reorientar o papel histórico-cultural da emancipação política. O conjunto de memórias, de relatos e de gestas, produzido anteriormente sobre este evento, passam por um processo de revisão e transformação à luz de um novo aporte documental e de um novo objetivo.

Em seu período inicial é formado pela primeira geração da Argentina independente.¹⁷² Descendentes diretos de mayo, este grupo de historiadores demonstra o interesse de afirmar um caráter nacional que vai além do próprio evento histórico abordado

¹⁷² - Geração esta que surgiu no seguinte cenário histórico: “Durante la primera mitad del siglo XIX, esta ausencia o debilidad de fenómenos sociales, políticos, económicos y/o culturales de carácter nacional no sufrió modificaciones significativas. El único ámbito en el cual pudieron seguir asegurándose las actividades básicas de la vida social fueron las antiguas ciudades coloniales. Ciudades que, tras la disolución del poder central en 1820, incorporaron sus campañas a la vida política y se organizaron en provincias procurando asumir, con mayor o menor fortuna, atributos de soberanía que les permitieran convertirse en verdaderos estados. Tras el fracaso del intento de unificación estatal nacional llevado a cabo por los unitarios a mediados de la década de 1820, estos estados provinciales se asociaron en las décadas de 1830 y 1840 en una confederación hegemonizada por Buenos Aires bajo la atenta guía de su gobernador, Juan M. de Rosas.

Esta provincialización del poder, sumada al predominio de las relaciones políticas personales por sobre las institucionales, constituyó un problema central de la historiografía argentina.”(WASSERMAN, op.cit.p.9).

pelos seus discursos. Trata-se de ressaltar uma nacionalidade pré-existente¹⁷³ e vinculá-las a idéia de um Estado-nação emergente.

Opositores tradicionais de Juan Manuel de Rosas, sendo alguns deles exilados por este governante, dedicam-se a criar uma cronologia da libertação que inicia em Mayo e recomeça somente quando da destituição deste governante (Caseros, 1852). Neste ponto construir a idéia de nação é enumerar os seus inimigos históricos, os opositores de uma sociedade livre, no caso o sistema colonial imposto pela Espanha e a ditadura de Rosas.¹⁷⁴

Conhecida como a Geração de 37¹⁷⁵, este grupo de intelectuais formado por Juan Bautista Alberdi, Esteban Echeverría, Vicente Fidel López, Domingo F. Sarmiento, Bartolomé Mitre, dentre outros, se entende como guia esclarecido da sociedade argentina. Tendo como base uma visão elitista bastante firmada, estes pensadores passam a se dedicar a análise do cenário americano de então e, principalmente, sobre o ser argentino e os fundamentos de sua nacionalidade.¹⁷⁶

¹⁷³ - Ver nota 1 do presente capítulo.

¹⁷⁴ - Desta forma "...la experiencia histórica que les tocó vivir a ellos como actores o testigos, fue el largo gobierno de Juan Manuel de Rosas, y de allí que sus conceptos sobre el Restaurador estén fatalmente teñidos de connotaciones subjetivas fuertemente militantes, ya que casi todos fueron enemigos de don Juan Manuel. Su visión histórica – muy influida por los ideólogos de la generación, Esteban Echeverría y Juan Bautista Alberdi – será emplazar a Mayo como faro de libertad y democracia entre dos abismos de sombras, oscuras tiranías que trabaron el progreso argentino: de un lado, el largo período hispano, y del otro, la dictadura de Rosas terminada en Caseros, donde se inicia una segunda era de libertad, directamente emparentada con Mayo. A leyenda negra colonial se le une (...) la leyenda roja de la tiranía rosista."(SCENNA, op.cit.p.53).

¹⁷⁵ - Segundo Fabio Wasserman: "Con el nombre de Generación de 1837 se reconoce la experiencia político-cultural iniciada a mediados de la década de 1830 por un sector juvenil de la elite letrada integrado en su mayoría por ex estudiantes de la Universidad de Buenos Aires. La elección de esa fecha en la nominación se debe a que sus actividades tuvieron su primera expresión pública colectiva en junio de 1837, en el marco del Salón Literario de Marcos Sastre. En ese momento, Rosas llevaba dos años gobernando por segunda vez la provincia de Buenos Aires, detentando las facultades extraordinarias y la suma del poder público. En medio de un clima cada vez más opresivo, los jóvenes románticos buscaron crearse un lugar propio mediante el desarrollo de actividades culturales modernizadores. Entre otras, fundaron algunas sociedades de estudios, publicaron obras literarias y doctrinarias y difundieron sus ideas en periódicos como La Moda.

Es de destacar que muchos de sus primeros pasos se los debieron no sólo a sus dotes intelectuales, sino a las situaciones personales por las cuales se encontraban cercanos a personajes encumbrados del orden federal y/o ligados a actividades estatales."(WASSERMAN, op.cit.p.14).

¹⁷⁶ - Inicialmente este grupo busca una aproximação com o poder com vistas a implementar seu projeto de transformação a partir da própria estrutura estatal. Como não dá certo, a geração de 37 se torna oposição. Em síntese: "algunos de los jóvenes se acercaron a ese gobierno cuya legitimidad, creían, residía en los recientes hechos históricos y en la propia naturaleza del Río de la Plata. El objetivo era dotar a ese poder de una legalidad transcendente que encauzara la sociedad dentro de lo que denominaban esfera del desenvolvimiento progresivo o perfectibilidad. Por el momento, se contentaban con que los actores locales fueran adquiriendo progresivamente hábitos políticos y culturales civilizados. Mientras tanto, ellos, como miembros de la Nueva

A produção historiográfica desta geração inicia em 1857 com a primeira edição da *Historia de Belgrano*, de Bartolomé Mitre. Dentre outras obras destacamos: *História Argentina* (1861) de Luis L. Domínguez; *Historia de los gobernadores de las provincias argentinas* desde 1810 hasta 1879 (1880) de Antonio Zinny; *Historia de la República Argentina* (1883) de Vicente Fidel López, e *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (1887) de Bartolomé Mitre.¹⁷⁷

A *Historia de Belgrano* deve ser vista como a primeira tentativa de organização do conteúdo cronológico desta consciência historiográfica fundadora, bem como da pauta temática que estrutura a emergência do caráter da nação, ou seja, apresenta os caminhos que levam ao ser nacional.¹⁷⁸ Para os historiadores argentinos esta obra inaugura a Escola Erudita.

Generación – ésta era una de sus autodenominaciones, junto a la de Joven Generación – diseñarían una sociedad acorde al conocimiento social y político de su época. Consideraban que su acceso a ese conocimiento estaba destinado a reservarles un lugar de privilegio, ya que no sólo era una elite la que debía conducir los destinos públicos, sino que esa elite debía ser letrada.

La intemperancia rosista, que no dejaba margen para componendas, hizo que un intento de acercamiento por parte de Alberdi fuera rechazado, que el Salón Literario se cerrara y que La Moda dejara de publicarse. En consecuencia, comenzaron a sospechar que, para llevar a cabo sus proyectos modernizadores, debían considerar otras prácticas que implicaran dejar en un segundo plano la prédica sociocultural para pasar directamente a la acción política.”(idem, p.15).

¹⁷⁷ - Bartolomé Mitre idealiza em 1854 a organização do Instituto Histórico e Geográfico do Rio da Prata. Em 3 de setembro deste ano Mitre reúne várias personalidades argentinas na Biblioteca Pública com vistas a formalizar a abertura desta Instituição. Obtém como resultado apenas a formação de uma comissão diretora. Em 1856 são estabelecidas as diretrizes do instituto, cujos membros são em sua maioria literatos, jornalistas e simpatizantes da história. O instituto ficará em atividade apenas até o final da década. Neste mesmo período é organizada a primeira série de história chamada de Galeria de Celebridades Argentinas, que compreende um conjunto de biografias sobre personalidades tais como: San Martín, Juan Lavalle, Rivadavia, dentre outras. Esta produção envolve os historiadores Juan María Gutiérrez, Bartolomé Mitre, Mariano Lozano, Domingo F. Sarmiento, Pedro Lacasa, Luis L. Domínguez, José Tomás Guido e Manuel Rafael García.

¹⁷⁸ - Ao comentar o lançamento desta obra, Sarmiento associa o movimento emancipatório de Mayo à retirada de Rosas do poder, fato que o torna, assim como Mitre, um prócer da liberdade: “La Historia de Belgrano es, pues, la restauración de un momento sepultado ya bajo las movedizas arenas arrastradas por el pampero; y el mérito del autor de la Historia está en haber devuelto a la admiración de sus contemporáneos el más inimitable de los buenos modelos. La Historia de Belgrano viene hoy como una enseña de lo que quería y esperaba el pueblo cuando él vivía, estando la sociedad de hoy resuelta a continuar la obra desde donde él la dejó, ahora que empieza a calmarse el torbellino que sepultó su ejército y desorganizó las Provincias Unidas, y que a la dominación de los reyes, como objeto de execración, ha sucedido la expulsión de los caudillos, en los grandes propósitos de la época. Todo es análogo en la época presente a la época de Belgrano, y cada uno se siente artífice de la misma obra que llenó los días todos de la vida de aquel simple y buen ciudadano”.(MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Tomo I. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1927. p.13.).

Contando com uma base de mais de cinco mil documentos distribuídos em seus três tomos, este trabalho só será reconhecido como acabado pelo autor em sua quarta edição (1887), quando o tema independência extrapola a importância do biografado. Assim,

“El tema ha crecido hasta desbordar el marco de la primitiva biografía, por ello el relato va más allá de la vida del prócer y llega hasta 1821 para cubrir el desenlace de la anarquía, y en cuanto al principal personaje desaparece de escena por capítulos enteros. El protagonista pasa a ser la Guerra de la Independencia, bordada en torno a la vida de Belgrano, pero sin quedar subordinada a ella.”¹⁷⁹

A sequência deste plano histórico determinado por Mitre vem com o seu trabalho intitulado *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (1887). Desta vez, as fontes utilizadas contam com recursos como os da tradição oral, a numismática,¹⁸⁰ croquis dos locais das batalhas e, até mesmo, uma coleção de retratos do prócer biografado.¹⁸¹

Conforme já apontado, destacam-se também trabalhos históricos como o de Luis L. Domínguez que se dedica a resgatar o passado argentino através de relatos dos protagonistas da independência e do arquivo de Bernardino Rivadavia. Exilado durante o

¹⁷⁹ - SCENNA, op.cit.p.58.

¹⁸⁰ - Segundo Sigfrido A. Radaelli “Antes de Mitre no hay archivos ni hay libros; nadie sabe nada de método; nadie sabe cómo debe escribirse una historia, y si lo sabe, se encuentra huérfano de apoyo. Mitre quiere poner un principio de orden en medio de tanto vacío y tanto desorden: organiza la copia de documentos, organiza su propio archivo y su biblioteca; anota cuidadosamente sus libros sobre lenguas americanas, sobre arqueología, sobre bibliografía y aun sobre numismática.”(RADAELLI, op.cit.p.110).

¹⁸¹ - A construção de um projeto de nação através da historiografia gera também disputas internas no seio da intelectualidade e, algumas vezes, extrapolam de forma inusitada o campo do conhecimento. Tal fato pode ser visto pela celeuma iniciada entre Vicente Fidel López e este autor na década de 80. Em meio a inúmeras acusações públicas e suas respectivas réplicas é possível encontrar também comentários bastante originais que tocam o campo da metodologia empregada pelos historiadores. Este é o caso da crítica bem-humorada feita por López ao seu oponente: “Ponerse a detallar el tamaño y las formas de las orejas, como lo ha hecho el señor Mitre en su biografía embrionaria del general San Martín, los remiendos que tenía en las botas, los gastos al menudeo del almacén, y determinar por medida el largo de las piernas de cada soldado, es no contar con la paciencia y el fastidio del lector.”(SCENNA, op.cit.p.83.). Mitre responde nos seguintes termos: “El señor López se ha repetido, se ha elogiado, se ha compendiado, se ha epilogado por activa y por pasiva, sin dar desarrollo a sus trabajos anteriores ni proyección a los ulteriores (...) Según sus nuevas alucinaciones (...) la historia y los historiadores argentinos empiezan y acaban con él.” (idem, p.84). Importante ressaltar que pesa nesta disputa também a questão autoral sobre a história argentina, já que: “...López se atribuía la primacía cronológica en la exposición del pasado argentino, y sin vuelta de hoja acusó a Mitre de haberlo plagiado, encolumnando lado a lado sus textos con los del rival...”(idem, p.83).

período de Rosas, torna-se posteriormente ministro do presidente Domingo F. Sarmiento. Sua obra é adotada por muito tempo como manual escolar.¹⁸²

Igualmente cabe lembrar a produção histórica de Antonio Zinny¹⁸³, *Historia de los gobernadores de las provincias argentinas desde 1810 hasta 1879* (1880), único historiador deste grupo a ter ligações com Rosas. Seu interesse é puramente heurístico, fato que reflete em texto pouco interpretativos. Sua pesquisa mais extensa se relaciona ao inventário de periódicos que circulam no Rio da Prata.

Já, Vicente Fidel López é, junto com Mitre, o historiador clássico do período. Sem a tradicional fixação pelo documento, opta por uma história baseada na tradição, na oralidade e na reconstituição do passado através da imaginação.¹⁸⁴

Dentre suas obras apontamos a *Introducción a la Historia de la Revolución Argentina* (1861), *La Revolución Argentina* (1861), dividida em quatro tomos e *Historia de la República Argentina*, compêndio de dez tomos lançado ao longo dos anos de 1852 e 1893.

Suas obras históricas recebem muitas críticas quanto a exatidão dos dados apresentados, bem como a negativa do autor de revisá-los. Apesar disto, sua *Historia de la República Argentina* alcança enorme sucesso editorial, transformando-se num clássico da historiografia e referência para os manuais primários e secundários de ensino.

Até o surgimento de alguns indícios de renovação historiográfica na década de 80 que somente serão potencializadas no século seguinte, as leituras sobre o passado argentino

¹⁸² - Cabe lembrar que “Hasta 1893 existían pocos y malos resúmenes de historia. Algunas “cartillas” y “epítomes” hacían demasiada distancia con la Historia Argentina de Domínguez; circulaban también otros manuales de segunda enseñanza, como las Lecciones de Lucio López o el laborioso Compendio de Clemente Fregeiro; pero, como texto elemental, apenas había dónde elegir: el catecismo de Historia Argentina por Santiago Estrada, el Compendio de doña Juana Manso, La Historia Argentina enseñada a los niños por sencillas preguntas y respuestas de Juan María Gutiérrez, la Historia Argentina en verso por Ciro Bayo...”(RADAELLI, op.cit.p.128).

¹⁸³ - Este autor é nascido em Gibraltar e chega a Argentina na época em que Juan Manuel de Rosas está no poder.

¹⁸⁴ - Apesar das grandes diferenças que separam as perspectivas históricas de Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre ambos acreditam que o governo de Rosas representa a negação do “...progreso intelectual y moral de la nación...”(URIBE, op.cit. p.41).

se resumem as questões limítrofes, como é o caso do historiador Manuel Ricardo Trelles, ou a biografias e conflitos externos, Ángel Justiniano Carranza.

Neste período surgem algumas revistas de cunho cultural cuja proposta também abrange os aspectos históricos da sociedade argentina. Inicialmente temos a *Revista de Buenos Aires* (1863-1871), publicação mensal, aparecida em 1863 teve ao todo 96 edições. Constavam artigos de história, literatura e derecho.¹⁸⁵ Dirigida por Miguel Navarro Viola y Vicente G. Quesada. Em 1865 é produzida uma edição específica sobre historiografia.

Há também a *Revista Nacional* (1886-1908), fundada por Adolfo P. Carranza, e a *Revista del Pasado Argentino* (1888-1892), fundada por Trelles, ambas dedicadas a publicações de textos com valor heurístico. Já a *Revista del Río de la Plata* (1871-1877), fundada por Vicente Fidel López, Juan María Gutiérrez y Andrés Lamas se volta para a edição de documentos e artigos.

Quanto aos periódicos institucionais destacam-se a *Revista General del Archivo de Buenos Aires* (1869-1871), projeto levado a cabo por Manuel Ricardo Trelles que persuade o governo a publicar uma revista oficial de cultura. Suas edições voltam-se principalmente para a publicação de documentos. Trelles dedica-se também a *Revista de la Biblioteca Pública de Buenos Aires* (1879-1882). Finalmente, temos a revista de cultura *La Biblioteca* (1896-1898), dirigida pelo historiador francês Paul Groussac e editada pela Biblioteca Nacional.

Os traços de renovação das abordagens podem ser percebidos inicialmente com as obras de Vicente G. Quesada, *La Sociedad Hispanoamericana bajo la dominación española* e *La Vida Intelectual en la América Española durante los siglos XVI, XVII y XVIII* empenhadas em integrar o período colonial a história nacional. Igualmente renovador é a *Historia de Rosas* redigida por Adolfo Saldías e organizada em três tomos. Em 1892 o autor reedita sua obra com o título *Historia de la Confederación Argentina*.

No momento de sua publicação em 1881 se percebe que

¹⁸⁵ - Em 1881 Vicente G. Quesada e seu filho Ernesto Quesada fundam a *Nueva Revista de Buenos Aires*.

“Al subir Roca al poder, se cumplían casi treinta años de la caída de Rosas y hacía tres que el Restaurador había muerto en Southampton. Vale decir que sólo los que andaban arriba de los cuarenta podían recordar de primera mano su gobierno. En ese treintenio se impuso dentro de la enseñanza un cuadro negativo de dicha etapa histórica, sobre la que todos parecían estar de acuerdo. La Historia de Domínguez impuso el tono, que sólo se modificó para cargar las tintas en los posteriores libros de López, Estrada y Pelizza. En cuanto a Mitre, si bien no escribió específicamente sobre Rosas, su actitud y su modo de pensar no diferían para nada de aquéllos, a los que apoyaba con su autoridad.”¹⁸⁶

Outro autor empenhado em trazer a época de Rosas para o campo histórico é Ernesto Quesada, filho do historiador Vicente Quesada. Seu estudo *La Época de Rosas – su verdadero carácter histórico* (1898) marca o início do revisionismo argentino.

No entender deste autor, a história é um exercício patriótico estabelecido pela busca da verdade e pela divulgação de documentos históricos inéditos. Alusão que Quesada faz ao grande volume de documentação conseguida através do chefe rosista general Ángel Pacheco, bem como da acusação que recebe de simpatizante do ex-ditador.¹⁸⁷ O restante de suas publicações compreende: *Lamadrid y la Coalición del Norte* (1926), *Lavalle y la*

¹⁸⁶ - SCENNA, op.cit.p.98. Concluindo a idéia e traçando um paralelo com a historiografia uruguaia: “Por un momento el mismísimo Juan Manuel de Rosas estuvo a punto de ser reelaborado a través de la obra de Saldías, que intentaba un ensamblamiento histórico, poniendo al Restaurador de la mano de Rivadavia por un lado y de Urquiza por el otro, en una continuidad perfecta. La cerrada negativa a su tesis, encabezada por Mitre y seguida por todos, impidió que las puertas de la interpretación liberal de nuestra historia se abrieran para Rosas. Según José María Rosa, esa negativa evitó la transfiguración de don Juan Manuel en un personaje domado, quitándole el poncho federal para vestirlo de doctor con galera y bastón, precursor de la Constitución, transfiguración similar a la padecida por Gervasio de Artigas en la historia oficial de nuestros semicompatriotas uruguayos, donde el gran líder federal se ha convertido en una mezcla de Washington y Hamilton, capaz de cruzar el Delaware y de escribir en *The Federalist*, pero muy lejano de aquel formidable caudillo argentino surgido de las cuchillas orientales que en verdad fue.”(idem, p.127).

¹⁸⁷ - Justificando o resgate histórico do período de Rosas, o historiador Ernesto Quesada faz a seguinte afirmação: “Caído Rosas, llegan al gobierno de Buenos Aires los personajes principales de la emigración; claro está que no podían renegar de sus exageraciones de la víspera al día siguiente de la victoria; había que consolidar ésta, y para ello no sólo se ratificaron en todo lo proclamado y sostenido durante la época de lucha, sino que, comprendiendo la necesidad de justificar ante la posteridad las enormidades cometidas, principalmente al azuzamiento de las naciones extranjeras contra la propia patria y su alianza innominada con el enemigo nacional, se lanzaron a sostener, con método, con brillo y con perseverancia, la leyenda de la lucha como si fuera la historia verdadera. Varias generaciones se han educado oyendo repetir la misma leyenda, y han concluido por creer en ella a pies juntillas...”(SCENNA, op.cit.p.105).

Batalla de Quebracho Herrado (1927), Pacheco y la Campaña de Cuyo (1927) e Acha y la Batalla de Angaco (1927).

Neste momento, final do oitocentos, a Argentina já possui um cabedal razoável de historiadores, sendo a sua organização institucional uma questão de tempo. Surgem neste período o Museu de La Plata (1894), o Museu Histórico Nacional (1891) e a Junta de Historia Y Numismática Americana (1895), formada por um grupo de estudiosos e simpatizantes da história que promovem palestras, pesquisas e publicações¹⁸⁸ sobre o passado americano e, principalmente argentino. A partir de 1938, esta organização passará a se chamar Academia Nacional de História.

Cabe salientar que nestas últimas décadas do século XIX a Argentina se consolida como Estado-nação, recebe uma forte onda migratória da Europa e passa por um grande crescimento econômico devido ao aumento das atividades de seu setor exportador como também do crescimento dos investimentos estrangeiros no país.¹⁸⁹

Igualmente, a vertente positivista emerge como tendência forte. Na passagem para o novecentos é perceptível o surgimento do radicalismo no plano político, fato que leva a primeira ruptura com a antiga estrutura de poder através da vitória nas urnas da União Cívica Radical.

O radicalismo contrapondo-se a velha visão liberal é a marca desta fase. Adquire força a partir da defesa de um nacionalismo forte, de cunho popular, contrário ao cosmopolitismo do período de Roca (roquismo).

Alguns historiadores filiados a esta tendência são filhos de imigrantes que desejam inserir-se ativamente na sociedade. A vertente do radicalismo não alterou a concepção sobre a colônia, sobre mayo, aceitando o último também como consequência da Revolução

¹⁸⁸ - Dentre as publicações, destacam-se as de livros antigos como as reedições de *Viaje al Río de la Plata* (1903), de Ulrico Schmidel, de *Historia de las Revoluciones de la Provincia del Paraguay* (1905), do padre Lozano e, finalmente, *Lazarillo de Ciegos Caminantes* (1908), de Concolorcorvo. Em 1910, durante as comemorações relativas ao centenário da independência são publicadas em fac-símile *La Gaceta de Buenos Aires*, compreendendo ao todo cinco anos e seis tomos, *El Telégrafo Mercantil*, o *Semanário de Agricultura, Industria y comercio*, *Argos*, *La Moda* e *El Iniciador*.

¹⁸⁹ - Outras obras publicadas neste período são: *Lecciones de historia argentina* (1886) escrita pelo uruguaio Clemente Fregeiro como peça didática no Colégio Nacional de Buenos Aires, *Historia Argentina* (1888) do positivista Mariano Pelizza.

Francesa. Fato este que, na mesma medida em que define os limites de sua visibilidade, impede uma considerável renovação do conteúdo crítico-histórico presente em suas abordagens. Na melhor das hipóteses, aparece como elemento de transição, não de inovação, pois ainda se empenha em enunciar os signos fundadores da nação, só que agora à luz da perspectiva nacionalista.

A visão positiva do unitarismo é mantida, mas há discordância quanto a visão clássica acerca do governo Rosas e dos caudilhos. Nesta etapa tem início a divulgação do pensamento provincial através da contribuição de historiadores do interior.¹⁹⁰

Iniciado o século XX, é possível perceber a manutenção desta tendência de ampliação temática em textos como o de Ramón J. Cárcano: *De Caseros al 11 de Setiembre* (1918), *Juan Facundo Quiroga* (1931)¹⁹¹ e *Guerra del Paraguay* (1939); de David Peña: *Juan Facundo Quiroga* (1906)¹⁹²; de José Ingenieros: *La Evolución de las Ideas Argentinas* (1909), *El Hombre Mediocre*; de Ricardo Levene: *Ensayo Histórico sobre la Revolución de Mayo y Mariano Moreno* (1920), *El Proceso Histórico de Lavalle a Rosas* (1933), *La Anarquía de 1820 y la Iniciación de la vida Pública de Rosas* (1933), *Mitre y los Estudios Históricos en la Argentina* (1944), *Historia de la ideas sociales argentinas* (1947).¹⁹³

Incide sobre este horizonte de visibilidade o contexto mundial marcado pelas tensões imperialistas que fluem para a Primeira Grande Guerra e a crise econômica de

¹⁹⁰ - SCENNA, op.cit.p.133-134.

¹⁹¹ - Esta obra recebe o prêmio nacional de letras em 1931 e apresenta uma visão positiva sobre o Brasil.

¹⁹² - Nesta obra o autor defende que a relação entre Buenos Aires e as províncias, bem como do centralismo com o federalismo aparecem como forças que ilustram, na forma de síntese, a história social e política da Argentina. Idéia que já ilustra a intenção de compreender contextos históricos mais recentes do passado argentino.

¹⁹³ - Apesar de Ricardo Levene ter uma importante participação junto à presidência da Academia Nacional de História e da Universidade de La Plata onde organiza cursos e seminários, monta um centro de pesquisa histórica, influencia na fundação de disciplinas que abarcam a História Argentina e da América Contemporânea e participa das publicações da Revista de Humanidades e da série de documentos intitulada Biblioteca de Humanidades. Também é o organizador da série *Historia de la Nación Argentina* que compreende ao todo dez volumes. Apesar destes vários empreendimentos, sua perspectiva historiográfica, aliada ao grau de compromisso que mantém com a superestrutura política, o situam dentro do plano de consciência fundadora, ou seja, a uma concepção clássica de história, fato que pode ser constatado nesta idéia exposta por Levene: "...la historia es también una ética o filosofía social. Hay que vivificar el pasado con el sentimiento, es decir, la historia tiene que educar enseñando a respetar lo grande y repetir lo bueno". (SCENNA,op.cit.p.193).

grandes proporções gerada a partir da década de 20. Fatos que obrigam os historiadores a perceberem o ambiente nacional também sob o foco internacional.

Dentre os historiadores deste período é pertinente destacar duas importantes orientações: uma que vincula o signo da nacionalidade a questões que fluem para um patamar estratégico de alteridade e, outra, que diz respeito a observância extrema do código fundador através da fórmula nacionalista.

A primeira delas possui as características de transição para um novo modelo de consciência e é enunciada em trabalhos como os de Ricardo Rojas: *La Restauración Nacionalista* (1909), *Historia de la Literatura Argentina* (1917) e *La Guerra de las Naciones* (1924); e de Miguel Ángel Cárcano: *La Política Internacional em la Historia Argentina*.

Ricardo Rojas percebe o princípio pátrio como um fundamento moral responsável também pela definição dos limites territoriais.¹⁹⁴ Preocupa-se com a afirmação do caráter nacional através da autonomia cultural, postura necessária num contexto de forte onda imigratória européia e ponto determinante para organizar o tipo de inserção que se deseja para a Argentina junto ao cenário mundial.¹⁹⁵ O segundo autor aparece como um complemento geopolítico¹⁹⁶ deste ideário, já que se atém a historicização das relações exteriores desenvolvidas desde o período colonial até 1880.¹⁹⁷

¹⁹⁴ - Em suas próprias palavras: “La escuela nacional tendrá que ir, como las fortificaciones y el ejército, a las fronteras ahora abandonadas” (SCENNA,op.cit.p.139). Importante salientar que esta idéia de fronteira utilizada por Ricardo Rojas não é metafórica.

¹⁹⁵ - É o caso de sua obra redigida durante a Primeira Guerra Mundial, na qual defende um novo tipo de inserção da sociedade argentina no plano mundial. Nestes termos o autor conclama: “Estudiad la realidad argentina; plantead nuevos problemas internos y externos; renovad el idearium de nuestras luchas civiles; dad a esa causa vuestra alma toda; cobrar conciencia de vuestra misión, puesto que una tenéis, y grande, en esta hora en que la nacionalidad argentina se transforma y la civilización universal se renueva.” (*La Guerra de las Naciones*. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1924.p.65-66.). Sua concepção sobre o nacional abrange: “Todas las fuerzas del territorio, de la raza y del estado, equilibrándose en la conciencia colectiva crean el vínculo espiritual de la nacionalidad, y este a su vez se concreta en una particular menra de sentir y de practicar la vida. Esta conciencia es el poder vital de una nación, su potencia dinámica, el sistema de su propia cultura, el norte guiador de su ideal, su sentido de coordinación y de equilibrio.” (idem, p.238). Segundo Rojas, a origem, a tradição e o caráter da cultura argentina são determinados pela religião, arte, doutrina e idioma. Ao longo de sua exposição utiliza como sinônimos as expressões: “religião argentina”, “cultura argentina” e “alma argentina” como sinônimos.

¹⁹⁶ - Dentro da perspectiva de Cárcano: “La política internacional de un país, cualquiera que sea su régimen de gobierno y la capacidad de su clase dirigente, la determinan algunos elementos principales, sin cuyo

A segunda orientação remonta o movimento nacionalista¹⁹⁸ iniciado na década de 20 na Argentina e plenamente desenvolvido no decênio seguinte. Com uma arraigada postura política¹⁹⁹, seus historiadores buscam impor suas versões sobre a história nacional a partir da negação dos textos clássicos.²⁰⁰ Esta empresa conta inclusive com a fundação em

conocimiento no se alcanzará a definir y comprender sus relaciones con las demás naciones. Estos elementos actúan conjunta o separadamente, influyen uno más que otro, o todos a la vez, de acuerdo con el momento y las aspiraciones colectivas. La religión, el hombre, la lengua, la historia, la geografía, la política interna, las “reacciones sentimentales que determinan las corrientes profundas del espíritu público”, son los elementos que deben tenerse en cuenta en el análisis de la política internacional” (SCENNA, op.cit.p.153.).

¹⁹⁷ - Ambos os autores parecem reunir os elementos básicos da matriz ideológica ibérica, remontando inclusive, em suas devidas proporções, as demandas intelectuais da Espanha renascentista e Barroca, ou seja, a que faz da religião Estado: “La nuestra tiene también su religión, es decir, los lazos que ligan y religan las conciencias humanas que alientan en nuestro suelo. Son lazos espirituales que nos ligan en lo pasado a la tradición de nuestros muertos, que nos ligan en lo presente a los intereses de nuestros contemporáneos, que nos ligan en lo futuro a la esperanza de nuestra posteridad. Lo primero constituye la historia, lo segundo la política, lo tercero el destino manifiesto del pueblo argentino.”(ROJAS, op.cit.p.239); e a política como arte ou ciência aliada ao cálculo de poder. Na visão de Cárcano: “La historia es el único consejero capaz y leal al que puede recurrir el hombre de gobierno, para asesorarse en la conducción de las relaciones internacionales de su país.”(SCENNA, op.cit.p.156.). Na argumentação destes dois autores é perceptível a aliança entre a Razão de Estado e o bem comum como vetores da pátria.

¹⁹⁸ - Juan Manuel de Rosas é a figura central desta corrente e sua exaltação indica a contrariedade destes historiadores a versão clássica da historiografia argentina. Assim, “En contraposición al esquema liberal, podemos señalar los siguientes elementos: sobre la Colonia, si bien suavizó las hostiles aristas del liberalismo, no adoptó una posición propia. Antes bien, en muchos casos tomó la versión católica reivindicatoria del período hispano. Sobre Mayo hubo más acuerdo: se le negó carácter popular, se lo consideró un movimiento de minorías selectas; se lo despojó de contenido civil y se lo tornó en un pronunciamiento militar. De allí la exaltación de Saavedra, reconocido como único líder de la Gesta Maya. En cuanto a Moreno, fue degradado de la categoría de Numen de Mayo de la historia liberal, a la de distorsionador de los principios emancipadores, viscoso individuo perdido en la maraña de ideologías foráneas y primer abogado vernáculo de mepresas extranjeras.

El proceso posterior es juzgado conforme a tales premisas: La Asamblea del año XIII, como un revoltijo de ideólogos; la emergencia de los caudillos, como la reacción neta, esencial, instintiva del pueblo contra los devaneos entreguistas y la absorción porteña, del Directorio primero, de los unitarios después. La culminación del enfoque, el triunfo argentino y su máximo logro como nación, se habría alcanzado con Juan Manuel Rosas. Luego de la traición de Urquiza y el desenlace de Caseros, las sombras vuelven a caer sobre la historia, y lo que sigue, sólo es un largo proceso de claudicaciones y entregas a intereses antinacionales. A lo sumo, dentro de la execración global hacia el período llamado de Organización nacional, merece destacarse que (...) tomó como centro y punto de mira de sus ataques a la figura de Domingo Faustino Sarmiento, que a su vez había sido elevada por la historia oficial a una suerte de endiosamiento laico.”(SCENNA, op.cit.p.241-242.). Carlos Rama em *Nacionalismo en América Latina* enuncia uma série de grupos nacionalistas argentinos neste período sendo eles: nacionalistas tradicionalistas, nacionalistas conservadores e católicos, nacionalistas pró-fascistas e neo-fascistas, nacionalistas populistas ou peronistas, nacional socialistas e nacionalistas guerrilheiros. Ver RAMA, op.cit. 1981, p.30.

¹⁹⁹ - Assim “ La extracción de los exponentes más caracterizados de esta corriente sugiere ya, que lo que los ha llevado a interesarse por el pasado nacional no es una vocación histórica pura. El problema de la relación entre verdad histórica y eficacia política actual de una determinada imagen del pasado está en efecto muy vivo en los autores (...) ellos se proponen dar una historia, a la vez que veraz, útil a las causas políticas y ideológicas que quieren servir a través de sus escritos.”(DONGHI, Tulio Halperin. *El Revisionismo Histórico Argentino*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1971.p. 6 – 7).

²⁰⁰ Segundo Tulio Halperin Donghi a perspectiva dos nacionalistas explora um campo de argumentação que se propõe “...antes que a elaborar una imagen acabada del pasado nacional, a construir con elementos que suponen verdaderos, pero que son confesadamente fragmentarios, una versión histórica alternativa de la

1941 do Instituto de Investigaciones Históricas Juan Manuel de Rosas, dedicado a exaltação histórica deste governante.²⁰¹

Destacam-se nesta tendência historiadores como Julio Irazusta²⁰²: *La Argentina y el Imperialismo Británico* (1934), *Vida Política de Juan Manuel Rosas a través de su correspondencia* (1943) e *Adolfo Saldías* (1964); Raúl Scalabrini Ortiz: *Historia de los Ferrocarriles Argentinos* (1957) e *Política Británica em el Río de la Plata*(1965)²⁰³; Manuel Gálvez: *Vida de Juan Manuel de Rosas* (1940), *Vida de Sarmiento* (1945), *Vida de Hipólito Yrigoyen* (1951); Ernesto Palacio: *La Historia Falsificada* (1938), *Historia de la Argentina*²⁰⁴ (1960); Vicente D. Sierra: *História de la Argentina* (1956-1972).

Torna-se possível colocar dentre a perspectiva nacionalista historiadores como Enrique Ruiz Guiñazú cujas obras indicam um caminho próximo aos nacionalistas: *Lord Strangford y la Revolución de Mayo*, *Epifanía de la Libertad- Documentos secretos de la Revolución de Mayo* (1952) *El Presidente Saavedra y el Pueblo Soberano de 1810* (1960); Carlos Ibarguren: *Juan Manuel Rosas – su vida, su drama, su tiempo* (1930).

Cabe agregar também a consciência historiográfica fundadora os estudos de José María Rosa: *Nos, los Representantes de del Pueblo* (1955) e *La Caída de Rosas* (1958); e

tradicional que la impugne allí donde ésta ha alcanzado, si no sus mayores conquistas teóricas, su mayor eficacia práctica: en la creación de un Panteón de los Heróes propuestos a la imitación de las generaciones presentes. Introducir a Rosas en ese panteón, demostrar la dudosa venerabilidad de los alojados en él desde más antiguo, son tareas que no suponen un repensamiento sistemático del pasado nacional y que sin embargo, prometen resultados eficaces en cuanto la destrucción de una cierta tradición político-ideológica. Al mismo tiempo, esa interpretación de su cometido permitía al revisionismo adecuarse mejor a una Argentina a la que condenaba.”(idem, p.26-27).

²⁰¹ - “During the late 1930’s a so-called “revisionista” school, dedicated to the rehabilitation of Juan Manuel de Rosas, founded (August 1938) the Instituto de Investigación Histórica “Juan Manuel de Rosas”. The rosistas, as the group centered in the Instituto are called, are noteworthy for their enthusiasm and for the quantity, if not for the quality of their publications.

The outstanding feature of the rosista school is the obvious fact that so many of its members have another axe to grind. Manuel Gálvez, author of one of the frankest glorifications of Don Manuel, sought an extreme rightist, nationalist, pro-clerical government which would also exalt the pueblo. Justo Díaz de Vivar, a xenophobic nationalist, sought the providential caudillo who would clear Argentina of all foreign influences. Carlos Ibarguren (...) another ultra-nationalist, made no attempt to disguise a virulent dislike for the United States. Julio Irazusta, one of the more scholarly of the rosistas, sought an extreme nationalist and pro-clerical government that would destroy the British influence in his country.”(BARAGER, op.cit.p. 615-616.).

²⁰² - Precursor desta tendência nacionalista e um de seus principais autores. Aparece como um dos grandes defensores de Rosas e levado à história pela militância política.

²⁰³ - Sua produção é basicamente de ensaios, artigos e conferências. Nunca escreveu um tratado pois seu objetivo era a militância política. A junção de seus textos dispersos transformam-se nestas obras.

²⁰⁴ - Nesta obra o autor determina as bases do pensamento nacionalista sobre o passado argentino.

de Félix César Luna: *Yrigoyen – el templario de la libertad* (1954), *Alvear* (1958), *La Historia Argentina en Función de los Objetivos Nacionales* (1965)²⁰⁵, *El 45 – Crónica de un año decisivo* (1969), *Historia para un País Maduro* (1969) e *Breve Historia de los Argentinos*.²⁰⁶ As perspectivas destes dois autores, não se distancia da visão ufanista dos historiadores nacionalistas.

Nesta consciência historiográfica fundadora as disputas, sobre o centro legítimo da soberania histórica pátria, tendem a atravessar a segunda metade do século XX. Mesmo assim, este tipo de visibilidade, bem como seu caráter exclusivamente político vão perdendo espaço na medida em que se afirma a institucionalização do ensino e da pesquisa na área de história.

2.1.3 A Consciência Historiográfica Reorientadora

²⁰⁵- Para este autor a história Argentina é dividida em objetivos, são eles: “1° la emancipación; 2° la organización constitucional; 3° el progreso liberal; 4° la soberanía popular; 5° la justicia social; 6° el desarrollo nacional... Los seis objetivos se presentan como valores sólidos (...)Es ésta una de las características del objetivo nacional: el hecho de que, una vez conquistado, se incorpora a la conciencia nacional y es asumida sin resistencia por la mayoría del país, formando parte desde entonces del conjunto de ideales permanentes de la comunidad...”(SCENNA, op.cit.p.340). Félix Luna cria e dirige a revista *Todo es Historia*, pensada desde 1960, mas só lançada em maio de 1967.

²⁰⁶- No prólogo desta obra de grande sucesso editorial, Félix Luna se propõe a definir “...cómo se fue haciendo nuestro país, desde sus cimientos fundacionales...” seguindo a estratégia de “...contestar ciertos interrogantes que la comunidad se plantea em algunos momentos; los mismos que nosotros, individualmente, nos planteamos em algún momento de nuestras vidas: ¿qué somos, para qué estamos, que nos pasa, por qué somos así y no como otros?”. (*Breve Historia de los Argentinos*. 10ª edição. Buenos Aires: Planeta, 2002. p.7-9). Para Fernando J. Devoto a visão histórica de Luna “...en realidad señala que (...) las sociedades y sus dirigentes cometen demasiados errores (o sea, no aprenden de la historia) como para que lo sea, quizá porque los historiadores no son sus consejeros áulicos.”; concluído: “La obra de Luna es, entonces, menos una interpretación de la historia argentina que una lectura de los acontecimientos ocurridos en el pasado en el territorio de la actual Argentina, y un juicio sobre ellos.” (Escribir la Historia Argentina. En torno a Tres Enfoques Recientes del Pasado Nacional. P.146. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*. Buenos Aires, Tercera série, nº 11, primeiro semestre de 1995. p.-141-158). Esta visão de História defendida por Félix Luna aproxima-se muito de positivistas como Littré, discípulo de Augusto Comte, defensor da idéia de “previsibilidade científica”, cuja síntese pode ser vista nesta passagem: “Com ayuda de la fórmula de M. Comte, se explica el pasado (iba [p.13] a decir, lo predice: tanta luz arroja una sana teoría sobre lo que sin ella no es más que un caos); y se prevé el porvenir, al menos en sus caracteres esenciales. Todos los tiempos históricos aparecen como un largo encadenamiento de causas y de efectos, y la misma teoría que los hace comprender, permite a la vez echar la mirada hacia lo pasado y hacia lo porvenir, construyendo en sus líneas esenciales cierto pasado que ya no vemos y cierto porvenir que no vemos aún.” (LITTRÉ. *Positivismismo Y Gobierno*. Buenos Aires: Editorial Tor, s/d. p.13). Seguindo a lógica positivista, o passado visto como projeto político indica que: “El criterio de toda verdadera ciencia es la previsión (...) Si alguno de esos a quienes se ha dado en llamar hombres de Estado (...) no sabiendo, nada, no previendo nada, solo merecen el nombre de Tenedores de Carteras, si, digo, alguno de esos falsos hombres de Estado hubiera tenido aquella clarividencia, habría hecho, al advertir el escollo, por evitar el choque.” (idem.op.cit.p.9).

A abrangência das perspectivas de análise no que diz respeito a seus fundamentos teóricos e metodológicos, bem como do tipo de recorte histórico proposto, obtém um acentuado grau de renovação a partir da emergência de uma consciência historiográfica reorientadora. Aos poucos o núcleo de historiadores que vai se formando nas universidades, departamentos e institutos tende a deslocar o foco de uma história essencialmente política, militar, biográfica e factual para campos direcionados para áreas como cultura, teoria, economia, dentre outras. Assim, temas anteriormente relegados a um segundo plano como a história colonial, provincial ou, até mesmo períodos mais recentes, passam a fazer da pauta explorada por esta historiografia.

Destacam-se entre estas instituições a Academia Nacional de História e o Instituto de Investigações Históricas.²⁰⁷ Este, inicialmente definido como Seção de História da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires -1912, torna-se rapidamente um importante espaço de produção intelectual e local no qual surge a chamada nova escola historiográfica.

Muitos destes novos historiadores são filhos de imigrantes – argentinos de primeira geração, ou de antigas famílias do interior sem grande participação no poder. Igualmente, vivenciaram as grandes transformações ocorridas no plano local e global ocorridas nas primeiras décadas do século XX.

Desta forma, tendem a negar a revalorização do passado em voga nos anos 30 e a reformular o aporte conceitual utilizado há muito pela historiografia clássica.²⁰⁸ Seu campo

²⁰⁷ - Esta instituição edita uma importante coleção de *Documentos para la Historia Argentina* e divulga, desde 1922, as pesquisas de seus historiadores através do Boletim do instituto.

²⁰⁸ - Segundo Scenna este tipo de posicionamento não atingiu somente historiadores, pois: “También la acción positiva del Instituto se hizo extensiva al ambiente de historia sagrada que comenzaba a privar en el país. A medida que cristalizaban los clásicos en una historia escolar inmutable, aséptica y por encima de toda discusión, apareció un nuevo elemento que echó su peso en la balanza para el lado negativo: el club de descendientes, vale decir los hijos, nietos, bisnietos y colaterales de los próceres, semipróceres y candidatos al procerato, que constituyeron un pelotón de guardaespaldas de sus antepasados, al acecho de cualquier opinión en contra de los caros abuelos.”(SCENNA, op.cit.p.162-163). Na visão de Emilio Ravignani, integrante desta nova escola historiográfica e diretor do Instituto de Investigações Históricas de 1921 a 1947 – removido deste cargo, diga-se de passagem, por questões políticas : “Nuestra cultura histórica, que poco a poco há ido penetrando en las mentes de los argentinos actuales, fatalmente hará comprender cómo la formación de la Argentina no se reduce a la acción de una familia; que su historia no se la puede reducir a un mero hecho tribal; que no se encierra todo en lo que pudo haber hecho un clan cualquiera.” (idem, p.163).

de visibilidade é condicionado por correntes historiográficas que vão do marxismo à Escola dos Annales.

Emilio Ravignani²⁰⁹ é um dos principais historiadores desta tendência. Seu trabalho historiográfico tem como planos principais o período de Rosas onde busca estabelecer uma análise menos emocional e mais crítica deste controverso personagem e seu respectivo contexto histórico e a história constitucional argentina. Explora, na mesma medida, questões como o federalismo e o caudilhismo argentino.

Em sua fase como diretor do Instituto de Investigações Históricas dedica especial atenção aos trabalhos de coleta e organização de fontes em arquivos nacionais e internacionais, de intercâmbio com vários organismos ligados a produção do conhecimento histórico, de publicação de séries documentais, bem como da divulgação de pesquisas realizadas pelos historiadores desta instituição.²¹⁰ Dentre suas obras destacam-se: *Rosas – interpretación real y moderna*, *Historia Constitucional Argentina*, *Asambleas Constituyentes Argentinas (1937-1939)*.

Outro importante historiador é Diego Luis Molinari, professor ligado a Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires e também pesquisador do Instituto de Investigações Históricas.²¹¹ Seguindo a mesma orientação de Ravignani, busca reorientar os antigos marcos cronológicos pátrios a partir de uma visão mais crítica sobre o passado argentino. Ponto este no qual aponta o débil conceito de nação criado pela historiografia antiga e a conseqüente necessidade de determinar uma “real” história Argentina.

Seus estudos são variados e abrangem questões como o descobrimento da América, o processo de independência, a política lusitana no Rio da Prata e a destituição de Rosas do poder. Dentre suas obras é possível ressaltar: *La Empresa Colombina y el Descubrimiento*

²⁰⁹- Emílio Ravignani foi dirigente destacado da União Cívica Radical, exerceu algumas vezes o cargo de deputado, mas se dedicou mais intensamente como professor da Faculdade de Filosofia e Letras e diretor do Instituto de Investigações Históricas.

²¹⁰- Segundo Joseph R. Barager: “Under Ravignani’s capable direction the Instituto won the gratitude of Latin Americanists everywhere for its services in locating and publishing documents and their respect for the high level of scholarship achieved in its monographs. Although Ravignani published numerous articles on the influence of ideas and other topics, his field of concentration was constitutional history.”(BARAGER, op.cit.p.602). O mesmo autor destaca também os cursos de História Constitucional Argentina proferidas por Ravignani na Faculdade de direito ao longo da década de 20.

²¹¹ - Molinari exerce o cargo de diretor entre os anos de 1947 e 1955.

(1937), *La Política Lusitana y el Río de la Plata*²¹²(1939), *La Representación de los Hacendados de Mariano Moreno, su ninguna influencia en la vida económica del país y en los sucesos de Mayo de 1810* (1939) e *Prolegómenos de Caseros* (1962).

Dentro desta perspectiva de estabelecer um fundamento crítico sobre o passado nacional ganham relevo também estudos acerca das idéias filosóficas desenvolvidas desde o período colonial e do tipo de produção historiográfica produzida na Argentina desde os seus primórdios como nação independente. Tais estudos dedicam-se a desenhar o traçado que o pensamento argentino percorreu desde seus primórdios.

Precursor deste tipo de análise no terreno historiográfico é o trabalho de Rómulo D. Carbia²¹³, *Historia Crítica de la Historiografía Argentina* (1940)²¹⁴. Tal obra aparece como a primeira tentativa de criar uma avaliação crítica sobre o tipo de produção histórica feita na Argentina de então. Não menos importante é a sua exposição dedicada a verificar os fundamentos históricos que constituíram a visão negativa gerada pela América e Europa sobre a Espanha, *Historia de la Leyenda Negra Hispanoamericana* (1944).

Questão que também é explorada por Guillermo Furlong cujo estudo está centrado na análise do pensamento filosófico argentino ao largo da fase colonial, *Nacimiento y Desarrollo de la Filosofía en el Río de la Plata 1536-1810* (1947)²¹⁵. Nesta obra, contrariando a tendência da grande maioria dos intelectuais argentinos, defende uma unidade cultural entre o período colonial e o posterior desenvolvimento filosófico produzido no país. Vinculando esta história das idéias a um referencial de tradição, o autor estabelece como foco principal de sua crítica o quase hegemônico grupo de seguidores da

²¹² - Estes dois trabalhos constam na obra coletiva intitulada *Historia de la Nación Argentina*. O primeiro e pertence ao segundo volume, já o segundo é do volume V.

²¹³ - Carbia é um dos poucos historiadores profissionais da época. Sua formação é basicamente realizada na Espanha onde, inclusive, faz doutoramento em História da América na Universidade de Sevilha.

²¹⁴ - Esta obra é lançada em 1925 mas sua versão definitiva data de 1940. Segundo Scenna: “Como le conocían el genio, tan pronto como currió la voz de que Carbia preparaba una historia de sus colegas, cundió el pánico entre los historiadores y algunos vivieron horas de angustia a la espera de los juicios del implacable estudioso. Guiado por un prurito de delicadeza personal, Carbia evitó en lo posible juzgar a sus contemporáneos, los autores vivos, considerando que, al no estar cumplida su obra, no debía emitir opinión previa.”.(SCENNA, op.cit.p. 179). Verídico ou não, este autor nunca foi convidado a integrar a Academia Nacional de História da Argentina, apesar de ser membro correspondente da Academia de História do Uruguai, do Chile e de Santo Domingo.

²¹⁵ - Obra na qual o autor se propõe a combater os mitos criados sobre o período colonial à luz do pensamento desenvolvido neste período.

velha *leyenda negra*.²¹⁶ Sua produção histórica engloba também os textos: *La Revolución de Mayo* (1960), *Misiones y sus Pueblos de Guaraníes* (1962).

Ricardo Caillet-Bois, professor de história do Instituto Nacional do Professorado Secundário, é mais um dos pesquisadores ligados ao Instituto de Investigações Históricas, entidade na qual assume o cargo de diretor a partir de 1955. Segue a linha de publicações estabelecidas por Emílio Ravignani e direciona suas pesquisas para a área de relações internacionais.

Dentre suas obras ressaltam-se :*1864 – Um Año Crítico em la Política Exterior de la Presidencia de Mitre* (1942), *Uma Tierra Argentina: las Islas malvinas* (1948) e *Cuestiones Internacionales 1852-1966* (1970). Neste último estudo apresenta a problemática histórica dos limites territoriais argentinos.

Carlos Heras é outro importante representante da chamada Nova Escola Historiográfica.. Professor de história e geografia da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação de La Plata. Dentre os temas que desenvolve constam abordagens sobre a imprensa, sobre o Congresso de Tucumán e, principalmente o período posterior a Caseros, tal como *La Revolución del 11 de setiembre de 1852*.²¹⁷ Em 1950 funda a revista *Trabajos y Comunicaciones* , importante publicação na área da historiografia.

²¹⁶ - A este respeito fala em uma das passagens de sua obra que: “Mucho se engañan quienes creen que esa Filosofía, que fué la predominante en los tiempos anteriores a 1810, y es (de ello tal vez se asombre alguien sin razón) la predominante aún hoy día, así dentro como fuera de los lindes de la Argentina, no es una Filosofía ñoña, fraguada en las sacristías y sólo *ad usum clericorum*.” (FURLONG, Guillermo. *Nacimiento y Desarrollo de la Filosofía en el Río de la Plata 1536-1810* . Buenos Aires: Guillermo Kraft Limitada, 1947. p. 14). Na sequência enumera uma série de visões distorcidas sobre o tema histórico que pretende abordar: “Con la sólo excepción de los escritores que acabamos de mencionar, no es exagerado establecer que los demás que han pretendido escribir sobre la Filosofía Colonial, no sólo se han desentendido de los hechos del pasado, sino que los han guiado, en casi todos sus pasos, prejuicios y concepciones apriorísticas. Lejos de ponerse a estudiar los códices, tesis y conclusiones, existentes en archivos y bibliotecas, han preferido fantasear sobre la base de que no pudo haber en aquellos tiempos coloniales, ni filósofos, ni filosofía. Alejandro Korn tuvo la audacia de escribir una lucubración que intituló *La Escolástica*, pero todas sus páginas, no sólo evidencian que su autor ignoraba lo que era la Escolástica, sino que ponen en claro que no tenía de la misma ni la más remota idea. Confundió Escolástica con Catolicismo, y Catolicismo con esclavitud (...)”(idem,op.cit.p.18). Furlong conclui afirmando: “Porque preferimos, también nosotros, la verdad a la autoridad, dejaremos de lado las aseveraciones dogmáticas de los Juan María Gutiérrez, de los Vicente Quesada, de los José Ingenieros, de los Alejandro Korn y demás escritores que han pretendido escribir sobre Filosofía Colonial...”(idem, p.29).

²¹⁷ - Este trabalho faz parte do Volume III da obra coletiva *Historia de la Nación Argentina* (1937).

Destacam-se também José Luis Busaniche, *Lecturas de Historia Argentina – Relatos de Contemporáneos – 1527- 1870*, *Historia Argentina* (1965) e Ricardo Piccirilli, autor do *Diccionario Histórico Argentino* (1953) e um dos principais biógrafos de Bernardino Rivadavia, *Rivadavia y su Tiempo* (1960).

O processo de conquista e colonização do território argentino é estudado por Roberto Levillier em suas obras: *Nueva Crónica de la Conquista del Tucumán, Chile y Tucumán en el Siglo XVI, América, La Bien Llamada* (1948) , *Américo Vespucio* (1966). Especificamente sobre Buenos Aires é possível encontrar os trabalhos de Joaquín Pérez, *Historia de los Gobernadores de la Provincia de Buenos Aires* (1950) e de Andrés Roberto Allende, *La Frontera y la Campaña del Estado de Buenos Aires 1852-1853* (1958).

Estudos relativos a independência são desenvolvidos por Enrique de Gandía²¹⁸, *Otro Álzaga e Historia del 25 de Mayo* cuja tese assenta-se na idéia de que mayo não possui o significado de revolução, mas sim de uma formalização de lealdade à Espanha. Continua, afirmando que com Carlos V é inaugurada a liberdade americana e o principal fomentador do movimento de independência foi Martín de Álzaga. Igualmente, nega a influência francesa ou de qualquer outro país que não seja a Espanha nos fatos transcorridos em 1810.²¹⁹

Outros estudos sobre mayo são realizados por Roberto H. Marfany, *¿Dónde está el pueblo? Un capítulo de la Revolución de Mayo, El Cabildo de Mayo* (1961), *El Pronunciamento de Mayo* (1958), *Episodios de la Revolución de Mayo* (1966). Sua principal tese compreende o caráter não popular do movimento de independência que, na ótica deste autor, foi produto de uma minoria . A emancipação, portanto, não possui um perfil revolucionário, mas simplesmente militar, representando os interesses de um pequeno grupo.

²¹⁸ - Gandía torna-se membro correspondente de todas as academias do continente e da Real Academia de la Historia de Madrid e de várias instituições regionais da Espanha.

²¹⁹ -Enrique Williams Álzaga em seu estudo *Dos Revoluciones - 1º de Enero de 1809 - 25 de Mayo de 1810* (1963) chega a mesma conclusão de Gandía ao apontar Martín de Álzaga como o principal idealizador do movimento de emancipação da Argentina.

A questão do federalismo é tratada pelos historiadores Ricardo Zorraquín Becú, *El Federalismo Argentino* (1939) e Gabriel A. Puente, *El Gobierno de Balcarce – División del Partido Federal, estudio sobre a cisão do federalismo portenho 1832-33* (1946). A primeira obra discute a evolução do federalismo na Argentina frente a histórica tensão entre Buenos Aires e as províncias do interior. A capital portenha busca impor-se como centro hegemônico do poder, utilizando para isso da sua estratégica posição econômica de zona portuária, bem como de outros mecanismos que vão da concentração de forças políticas e intelectuais até a criação de um ideal de nação. Nestes termos, muitas vezes o que se institui como História Argentina é apenas uma história circunscrita a Buenos Aires.

Já a obra de Gabriel Puente trata dos conflitos estabelecidos internamente pelos federalistas portenhos, estudo que complementa o seu trabalho anterior sobre a guerra civil entre federalistas e unitários. Sua principal tese trata da supremacia de Rosas, da vitória do personalismo frente ao pequeno grupo que detinha um real projeto político e uma base doutrinária que o sustentava.

Dentre os historiadores marxistas é possível apontar Jorge Abelardo Ramos, *Historia Política del Ejército Argentino* (1973), *Revolución y Contrarrevolución en la Argentina* (1970-1972), estudo este que analisa as históricas disputas internas da sociedade a partir da perspectiva dialética entre política e economia. Rodolfo Puiggrós, por sua vez, produz obras como *Historia Económica del Río de la Plata* (1946), *La España que Conquistó al Nuevo Mundo* (1965), *Historia Crítica de los Partidos Políticos Argentinos* (1956), *De la Colonia a la Revolución* (. Neste último trabalho o autor visa avaliar a ruptura do pacto colonial existente entre América e Espanha e, principalmente, evidenciar os problemas infra-estruturais que Argentina herdou deste período.

Um dos historiadores recentes mais conhecidos é Tulio Halperín Donghi. Professor em instituições como as Universidades del Litoral e de Buenos Aires dedica-se inicialmente a estudos que abordam a produção e o meio intelectuais. Em 1962 lança a obra *Historia de la Universidad de Buenos Aires* onde conclui que este estabelecimento de ensino funciona como uma espécie de caixa de ressonância da sociedade, acompanhando de forma direta os vários ritmos históricos impostos tanto pelos momentos de tensão como de relativa

calmaria. Tal fato incide também pelo tipo de acesso que a própria universidade proporciona.

Um dos trabalhos mais divulgados de Donghi é sua *História Contemporânea da América Latina*, texto de cunho mais geral no qual o autor aborda o período que compreende o final da fase colonial, passando pela organização dos Estados nacionais e chegando até o que qualifica de neocolonização. Em *El Revisionismo Histórico Argentino* aborda novamente o campo da produção intelectual rastreando a produção historiográfica e os dispositivos ideológicos que condicionaram os historiadores tidos como nacionalistas.

Outros historiadores que podem enquadrar-se nesta tendência são: Juan Alvarez: *Las Guerras Civiles Argentinas* (1912);²²⁰ Dardo Corvalán Mendilaharsu: *Rosas* (1929). Alberto Palcos, *Echeverría y la Democracia Argentina* (1949). Enrique Díaz Araujo, *La conspiración del 43 – El GOU: una experiencia militarista en la Argentina* (1971), *La Política de Fierro - José Hernández ida y vuelta* (1972). Fermín Chávez, *El Revisionismo y las Montoneras*.

A visibilidade proposta por esta tendência historiográfica já demonstra uma certa amplitude com relação as consciências anteriores. Na medida em que a se avança para fins da década de 70 é perceptível o aceleração deste processo, bem como o acentuado grau de fragmentação que atinge as abordagens históricas quanto ao seu caráter teórico-metodológico e temático.

2.2 – Os Planos da Consciência Historiográfica Uruguaia

A historiografia uruguaia tem ritmo diferenciado da argentina. O apego a uma história tradicional, rica em biografias e exaltadora de um grupo de heróis nacionais tende a perdurar por muito tempo ao longo do século XX. Diferente de seu vizinho platino, a idéia

²²⁰ - Nesta obra o autor apresenta, de maneira inovadora, o fator econômico como elemento determinante para a compreensão das guerras civis na Argentina.

de nacionalidade é fundada apenas num indivíduo: Artigas, fato que impede o pleno desenvolvimento de uma visão mais crítica acerca do processo histórico nacional.²²¹

Interessante ressaltar, neste ponto, que o processo de independência da Banda Oriental apresenta uma grande complexidade e envolve várias fases. Questão esta levemente apontada pela historiografia.²²² Basta lembrar que além do episódio da invasão napoleônica à Península Ibérica, existe o conflito jurídico-militar com a Argentina, a intervenção das tropas portuguesas no país, a anexação ao Reino de Portugal e as lutas internas e externas pela emancipação que atravessam todas estas etapas e chegam até 1828.

A fluência de uma história política é bastante intensa. Pesa neste fato, a constante interferência do Estado na construção e orientação de um ideal de nação. Portanto, ocorre uma espécie de institucionalização do saber histórico organizada, desde muito cedo, por grupos comprometidos em termos ideológicos com a estrutura estatal vigente. Fenômeno que explica em parte a dificuldade de afirmação das consciências reorientadora e polissêmica.²²³

²²¹ - Esta consciência nacional construída a partir da figura de Artigas, herói fundador da nação, gera também fatos inusitados: “El grupo musical “Cuarteto de Nos” estrenó en 1996 la canción “El día que Artigas se emborrachó”. Desguarnecida de valores estéticos, buscó sin embargo un impacto en sus destinatarios a partir de un lenguaje desaprensivo cercano el escarnio. La intervención del ministerio público despejó la existencia de delito, pero el tema quedó pendiente; hacia principios de 1997 se difundió la noticia de que el Poder Ejecutivo habría remitido un proyecto de ley al Parlamento por el que, ampliando las disposiciones de la normativa sobre el respecto debido a los símbolos nacionales, se incluiría como delito de vilipendio el que designara la figura histórica de Artigas. El motivo y la aparente respuesta del sistema político lindaron en el ridículo...”(ZUBILLAGA,op.cit.p.85). Este apelo ao individual como elemento determinante da nação, síntese do ser nacional, gera também interpretações extremas sobre os “heróis” do passado: “En un artículo publicado en el suplemento dominical de “El Día”, Ricardo Benavente abordó el tema del donjuanismo de Fructuoso Rivera (a partir de su apodo de Padrejón), señalando: “...en esos menesteres puso mucho de su pasión afectiva, la necesaria para el consuelo de tantas viudas cuyos hombres, por seguirle, quedaron tendidos para siempre (...) piadoso bálsamo que también habría de alcanzar a muchas jovencitas cuyos prometidos, alzados traz las huellas del Caudillo, jamás retornaron a sus pagos. Tanto dolor y tanto luto debían encontrar el lenitivo necesario para poder sobrellevarlo ...y Rivera – hagamos justicia – se prodigó demasiado en el consuelo”(idem, p.70).

²²² - É interessante notar que no processo de construção do inimigo comum da pátria uruguaia não é incomum encontrar em várias abordagens históricas visões negativas tanto do Brasil quanto da Argentina, espécies de opositores reais da independência do país. Ver por exemplo o clássico estudo de Francisco Bauzá *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*. Montevideo A. Barreiros Ramos, 1895. Vols. 1 e 2.

²²³ - Em sua excelente obra acerca da historiografia uruguaia Carlos Zubillaga explica este fenômeno: “La profesionalización disciplinaria se inició tardíamente y a través de canales institucionales disociados, circunstancia que inhibió la vinculación de la enseñanza superior con la práctica de la enseñanza en el nivel medio; de tal forma las experiencias de la Facultad de Humanidades y Ciencias por un lado, y del Instituto de Profesores “Artigas” por el otro, se tradujeron en múltiples desinteligencias y en notoria dispersión de

Ao longo do século XIX até a metade do século XX, os estudos históricos são balizados por questões que envolvem direta ou indiretamente a emancipação política do país. A exceção à regra significa tratados sobre a geografia do Uruguai, a história da cidade de Montevideu e biografias de figuras públicas ligadas as áreas da política ou da cultura.

Os vínculos destes intelectuais com os círculos do poder data do período inicial da produção historiográfica nacional e perdura de maneira bastante significativa até meados da década de 80 do século XX. A exemplo do que ocorre na Argentina, muitos historiadores descendem de famílias tradicionais ou estão diretamente incorporados às estruturas do aparelho estatal.²²⁴

O foco principal, portanto, é a busca do princípio a nacionalidade. Nestes termos, a produção do conhecimento histórico sobre a nação tende a adquirir, em alguns momentos, conotações sagradas e estratégicas.²²⁵ Muitas vezes uma questão de segurança nacional.²²⁶

esfuerzos, que no sólo facilitaron la supervivencia de modalidades historiográficas precientíficas, sino que se inscribieron como actitudes corporativas de mutua exclusión en el campo disciplinario.

Las peculiaridades de la profesionalización disciplinaria (demorada concreción, bifurcación institucional conflictiva, ausencia hasta la última década del siglo XX de formaciones de postgrado), unidas al reducido número de integrantes de la comunidad historiográfica, ha tenido como principales consecuencias el escaso desarrollo de las especializaciones y la dificultad de implementar ámbitos de evaluación y crítica indiscutidos.

La profesionalización, que comenzó a verificarse a partir de la década de 1960, puso de relieve un fuerte protagonismo (en el campo disciplinario) de las clases medias de origen inmigrante y – en virtud del alejamiento de éstas, de las tradiciones patricias – una preocupación científica neta en la indagación del pasado, presidida por cierta pretensión prospectiva, que hizo del discurso historiográfico un saber “per se” – potencialmente contestatorio – y no un instrumento de convalidación de lo existente en el marco de los intereses de “familias” partidarias o ideológicas.”(ZUBILLAGA, op.cit.p.397-398).

²²⁴ - Um bom exemplo disto é o historiador Pivel Devoto que fica 42 anos exercendo o cargo de diretor do Museu Histórico Nacional (1940-1982). Assim, “La gestión cumplida por Pivel Devoto en el Museo Histórico Nacional constituyó, probablemente, el más nítido ejemplo de estatización del saber sobre el pasado. Convencido de la necesidad de fortalecer el papel del Estado en la reafirmación de una conciencia histórica de la sociedad, Pivel Devoto apeló a múltiples resortes burocráticos, conceder al máximo de los complejos mecanismos de funcionamiento de la administración y de las “virtudes” de la permanencia. (...) Historiador del Estado y desde el Estado, Pivel Devoto ejerció su indiscutido “poder” cultural – que se extendió en distintos momentos hacia la Comisión Nacional del “Archivo Artigas” y el Archivo General de la Nación – en tensión hacia la idea de “reconciliar la nación”, legitimando el papel de los partidos tradicionales e instituyendo una visión criolla, abroquelada en un estilo que creyó insustituible para la evolución del país.”(idem, op.cit. p.114-115).

²²⁵ - Quando o historiador argentino Emílio Ravignani assume em 1947 o cargo de diretor do Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Humanidades e Ciências de Montevideu surgem várias reações contrárias a sua nomeação – a animosidade provém tanto de políticos como de historiadores. Dentre as alegações negativas sobre um estrangeiro assumindo um cargo estratégico, cabe ressaltar esta proferida pelo senador Eduardo Víctor Haedo na sessão do parlamento em 15 de dezembro do mesmo ano: “...En éste, como en otros casos, por no decir en todos, en nuestro país pocas cosas existen no expuestas a las contingencias

O modelo de consciência primeva se concentra na análise do período colonial até a emancipação política com vistas a definir suas origens nacionais. Explora um campo de visibilidade que transita entre o escolasticismo, iluminismo e romantismo. Questões como cultura, raça e meio são incessantemente utilizados como mecanismos de análise e de integração entre passado e presente. O horizonte intelectual é marcadamente composto por integrantes de elite política empenhada em delinear um perfil histórico de seu país com vistas a construir um modelo de Estado-nação.

A consciência fundadora, por sua vez, determina a emergência da nacionalidade através da linha interpretativa independência política - Artigas. Eixo que encerra a idéia de ser nacional a partir de um modelo de herói da pátria – espécie de primeiro cidadão honorável e guardião da moralidade e do espírito libertário uruguaio. O campo de visibilidade cognitiva tem como fundamento básico o positivismo. O horizonte intelectual é calcado em grupos ligados direta ou indiretamente aos círculos do poder central constituído.

A consciência historiográfica reorientadora surge como tendência histórica imbuída de revisar, ou até mesmo desviar, o eixo reflexivo centrado na linha emancipação política – Artigas. A ampliação do campo temático, bem como das abordagens teórico-metodológicas são características fundamentais deste novo grupo de historiadores.

A profissionalização do historiador e a afirmação dos espaços institucionais de pesquisa, principalmente privados, figuram como elementos vitais para o pleno desenvolvimento desta nova perspectiva historiográfica. A exploração de áreas como economia, antropologia, cultura, dentre outras, dinamizam as análises na mesma medida em que tendem a relegar a um segundo plano o recorte histórico tradicional.

políticas. No sería mayor el resguardo colocándolo en la Facultad de Humanidades, que acaba de cometer uno de los actos más censurables – de pequeña política -, poniendo al frente de su Instituto de Investigaciones Históricas a un legislador argentino, el doctor Emilio Ravignani, ciudadano que merece toda a clase de respeto intelectual, pero por pertenecer a otro país y estar radicado fuera del nuestro, carece de las primarias condiciones para desempeñar dicho cargo puesto que si hay alguna investigación que no puede ser entregada a manos de un extranjero – cualquiera sea la nación en que haya nacido – es precisamente la relacionada con nuestra historia y nuestro ser nacional...” (Diario de Sesiones del Consejo de Estado. Tomo 187.p.483-484 Apud: ZUBILLAGA, op.cit.p.77).

²²⁶ - Na regulamentação dos serviços de arquivo redigida em 1941 o acesso a documentação histórica custodiada pelo Estado estava baseado na idéia de “interesse da nação” e dependia de uma autorização do Ministério da Instrução Pública.

O campo de visibilidade cognitivo abrange perspectivas mais atuais como o marxismo e a Escola do Annales. O Horizonte intelectual destes historiadores vinculam-se aos setores de classe média e integrantes de diversas organizações de classe

Por último, a consciência historiográfica polissêmica surge durante o último processo de democratização do Uruguai. O campo de visibilidade cognitiva caracteriza-se pela pluralização temática e teórico-metodológica da abordagem histórica. O horizonte intelectual é constituído basicamente por elementos da classe média vinculados ao campo universitário.

2.2.1 – A consciência Historiográfica Primeva

Os primeiros esboços de uma narrativa empenhada em descrever a emergência do Uruguai emancipado pertence ao argentino Juan Manuel de La Sota. Além da administração pública e do ensino dedica-se a construção de uma história sobre a organização nacional baseada na descrição de dados e documentos.

Dentre suas obras figura a *Historia del Territorio Oriental del Uruguay* (1841), texto que apresenta uma mescla de apontamentos sobre batalhas, fatos políticos, econômicos e administrativos, bem como dados sobre a geografia, a flora e a fauna do país. Seu marco cronológico abrange o descobrimento do território uruguaio até o ano de 1817.²²⁷

Deodoro de Pascual é outro historiador empenhado em construir as bases históricas da Banda Oriental. Seu trabalho intitulado *Apuntes para la Historia de la Republica Oriental del Uruguay* (Paris – 1864) propõem-se a narrar o contexto histórico compreendido entre os anos de 1810 a 1859.²²⁸ A narrativa é estritamente cronológica, capítulos divididos em anos, e é constituída de esboços biográficos e referências documentais.

²²⁷ - No entender do historiador Pivel Devoto este autor é o primeiro cronista da revolução uruguaia. (ODDONE, op.cit. p.8).

²²⁸ - Em seu projeto original esta obra seria dividida em quatro volumes. Somente dois volumes foram produzidos reduzindo a exposição a cronologia 1810-1839.

Antonio Díaz, por sua vez, descreve o processo histórico uruguaio transcorrido da independência até a formação da Tríplice Aliança em sua *Historia Política y Militar de las Repúblicas del Plata desde el año de 1828 hasta el de 1866*. Texto que reúne um apanhado de declarações, manuscritos, alianças militares e relatos familiares sobre a época abordada, embasadas em conclusões contraditórias.

Isidoro De-María é um dos mais produtivos historiadores desta tendência. Dentre suas obras constam biografias, crônicas sobre a nação – incluindo processos mais recentes, e gestas que destacam o valor do espírito nacional. São elas: *Hombres Notables* (1860), *Compendio de la Historia de la República Oriental del Uruguay* (1864-1902), *Anales de la Defensa* (1883-1887) e *Montevideo Antiguo* (1887-1895).

Seu compendio sobre a história do Uruguai é o seu trabalho de maior destaque. Nele De-María abarca um recorte temporal que vai da colônia à independência de 1830 visando traçar a gênese institucional uruguaia, assim como a emergência de uma consciência pátria.

Alejandro Magariños Cervantes é outro intelectual empenhado em definir os limites do ideal de nacionalidade em seu *Estudios Históricos, Políticos y Sociales sobre el Río de la Plata* (1854). Neste trabalho constam, como elementos condutores da análise, questões que oscilam entre a cultura, a raça e o meio entendidas como determinantes naturais do modo de ser do país.

Complementa este tipo de perspectiva os estudos de Andrés Lamas²²⁹ acerca da geografia, economia, estatística e sociologia da região platina. A junção do aporte intelectual com o político definem sua proposta de resgatar no passado a independência mental do Prata, mais especificamente a consciência nacional do Uruguai.

Justo Maseo é outro historiador empenhado em descrever a gênese da emancipação política uruguaia através de seu estudo *La Insurrección Emancipadora de la Provincia Oriental en 1811* (1884). Baseado na lógica da autoridade documental, o autor se

²²⁹ - Sua militância política inclui o exercício do cargo de Ministro da Instrução Pública no Uruguai em 1846. Além disso, dedica-se a coleta e publicação de documentação relativa a história platina e aparece como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai. Este autor mantém um forte vínculo com os intelectuais argentinos de sua época.

propõe a delinear a revolução desencadeada no ano de 1811 a partir de relatos dos seus principais protagonistas, forma esta de apresentar o caráter espontâneo e moral do surgimento da nação.

Apesar do relativo esforço em delinear o que seria elemento central da nacionalidade uruguaia, esta produção historiográfica não apresenta ainda uma definição concreta sobre o que denominam consciência nacional. O elevado grau de compromisso político, o caráter fragmentário de seus estudos e, muitas vezes, a ausência de objetividade histórica impedem que os historiadores desta tendência estabeleçam critérios cognitivos mais coerentes com o tipo de conclusões que defendem. Igualmente, não conseguem traduzir seus esforços argumentativos num regular projeto de Estado-nação.

2.2.2 – A Consciência Historiográfica Fundadora

A emergência da concepção positivista da história pode ser vista através da produção de Francisco Berra *Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay* (1866)²³⁰ e de Víctor Arreguine *Historia del Uruguay* (1892). A primeira obra visa consagrar a construção de uma história nacional a partir de concepções filosóficas e morais, momento onde o pleno entendimento sobre o passado encadeia leis sociais e promove uma visibilidade mais “concreta” e “científica” sobre o futuro. Arreguine, por sua vez, busca apontar os vícios e virtudes históricas através de uma visão cíclica e orgânica da sociedade uruguaia.²³¹

Cabe a Francisco Bauzá criar o primeiro texto histórico integral e orgânico sobre a consciência nacional uruguaia.²³² Em seu estudo *Historia de la Dominación Española en el*

²³⁰ - Esta obra é sucessivamente corrigida pelo autor com vistas a aperfeiçoar seu perfil didático e totaliza quatro edições, datando a última de 1895.

²³¹ - Dentro de sua concepção positivista evolucionista da história Arreguine defende os seguintes princípios: “La historia no debe meramente presentar más o menos bien los hechos, como un indicador de efemérides; no debe tampoco tener por esclusivo fin estudiar el paso de los hombres a través de las instituciones. Estudiar la marcha evolutiva de las instituciones a través de los hombres; el encadenamiento natural de los hechos, produciéndose y reproduciéndose según ciertas leyes; presentar el cuadro veraz de las costumbres; desentrañar las causas que expliquen la mayoría de los fenómenos históricos; he ahí algunos de sus fines más conocidos.”. (ODDONE, op.cit.p.20).

²³² - Ver ODDONE, op.cit.p.30.

Uruguay (1880-1882) analisa o processo de formação da nacionalidade à luz de elementos históricos, jurídicos e literários. Sua tese central defende uma nação pré-existente legitimada a partir de características políticas, sociais, físicas e geográficas.

A síntese deste ideal de país livre concentra-se na figura do caudilho Artigas. Principal articulador do republicanismo de cunho “popular”, esta espécie de herói hegeliano construída por Bauzá, parece encarnar o espírito de sua época e as necessidades prementes do povo uruguaio. Assim, a perspectiva historiográfica estabelecida por este autor consegue pela primeira vez fundir, de maneira coesa, o mito fundador com a do prócer da pátria, elemento vital para a consolidação de um projeto de Estado-nação em fins do século XIX. Visão esta que permanece ainda fortemente arraigada na consciência histórica do Uruguai.²³³

A vinculação da consciência histórica com a questão da nacionalidade vai ser o eixo determinante da historiografia tradicional. A meta é consolidar a nacionalidade através da pesquisa e do ensino. Tal fato poder ser visto tanto na reabertura do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai (1916)²³⁴ quanto no surgimento de organizações como a Associação Patriótica do Uruguai (1915)²³⁵.

²³³ - “Según Bauzá, el movimiento de 1810 surge como un brote comunero amparado en planes monárquicos, contra los cuales Artigas simboliza la idea republicana federal. Cree que en 1810 es una proyección del movimiento juntista de Montevideo de 1808 y que el principio de la soberanía de los pueblos y la difusión popular del ideario republicano deben remitirse al espíritu artiguista. Entonces, anticipándose a los grandes debates sobre Artigas, Bauzá definió (...) las bases de una juiciosa apología, que más tarde emprendería a la luz de la crítica documental.”(idem, p.31).

²³⁴ - A proposta levada à cabo por esta instituição através de seu primeiro presidente, o nacionalista Francisco J. Ros, é a de dar prosseguimento ao eixo historiográfico desenvolvido pelos historiadores pertencentes a primeira fase do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai (1843), atualizando, na medida do possível, suas premissas básicas. Desta forma: “La preocupación que de seguido se enunciaba (el incumplimiento de “aquel notable programa de estudios al servicio de la nacionalidad” formulado en 1843), llevaba a Pivel Devoto a postular lo impostergable de su actualización, como emprendimiento intelectual que permitiera aventar un peligro constatable en la sociedad contemporánea, el del desconocimiento de un destino nacional (“No sabemos bien de dónde venimos, ni que somos. No conocemos lo nuestro, ni vivimos nuestro drama con criterio propio”). Ese riesgo de dilución del ser nacional, que se traducía en estudios “destituidos en absoluto de sentido nacional”, era imputado por Pivel Devoto a “erradas interpretaciones y exóticas tendencias”.

La impronta de estas ideas caracterizó la acción institucional de las comunidades historiográficas tradicionales, pero al mismo tiempo dio origen a otros emprendimientos societarios que aunque destinados a la producción de conocimiento histórico, se servían de éste, con la finalidad de fijar y fortalecer una conciencia nacional.” (ZUBILLAGA, op.cit.p.46-47).

²³⁵ - Segundo Carlos Zubillaga esta associação tem por objetivo difundir o ideal patriótico através de todos os meios disponíveis. Assim, “Al poner de relieve su concepto de las relaciones pasado/presente, la Asociación postulaba entre sus medios de acción: ‘conmemorará las glorias del pasado, rindiendo homenaje a los

Determinante neste fato é a aliança entre historiografia e Estado.²³⁶ Ponto crucial para garantir a hegemonia deste tipo de produção histórica.²³⁷ Cabe ressaltar que esta história tradicional busca articular-se através da idealização passado nacional e da legitimação do presente histórico vivido. O sentido histórico proposto por tais intelectuais adquire sua plena síntese ideológica quando projetado para um futuro redentor da nação.

Nestes termos,

“La recuperación del pasado, de sus caracteres esenciales y de sus expresiones múltiples, ha sido apreciada (y utilizada) como un instrumento político al servicio de una conciencia histórica, es decir, de un conocimiento preciso – aun mismo tiempo reflexivo y emocional – del proceso que ha llevado a una sociedad determinada a su situación presente. La trabazón conceptual entre conciencia histórica y conciencia nacional ha estado en la base de los esfuerzos de “construcción” de una identidad intransferible para la sociedad uruguaya, tempranamente promovidos por las

ciudadanos ilustres, celebrará las fechas salientes de la historia nacional, y estudiando las necesidades del presente, fijará en cuanto sea factible rumbos para el porvenir’. En referencia a la dimensión historiográfica de su tarea, consagraba: “Esta Asociación tratará de estimular en el orden intelectual, el estudio de la Historia Nacional y divulgará en la mejor forma los hechos culminantes y la biografía de los grandes hombres de la historia” (idem,op.cit.p.47).

²³⁶ - Interessante notar que é muito acentuado o grau de interferência do Estado nestas questões históricas que tocam a construção do conceito de nação. Tal intervenção pode ser exemplificada pelo calendário pátrio instituído em 1919 respeitando apenas critérios políticos, pelo debate parlamentar gerado a partir do projeto de lei do deputado José G. Antuña no qual institui o dia 25 de agosto como o dia da independência nacional e o modelo de organização estabelecido pelo Estado ditatorial para as comemorações do sesquicentenário de 1825. “Precisamente el tema de las perplejidades que estas prácticas celebratorias terminaban generando en el seno de la sociedad, más allá de lo redituable que resultaran a las necesidades del poder, alcanzaron su máxima expresión durante la dictadura militar. Instaurada ésta en los años inmediatamente previos al sesquicentenario de los sucesos revolucionarios de 1825, el régimen apeló a la convocatoria patriótica para legitimar su visión maniquea de la sociedad uruguaya (...) el Poder Ejecutivo remitió al Consejo de Estado un proyecto de ley referido a la conmemoración del “Sesquicentenario de los Hechos Históricos de 1825”, fundando la iniciativa en la necesidad de “exponerlos a la veneración pública (...), enseñándolos a las generaciones nuevas para que aprendan en ellos a conocer, admirar y amar sus orígenes y sus héroes y recordarlos a las generaciones maduras, para que su exaltación y su recuerdo les de inspiración y fuerza”. El tono polémico de los debates parlamentarios cincuenta años antes, cuando vertientes historiográficas encontradas confrontaron sus interpretaciones sobre la construcción de la nacionalidad, estuvo ausente en el sumiso remedo legislativo: la finalidad celebratoria no admitía precisiones históricas ni le importaban.” (idem, op. cit. p. 65). Dentre os historiadores que chegam a exercer a função política conjuntamente com a intelectual destaque: Francisco Bauzá, Felipe Ferreiro, Juan Pivel Devoto, Luis Alberto Herrera, Pablo Blanco Acevedo, José Salgado e Rafael Schiaffino. (idem, p.63).

²³⁷ - Outras instituições públicas como O Museu Histórico Nacional, o Arquivo Geral da Nação, o Arquivo e Museu Histórico Municipal e, até mesmo, o Instituto de Investigações Históricas da Faculdade de Humanidades e Ciências são espaços onde, na maioria das vezes, predominam as demandas políticas em detrimento das históricas.

comunidades historiográficas más estrechamente relacionadas con el poder político.”²³⁸

A consciência fundadora realça esta postura engajada com o poder constituído através da contínua revitalização do ideal de integração nacional. Nesta concepção, orientada através do mito fundador é possível determinar um caminho semântico que inicia numa hierarquia genealógica do nacional – índio, espanhol, americano, e termina sobre o signo do corpo social único e igualitário gerido por um Estado-nação consolidado a partir das premissas libertárias da independência. Forma esta que transforma este organismo estatal existente no presente em principal herança elementar da própria fundação da sociedade.²³⁹

Apelar, portanto, para esta consciência nacional única e idealizada cujo principal mecanismo é o reforço pedagógico-pátrio, significa determinar no presente vivido as demandas construídas sobre o passado por estes mesmos historiadores. Em sua lógica mimética, cada cidadão torna-se parte integrante do contínuo processo de emancipação, por isso, o caráter popular do evento fundador, na mesma medida em que as lideranças atuais encarnam o papel dos antigos próceres nacionais. Assim, a projeção sobre o futuro do país torna-se proporcional a capacidade do todo social em reificar este momento “inaugural” da nação.

Historiadores como Raúl Montero Bustamante e Ricardo D. Campos optam pelo contraste entre o mundo urbano civilizado e o mundo rural não civilizado. Neste tipo de abordagem Montevideu aparece como bastião da cultura política e jurídica travando uma imensa batalha pela estabilidade com os caudilhos disseminadores da desordem social. Questão que aponta também para as tensões históricas geradas pela centralização do poder.

É possível igualmente encontrar manifestações como a de Alejandro Gallinal que apresentam o gaúcho como o primeiro símbolo histórico de cidadania. Integrando a força militar de Artigas, lutam pela liberdade, autonomia e riqueza do país. O natural

²³⁸ -(idem, op.cit.p.45).

²³⁹ -Guardando as devidas proporções, este discurso ideológico da historiografia tradicional faz lembrar a própria natureza do pacto social entre rei e súditos, responsável pela legitimação jurídica do Estado moderno espanhol.

desdobramento deste discurso garante um papel relevante a classe de proprietários rurais pela sua tarefa de conduzir estas populações à conquista do direito e da prosperidade.²⁴⁰

Juan Pivel Devoto, um dos mais ativos articuladores da história oficial, acredita que os partidos políticos tradicionais são uma espécie de síntese mais acabada da nacionalidade. Aparecem, na concepção deste autor, como os responsáveis pela consolidação da independência política e pela afirmação do caráter democrático na sociedade.

O nacionalismo histórico rebate esta versão ressaltando uma nacionalidade uruguaia que antecede a própria criação dos partidos políticos. Permanecendo com relativa força, na década de 50, esta corrente preconiza como fundamentos de seu ideário a soberania nacional, a constituição e o espírito patriótico.

Neste mesmo decênio é possível constatar a emergência do revisionismo historiográfico uruguaio. Sua principal motivação refere-se as disputas travadas entre os partidos Colorado e Nacional quanto as suas respectivas interpretações sobre o passado do país. São centrais nestas abordagens: a) a crítica a versão, criada por colorados e liberais, de uma Guerra Grande consagrada como uma disputa entre civilizados e bárbaros; b) questões que tratam da importância maior ou menor dos heróis da pátria; e c) temas ligados aos símbolos nacionais.

Dentre as obras produzidas à luz da perspectiva revisionista destaca-se *Oribe y su Significación frente a Rosas y Rivera* (1958) de Guillermo Stewart Vargas, cujo “Estudo Preliminar”, redigido por Washington Reyes Abadie e Alberto Methol Ferré, apresenta uma feroz crítica ao Partido Colorado e ao *battlismo*. São características desta vertente o tom ensaístico, a pouca preocupação com as fontes documentais e uma tendência reducionista.

Dentre os historiadores que figuram também nesta tendência é possível destacar: Zorrilla de San Martín, José P. Ramírez, José Espalter, Edmundo Narancio e Eduardo Acevedo.

2.2.3 – A Consciência Historiográfica Reorientadora

²⁴⁰ - (Ver ZUBILLAGA, op.cit. p. 54).

Em 1945 é criada a licenciatura em História na Faculdade de Humanidades e Ciências, cuja responsabilidade centra-se na formação superior dos primeiros profissionais de pesquisa e de ensino desta área. Os resultados mais significativos vão surgir somente na década de 60, momento em que se observa uma acentuada renovação das abordagens históricas.

Uma parte considerável das classes médias transita nestes centros de formação, renovando o cenário cultural uruguaio. O afluxo destes profissionais da história tende a contrastar com o perfil arcaico de algumas instituições públicas voltadas para a pesquisa ou preservação do patrimônio histórico nacional.

A ampliação do horizonte historiográfico tem sua gênese na década de 30 em cursos como o de Direito Indiano, organizado e proferido por Petit Muñoz a partir de uma solicitação da Faculdade de Direito. O conteúdo programático apresentado, bem como a positiva e plural participação de alunos do direito, do curso de professores secundários e docentes do ensino médio estimula um relativo interesse pela pesquisa histórica e pelo passado americano.²⁴¹

Nesta mesma década é criada a disciplina de Investigações Históricas, a cargo do professor Lincoln Machado Ribas. Participam desta cátedra basicamente o mesmo tipo de público que integrou o seminário de Eugenio Petit Muñoz. A afirmação destas iniciativas no campo da história é perceptível tanto pela ampliação da visibilidade sobre temas do passado como pela sua contribuição na formação do futuro corpo docente da Faculdade de Humanidades e Ciências (1945) e do Instituto de Professores “Artigas” (1949).²⁴²

Exceto estas iniciativas apontadas, antes da criação da Faculdade de Humanidade e Ciências a base curricular de história apresentava-se bastante modesta e detinha-se na

²⁴¹ - Edmundo Narancio e José M. Traibel, na época alunos do Curso de Direito, vão formar em 1945 o primeiro grupo de colaboradores do Instituto de Investigações Históricas coordenado por Emilio Ravignani. Este curso torna-se um seminário permanente até 1946 formando novos investigadores como Carlos Duomarco, Blanca París e Edmundo Favaro.

²⁴² - Dentre os futuros professores da Faculdade de Humanidade e Ciências que integraram esta disciplina destacam-se: Lucía Sala, Carlos Rama e Gustavo Beyhaut.; já Washington Reyes Abadie fará parte do corpo docente do Instituto de Professores “Artigas”.

educação secundária. Desta forma, aliado a supremacia de uma historiografia tradicional calcada na defesa de uma necessária consciência nacional é possível constatar

“Un cultivo, por lo general, escasamente crítico de la materia histórica (...) el esfuerzo mnemotécnico generó entonces la prevención de buena parte del alumnado, que frecuentaba un saber enciclopédico sobre el acontecer europeo, al tiempo que abordaba con extrema cautela (así se pagaba tributo a la objetividad, según sus profesores) el acontecer americano y nacional. La consideración de la Historia del Uruguay, entendida como un conocimiento descontextualizado del acontecer más allá de las fronteras, se detenía, prudentemente, en una lejanía temporal que pretendía asegurar la “incontaminación” política del aula. No obstante lo cual, la adscripción partidaria de los docentes y, sobre todo, de los autores de manuales u otros textos que se utilizaban como bibliografía de los cursos de “Historia nacional”, seguía los abordajes, menudeando en juicio de valor sobre personajes y sucesos y tributando un reconocimiento hacia el pasado, al partido en el poder.”²⁴³

O processo de profissionalização do ensino e da investigação histórica ganha novo fôlego com o surgimento de novos cursos na área das humanas - Letras e Filosofia, bem como pela reformulação do currículo da história através do Plano de Estudos da Licenciatura (1960). A nova orientação conta com o recurso das especializações, com a consolidação do caráter teórico-metodológico e com a adoção de estudos monográficos para a formação de investigadores.

Ao longo desta década de 60 é possível observar uma significativa mudança de rumo por parte da historiografia uruguaia. No âmbito universitário, contribuições como as de Petit Muñoz, Betancourt Días, Arturo Ardao, assim como de intelectuais estrangeiros como Tulio Halperin Donghi e Ruggiero Romano estimulam a proliferação de grupos de investigadores e abrem caminho para novas demandas historiográficas.²⁴⁴

Contribui definitivamente para esta nova visibilidade histórica o trabalho de Juan Antonio Oddone na formação de novos investigadores. Através de seus seminários de

²⁴³ - ZUBILLAGA, op.cit.p. 163-164.

²⁴⁴ -Um exemplo disto é a crescente influência que a Escola dos Annales passa a exercer entre professores e alunos.

História da Cultura e de História do Uruguai, aplicados entre os anos de 1964 e 1973, rompe criticamente com os antigos preceitos da consciência histórica nacional através da consagração de novos temas e de novos métodos de pesquisa.

O campo da história econômica ganha uma nova abordagem através de trabalhos como Alba Mariani, *Fuentes para la Historia Económica del Uruguay Moderno 1852-1914* (1968), Raúl Jacob *Consecuencias Sociales del Alambamiento 1872-1880* (1969) e o trabalho conjunto dos historiadores destes dois historiadores citados com Oscar Mourat, Adela Pellegrino, Rossana Di Segni e Silvia Rodriguez Villamil, *Cinco Perspectivas Históricas del Uruguay Moderno* (1968).

Destacam-se igualmente os estudos de José Pedro Barrán e Benjamín Nahun: *Historia Rural del Uruguay Moderno* (1967-1978) e *Bases Económicas de la Revolución Artiguista* (1964), trabalho este dedicado a revisão das interpretações mais tradicionais sobre o processo revolucionário de forma a deslindar seus principais determinantes ideológicos.

Já os historiadores marxistas Nelson de La Torre, Lucía Sala e Julio Rodríguez centram seu foco de análise nas estruturas social e econômica do período colonial com vistas a analisar o sistema de distribuição de terras até a independência. Abordagem que toca necessariamente em assuntos para a consciência histórica nacional como o Regulamento provisório de 1815 e, por consequência, a política agrária de Artigas. Dentre suas obras constam: *Evolución Económica de la Banda Oriental* (1967), *Estructura Económico Social de la Colonia* (1967), *Artigas: tierra y revolución* (1967), *La Revolución Agrária Artiguista* (1969).

Na área que abrange a história social é possível observar o tratamento de temáticas como: da cultura privada e popular, da justiça colonial, do patriciado, da imigração e do movimento operário. Uma das obras de referência desta linha é *El Patriciado Uruguayo*

(1961) de Carlos Real de Azúa, texto que apresenta significativos avanços teórico-metodológicos e explora campos como os da ciência política e da sociologia.²⁴⁵

Estudos sobre a imigração passam a ser desenvolvidos por historiadores tais como: Juan Oddone, *La Formación del Uruguay Moderno. La Inmigración y el desarrollo Económico Social* (1966), *La Emigración Europea al Río de la Plata. Motivaciones y Proceso de Incorporación* (1966) e Silvia Rodríguez Villamil e Graciela Sapriza, *La Inmigración Europea en el Uruguay. Los Italianos*. (1982).

Sobre o movimento sindical surgem trabalhos como *Nuestros Sindicatos 1865-1965* (1966) de Héctor Rodríguez, *El Movimiento Sindical* (1969) de Germán D'Elía, *Sindicalismo y revolución en el Uruguay* (1970) de Pedro H. Alfonso e *Historia del Movimiento Obrero y Social Latinoamericano Contemporáneo* (1976) de Carlos Rama.

Pesquisas sobre a história das idéias e das mentalidades estão representadas pelas obras de Blanca París, *La Universidad de Montevideo en la Formación de Nuestra Conciencia Liberal* (1959), de Arturo Ardao, *Racionalismo y Liberalismo en el Uruguay* (1962) *Etapas de la Inteligencia Uruguaya* (1971) e de Silvia Rodríguez Villamil, *Las Mentalidades Dominantes en Montevideo 1850-1900* (1968).

Outro exemplo de renovação pode ser visto em fins da década de 60 quando um grupo de historiadores provenientes da Universidade da República (Faculdade de Humanidades e Ciências, do Instituto de Economia, da Faculdade de Direito) e do Instituto de Professores “Artigas” busca atualizar o processo de ensino da história através da criação de um grupo chamado “História e Presente”. Os objetivos traçados por este conjunto de professores e investigadores compreendem a eliminação dos mitos construídos pela historiografia oficial e acadêmica, assim como a exploração de áreas como as da história

²⁴⁵ - “Por primera vez se aplicaba al campo disciplinario la prosopografía (indagando las expresiones de prestigio, la evolución de las nociones de gloria y de fama vinculadas a las peripecias políticas de construcción del Estado, las fuentes de la fortuna privada, las situaciones familiares, las relaciones y alianza fundadas en la comunidad de gustos e intereses...), al tiempo que se echaba mano del método de las generaciones, peculiarizando su uso en atención a los rasgos intransferibles de la sociedad uruguaya. El esfuerzo por construir categorías que racionalizaran la comprensión del pasado, a partir de una rigurosidad metodológica que no se empantanara en la práctica heurística, dio el tono de esta producción, llamada a desafiar a los historiadores para un tránsito por rutas inexploradas.” (ZUBILLAGA, op.cit. p.298).

econômica e social aplicadas ao contexto moderno e contemporâneo do Uruguai. Forma esta de romper com o exclusivismo do ciclo artiguista.²⁴⁶

O espectro temático delineado por este grupo conta com estudos sobre a atuação do Estado na sociedade, a história rural uruguaia, a origem dos partidos tradicionais a partir de seu aporte econômico e, finalmente, a demografia e a imigração.²⁴⁷

Em 1970, a Licenciatura em História passa por uma reformulação estrutural através da divisão em departamentos. Cada um deles passa a deter a condição de unidade acadêmica com uma dinâmica de ensino e investigação própria. Esta inovação perde o seu sentido original com o advento do golpe militar de 1973 e a nova política universitária estabelecida pela ditadura.

Os centros de investigação privados proliferam-se ao longo da década de 70 devido ao processo de exclusão desencadeado pelo governo militar contra uma fração de intelectuais que não compactuam com o regime de exceção instaurado. São eles: Centro de Investigação e Experimentação Pedagógica (1972), Centro Latino-americano de Economia Humana (1974)²⁴⁸, Centro de Informações e Estudos do Uruguai (1975), Centro de Investigações Econômicas (1975) e Centro Interdisciplinar de Estudos sobre o Desenvolvimento (1977).

Estes centros são compostos por um pequeno número de investigadores e seu sustento financeiro advém principalmente do auxílio de organizações estrangeiras de fomento à pesquisa e de cursos de extensão realizados para o grande público. Suas atividades envolvem basicamente a investigação, a divulgação editorial, o ensino direcionado a universitários e a preparação no campo dos recursos humanos.

Na década de 80, com a abertura democrática, muitos historiadores retomam suas atividades na Universidade. A ação dos centros privados de pesquisa consolida a tendência

²⁴⁶ - Formam este grupo os historiadores: Blanca París, Juan Oddone, Rosa Alonso, José Pedro Barrán, Benjamín Nahum, Roque Faraone Luis C. Benvenuto, Nelson de la Torre, Julio Millot e Lucía Sala.

²⁴⁷ - Da "Historia e Presente" surge um grupo paralelo denominado "Praxis" (1967-1972), formado por militantes do Partido Comunista, cujo objetivo principal é a aplicação do materialismo histórico nas pesquisas sobre a história do Uruguai.

²⁴⁸ - Este centro é o único que possui um período de atividade anterior ao golpe militar de 1973. Estava desativado desde 1966.

renovadora da historiografia e formam os novos quadros de investigadores. Fato que contribui significativamente para a formação da consciência historiográfica polissêmica.

Neste capítulo foi possível compreender que a historiografia platina surge sob o signo da tradição e da hierarquia, reflexo imediato da estrutura política e social herdada da Espanha. Assim, a produção histórica emerge a partir dos espaços de poder. Pesa também o fato de que, até meados do século XX, a maioria dos historiadores platinos pertence às tradicionais oligarquias ou às novas elites políticas.

Também foi possível perceber o grau de compromisso assumido pela historiografia platina, ao longo do século XIX e parte do XX, através do processo de idealização da tradição nacional e da atenção prestada às demandas anunciadas pelos centros de poder. Neste engajamento intelectual pesaram questões como: a consolidação do Estado-Nação - viés da identidade nacional, a necessidade de legitimação ideológica de determinados contextos políticos, bem como o interesse desta intelectualidade em fixar espaços definitivos para a sua atuação como mediador simbólico pátrio entre o Estado e a sociedade.

A construção de uma historiografia mais científica, por sua vez, menos comprometida, tende a surgir através da institucionalização do ensino e da pesquisa, fenômeno que marca a profissionalização do historiador. Acrescenta-se a isto, a tarefa de eliminar os mitos gerados pelas consciências historiográficas precedentes por vias que transitam entre a reinterpretação do passado histórico e a ampliação do campo de visibilidade cognitiva, fatores que somente começam a ser visíveis na realidade platina por volta da quarta década do século XX.

O empenho em afirmar uma produção histórica profissional significa, nestes termos, o abandono de premissas históricas anteriores à emancipação política que compreendem a utilização do aporte intelectual como legítimo representante dos interesses do Estado. Abandonar, portanto, uma visão histórica baseada no cálculo do poder e no princípio da autoridade oficial sobre o passado. Comportamento levado a extremos quando esta herança escolástica confunde-se com a sua corrente antitética, positivismo.

No capítulo seguinte será apresentado um pequeno esboço ilustrativo sobre o contexto histórico marcado pela permanência de D. João no Brasil (1808-8121) para, posteriormente, analisar algumas interpretações que a historiografia platina concebe, ao longo do século XIX, sobre a política deste soberano nesta região.

3- A Historiografia Platina do Século XIX e seus discursos sobre a política de D. João no Rio da Prata.

3.1 - Apontamentos Sobre o Contexto Histórico Analisado.

Antes de iniciarmos a análise sobre os discursos produzidos pela historiografia platina sobre a política de D. João no Rio da Prata, cabe apresentar um esboço histórico sobre o cenário em questão. Idéia que acrescenta um perfil mais didático a exposição já que, até o momento, o foco central da abordagem foi direcionado para os condicionantes que determinaram a emergência das consciências historiográficas argentina e uruguaia.

Partindo deste pressuposto, creio que é pertinente inverter o nexos da exposição descrevendo o contexto histórico marcado pela permanência da Corte Portuguesa no Brasil sob o ponto de vista da História de Portugal. Digo, seguir um caminho alternativo à pauta temática criada pelos historiadores platinos cuja abordagem concentra-se em seus respectivos processos de emancipação política.

Acredito que seja pertinente apontar um rápido paralelo entre as tensões experienciadas pelo Estado português e suas possíveis vinculações com a estratégia seguida

por D. João no Prata. Contraste importante para um pleno entendimento dos discursos produzidos posteriormente sobre este período.

O recorte temporal utilizado para construir este cenário preliminar concentra-se entre os anos de 1789 e 1821, o que não significa o abandono de outros contextos. A delimitação espacial diz respeito à Europa e à América e, num plano mais específico, ao Brasil e a Região do Prata.

Estabelecido os elementos históricos necessários para a compreensão de nosso tema de pesquisa torna-se possível passar para um segundo momento: verificar de que forma a historiografia platina se apropria deste cenário.

3.1.2 – Portugal na tensão entre sistemas e poderes.

Portugal adentra a Idade Moderna na condição de grande potência ultramarina. Dentre os seus feitos encontra-se a rápida conversão de uma centralização do Estado (1385) num próspero projeto de expansão ultramarina. Tal sucesso é sublinhado por sucessivas conquistas além-mar, tais como: Ceuta, Madeira, Açores, Cabo Verde (1415), a rota para as Índias (1498) e a descoberta do Brasil (1500). Conquistas essas responsáveis pela transformação de um pequeno reino da Península Ibérica numa grande força econômica do período.

Os tempos de prosperidade e otimismo duram pouco, perduram mais precisamente até fins do século XVI.²⁴⁹ Desde então, a Monarquia Portuguesa jamais conseguirá novamente atingir tamanho progresso econômico e territorial.

A Grandiosidade do Império ultramarino português sucumbe frente a problemas como: a pequena população do reino, pouca mão-de-obra qualificada (navegadores e administradores), ausência da burguesia lusa na liderança da atividade mercantil, bem como, o assédio sobre as possessões portuguesas por parte da Inglaterra, França e Holanda.

²⁴⁹ - A crise instaura-se até na área científica "Em fins do século XVI as contribuições portuguesas à literatura científica haviam praticamente cessado". (MORSE, op.cit., p.44).

Da mesma forma, os suntuosos gastos do Reino aliados à ausência de uma economia mais competitiva internacionalmente, ou seja, de difícil adaptação à um modelo de acumulação pré-capitalista, são fatores relevantes para o declínio de Portugal. Se isto não bastasse, os portugueses ainda amargam²⁵⁰ a redução de seu potencial político e estratégico com a instauração da Dinastia Filipina (1580-1640)²⁵¹, tendo a frente o soberano de Espanha, fato que só terminará com a ascensão ao trono português da Dinastia de Bragança.

O que resta agora é a lembrança fixada no imaginário português de uma época áurea da Dinastia de Avis, época de grandes reis, feitos e riquezas.²⁵² Dos tempos fáusticos resta como herança o grande apego às possessões ultramarinas, assim como, a certeza de que a sua manutenção é o objetivo máximo dos futuros reis portugueses.

É nesse sentido que a monarquia lusa, já na segunda metade do século XVII, com vistas a adaptar-se a nova ordem mundial,

"Com extrema habilidade e não menores riscos procurou (...) contornar os tratados, procurando permanentemente dificultar para finalmente impedir o comércio direto de estrangeiros com as suas colônias. Daí compreender-se que a diplomacia portuguesa se tenha orientado, a partir de então, no sentido de manter a neutralidade nos conflitos europeus, preservar os domínios que sobreviviam à quadra tormentosa (e graças às alianças o maior quinhão - o Brasil - fôra salvo), intensificando a sua exploração. Rompida a União Ibérica, que o comprometia necessariamente nas

²⁵⁰ - Segundo o historiador Joaquim Veríssimo Serrão: "O estado de espírito provocado pela ocupação militar que se estendia ao Reino foi bem traduzido pelo cronista anónimo, num quadro constringedor: 'E neste estado estava Portugal e la por esa Beira e partes todos e muito mas aperto porque tirado em Lisboa em todas as outras partes botarão castelhanos polas casas pera lhe darem caza, meza e cama e nem com isso se contentavão, mas das cazas uzarão como suas e em muitas fazendo muitas dezonras nas molheres e nas filhas dos homens pobres, sobre o que também avia muitas brigas e matanças por onde os homens algũs aviam por melhor largarlhe as cazas e virensse pera Lisboa por não verem tanta dessalussão e tanta dezaventura quanta os homes nunca cuidarão ver, prencipio de outras muyto mayores'." (SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal*. Vol.IV. 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1990, p.14.).

²⁵¹ - "A administração da casa de Áustria em Portugal divide-se em três épocas, correspondentes aos reinados dos três Filipes. O primeiro (segundo em Espanha) conquistou, mas prometeu guardar os foros deste último pedaço da Península, amalgamado no corpo da sua monarquia. O segundo, em cujo o nome reinava com fortuna o duque de Lerna, procurou cimentar a união com a amizade e o interesse, abandonando os meios violentos, e fazendo muito pelo bem de Portugal. O terceiro, com o seu louco Olivares, homem de espanholadas, criou embaraços e levantou conflitos que o perderam." (MARTINS, op.cit. p.400).

²⁵² - Nas amargas palavras de Oliveira Martins: "No fim do XVI século, era o desabar do império ultramarino que fazia cair por terra a nação. A dinastia de Avis soube acabar heróicamente." (idem, op.cit., p.526-527).

pendências internacionais, Portugal encontrava-se definitivamente voltado para o Atlântico."²⁵³

Portugal quer manter-se à margens das guerras européias, não quer tomar posição. Até o final do seiscentos, a política de alianças estabelecida por Portugal vai orbitar, principalmente, entre França e Inglaterra. Mesmo assim, vai caber à última, no século seguinte, consolidar sua hegemonia sobre a monarquia lusitana.²⁵⁴

De qualquer modo, Portugal, com vistas a melhor situar-se dentro do concerto internacional dos séculos XVII e XVIII,²⁵⁵ vai lançar mão de um importante e duradouro instrumento político: a neutralidade. A idéia inicial é não tomar partido nem pela França nem pela Inglaterra.²⁵⁶

A necessidade de preservar os domínios ultramarinos é que vai definir uma tendência, não assumida, de alinhamento com os ingleses. Já no início do setecentos, Portugal firma com a Inglaterra o Tratado de Methuen (1703),²⁵⁷ inaugurando uma nova fase de dependência econômica, militar e política frente a esta potência ultramarina. Mesmo assim, o governo luso esforça-se muito em não desagradar nem França nem Espanha.²⁵⁸

Antes de tudo, é necessário resguardar-se frente as constantes mudanças no plano internacional. A necessidade por parte das grandes potências de afirmar e ampliar o seu poderio político e econômico, dentro de um cenário mundial em vias de transformação

²⁵³ - (NOVAIS, op.cit.,p.23).

²⁵⁴ - A política de aliança entre Portugal e Inglaterra data já da Idade Média quando a Inglaterra auxilia os portugueses na conquista de Lisboa em 1147, feita na época pelo rei luso D. Afonso Henriques. (BRANCATO, op.cit., p.80.).

²⁵⁵ - Segundo Oliveira Martins: "Arruinada no fim do século XVI, e perdida a independência, a nação arrasta uma vida pedinte e miserável no XVII século, à mercê da Europa e das suas intrigas de equilíbrio."(idem, op.cit., p.526.). Este é um período delicado para a política internacional portuguesa pois eclode uma guerra de sucessão ao trono espanhol (1701-1713) e o país é invadido por tropas franco-espanholas.

²⁵⁶ - É importante ressaltar que esta rivalidade também existe na própria corte portuguesa dividida entre anglófilos e francófilos. Independente desta divisão, para Oliveira Lima a "amizade" frente aos ingleses é um "...axioma necessário para os homens de Estado de Portugal...". (idem,op.cit., p.23.).

²⁵⁷ - "O Tratado comercial (...) englobava apenas três artigos, que voltavam a abrir o mercado português aos panos de lã e outras manufacturas inglesas, na condição de que os vinhos portugueses entrados em Inglaterra fossem onerados num nível inferior em 2/3 aos direitos praticados sobre os vinhos franceses". (SIDERI, Sandro. *Comércio e Poder*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978. P.69).

²⁵⁸ - Portugal vai levar tão a sério esta política de neutralidade que vai negar-se a abrigar em seu território os emigrados franceses que, perseguidos pelos compatriotas revolucionários, se viram na necessidade de abandonar o seu país de origem. Pessoas como o Conde de Artois são impedidos de fixarem-se nos domínios lusos, conseguindo no máximo, ajuda financeira do governo português para residirem em outras regiões da Europa.

capitalista-liberal, exige uma participação cada vez mais ativa de países como França e Inglaterra no dito concerto internacional.²⁵⁹ A política de alianças e benefícios comerciais, principalmente além-mar, configuram-se como os alicerces do período.²⁶⁰

A política de dependência é estabelecida também pela vizinha Espanha, que sob a égide francesa, busca sobreviver em meio ao turbilhão do século XVIII. Neste ínterim, enquanto a França consegue confirmar a presença dos Bourbon no trono espanhol, a Inglaterra reafirma a sua hegemonia econômica no ultramar. Cabe lembrar que países como a Holanda, neste momento, já aparecem como potências de segunda ordem junto ao cenário europeu²⁶¹. Assim,

"...no plano político internacional, a preservação do ultramar português se torna condição mesma da existência metropolitana; é sua moeda de garantia. Por isso, nas crises mais graves de que se não pôde eximir, a metrópole lusitana optou sempre (...) pela aliança inglesa que lhe defendia as colônias, inclusive para explorá-las em seguida - tal o círculo vicioso infernal da competição das potências. Naquelas crises em que a Espanha se envolveu em razão de sua aliança francesa nos problemas europeus, tornando-se um perigo iminente pela tendência de refazer a união peninsular, Portugal é obrigado a apoiar-se no poderio inglês. Assim na luta de sucessão da Espanha, assim na Guerra dos Setes Anos quando já se cogita e mesmo prepara a mudança da corte para o Brasil, assim na crise final do Antigo Regime que se manifesta, no nível das relações internacionais, nas guerras da Revolução e do Império napoleônico, quando esta solução externa é enfim levada à prática."²⁶²

Ao longo das sucessivas crises do século XVIII e a respectiva tentativa de neutralidade portuguesa, a França e a Espanha sempre pressionaram Portugal para tomar

²⁵⁹ - Dentre os vários conflitos do setecentos destacam-se o da Sucessão da Áustria (1740-1748) e a Guerra dos Sete Anos(1756-1763).

²⁶⁰ - "É de notar-se que nessa longa competição das potências européias pela hegemonia mundial, o controle do mundo ultramarino representou papel fundamental. O controle sobretudo, dos mercados coloniais americanos estava no cerne do equilíbrio que se ia alterando..."(NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979, p.52).

²⁶¹ - Em compensação, na segunda metade do século XVIII, cresce o poder da Prússia, Áustria e Rússia no cenário Mundial.

²⁶² - (NOVAIS, op.cit., p.55.).

partido contra os seus aliados ingleses.²⁶³ Mesmo assim, dentro de sua política de neutralidade Portugal, sob o comando da Rainha D. Maria I,²⁶⁴ irá encontrar alguns aliados e estruturar algumas alianças importantes. É o caso da "neutralidade armada", de 1780, elaborado pela Rússia e aceita pela Prússia, Dinamarca, Suécia, Holanda, Áustria e o Reino das Duas Sicílias, bem como, o "Tratado de Amizade, Confederação e Comércio", de 1787, estabelecido com o Império Moscovita. Já em 1789, os portugueses ampliam suas relações diplomáticas com a Prússia.²⁶⁵

Cabe aqui ressaltar que este concerto europeu, definido por uma política de aliança entre França e Espanha em detrimento dos interesses de Inglaterra e Portugal, é que vai assentar as bases do cenário político-militar na virada para o século XIX e vai ser ponto crucial no episódio da invasão napoleônica na Península Ibérica.²⁶⁶

Nesta ordem, cabe apontar alguns elementos importantes para situar Portugal no concerto europeu do século XIX: a) o sentimento de perda acarretado pelo fim da Dinastia de Avis e pelo declínio da hegemonia marítima portuguesa em fins do século XVI; b) o controle da Dinastia Filipina sobre Portugal (1580-1640); c) a política da neutralidade como prática de manutenção dos domínios ultramarinos; d) o crescente grau de dependência perante a Inglaterra; e) a crescente pressão francesa e espanhola sobre Portugal.

O século XVIII termina e deixa um saldo de várias revoluções liberais: Independência dos Estados Unidos (1776), Cantões Suíços (1782), Províncias Unidas

²⁶³ - Portugal também sofre pressão de ambos os lados, como bem pode ser visto ao final da Guerra do Rossilhão (1795) quando "Os ingleses queriam que o ajudássemos na guerra naval e lhes mantivéssemos todos os privilégios de comércio e navegação. Os franceses, aliados aos espanhóis, pretendiam que puséssemos termo às vantagens concedidas à Inglaterra, a fim de nos reconhecerem o direito a viver em paz." (MARTÍNEZ, op.cit.p.214).

²⁶⁴ - D. Maria I é coroada, juntamente com o seu tio e marido D. Pedro III, rei consorte, em 13 de maio de 1777. Em fevereiro de 1792, D. Maria I apresenta sérios problemas mentais, fato que leva o seu filho D. João a assumir interinamente o comando do Reino português em 13 de março do mesmo ano. Somente em 1799 é que assumirá o cargo de Príncipe Regente.

²⁶⁵ - Apesar disso, a política externa construída desde o início do reinado de D. Maria I vai sofrer vários percalços. Dentre eles, os falecimentos do Secretário de Estado Aires de Sá, do arcebispo de Tessalônica e de D. Pedro III. Associados a isto estão a doença da rainha e o advento da Revolução Francesa; movimento este que restringe as possibilidades de empreender um possível afastamento da Inglaterra.

²⁶⁶ - Uma tentativa de aproximação luso-espanhola vai se dar, em 1785, com os casamentos do infante português D. João com a infanta espanhola Carlota Joaquina e do infante de Espanha D. Gabriel com a infanta portuguesa Mariana Vitória. Esta aproximação facilita a neutralidade portuguesa frente a Independência dos Estados Unidos, apesar da pressão francesa exigindo o fim das facilidades do governo português para com os navios ingleses. (MARTÍNEZ, op.cit., p.205.).

(1783), Países Baixos Austríacos (1787) e Revolução Francesa (1789). Definia-se a decadência do Antigo Regime, ao mesmo tempo em que era promovida a estruturação de novas instituições do Estado.

No caso português, este espírito revolucionário pulverizado pela Europa setecentista, e que tem o exemplo francês como principal ícone, vai angariar simpatias na corte. Como é o caso do ministro D. Vicente de Souza Coutinho Roque Paim, residente em Paris, que não vê problemas na "demolição das instituições" desde que não ofenda a autoridade régia, fato que é respaldado por outros ministros. Tal idéia é, inclusive, aceita pelo Secretário de Estado Luís Pinto de Souza, tido como influenciado pelas instituições inglesas, mas que acredita na positividade das alterações patrocinadas pelos revolucionários da França.

A burguesia lusa, por sua vez, crê na possibilidade de novos lucros dentro deste quadro europeu. Até a imprensa portuguesa é contaminada pela euforia revolucionária. Tal comportamento leva o intendente da polícia Pina Manique a solicitar a devida repressão a propaganda revolucionária. A política da neutralidade executada há muito pela corte lusa parece apresentar o seu lado perverso - a ausência de perspectivas a longo prazo associada a onerosas alianças estabelecidas por Portugal.

Uma França napoleônica emerge, começando a demonstrar as suas intenções imperiais. Mesmo em constante atrito com a Inglaterra, por um breve momento inclusive com a Espanha, a França consegue em 1804 efetivar a transformação de sua estrutura republicana em imperial. Novamente a Europa adentra numa etapa de grande conflito, há muito já endêmico. O continente europeu aos poucos conhecia o sonho expansionista de uma nova liderança, Napoleão Bonaparte.²⁶⁷

²⁶⁷ -Napoleão Bonaparte possui uma grande representatividade como líder neste período sendo inclusive homenageado por Beethoven que lhe dedica a "Sinfonia Heróica" – a dedicatória é retirada quando Napoleão torna-se imperador. Fredric Jameson ao referir-se as obras deste músico apresenta uma interessante descrição deste período transitório, de ajustes e tensões no cenário internacional, bem como, da figura de Napoleão enquanto líder: : "Não pode, portanto, haver dúvida de que a síntese privilegiada das obras de Beethoven corresponde a alguma peculiar liberdade na estrutura social e seu tempo. A liberdade histórica, com efeito, expandindo-se e contraindo-se junto com as próprias condições objetivas, parece nunca ser maior do que em tais períodos de transição, quando o estilo de vida ainda não assumiu a rigidez de um estilo de época, e quando há uma súbita libertação do velho sem qualquer obrigação correspondente para com o que virá em seu lugar. A figura dominante de Napoleão é símbolo da ambigüidade básica do momento que se segue ao colapso da ordem feudal na Europa e precede à instalação definitiva das novas instituições éticas, políticas e

Portugal estava nos planos! Era sabido por todos que França e Espanha historicamente queriam ocupar o território luso,

"Em tais condições, numa Europa dominada pelas armas francesas, achando-se a Espanha numa posição de Estado aliado, ou, antes, de protetorado da França, seguiu-se para Portugal um período de muito humilhantes dependências, ditadas pela preocupação de evitar, a qualquer preço, uma ocupação militar estrangeira. A política externa portuguesa revelou-se durante todo este período de flagrante duplicidade. Mas não foi esta uma atitude que destoasse no concerto internacional da época. Entre 1795 e 1813 só se desenha, com relativa nitidez e continuidade, face ao expansionismo francês, a posição britânica, baseada, naturalmente, na segurança que lhe ofereceram a insularidade e o poder naval. Não se estranhará, pois, que em tal condicionalismo, Portugal tenha sido arrastado, na sua ação externa, entre constantes sobressaltos e cedências."²⁶⁸

Bastou então, Napoleão Bonaparte subir ao trono imperial, para o príncipe português D. João conhecer as intenções deste soberano estrangeiro a respeito do futuro de Portugal. Em carta enviada ao príncipe luso, por intermédio do novo embaixador francês em Lisboa, General Junot, Napoleão expõe ao seu “sereníssimo e muito amado irmão e primo, aliado e confederado” a certeza de que “nos entenderemos para fazer o maior dano à Inglaterra”.²⁶⁹

Percebendo que a velha política de neutralidade portuguesa estava ameaçada de esvair-se em meio ao cenário atual, D. João se vê na obrigação de apelar para a compreensão do soberano francês. É o que faz através de uma carta datada de 7 de maio de 1805 na qual defende que:

“Faltaria a todos os deveres que o ceo impõe a um soberano para com os seus subditos, se eu, depois de os ter obrigado a contribuir para a manutenção da

econômicas da burguesia que triunfou sobre a primeira. Ele combina algo dos valores evanescentes do feudalismo e da realeza sagrada com o apelo francamente secular e propagandístico dos líderes políticos carismáticos da sociedade burguesa posterior, sem que possa contudo ser assimilado nem ao emperucados monarcas absolutos do século XVI e XVII, nem aos demagogos do século XX.”(JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985. p. 39-40).

²⁶⁸ - MARTÍNEZ, op.cit., p.216.

²⁶⁹ - idem, p.217.

neutralidade, os expuzesse a uma guerra que não pode deixar de ter resultados funestos. Vossa magestade sabe que a monarquia portuguesa se compõe de estados espalhados nas quatro partes do globo, que ficariam inteiramente expostos, no caso de uma guerra com a Grã-Bretanha”.²⁷⁰

Apesar dos apelos do rei português, a invasão franco-espanhola era inevitável.²⁷¹ Esta pretensão de invadir Portugal existe desde a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), tornando-se novamente uma possibilidade em meio aos conflitos de fins do século XVIII.²⁷² Mas é somente sob o cenário napoleônico que esta intenção irá concretizar-se de fato.²⁷³

Em 7 de julho de 1806, o agente diplomático espanhol Izquierdo, observado à distância pelo ministro espanhol Manuel Godoy, negocia com o governo francês os pormenores de uma longa ocupação.²⁷⁴ No dia 27 de outubro do ano seguinte é assinado o Tratado de Fontainebleau, cujo conteúdo principal fundamenta-se na divisão do território lusitano.

Segundo tal divisão, a região entre os rios Douro e Minho ficam sob os cuidados do rei da Etrúria, formando o Reino da Lusitânia Setentrional. Alentejo e Algarve passam ao encargo de Manuel de Godoy, enquanto as Províncias de Beira, Trás-os-Montes e Estremadura ficam para posterior definição.

²⁷⁰ - MARTÍNEZ, op. cit., p.217.

²⁷¹ - Como bem aponta Braz Brancato, Portugal não tem dúvidas das intenções de Napoleão e prepara a sua estratégia a partir de tal certeza. No caso da Espanha, pelo contrário, acredita-se que as tropas francesas utilizarão o seu território apenas como meio de invadir Portugal, mas jamais na condição de invasoras. Ver BRANCATO, op.cit., p. 85-86.

²⁷² - Este desejo de invadir Portugal vai ter um pequeno ensaio na chamada "Guerra das Laranjas", quando a Espanha vendo-se em guerra com a Inglaterra invade o território luso em 20 de maio de 1801, a título de retaliação ao aliado inglês na península que não aceitara os termos de reconciliação propostos pelos aliados franco-espanhóis. O exército espanhol ocupa Olivença, Arronches, Portalegre, Juromenha, Barbacena, Ouguela, Castelo de Vide e Campo Maior. Este conflito acaba em 6 de junho do mesmo ano através dos Tratados de Badajoz. Nestes documentos celebrados com a França e Espanha, a Corte portuguesa se prontifica a : cerrar seus portos à Inglaterra abrindo-os aos franceses e seus aliados; retificar a fronteira setentrional do Brasil em favor da ampliação da colônia francesa da Guiana; ceder a Vila de Olivença à Espanha e a pagar uma grande soma para a França a título de indenização. A invasão vai ser justificada pela negativa portuguesa em aceitar os termos propostos por França e Espanha.

²⁷³ - Napoleão não desiste de invadir Portugal mesmo após a oferta de diamantes e de casamento ligando a Família Real portuguesa aos Bonaparte. Ver MARTÍNEZ. op.cit., p.216.

²⁷⁴ - Em agosto do mesmo ano, chega a Portugal uma esquadra inglesa comandada por Lord Rosslyn, com o objetivo de negociar livremente uma possível parceria militar contra a aliança franco-espanhola. O então Secretário de Estado António de Araújo, declaradamente "afrancesado", encarrega-se pessoalmente de rejeitar a proposta preocupando-se, da mesma forma, em avisar o sucedido aos ministros da França e da Espanha.

Já, os estados provenientes do desmembramento de Portugal tornam-se protetorado do Rei de Espanha. Finalmente, os domínios ultramarinos são divididos entre França e Espanha. O tratado ainda prevê o título de Imperador das Duas Índias ao soberano espanhol Carlos IV.

Em 21 de novembro de 1806, Napoleão declara o "Bloqueio Continental"²⁷⁵ e a sorte de Portugal estava lançada, ou melhor,

“La suerte de Portugal quedó definida cuando Napoleón determinó el ‘Bloqueo Continental’, obligando a las naciones continentales a que cerrasen sus puertos a Inglaterra, intentando, así, debilitar al león británico. Sin embargo, el cierre de todos los puertos continentales a los navíos británicos no logró un éxito completo ya que siguieron abiertos a los ingleses, entre otros, los puertos portugueses.”²⁷⁶

No verão de 1807, Napoleão já fechara em Tilsit um acordo com o imperador Alexandre I da Rússia. Tal tratado consistia num ultimato aos Estados da Dinamarca, de Portugal e da Suécia, únicas nações que mantinham os portos abertos para a Inglaterra. Caso elas não atendessem a esta incisiva solicitação, as mesmas seriam entendidas como inimigas da França e da Rússia.

Tal pressão faz com que D. João, buscando abertamente satisfazer os anseios de Bonaparte declare, em 20 de outubro de 1807, o fechamento dos portos portugueses aos navios ingleses.²⁷⁷ Já no dia 8 de novembro, decreta a confiscação de todas as propriedades pertencentes aos ingleses.²⁷⁸ O soberano queria ganhar tempo com tais medidas, mas o imperador francês já havia se resolvido pela invasão. Em outras palavras:

"Aparentemente Portugal había decidido aliarse a los franceses, rompiendo la multiseccular alianza anglo-

²⁷⁵ - A política do "Bloqueio Continental" possui dois objetivos básicos: definir a curto prazo os aliados franceses e a longo prazo patrocinar uma crise de superprodução na Inglaterra, fomentando assim, a indústria do continente.

²⁷⁶ - BRANCATO, op.cit., p.80.

²⁷⁷ - Esta medida tomada por D. João é a resposta ao ultimato francês de 12 de agosto de 1807, no qual é solicitado à Portugal a declaração de guerra à Inglaterra até o primeiro dia do mês de setembro.

²⁷⁸ - D.João VI escreve a Jorge III solicitando "um acordo entre ambos para a guerra ser somente aparente". (MARTÍNEZ, op.cit., p.219).

lusitana; pero parece ser que la realidad era muy distinta. Ni Portugal pretendía otra cosa que ganar tiempo a los franceses, ni éstos tenían ya interés ni confianza en que Portugal se alineara con ellos, puesto que es sabido que, a partir de agosto de aquel año, Napoleón había reunido tropas en Bayona con vistas a la invasión de Portugal y, en último término, de toda la península...²⁷⁹

Neste ínterim, D. João só vislumbrava uma saída: resguardar a corte portuguesa transferindo-a para o Brasil. Como Portugal historicamente corria o risco de ser invadida pela França ou pela Espanha, a saída estratégica para o Brasil foi sempre entendida como uma possível garantia de preservação da integridade da Corte Portuguesa.²⁸⁰

Desde de 1803, o ministro britânico Fitzgerald defende a retirada da Corte Portuguesa da Península Ibérica. Da mesma forma, especula-se também a possibilidade de somente o príncipe D. Pedro, juntamente com uma infanta, seguirem para o Brasil.²⁸¹

De qualquer maneira, continua sendo objetivo de primeira ordem para a Coroa Portuguesa a manutenção e preservação das suas possessões ultramarinas em meio ao constante estado de beligerância na Europa. A mudança da Família Real para o Brasil surge de um acordo com a Inglaterra, em convenção secreta realizada em 22 de outubro de 1807, assinado em Londres por Domingos António de Souza Coutinho e George Canning.²⁸²

A Família Real Portuguesa partia em direção ao Brasil no dia 29 de novembro de 1807, data em que o General francês Junot transpôs a fronteira de Portugal rumo a Lisboa.²⁸³ A Inglaterra protege o longo trajeto tendo a convicção que, entre a turbulência da

²⁷⁹ - BRANCATO, op.cit., p.81.

²⁸⁰ - Esta solução já foi pensada nos séculos XVII e XVIII.

²⁸¹ - BRANDÃO, Raul. *El-Rei Junot*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982. p.81.

²⁸² - Neste tratado fica estipulado que os territórios portugueses de Macau, Madeira e Goa passam a ser ocupados pelos ingleses.

²⁸³ - "...entrou no Tejo, em novembro, uma frota inglesa, sob o comando do almirante Sidney-Smith. A missão do almirante era complexa. consistia em vedar a saída à esquadra russa que se refugiara no Tejo, evitar que os navios portugueses caíssem nas mãos dos franceses e travar qualquer impedimento quanto à partida da corte para o Brasil. Havia, realmente, motivos para recear que os elementos francófilos tentassem impedir aquela partida. A questão foi posta ao Conselho de Estado. E D. João acabou por decidir embarcar para o Brasil, com a família, com a corte, com os altos funcionários e magistrados, sendo acompanhado igualmente por dois chefes de missões diplomáticas estrangeiras, o inglês Strangford e o sueco Kantzon." (MARTÍNEZ, op.cit., p.220).

guerra, estava fazendo um grande negócio. A saída da corte lusa significava comércio direto com o Brasil, liberdade para atuar na Península Ibérica e preservação da frota portuguesa .²⁸⁴

3.1.3 – A Corte Portuguesa no Brasil e a Invasão da Península Ibérica

A chegada da Corte Portuguesa ao Brasil marca uma importante ruptura na história política portuguesa de até então: a) a utilização da neutralidade como mecanismo de manutenção dos territórios ultramarinos havia esgotado suas possibilidades de êxito dentro do novo concerto europeu. Era chegado o momento de tomar medidas extremas, tal como o abandono de Portugal; b) pela primeira vez há uma inversão de papéis entre a antiga relação metrópole-colônia, agora o Brasil torna-se sede da monarquia, goza pela primeira vez de uma relativa segurança em relação aos perigos externos, enquanto o território português fica à mercê dos invasores; c) na América, conforme veremos, D. João substitui a velha política da neutralidade por estudos estratégicos e beligerância, como bem pode ser constatado na invasão da Guiana Francesa e na política praticada sobre a Região do Prata.

O estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil é seguido de uma declaração de guerra à França em 1º de maio de 1808 e de preparativos para a invasão da Guiana Francesa.²⁸⁵ A tradicional aliança com a Inglaterra é reforçada, mas haverá conflito de interesses quanto ao futuro da América espanhola.²⁸⁶

²⁸⁴ - Já para o Brasil vai significar a possibilidade de tornar-se enfim livre das amarras do colonialismo, pois: "... fôsse este ou aquêle o motivo que ditasse a política de D. João, o certo é que os quatorze anos que decorrem da sua chegada até a proclamação formal da independência não podem ser computados na fase colonial da história brasileira. Pode-se imaginar como repercutiu no seio dos interesses ligados ao regime de colônia esta curiosa inversão de papéis que fazia do soberano português e da sua política instrumentos quase inconscientes da autonomia nacional!"(PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p.45.) É interessante perceber que este sentimento de abandono vai refletir também na historiografia portuguesa, como é o caso de Oliveira Martins : "... O sol baixava, a esquadra perdia-se no mar, ia-se toda a esperança, ficava um desespero, uma solidão (...) Soltou-se logo a anarquia da miséria, e na véspera da chegada do Anti-Cristo, Lisboa correu o risco de um saque (...)Napoleão estava burlado. O príncipe D. João, a bordo com as mãos nos bolsos, sentia-se bem remexendo as peças de ouro: ia contente com a sua esperteza saloia, única espécie de sabedoria aninhada no seu gordo cérebro." (MARTINS, op.cit., p.518).

²⁸⁵ - Em 12 de janeiro de 1809 o governador de Cayena (Guiana) rende-se às tropas portuguesas. Os portugueses governam a Guiana até 1817 e durante todo o período de ocupação o Código napoleônico continua em vigor. Esta invasão tem o apoio político da Inglaterra.

²⁸⁶ - Refiro-me aqui aos planos expansionistas de D. João, principalmente sobre a região do Prata, e seu interesse em transformar o Brasil em ponto de referência do poder monárquico absolutista na América, bem

Na Espanha, as tropas francesas aumentam consideravelmente em número e passam a ocupar as principais cidades do país.²⁸⁷ O que era para ser um simples deslocamento de tropas francesas em direção ao território português, transforma-se em ocupação militar de toda a península.

D. Manuel de Godoy , chefe do governo espanhol e principal artífice da aliança com a França, percebe tardiamente o seu erro estratégico.²⁸⁸ Com vistas a manter intacta a atual dinastia chega a sugerir a fuga da Família Real espanhola para algum “...país seguro dentro de sus reinos”, mas não recebe o apoio do príncipe herdeiro e da maioria dos ministros.²⁸⁹ Godoy é afastado do cargo em 18 de março de 1808.

Um dia depois, Carlos IV, rei da Espanha, abdica ao trono em favor de seu filho Fernando VII, que chega a Madri sob aclamação popular. Napoleão, por sua vez, possui outros planos: deseja que o novo soberano espanhol devolva a coroa a seu pai, que por sua vez, deve abdicar em favor do Imperador francês. Bonaparte quer a Espanha governada por seu irmão José, rei de Nápoles, fato que acaba se concretizando.²⁹⁰

Dissolvida a aliança entre as duas nações, a população de Espanha passa a ser tratada como inimiga. Neste momento, a insurreição contra os franceses torna-se geral na Península e a rebeldia espanhola transforma-se numa importante força auxiliar da reação portuguesa.²⁹¹

como o seu desejo de oferecer “proteção e vassalagem” às colônias. Quanto a Inglaterra, cabe enfatizar: a) seu incentivo às independências latino-americanas; b) seus respectivos interesses comerciais incluídos nesta política de auxílio; c) suas constantes intervenções nos conflitos operados na Região do Prata, principalmente na Banda Oriental, impedindo uma política mais agressiva por parte do soberano português; e d) sua política de pressionar D. João, desde 1813, para efetuar a transferência da corte lusa novamente para Portugal, mesmo que para isto seja necessário incentivar um levante de caráter liberal como foi a Revolução pernambucana de 1817.

²⁸⁷ - O montante de franceses que cruzam a fronteira franco-espanhola ao longo deste período passa dos cem mil. Ver BRANCATO, op.cit., p.44.

²⁸⁸ - Juntamente com o Tratado de Fontainebleau é estabelecida a “Convenção Secreta”, responsável pela definição das condições de ocupação de Portugal. Godoy, representante da Espanha, concede às tropas francesas o livre acesso ao território português através de solo espanhol.

²⁸⁹ - BRANCATO, op. cit., p.45.

²⁹⁰ - A estratégia utilizada por Napoleão Bonaparte para conseguir, de forma legítima, a coroa espanhola foi a de aprisionar Carlos IV e Fernando VII em território francês, mais especificamente em Baiona, e forçá-los a abdicar ao trono espanhol.

²⁹¹ - "Os benefício da insurreição espanhola foram duplos. Pela retirada das tropas espanholas de ocupação, que, tendo aderido ao movimento insurrecional, saíram do território português, indo tomar posições em

Já em Portugal, a reação anti-francesa tem início quando o interventor francês Junot, em cerimônia oficial, hasteia a bandeira de seu país no Castelo de São Jorge em Lisboa. Eclode na Península Ibérica uma insurreição geral contra as tropas napoleônicas. A rebeldia espanhola agora anda passo a passo com a reação lusa.²⁹²

Nesta ordem, as forças inglesas desembarcam em Portugal entre 1º e 5 de agosto de 1808, comandados por Sir Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington. O efetivo inglês vai contar com a ajuda das forças portuguesas organizadas pelo general luso Bernardim Freire de Andrade.

Em 7 de março de 1809, o general inglês Willian Carr Beresford é nomeado por Decreto Real "Generalíssimo do Exército Português", ficando encarregado de organizar as forças militares lusas. No início de 1811, as tropas francesas começam a abandonar definitivamente Portugal, mas é somente em 1813 que, após três invasões sucessivas, o território fica totalmente livre das ameaças externas.²⁹³

Em 8 de dezembro do mesmo ano, Napoleão firma o Tratado de Valençay, libertando Fernando VII. A intenção é de acabar a guerra com a Espanha, já que a França passa por problemas militares na Europa Central.

No saldo deste grande conflito europeu temos: uma Inglaterra exercendo sua hegemonia econômica no plano mundial,²⁹⁴ uma Península Ibérica totalmente abalada pelos

Espanha; e pela dificuldade para os franceses em reforçar as suas guarnições em Portugal. Por esta época foram freqüentes os casos de participação de tropas espanholas em operações contra os franceses em território português; assim como a participação de tropas portuguesas em operações também contra os franceses em território espanhol." (MARTÍNEZ, op.cit., p.221).

²⁹² - "A consciência das injustiças sofridas e a convicção de que a Inglaterra, finalmente, se decidira a actuar militarmente no continente, estabeleceram, a partir de 1808, um consenso antifrancês tanto em Portugal como em Espanha. Mas a reação portuguesa havia de ressentir-se da quebra de quadros dirigentes que, sobretudo no setor militar, a instalação da corte no Brasil e a saída do país da Legião Portuguesa."(idem, op.cit., p.222.).

²⁹³ - Cabe lembrar que Portugal é invadida três vezes pelas tropas napoleônicas. A primeira invasão, comandada pelo General Junot, data de novembro de 1807 a agosto de 1808; a segunda invasão, sob o comando do General Soult, ocorre de fins de fevereiro à maio de 1809 . A terceira invasão, sob o comando conjunto dos Generais Massena e Soult, tem as batalhas mais intensas entre julho de 1810 a junho de 1811, sendo que ainda são necessários dois anos para o território português se libertar totalmente de seus invasores.

²⁹⁴ - Na América espanhola não será diferente. Entre os anos 1808 e 1814 a Grã-Bretanha defende a Espanha dos franceses, em troca Cádiz permite o livre comércio com as colônias espanholas. Já, entre os anos de 1815 e 1824, a economia inglesa assegura as lacunas do mercado hispano-americano. (RENOUVIN, Pierre. *Historia de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Akal, 1982, p.71.)

anos de ocupação francesa e à beira de uma convulsão liberal²⁹⁵, bem como, uma América Hispânica em vias de tornar-se independente. Portugal vive sob a tutela inglesa, além de abalada política, econômica e socialmente, sofria o aparente descaso de seu príncipe D. João.²⁹⁶

A paz na Europa é finalmente vislumbrada no Congresso de Viena realizado em 1815.²⁹⁷ Neste, Portugal vê reconhecido o seu direito sobre a Vila de Olivença e outros territórios dominados pela Espanha, bem como, consegue escapar da abolição da escravidão imposta nesta ocasião. Mas, em contrapartida, não recebe nenhum tipo de indenização para amenizar os prejuízos sofridos pela invasão de seu território.

Em síntese, a decisão de transferir a Corte Portuguesa para o Brasil significa o limite da política de proteção dos territórios de ultramar. Já, para o povo português, tal conjuntura espelha um real sentimento de abandono, de inferioridade, vivenciado em cada fase da ocupação estrangeira, seja pela brutalidade do invasor francês, seja pela distância de seu soberano, seja pela permanência do inglês libertador, pois:

"Ao fim de 22 anos de guerra, não obstante vencedores, dela saímos mais empobrecidos de haveres; e até de territórios. A Inglaterra hostilizou-nos quanto às nossas pretensões relativas à quota-parte na indemnização global a pagar pela França aos países aliados. A reação popular portuguesa foi nitidamente de frustração e desânimo. Mas, como noutras épocas da nossa história, era tão acentuado o complexo de inferioridade de alguns portugueses que, em certos meios, parecíamos congratular-nos por não termos

²⁹⁵ - O período revolucionário português inicia com as invasões francesas e manifesta-se plenamente em 1820, prolongando-se até 1834. Ver NOVAIS, op.cit., p.12. Já na Espanha, a Junta Central organizada em 1808 para resistir ao Estado Bonapartista vai constituir-se no alicerce da Constituição de Cádiz editada em 1812. Já, em maio de 1814, Fernando VII retorna à Espanha e restaura o absolutismo. Instaura-se um período de tensão entre absolutistas e liberais que só terá termo com a Revolta liberal de Riego de 1820. (FONTANA, Josep. *La Crisis Del Antiguo Régimen (1803-1833)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p.16 -21.).

²⁹⁶ - Conforme já foi salientado, a partir de 1813 a Inglaterra passa a pressionar D. João para que retorne à Portugal, mas tal iniciativa não obtém sucesso. Em 1815, por exemplo, o general Willian Carr Beresford vai ao Rio de Janeiro e recebe do Príncipe Regente português amplos poderes para administrar Portugal.

²⁹⁷ - As potências deste encontro formam dois grandes blocos: de um lado Grã-Bretanha e Áustria, de outro Rússia e Prússia. Em escala menor de poder aparecem França, Portugal, Espanha e Suécia. Estas três últimas nações prestam grande apoio ao ministro francês Talleyrand.

sido ainda pior tratados, através de uma vitória para a qual tínhamos dado tão valiosa contribuição.”²⁹⁸

O sentimento de rejeição torna-se, portanto, mais acentuado pela recusa de D. João VI em voltar a sua terra de origem ao término dos conflitos. Agora, o sentimento de perda internalizada pela decadência lusa em fins do século XVI - e refletida no restante da Idade Moderna, passa a dividir espaço na história com este recente sentimento de orfandade.

3.1.4 - O Cenário americano: o Brasil e o Rio da Prata.

Uma vez cumprida, de forma extrema, a principal tarefa a que Portugal se propunha a séculos, ou seja, salvaguardar a sua principal possessão ultramarina, o Brasil, resta a D. João empreender um novo posicionamento frente ao concerto internacional de então. Esta nova condição vai se dar pelo desejo de transformar a Corte Portuguesa, instalada no Rio de Janeiro, em poderosa esfera de influência da América Meridional.

Esta política, antes de tudo, busca romper com a tradicional neutralidade portuguesa diante do cenário mundial e é traduzida pela tentativa aberta e definida de ampliar seus territórios na direção do Prata. Tal intenção não poderia deixar de conter o seu potencial histórico.

A região platina é uma questão antiga na disputa territorial luso-espanhola. A primeira tentativa portuguesa de estabelecer uma posição nesta área data de 1680, com a fundação da Colônia de Sacramento, junto ao Rio da Prata;²⁹⁹ entreposto lusitano avançado capaz de fazer frente a um possível avanço espanhol e de promover o contrabando, angariando parte da prata proveniente das minas espanholas de Potosi.³⁰⁰

²⁹⁸ - MARTÍNEZ, op.cit., p.230.

²⁹⁹ - Nas palavras de Fernando Novais :"... a expansão territorial levava, em 1680, ao estabelecimento da Colônia do Sacramento frente a Buenos Aires, na embocadura do Prata, entrada para a América espanhola, ponto inicial de uma rota de acesso ao metal nobre das regiões andinas. O contrabando português no Rio da Prata vinha de longa data, e durante a união ibérica tivera o seu ponto alto". (NOVAIS, op.cit., p.49).

³⁰⁰ - Poucos anos antes Portugal funda Laguna, 1676, com vistas a iniciar este projeto de expansão. Da mesma forma o governo português, já pensando num plano efetivo de colonização portuguesa na região sul,

Ao longo do século XVIII, bem como início do século XIX, as "zonas de tensão" estabelecidas nos territórios coloniais são parte integrante do concerto internacional. As grandes potências, Inglaterra e França, disputam a hegemonia nos domínios da América do Norte, Antilhas e Oriente. No caso ibérico é a região platina o centro desta tensão.

"Assim, o século XVIII foi o momento decisivo de definição das fronteiras entre a América portuguesa e as Índias de Castela. O grande movimento de penetração impulsionado no século anterior vai assumindo ao longo de setecentos as feições de uma política definida de arredondamento territorial (...) Ao longo do século, e acompanhando as vicissitudes da política portuguesa de neutralidade e dos confrontos entre França e Inglaterra, os ajustes vão se realizando no norte, no oeste e no sul do Brasil; na medida em que os problemas coloniais crescem em importância, esses pontos vão se transformando em zonas de tensão. Sobretudo na fronteira sul, a rigor a única fronteira 'viva', os conflitos se complicaram e agravaram por todo este período, arrastando-se para a época de crise do sistema colonial, prolongando-se mesmo para depois da independência."³⁰¹

O desejo português de expandir-se no Prata contrasta com as constantes incursões de militares espanhóis na zona compreendida hoje como Rio Grande do Sul.³⁰² Tal disputa territorial, portanto, não terá termo antes das primeiras décadas do século XIX, gerando até aí, uma série de batalhas e tratados entre os Reinos de Portugal e de Espanha³⁰³.

Para Portugal, ao contrário de outras disputas territoriais estabelecidas dentro de seus limites coloniais - por exemplo a negociação com a França sobre a fronteira norte do Brasil (Vale Amazônico) - a Região do Prata representa um importante referencial estratégico e

estabelece em 1737 a Comandância Militar do Continente de Rio Grande de São Pedro do Sul. Forma-se aos poucos nesta área uma zona limite de tensão entre Portugal e Espanha.

³⁰¹ - NOVAIS, op.cit., p.50.

³⁰² - O Rio Grande do Sul é ponto chave na expansão e fixação territorial portuguesa na região sul, sendo antes do século XVIII "...apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses de armas na mão". (PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p.99). A colonização lusa desta região é uma vitória frente à política de limites territoriais estabelecida com os espanhóis do Prata.

³⁰³ - Um exemplo destas incursões militares espanholas data de 1776, quando Carlos III, Rei de Espanha, organiza em Madri um ataque a Região Sul do Brasil. A missão é levada a cabo por Pedro Cevallos, vice-rei e capitão-geral espanhol que inicia sua atuação militar pela conquista da Ilha de Santa Catarina. Nestas expedições a Espanha utiliza 19.000 homens e mais de 100 navios.

econômico. Além de significar um ponto limite de contato com os espanhóis é, também, uma grande zona de escoamento de riquezas na América. Fato este que chama a atenção inclusive da Inglaterra.

O interesse do príncipe luso pela região transparece já na chegada da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, pois logo que "... D. João puzera no Rio o pé hesitante, trémulo do enjôo da viagem fastidiosa, e já cochichava com Linhares a conquista das possessões castelhanas".³⁰⁴ Inaugura-se aqui uma nova fase do conflito luso-espanhol no Rio da Prata.³⁰⁵

Estabelecida a Corte Portuguesa no Brasil, o Príncipe Regente D. João tem diante de si um primeiro grande desafio: transformar a ausência de um aparato administrativo num aparelho de Estado forte e agregador capaz, inclusive, de empreender uma futura expansão na Região do Prata³⁰⁶. Em outras palavras,

“A simples circunstância de aqui exercer o seu govêrno exigia naturalmente um aparelhamento político e administrativo que não fosse o de uma simples colônia, quando Portugal, abandonado e ocupado primeiro por franceses, depois por inglêses, já não estava em condições de desempenhar a sua função de metrópole.

³⁰⁴ - CALMON, op.cit., p.152.

³⁰⁵ - A estratégia portuguesa de dominar a região do Prata passa também pelo acesso direto às correspondências oficiais estabelecidas entre Montevidéu e Buenos Aires desde 1808. Esta importante documentação histórica pode ser encontrada na Colección Lavradio publicada pelo Archivo General de La Nación de Buenos Aires. O estudo desta fonte documental é de vital importância para o desenvolvimento da presente pesquisa, pois possibilita o acesso à uma vasta gama de informações acerca da intervenção lusa na região do Prata, como bem demonstra o prólogo da já citada coleção: " Baste recordar que estos legajos cuentan entre sus amarillentas hojas un nuevo ejemplar, el cuarto, del contravertido 'plan', atribuido a Mariano Moreno, con apostillas en idioma portugués, cuya rareza se une a los sugerentes escritos de los precursores Belgrano, Beruti, Castelli, Vieytes y Nicolás Rodríguez Peña, fechados en septiembre de 1808, tendientes a la venida del infante Pedro Carlos y la Regencia de la Infanta Carlota Joaquina; y la correspondencia secreta, original e inédita, remitida por él Barón de La Laguna, Carlos Frederico Lecor a su soberano el Rey de Portugal y Brasil, Don Juan VI, durante los años 1816 a 1820, que forman los dos últimos legajos de la colección, y tantos otros papeles que realmente alhajan los ya ricos anaqueles del Archivo General de la Nación Argentina". (Colección Lavradio. *Política Lusitana en el Río de La Plata (1808-1809)*. Tomo I. Buenos Aires: Archivo General de La Nación, 1961, p.IX).

³⁰⁶ - D. João "...ao organizar o seu primeiro ministério no Brasil confiou (...) a D. Rodrigo de Souza Coutinho, mais tarde conde de Linhares, as pastas de estrangeiros e da guerra. A política expansionista na América, onde se vinha fundar um grande império, tinha no ministro do príncipe regente um dos mais decididos e fervorosos apóstolos. Inspirador da conquista das Missões, que fora um fácil episódio da história colonial, sugerira mesmo, em 1803, que em 'caso de hostilidades na Europa', se desenvolva no sul do Brasil ' um ataque que possa expelir de toda a margem setentrional do Prata os espanhóis". (PORTO. Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943, p.466-467).

Concorrerá também para a atitude do regente português, favorável aos interesses nacionais, de um lado o próprio ambiente brasileiro que o cercava, e a que não se poderia furtar, e doutro talvez o desejo íntimo, em todo o caso nunca expressamente manifestado, de se fixar definitivamente no Brasil." ³⁰⁷

A aliança com a Inglaterra garante o abastecimento da nova metrópole, da mesma forma que reverte em auxílio militar inglês em Portugal. ³⁰⁸ Estabelecida a estrutura básica do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, resta impor-se como esfera de influência ao restante da América Meridional. ³⁰⁹

Logo a 13 de março de 1808, aproveitando-se do ataque inglês a Buenos Aires e ao Chile (1806) ³¹⁰, o governo de D. João ³¹¹ oferece "proteção e vassalagem" ao cabildo portenho, proposta que é negada. ³¹² A negativa contenta o príncipe regente português. Em

³⁰⁷ - PRADO JÚNIOR, op.cit., p.45.

³⁰⁸ - D. João tenta ampliar esta aliança propondo ao embaixador inglês Strangford um ataque conjunto a região do Prata. O representante do governo inglês no Brasil não aceita a proposta já que a Inglaterra estava em processo de aproximação com a Espanha. (STREET, John. *Gran Bretaña y la Independencia del Río de La Plata*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1967. p.111.).

³⁰⁹ - A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil suscita muita desconfiança e temor aos cabildos de Buenos Aires e Montevideú, conforme demonstra a correspondência de ambos entre os dias 2 e 5 de março de 1808: Carta do Cabildo de Montevideú ao Cabildo de Buenos Aires datada de 2 de março de 1808, "...Como estas noticias aunque hasta ahora no tengamos otras que confirmen los recelos que infunden no debemos depreciarlas: le há parecido à este cuerpo mui compatible con su celo y con el de este Exmo. cavildo recordarle lo expuesta que está toda esta campaña/ en caso de un rompimiento de Guerra con aquella nacion fronteriza, por las ningunas fuerzas que hay en ella para contener la ambicion de tais vecinos, à fin de que V.E. pueda con tiempo oportuno propendér por medio de sus acostumbrados actibos recursos en quanto penda de su parte à facilitarnos el socorro de gente, armas y dinero de que tanto carecemos...".(Colección Lavradio, op. cit., p. 4 -6). Carta do Cabildo de Buenos Aires ao Cabildo de Montevideú datada de 5 de março de 1808: "...No obstante lo fuerte de estos combencimientos es indispensable precaucionarnos no omitiendo quanto conduzca à nuestra defensa y seguridad, y V. S., cuios intereses son unos con los de este cavildo, debe persuadirse que en los casos criticos de riesgo que puedan ocurrir en esa vanda, no perdonará este Aiuntamiento medio alguno para proporcionar á V.S. los auxilios que necesite y pendan de su arbitrio...". (idem, op.cit., p.10)

³¹⁰ - Beresford comanda o ataque à Buenos Aires, enquanto o general Crawford invade o Chile. Da mesma forma, a Inglaterra mandava insubordinados para incitar as convulsões nas colônias hispano-americanas.

³¹¹ - Segundo Calmon, "D. João usava de duas linguagens: no Rio, junto do embaixador inglês, era manso e jovial; mas para o cabildo de Buenos Aires, arrogante e provocador. Porque enfim, se a Espanha passara ao dominio de França, devia evitar que as colonias lhe acompanhassem o infortunio; e desde que repeliam a Inglaterra, Portugal se lhes oferecia. Portugal – ou a anarquia". (CALMON, op.cit., p.159).

³¹² - D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, encarrega o Brigadeiro Joaquim Xavier Curado de uma missão de reconhecimento e diplomacia junto ao Prata. Tal missão conta com três objetivos: o primeiro diz respeito ao contexto comercial da região; o segundo, consiste em propor aos governadores platinos a união com Portugal; já o terceiro: "...o exame, e conhecimento do verdadeiro voto da nação espanhola e da opinião pública sobre entregarem-se ao governo português, e em qualquer caso o conhecimento do estado da Força pública, em soldados, oficiais, e munições, que tem e ocupa o Rio da Prata,

suas palavras “...el fracaso de la Misión de Curado le había dado el mayor placer, ya que esa circunstancia le había dado libertad para lograr por la Fuerza lo que no había podido obtener por medios más blandos”.³¹³

Em 13 de maio do mesmo ano o governo português estabelece as medidas necessárias para estruturar um poder militar estável e coeso.³¹⁴ Através de decreto é organizado o Corpo da Brigada Real do Brasil, conjuntamente com a criação do Arsenal Real da Marinha, a Real Academia dos Guardas Marinhas, a Intendência e Contadoria da Marinha e a Real Fábrica de Pólvora. O prosseguimento deste projeto vai se dar com a criação da Academia Real Militar (1814).

Neste momento, surge um novo elemento na questão do Prata. Carlota Joaquina, esposa de D. João, passa a cultivar o desejo de tornar-se rainha das colônias espanholas. O momento é propício para esta empresa, pois seu pai e seu irmão estão aprisionados pelas tropas de Napoleão e a Corte de Cádiz legitima o seu direito de sucessão à coroa espanhola.

As primeiras providências neste sentido são tomadas já a 19 de agosto de 1808 em carta dirigida aos realistas da América.³¹⁵ Carlota Joaquina queria construir as bases de

pois é muito essencial se desgraçadamente se houver de chegar a vias de fato, que se conheça a força real dos espanhóis sobre todos os pontos do Rio da Prata ". (PORTO, op.cit., p.467). Desta missão resulta um relatório enumerando as dificuldades da união do povo de Buenos Aires com a Corte Portuguesa, sendo estas: "1º - A infinidade de empregados que absorvem todo o produto do estado e que essa 'união' faria perder os proventos de sua subsistência; 2º- O comércio do Rio da Prata sem o Perú não é comparável com o do Rio Grande, e a união, interceptando esse comércio, reduziria a cidade à miséria. Porem uma cidade de 70.000 almas não pode sujeitar-se voluntariamente a uma nulidade absoluta; 3º- A classe dos militares que tem altos soldos, e que é muito orgulhosa da supremacia que exerce e que preferirá a luta, pois o resultado em todo o caso não pode ser outro para eles senão aqueles se lhes ofereça não pelejando; 4º- Mais de 5.000 famílias que vivem dos gastos e desperdícios dos negociantes, militares e empregados que com a desgraça destes ficarão reduzidas à fome." (idem, p.467-468).

³¹³ - (STREET, op.cit., p.112).

³¹⁴ - O poder militar vislumbra-se como o principal caminho para a interferência lusa no Prata, tanto que o Brigadeiro Joaquim Xavier Curado constata a : "...inexequibilidade de 'uma união voluntária'. E faz um esboço de projeto de que resulta, esgotados os meios persuasivos, só restar um recurso: o emprego da Força. Impunha-se, para isto, a 'necessidade de fazer ocupar pelo seu exército uma posição que assegure a obediência' dessa província. Com 6.000 homens poder-se-ia ' tomar Montevideu e guardar todo o país compreendido entre Maldonado e arroio da China, até a fronteira de Portugal ' ". (idem, op.cit.p.468).

³¹⁵ - Neste período é formada uma junta secreta em Buenos Aires com vistas a apoiar a coroação de Carlota Joaquina. Fazem parte desta junta Juan Castelli, Nicoláz Peña, Manoel Alberdí, Pueyrredon e Hipólito Vieytes, dentre outros. O principal argumento utilizado pelos monarquistas é o clima de anarquia que os movimentos de independência podem gerar na América. (PESSOA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevideo Sobre Alguns Textos da História Platina*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1949. P. 58.).

legitimidade entre os súditos espanhóis da América e da Península.³¹⁶ Em seu manifesto dirigido aos fiéis vassallos, a princesa pretendente ao trono espanhol declara que

“Estando de esta suerte Mis muy amados Padres, Hermanos, y demas Individuos de Mi Real Familia de España privados de su natural libertad sin poder exercer su autoridad, ni menos atender á la defensa y conservacion de sus Derechos á la direccion y gobierno de sus fieles y amados vasallos: y considerando por outra parte la perniciosa influencia que puede tener semejante acto en los animos malos, y dispuestos á propagar el scisma, y anarquia / quia tan perjudiciales á la sociedad y á los miembros que la componen: Por tanto, Considerandome suficientemente Autorizada y Obligada á exercer las vezes de Mi Augusto Padre y Real Familia de España existentes en Europa como la mas proxima Representante suya en este Continente de America para com sus fieles y amados vasallos: Me há parecido conveniente, y oportuno Dirigiros este Mi Manifiesto por el qual Declaro por nula la abdicacion (...) en quanto no se hallen livres é independientes los representantes de mi Real Familia que tienen mejor derecho que yo de exercerlos, pues que no Me considero mas que una Depositaria y Defensora de estos Derechos que quiero conservar ilesos é inmunes de la perversidad de los Franceses para restituirlos al legal Representante de la misma Augusta Familia...”³¹⁷

Em 1810 eclode uma revolta em Buenos Aires forçando parte dos realistas a concentrarem suas forças na Banda Oriental. Do Rio de Janeiro a princesa portuguesa orientava e subsidiava os defensores da soberania real contra os rebeldes portenhos.

D. João, por sua vez, observa o conflito com ares de neutralidade esperando o momento certo para uma eventual ação militar. As tropas portuguesas mobilizam-se para o conflito quando a Banda Oriental, o mais fraco da Região do Prata, sofre com a pressão das tropas portenhas. Enfim, a espera de D. João rendera-lhe um bom motivo para atacar as tropas de Buenos Aires, ponto militar mais forte da área, ou seja, combatê-las sem a condição de velho inimigo de Espanha mas, ao contrário, como aliado e defensor desta monarquia. Ao mesmo tempo, esta intervenção militar deve naturalmente garantir a fixação de milícias portuguesas nesta "zona de tensão".

³¹⁶ - Na visão de Oliveira Lima as atitudes da princesa sempre reforçaram a sua condição de “...traidora como cônjuge, conspiradora como princesa, desleal sempre e sem interrupção.” (LIMA, op.cit., p.23).

³¹⁷ - Colección Lavradio, op.cit., p.114.

Para o governante luso estava montado, finalmente, o cenário propício para uma intervenção mais efetiva nos assuntos do Prata, pois

“...era a guerra. Servia a Portugal (...) A vitória, no momento, tinha uma expressão geográfica: a margem esquerda do rio da Prata.(...) Carlota Joaquina voltára a acreditar na sinceridade de D. João, porventura resolvido a combater a revolução para evitar-lhe o contágio, que seria fatal à sua monarquia do Brasil. O governador do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Souza, recebeu ordem de auxiliar a guarnição de Montevideo.(...) Em 24 de julho de 1811 o sonho de Linhares, do aumento do Brasil com a ocupação do Rio da Prata, começára a realizar-se: o príncipe já ousava divergir de Strangford, que exigia a neutralidade portuguesa...”³¹⁸

São mobilizados ao todo 4.000 soldados do Rio Grande do Sul para auxiliar Montevideo.³¹⁹ O sucesso da empresa rende a expulsão da Junta Revolucionária de Buenos Aires e o estabelecimento de tropas portuguesas na Banda Oriental. Mas a Inglaterra, desejosa que as colônias espanholas de ultramar se tornem independentes, intervém através do ministro inglês Strangford, instalado no Rio de Janeiro, estabelecendo um armistício entre Buenos Aires e Montevideo (1812).³²⁰ Com o término do conflito as tropas portuguesas são forçadas a retirarem-se da Banda Oriental, o espectro revolucionário alastra-se pelas colônias espanholas, ao mesmo tempo em que Carlota Joaquina vê esgotada as suas possibilidades de se tornar regente espanhola.³²¹ Na verdade, tal iniciativa não recebe um apoio decisivo por parte de D. João e do ministro inglês Strangford.³²²

³¹⁸ - CALMON, op.cit., p.174.

³¹⁹ - Para o historiador Alejandro Cervantes, cuja primeira edição data de 1854, o auxílio aos realistas de Montevideo é dado por Carlota Joaquina, pois segundo ele “...la princesa (...) empleó su influjo y envió (...) un socorro de 4.000 hombres, bien provistos de todos los medios necesarios, a cuyo efecto vendió dicha princesa todas sus joyas”. (MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Estudios Históricos, Políticos y Sociales Sobre el Río de la Plata*. Tomo I. 2ª edição. Montevideo: Biblioteca Artigas, 1963. p.132).

³²⁰ - Ainda segundo Alejandro Cervantes, o armistício somente ocorreu porque os portugueses temeram um novo enfrentamento com as tropas de Buenos Aires: “...la posición del gobierno de Buenos Aires llegó a ser muy crítica: carecía de fuerzas para contrarrestar a los realistas y oponerse a los portugueses. Sin embargo, envió 4.000 hombres contra los últimos (...)La marcha de las tropas de Buenos Aires intimidó a los portugueses, los cuales propusieron la paz, que se firmó el 6 de junio de 1812”. (idem, op.cit.p.133).

³²¹ - Em busca de apoio político Carlota Joaquina envia uma carta de felicitações às Cortes de Cádiz pela recém-promulgada “boa e sábia” constituição (1812). “... A leitura desta carta causou a maior satisfação entre os deputados. Pelo que os partidários de D. Carlota Joaquina julgaram ser o momento propício para confiar a

Encerrado o episódio, D. João retorna a sua velha estratégia de aguardar o momento apropriado para uma nova intervenção militar no Prata. Ele sabe que dificilmente os atritos vão cessar nesta região e que, sendo a Banda Oriental o ponto platino mais vulnerável, o território a ser dominado já está naturalmente definido. Cabe agora novamente simular a vontade expansionista da Corte Portuguesa e garantir um clima favorável para uma futura incursão.

A primeira atitude para viabilizar este projeto é a de vingar-se da intromissão de Strangford na questão platina. Em 20 de fevereiro de 1814 D. João escreve ao rei da Inglaterra, Jorge IV, demonstrando todo o seu descontentamento frente ao ministro inglês.

Strangford deixa seu cargo no início de 1815. O passo inicial já está dado, pois segundo Calmon a "...despedida de Strangford foi o primeiro ato da anexação do Uruguai".³²³ Mesmo assim, a Inglaterra continuaria insistindo em tornar a Banda Oriental livre.

D. João investia tudo o que podia para garantir a sua permanência na América, pois como bem aponta Calmon "...intimamente, D. João dividia as suas atividades: dos negócios da Europa incumbia o destino; mas não largava a ninguém os da América."³²⁴ Fosse qual for o contexto europeu "...nem por um instante D. João imaginou largar metade da América..."³²⁵

regência àquela princesa. Mostravam-se particularmente interessados em tal regência os deputados das colônias da América, confiados no apoio que o Brasil lhe prestaria. Mas a proposta dos deputados americanos foi mal recebida pela maioria. E, desde então as pretensões de D. Carlota Joaquina parece ter perdido viabilidade". (MARTÍNEZ, op.cit., p.313). A satisfação da Corte pela carta da princesa mostra-se, na visão dos deputados partidários de Carlota, uma ocasião favorável para entregar-lhe a regência. Mas, ao contrário do que pensavam, tal intento só gera reações negativas. Cabe lembrar que a Corte de Cádiz sofre forte influência inglesa.

³²² - "No Rio de Janeiro, o ministro inglês Strangford sempre contrariou os planos de D. Carlota Joaquina. E, dada a dependência portuguesa da Inglaterra e dos receios do príncipe D. João haviam também de resultar muitas das pressões britânicas. É certo que a princesa conseguiu o apoio para a sua política do almirante Sir William Sydney – Smith, oposto a Strangford; mas foram os pontos de vista deste que dominaram o governo inglês, embora Wellington recomendasse ao Gabinete de Londres que não tomasse partido, nem a favor nem contra a princesa do Brasil.". (MARTÍNEZ, op.cit., p 313).

³²³ - CALMON, op.cit., p.186.

³²⁴ - idem, op.cit.p.162).

³²⁵ - idem, p.155).

Ao mesmo tempo em que planeja expandir o seu território, o príncipe português preocupa-se igualmente em apaziguar os ânimos de seus patrícios na península, temerosos de uma possível invasão espanhola ou por retaliação à política lusa na América ou pela oportunidade que o período de desorganização propiciava. Assim, em 1816, D. João busca aproximar os dois reinos ibéricos através dos casamentos de suas filhas com o rei espanhol Fernando VII e o infante D. Carlos. Estes matrimônios são o pano de fundo de uma nova invasão da Banda Oriental.³²⁶

Passados alguns anos da retirada das tropas lusas da Banda Oriental, o clima de tensão revolucionária, patrocinado principalmente pelo caudilho Artigas, ainda faz parte do cotidiano platino. Mesmo assim, D. João não possui a legitimidade necessária para empreender uma nova intervenção armada.

O momento apropriado para uma nova invasão do Prata chega no ano de 1816, justamente pelas mãos de Buenos Aires que, a qualquer custo, pretende acabar com a guerra civil instalada na região. Chega enfim a ocasião tão esperada por D. João.

O diretório portenho tentara, sem sucesso, acabar com o conflito através de pedidos de auxílio a Strangford (1814) e a militares espanhóis (1815). Resta pedir ajuda ao príncipe português. Então, por intermédio do portenho Manuel José García, defensor de uma aliança militar com a Corte do Rio de Janeiro, vislumbra-se um acordo de intervenção armada no Prata, pois Buenos Aires

"Convencera-se enfim (...) de que o Brasil era o único poder respeitável de que podia valer-se. No seu ofício para a junta Argentina, de 9 de junho de 1816, positivou García a tese: importava organizar o caos, e o 'poder estranho', chamado a essa tarefa de Heracles, era o exército português. E exultava: 'Su majestad parece haberse inclinado a empañar su poder en extinguir hasta la memoria de esta calamidad haciendo el bien que debe a sus vassallos y un beneficio a sus buenos vecinos...' A adesão de Buenos Aires tinha, sobretudo, a vantagem de inutilizar a diplomacia inglesa, irritada com aqueles

³²⁶ - A política de aproximação entre reinos segue com o matrimônio de D. Pedro com Maria Leopoldina, filha de Francisco II, imperador da Áustria. Portugal busca aproximar-se da Áustria para não depender exclusivamente do auxílio da Inglaterra.

rumores de expansão, de imperialismo do Brasil. Porque o pacto de 1812 garantira a paz de platinos e portugueses, não se referindo a uma fracção rebelde errante dos primeiros, que não formavam nação alguma. Na Conferencia de Paris os emissarios de D. João mostraram isso mesmo, com palavras e geito que fizeram silenciar a Santa Aliança.”³²⁷

A invasão portuguesa no Prata é motivada também pelas incursões do revolucionário Artigas no Rio Grande do Sul e pelas cartas de corso, concedidas pelo mesmo, a piratas norte-americanos que passam a atacar os navios portugueses e desviá-los para os portos de Baltimore e Boston.³²⁸

Neste cenário, D. João articula a sua estratégia de invasão. Por solicitação sua chega ao Brasil, em 1816, uma divisão comandada pelo general Carlos Frederico Lecor. São ao todo 5.000 soldados vindos de Lisboa, oriundos da guerra peninsular, e que terão a responsabilidade de conquistar a Banda Oriental.

Esta segunda invasão portuguesa na Banda Oriental vai ter por objetivo principal o controle efetivo dos portos de Montevidéu e Maldonado e da Colônia de Sacramento. Aos poucos as forças de Artigas cedem à pressão militar lusa.

Apesar da resistência, a cidade de Montevidéu é tomada pelos portugueses a 19 de janeiro de 1817. Ao término da conquista a região é anexada ao Reino de Portugal, Brasil e Algarves sob o título de Província da Cisplatina, cabendo ao general vitorioso, Carlos Lecor, o comando do novo território. Mas é somente em 1820 que Artigas é definitivamente derrotado, vindo a refugiar-se no Paraguai.

A astúcia do General Lecor transforma a invasão num acordo entre "iguais". Seguindo obstinadamente as orientações de D. João, estabelece amplos canais de reciprocidade com vistas a ganhar a confiança dos habitantes locais.³²⁹ Estabelece como

³²⁷ - CALMON, op.cit., p.194.

³²⁸ - A pressão exercida pelos representantes de Portugal nos Estados Unidos resulta na lei de 9 de março de 1817 que proíbe o armamento de corsários nos portos norte-americanos. Alguns navios portugueses desviados de sua rota por corsários são devolvidos.

³²⁹ - O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire vê como positiva a intervenção portuguesa na Banda Oriental: "Visitei as cidades de Rocha, São Carlos e Maldonado (...) e cheguei a Montevidéu. A ocupação dessa cidade e das regiões circunvizinhas pelas tropas de Portugal trouxeram a paz à margem direita do Prata.

base de governo a proximidade com conservadores e recalcitrantes. Busca de todas as maneiras tornar natural a convivência com o invasor, vindo a casar-se, inclusive, com uma uruguaia.³³⁰

Em 23 de julho de 1818, D. João VI chama a atenção da América do Sul para o caráter provisório da invasão lusa na Banda Oriental, buscando esta tão somente o estabelecimento da paz no continente. A Corte portuguesa quer tornar o mais natural e assimilável possível a anexação deste território. Cabe apontar que tal ato visa concentrar o potencial militar luso apenas no novo domínio, eliminando o risco de abrir outras frentes de conflito seja com países americanos ou europeus.

A conquista da Província Cisplatina causa impacto negativo na Península Ibérica. A Espanha, a esta altura incapaz de reverter o processo de independência desencadeado na América Latina, não deseja que a Corte do Rio de Janeiro colha vantagens em meio a este clima de instabilidade. Da mesma forma, D. João descontenta os portugueses da península por perturbar o ânimo de seu inimigo histórico e por preocupar-se mais com os problemas do Brasil do que os de sua terra natal.³³¹

A resposta de Portugal aos planos de D. João na América é dada em 1820 de duas maneiras: a) a eclosão da revolta liberal do Porto, patrocinada pelos nacionalistas

A administração portuguesa e seu respeitável chefe, triunfaram contra um ódio nacional inveterado, honra reservada à prudência e à moderação". (SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, s/d, p. 347.).

³³⁰ - Nas palavras de Juan Zorrilla "... justo é reconhecer que a dominação portuguesa de onze anos não teve em Montevideo as características da portenha de alguns meses: foi inteligente. Todos os esforços foram feitos, embora em vão, para cimentar a conquista daquele povo: respeitaram-se as leis e os costumes" (CALMON, op.cit., p.197).

³³¹ - "...o principal Souza, em carta a D. João VI (31 de janeiro de 1817), referia correrem boatos sobre a marcha da divisão portuguesa para o rio da Prata, 'que os vizinhos considerão como acto hostil', não podendo(...) a regência 'ter a mais leve ideia de ruptura entre as duas cortes, vendo os Reais cazamentos que tanto afianção a Paz na península'. Queixoso por não ser informado sobre o assunto pela corte do Rio de Janeiro, o principal Souza chamava a atenção do rei para a penúria da população, de víveres, de armas, de cavalos, de fortalezas, para os perigos de o Reino ser invadidos pelos Espanhóis e 'ameaçado de ocupação pela Inglaterra, como mediadora'; porque, segundo o principal Souza, embora D.João VI pudesse mais, na América, do que Fernando VII, a força deste era, na Europa, três vezes superior". (idem, op.cit. p.159). O principal Souza toma as medidas necessárias contra uma possível invasão espanhola. Por sua vez, a Espanha, descontente com os acontecimentos, reclama a invasão da Banda Oriental no Congresso de Aix-la-Chapelle. A resposta portuguesa vem através do conde de Palmela: Portugal salvou a região de ser anexada às Províncias Unidas do Rio da Prata. A Banda Oriental somente será devolvida mediante pagamento das despesas de pacificação.

portugueses descontentes com o descaso de seu rei, desejosos de uma constituição e do retorno imediato deste a sua terra de origem; b) a participação da Espanha na revolta anti-portuguesa, ocorrida no mesmo ano, na Banda Oriental.³³²

Desenhava-se o limite para o sonho de um império americano cultivado há muito por D. João. A pressão da burguesia portuguesa na península exigia o retorno da corte para Portugal. Mesmo assim, o rei pensa em ganhar tempo mandando o seu filho D. Pedro em seu lugar. Este projeto não é bem visto pelo então Ministro da Guerra português, pois

”O plano que ocorria a Palmela tinha o bom senso das realidades: Dom João se transportaria a Portugal, ficando na outra parte da monarquia o príncipe herdeiro; depois, trocariam os lugares, contanto que uma pessoa real, obrigatoriamente, residisse em Lisbôa e no Rio de Janeiro.”³³³

O retorno da Corte lusa para Portugal passa a ser inevitável. Antes de partir, D. João VI solicita ao General Lecor que faça um plebiscito na Banda Oriental para saber se aceitam anexar-se à Monarquia Portuguesa.³³⁴ Em junho de 1821, realiza-se o Congresso Nacional do Estado Oriental do Rio da Prata responsável por avaliar a proposta de fusão. Em 31 de julho do mesmo ano é estabelecido o tratado de anexação do Estado Cisplatino ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A independência do Brasil acaba com a junção da Cisplatina à Portugal. Mesmo assim, o interventor português, General Lecor, mantém-se em território uruguaio comandando tropas de origem uruguaia e brasileira. Sua retirada se dará somente em 1825.

D. João VI, já estabelecido em Portugal, amarga a materialização de seus temores frente ao trono português: perdia de uma só vez o seu império ultramarino e seus poderes absolutos enquanto rei.

³³² - “...A Espanha, mostrando-se incapaz de dominar as suas colónias americanas, não suportava a ideia de que Portugal pudesse colher benefícios da situação. E, em 1820, é natural que tenham sido os espanhóis a provocar a revolta antiportuguesa de Montevidéu, embora já tenha sido atribuída a Artigas”. (MARTÍNEZ, op. cit., p.315).

³³³ - CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972, p.251.

³³⁴ - Da mesma forma D. João reconhece as repúblicas da Argentina e do Chile.

Conforme podemos verificar, a trajetória histórica portuguesa de fins do século XVI até as primeiras décadas do século XIX, fornece alguns pontos importantes para compreender Portugal dentro do concerto europeu e, por conseguinte, o reinado de D. João VI e sua respectiva política na região platina.

Em síntese cabe ressaltar num primeiro momento: a) o sentimento de perda acarretado pelo fim da Dinastia de Avis e pelo declínio da hegemonia marítima portuguesa em fins do século XVI; b) a instauração da Dinastia Filipina em Portugal (1580-1640); c) a política da neutralidade como prática de manutenção dos domínios ultramarinos; d) O crescente grau de dependência perante a Inglaterra; e) a crescente pressão francesa e espanhola sobre Portugal.

O segundo momento marca uma importante ruptura na história política de Portugal com a instalação da Corte Portuguesa no Brasil. Tal contexto sugere que: a) a utilização da neutralidade como mecanismo de manutenção dos territórios ultramarinos havia esgotado suas possibilidades de êxito dentro do novo concerto europeu. Era chegado o momento de tomar medidas extremas, tal como o abandono de Portugal; b) pela primeira vez há uma inversão de papéis entre a antiga relação metrópole-colônia, agora o Brasil torna-se sede da monarquia, goza pela primeira vez de uma relativa segurança em relação aos perigos externos, enquanto o território português fica à mercê dos invasores; c) na América, D. João substitui a velha política da neutralidade por estudos estratégicos e beligerância, evidenciados pela invasão da Guiana Francesa e pela política exercida sobre a Região do Prata; d) o sentimento de rejeição torna-se mais acentuado pela recusa de D. João VI em retornar à sua terra de origem após o término dos conflitos. Agora, o sentimento de perda internalizada pela decadência lusa em fins do século XVI, passa a dividir espaço na história com este recente sentimento de abandono.

De forma geral, o período que compreende a invasão das tropas napoleônicas a Portugal (1808) até a paz estabelecida em Viena (1815) deixa como saldo uma Península Ibérica arrasada, bem como, um Portugal órfão em meio a um pesado clima de descontentamento e de crescente crise econômica, política e social.

As pressões vindas da Europa exigem o retorno do governante português à sede do reino. A Inglaterra ressalta os esforços empreendidos na reconquista do território luso, ao mesmo tempo em que a Áustria especula acerca dos riscos em manter um trono vago nesta época de turbulências políticas. Mas é o soberano francês que melhor compreende a situação de D. João, pois

“Instruções do governo de Luiz XVIII por esse tempo consideravam: ‘O príncipe regente, tendo de escolher entre ser ainda por muito tempo o primeiro poder da America Meridional ou voltar a ocupar um dos terceiros logares na Europa, abraçará porventura o partido que lhe permita exercer em redor de si maior influencia.’”³³⁵

D. João evita a todo o momento pensar num possível retorno à sua terra natal. Não deseja trocar a riqueza da corte no Brasil por uma Portugal anárquica e descontente. Nesta altura pretende apenas formar um grande império na América, até como forma de garantir a sua permanência no Brasil.

Talvez esta resistência em retornar à Portugal possa ter sido motivada também pelas circunstâncias em que a corte lusa abandonou o seu país, o clima sombrio gerado pela invasão napoleônica, e sua condição de príncipe absolutista em meio à conturbação liberal que assola a Península, fato ameaçador para o seu futuro e, se isso não bastasse, a longa espera, 26 anos, pela coroação.³³⁶

Tal situação faz D. João pensar em alargar seus domínios no Brasil, já que num clima de perturbação liberal o trono português estaria continuamente ameaçado pelos liberais ou até mesmo pela Espanha. Para ficar no Brasil não lhe faltavam desculpas: primeiro a intervenção inglesa em Portugal para limpar a península das tropas napoleônicas, segundo

³³⁵ - CALMON, op.cit., p.184.

³³⁶ - Segundo Oliveira Lima a preferência de D. João pelo Brasil era algo: “... perfeitamente natural, uma consequência essencialmente humana. Fugido do velho reino ante a brutal invasão dos franceses, e havendo sofrido em Lisboa durante quinze anos a repercussão relativamente modesta mas em todo o caso penosa, das perturbações políticas e das transformações sociais de que Paris estava sendo o grande teatro europeu, o príncipe regente sentiu dilatar-se-lhe a alma à vista dessa flácida e pomposa natureza tropical, e especialmente em presença do profundo sossego da sua nova capital, que só mais tarde se alvotaria ao eco da revolução portuguesa. Ao efeito sedativo que um clima brando e quente pode exercer sobre as organizações linfáticas como a sua, acrescia pois a tranquilidade moral, a confiança do governante.”(LIMA, op.cit. p.21-22).

as revoltas coloniais na América espanhola em busca de independência e seu iminente perigo para a manutenção do Brasil. Tudo parece favorecer a idéia de continuar no Brasil.

Com a Revolução Liberal do Porto de 1820 D. João sentia-se novamente, desde a retirada da corte portuguesa de Lisboa, num grande impasse. Em outros termos

“A D. João afigurava-se uma temeridade, a troca da sua paizagem idilica pelos tumultos de uma sociedade esfomeada, a exigir-lhe, de pedras nas mãos, a destruição de doze anos de reinado útil e ativissimo - os de que mais se orgulhava, porque tinham sido os anos do seu trabalho corajoso e optimista. Porque os tratados, a tortura das ameaças inglêsas, a intriga palatina, recomçariam: e já não tinha o seu Antonio de Araujo, o seu energico Linhares, se não o bom Tomaz Antonio, o idealista Palmela que sonhava com as Côrtes como Seabra, e alguns novos, de braço mais rude, de entendimento mais misterioso, como Arcos Vilafloôr.”³³⁷

Conforme já apontado, o retorno à Portugal, significa para D. João VI não apenas a diluição de seu projeto expansionista na Região do Prata, mas a iminente perda do território brasileiro, bem como, de seu poder absoluto. Na mesma medida, fica marcado na história portuguesa como um rei relapso e imprudente e, em algumas parcelas da historiografia brasileira como o último bastião da opressão colonial.

3.2. – A historiografia Platina do Século XIX e a Política de D. João no Prata

Em 1869 surge a segunda edição da primeira obra histórica produzida após a independência da Argentina, *Ensayo de la Historia Civil del Paraguay, Buenos Aires y Tucumán* (1817), de Gregorio Funes.³³⁸ Ampliada em seu recorte histórico por Antonio Zinny, este estudo passa a chamar-se *Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata/*

³³⁷ - CALÓGERAS, op.cit., p.246.

³³⁸ - Cabe lembrar que esta obra é fruto de um decreto de 1812 estabelecido pelo primeiro Triunvirato argentino. Seu recorte histórico feito por Funes se estende até o Congresso Nacional de 25 de março de 1816.

1816 a 1818 / por el Deán Funes, continuada hasta el fusilamiento del gobernador Dorrego en 1828.

Texto basicamente descritivo onde é possível encontrar narrativas que idealizam Buenos Aires e os próceres da independência. Desta capital emanam os ideais revolucionários e democráticos cuja principal meta reside na integração regional do Prata.

Luta esta organizada tanto contra os inimigos externos como Espanha e, principalmente o Brasil, quanto os internos como por exemplo San Fé e a Banda Oriental.³³⁹ Carentes de visão política, estes redutos internos de resistência guiados pelo obsecado e pouco patriota general José Gervasio Artigas³⁴⁰ contribuem para o aumento das tensões geradas ao longo do ano de 1816 já que

“Los desenfrenados é indómitos orientales y santafecinos insistian aun en sus desasosegadas é inconsideradas correrías. Además de las numerosas causas que tornaron tan calamitoso su rompimiento, se siguieron otras que parecian hacer á aquellas mas duraderas. Por esta época, la corte del Brasil se quitó la máscara, que habia ocultado hasta entónces el perfecto proyecto que, desde mucho tiempo ántes, habia formado, de apoderarse de los deliciosos países de la Banda Oriental del Rio.”³⁴¹

O interesse português pela Banda Oriental, que já perdura um século na visão do autor, tem como principal aliado o grupo de platinos contrários a união nacional. Não é, portanto, a capacidade militar lusitana que define o sucesso de uma possível invasão, mas os interesses políticos antagonicos existentes em algumas áreas do Prata.

Na tentativa de evitar que “...los vergonzosos designios de los portugueses” sejam bem-sucedidos, o então Supremo Diretor do Estado das Provincias Unidas, Juan Martin

³³⁹ - Sobre o papel desempenhado pelas concepções inimigos interno e externo ver nota 141 do primeiro capítulo.

³⁴⁰ - “Pero hablar de reconciliacion con Artigas era lo mismo que predicar en desierto. Su obcecacion no podia ablandarse por medio de concesiones, ni su orgullo humillarse por los peligros. Si bien recibió las donaciones, oyó las propuestas con desagrado, prefiriendo que la historia le acuse de haber sacrificado la oportunidad á su ódio particular, sus deberes á su capricho y su país á sus intereses.”(ZINNY, Antonio. *Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata/ 1816 a 1818 / por el Deán Funes, continuada hasta el fusilamiento del gobernador Dorrego en 1828*. Buenos Aires: Porvenir, 1875. p.21).

³⁴¹ - idem.

Pueyrredon, encarrega-se de prevenir o comandante das tropas portuguesas, General Carlos Frederico Lecor, dos inevitáveis riscos de uma agressão. Na mesma medida, envia um comunicado a Artigas e ao Cabildo de Montevideu com vistas a firmar uma “tentadora” aliança: a Banda Oriental recebe todos os auxílios necessários para a defesa de seu território sob a condição de se incorporar as Provincias Unidas, ou seja, reconhecer a autoridade de Buenos Aires.

Cabe novamente a Artigas negar que os princípios da liberdade e da união sejam afirmados na Região do Prata. Na visão deste caudilho é preferível o caráter destrutivo da guerra à submissão frente ao governo de Buenos Aires. Negativa esta que demonstra sua postura individualista e vai contra os anseios populares.³⁴²

Segundo o autor, esta relação conflitante entre Montevideu e Buenos Aires não passa de uma desavença “familiar”, já que ambas capitais pertencem a mesma nação. Por sua vez, os interesses do inimigo externo soam fúteis e não possuem base legal.

Seguindo os moldes da argumentação escolástica afirma:

“Concediendo que un soberano tenga el derecho de intervenir en las querellas domésticas de sus vecinos, siempre que las juzgare capaces de perturbar la tranquilidad de sus estados, es un principio indudable del derecho de gentes que primero haga convenientes representaciones á la parte ofensora ántes que recurrir al uso de la fuerza. El ocupar un país por la fuerza, bajo la máscara de la paz, solo puede aprenderse en la escuela de Maquiavelo.”³⁴³

A narrativa aponta insistentemente duas forças contrárias ao processo de unificação do Rio da Prata, são elas: a política portuguesa e a ambição de Artigas. Enquanto a primeira

³⁴² - “Se celebró con pompa y magnificencia la alegría producida por tal acontecimiento, que, poniendo fin á las desgraciadas disputas que dividian el país, parecia devolverle su primitiva fuerza y gloria. Empero, en el mismo momento en que el pueblo estaba entretenido en sus regocijos escitados al punto de poderse considerar casi inmoderados, se recibió la noticia de que los orientales se negaban á ratificar la convencion, sin duda influenciados por su gefe. Artigas consideraba la tendencia natural de la union y dependencia de la Banda Oriental, como destructiva del mando absoluto que, por tanto tiempo, estaba acostumbrado á ejercer; segun su opinion, los peligros y devastaciones de una guerra con los portugueses debian preferirse á la influencia de la capital.”(idem, op.cit.p.29).

³⁴³ -idem, op.cit.p.30.

dissemina a violência, a segunda semeia a discórdia. Juntas elas buscam impedir a consagração do ideal de liberdade.³⁴⁴

Dentro da lógica proposta por esta obra, o termo política é utilizado como uma espécie de sinônimo do Estado português e de D. João.³⁴⁵ Isto ocorre porque na narrativa proposta pelo autor os ideais fornecem sentido ao conjunto dos fatos descritos. Cabe ressaltar que o processo de construção do país é guiado por princípios tais como os de: liberdade, heroísmo e união de interesses.

Desta forma, a estratégia lusa emerge como antítese do ideal de nação platina, representam o perigo externo: inimigos, invasores, agressores.³⁴⁶ Sua política na América, parece estar resumida ao desejo de invadir o Prata e suas motivações seguem princípios fúteis.³⁴⁷

O estudo de Luis L. Dominguez, *Historia Argentina* (1861) apresenta uma visão menos emotiva e mais centrada no relato das tensões geradas durante os anos da emancipação política no Prata. Revolução esta, classificada como uma luta contra o governo espanhol e seus funcionários “...hombres casi siempre llenos de la pasión del despotismo e del vicio de la codicia.”³⁴⁸

No processo revolucionário apresentado por Dominguez as disputas internas são protagonizadas pelos grupos favoráveis à independência e os realistas. Deste conflito surge naturalmente a idéia de unir a região platina através da criação das Províncias Unidas.

O principal responsável por gerar este clima de instabilidade é o Vice-rei Elio que, a partir de Montevideu, busca defender os interesses coloniais do Estado espanhol. Aproveitando-se desta situação, a Corte Portuguesa tenta viabilizar o domínio sobre este

³⁴⁴ - “Lamentemos profundamente la fatal política ó necesidad de postergar con nuestras manos el progreso de los acontecimientos con que hemos de afianzar nuestra independencia, y volviendo unos contra otros las armas que solo debian reservarse para nuestro enemigo comun.”(idem,op.cit. p.44).

³⁴⁵ - O nome do soberano português não é citado no texto.

³⁴⁶- Segundo o autor: “Las poderosas tentaciones que continuamente atraian á los portugueses á nuestros territorios, casi se hicieron uno de los principios fijos de su política.”(idem,op.cit.p.28). Algumas expressões utilizadas para demonstrar o interesse dos portugueses pelo Prata enfatizam o caráter sedutor da região, por exemplo: “deliciosos países” e “poderosas tentações”.

³⁴⁷ - idem, op.cit.p.30.

³⁴⁸ - DOMINGUEZ, op.cit.p.201-202.

território apoiando os interesses da princesa Carlota Joaquina. Tais ambições agem como um elemento externo desagregador.

Nestes termos,

“En presencia de esta situación llena de complicaciones y peligros, la Corte portuguesa, fija siempre en su antigua idea de traer sus límites hasta el Paraná y el Plata, y prestando ahora conservar en favor de D^a Carlota sus derechos eventuales á esta parte de los dominios españoles, habia mandado organizar desde principios de este año un ejército de observación en Rio Grande, á las órdenes del general D. Diogo de Souza. El objeto de este armamento , no podia ser otro que el de espiar el momento oportuno para adelantar las fronteras brasileiras, á favor de las disenciones internas. La posicion difícil en que se vió colocado Elio despues del suceso de las Piedras, le indujo á solicitar el apoyo del ejército portugues, y este se preparó en efecto á invadir.”³⁴⁹

O Vice-rei Elio percebe os riscos de abrigar o exército português em seu território e procura formalizar um acordo com Buenos Aires através da intermediação do Ministro inglês Lord Strangford. Pesa neste fato o caráter pouco confiável da princesa portuguesa que planeja dominar a Região do Prata sem manter nenhum vínculo com a Espanha. Na visão do autor, este acordo de paz beneficia a Inglaterra e o Brasil através da manutenção dos vínculos mercantis com Buenos Aires.

Nesta exposição o autor coloca como equivalentes os interesses de Portugal e de Espanha, já que ambos são contrários ao princípio de liberdade.³⁵⁰ Ao longo da exposição o Brasil vai perdendo a sua peculiar característica de “perigoso vizinho”³⁵¹ transformando-se no inimigo dos interesses de Artigas.

³⁴⁹ - idem, op.cit. p.256-257.

³⁵⁰ - Interessante notar que de 1812 em diante grande parte das maioria das negociações estabelecidas entre as Províncias Unidas e a Espanha são realizadas no Brasil por intermédio de Lord Strangford e da Corte Portuguesa, cujo auxílio, diga-se de passagem, é insistentemente solicitado pelos platinos. O autor apenas comenta tais fatos. A partir deste ponto da narrativa a política lusitana no Rio da Prata perde grande parte de seu caráter negativo.

³⁵¹ - DOMINGUEZ, op.cit.p. 328.

Na visão de Luis Dominguez, Buenos Aires continua desempenhando a função de ponto de equilíbrio das tensões existentes no Prata busca novamente a negociação:³⁵² convida a Banda Oriental a fazer parte das Províncias Unidas. Ao mesmo tempo tenta dissuadir, em tom de ameaça, o governo português a não invadir o território uruguaio.

Nesta ordem, a insistência do governo de Buenos Aires em negociar com a Banda oriental é uma forma de tolerar os excessos praticados pelas lideranças da Banda Oriental em nome de uma futura unidade platina. Um dos principais argumentos utilizados é a do Brasil como inimigo comum.

Idéia esta que pode levar a conclusões equivocadas neste ponto da análise, pois ela existe apenas como um reforço estratégico do argumento principal desenvolvido pelo autor. O que ele deseja ressaltar é a insistência das Províncias Unidas em levar a cabo o seu projeto de nação, ou seja, a unidade do Prata como verdadeiro desígnio histórico. Fato que contrasta com a permanente “anarquia” da Banda Oriental, sua tendência recalcitrante frente ao governo de Buenos Aires e sua total ausência de sentimento pátrio, já que o federalismo pregado por José Gervasio Artigas serve como elemento desestabilizador da ordem e da unidade. Lembrando que desde 1810 Buenos Aires luta em várias frentes de libertação, enquanto Montevideú apenas gera “desordem”.

Em outras palavras, as demandas das Províncias Unidas são diferentes da Banda Oriental liderada por Artigas. A primeira prioriza um projeto de nacionalidade enquanto a segunda segue o projeto individual de seu líder. Neste caso específico, o inimigo comum torna-se um simples instrumento retórico já que as citadas demandas não coincidem.³⁵³

³⁵² - Na visão de Dominguez a insistência do governo de Buenos Aires em negociar com a Banda oriental é uma forma de tolerar os excessos praticados pelas lideranças da Banda Oriental em nome de uma futura unidade platina. Um dos principais argumentos utilizados é a do Brasil como inimigo comum. Linha de raciocínio que não tem sustentação lógica na medida em que avança a narrativa, pois se torna cada vez mais evidente que as demandas do governo de Buenos Aires são diferentes das de Artigas. O primeiro prioriza um projeto de nacionalidade enquanto o segundo segue as orientações de um projeto individual de poder.

³⁵³ - Isto se torna claro, quando o Diretor Supremo Juan Martín Pueyrredón é acusado de ser conivente com o invasor português. A explicação de Luis Dominguez é bastante sugestiva: “Esta última imputacion no tenia mas fundamento que la política contemporalizadora que el Director habia adoptado, obligado pela necesidad y con muy maduro acuerdo. Em primer lugar, Artigas no consentia en la intervencion de Buenos Aires, segun se ha visto ya. En segundo lugar, la entrada del ejército del Perú y de Chile, á cuyas armas estaba confiada la suerte de la Nación. Ademas, la Banda Oriental podia mantener la lucha con sus propios recursos por algun tiempo ...” (idem, op.cit.p.422).

Nestes termos a segunda invasão portuguesa (1816) ao território uruguaio é vista como uma espécie de mal-necessário frente aos abusos praticados pelo “tirano” Artigas.

“La división principal portuguesa siguió lentamente (...) hizo su entrada en la ciudad el General Lecor, conducido bajo de palio por el Cabildo. Este acto de sumision no se hizo sin protesta de parte del partido patriota; pero los cabildantes, cansados de tres años de desquicio y de violencias, y temiendo mas á Artigas que á los portugueses, no retrocedieron por eso; antes al contrario, pocos dias despues acordaron en sesion secreta, mandar cerca de D. Juan 6° (que ya era rey de Portugal y del Brasil) una diputacion pidiendo la incorporación de la Provincia á sus dominios.”³⁵⁴

Em síntese, a estratégia lusitana para dominar o Prata inicia pela tentativa de legitimar a soberania da princesa Carlota Joaquina. Fato que estabelece um desequilíbrio de forças na região exigindo a intervenção da Inglaterra. Num segundo momento, a ação direta do Estado português torna-se a salvaguarda da população da banda Oriental, castigada por anos de guerra interna entre facções e pela tirania de Artigas.

A *Historia de Belgrano* (1857), de Bartolomé Mitre é a primeira obra platina que tem por objetivo traçar uma visão ampla sobre a emancipação política. Igualmente, preocupa-se em organizar o conteúdo cronológico da nação argentina.

O estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil significa para Mitre um elemento perturbador da ordem platina. As táticas de força e persuasão aplicadas pelos lusos na América tem como objetivo principal o domínio do Rio da Prata.

A primeiras tentativas de controle da região compreendem: a) o envio de um emissário ao cabildo de Buenos Aires oferecendo proteção; e b) a reclamação dos direitos da princesa Carlota Joaquina ao trono espanhol e americano. O Vice-rei Liniers nega ambas possibilidades e arma um plano para invadir o Brasil. Idéia que é logo descartada.

Belgrano, por sua vez, defende a formação de uma monarquia constitucional no Prata baseada numa nova dinastia. Carlota Joaquina é a soberana escolhida. Este plano

³⁵⁴ - idem, op.cit.p. 419.

recebe o apoio de Castelli, Pueyrredón, Nicolás Peña, Vieytes, dentre outros. Para eles, a princesa portuguesa significa o caminho mais próximo e pacífico para a independência.

O próprio Belgrano encarrega-se de negociar a formação da nova dinastia. As idéias de liberdade e ordem não agradam Carlota Joaquina, pois ela deseja exercer um poder absoluto sobre os seus futuros súditos. Sua postura, aliada aos impedimentos criados por D. João VI e Lord Strangford, enfraquecem o plano de constituir uma monarquia americana no Prata.³⁵⁵

A política da Corte Portuguesa para o Prata é “vacilante” e “contraditória”. Segundo Mitre, puro reflexo do caráter titubeante de D. João ou do problemático contexto vivido por Portugal. Em outras palavras

“Codiciosa antes de la revolución, en el interés de arrebatar a la España una de sus colonias; ambiciosa, cuando creyó posible sentar en un trono americano a la Princesa Carlota Joaquina; invasora, cuando vió los progresos de la revolución; débil, en presencia de los obstáculos; sin atacar abiertamente a las Provincias unidas, ni aliarse definitivamente con los españoles, había marchado siempre al acaso, obedeciendo unas veces a la influencia de los privados del Príncipe o a las intrigas de la Carlota, pero subordinada siempre a la política de la Inglaterra, que gravitaba sobre el Portugal con todo el peso de su oro y de sus armas.”³⁵⁶

³⁵⁵ - Bartolomé Mitre no início de sua exposição apresenta o direito de Carlota Joaquina ao trono espanhol como uma estratégia do Estado português. Algumas páginas adiante fala da oposição do Príncipe Regente e do Ministro inglês a este projeto, mas não apresenta as possíveis motivações destas mudanças de opinião. Nos mesmos termos, define a proposta de Belgrano como uma das primeiras mobilizações para a independência da região platina. Mas a idéia de Carlota Joaquina assumir o poder não é parte da estratégia de dominação lusa? Cito a passagem: “Todo se complicaba con el reciente establecimiento de la Corte de Portugal, que expulsada por las armas de Napoleón, se había trasladado al Brasil, y desde allí intrigaba a fin de apoderarse de las posesiones del Río de la Plata, de acuerdo con los ingleses (...) preparándose a hacer valer los derechos eventuales de la princesa Carlota al trono de España e Indias.” (MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Tomo II. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1927, p. 211).

³⁵⁶ - MITRE, op.cit.p.66-67. No capítulo final de sua obra Mitre faz a seguinte afirmação sobre a política lusitana no Rio da Prata: “Sucesivamente codiciosa o ambiciosa, invasora unas veces y tímida otras; ni aliada de la España, ni abiertamente hostil a la religión argentina; obedeciendo a influencias palaciegas o a intrigas tenebrosas o a presiones extrañas, siempre fué, empero, lógica consigo misma, tenía constantemente un objetivo, cual era su engrandecimiento territorial a costa de sus vecinos, ya fueran éstos europeos o americanos.”(idem, op.cit.p.489).

A Inglaterra aparece como centro de mediação dos interesses em disputa. Favorável ao movimento revolucionário, contém o ímpeto invasor dos portugueses ao mesmo tempo em que negocia uma solução pacífica entre as colônias rebeladas e a Espanha.

Em 1816 Juan Martín Pueyrredón, político de “grandes qualidades”, assume o cargo de Supremo Diretor. Herda um governo sem força e autoridade moral e vivencia o período de maior crise externa do ciclo revolucionário: a invasão portuguesa da Banda Oriental.

A expansão territorial na América é uma tradicional ambição do Estado português. A manutenção deste antigo plano conta agora com a colaboração da Inglaterra:

“El Portugal y la Inglaterra, dando por sojuzgada la monarquía española, se preparaban a recoger sus despojos en América, a fin de ensanchar el primero sus dominios del Nuevo Mundo, y apoderándose la segunda con su concurso de las colonias del Río de la Plata, donde antes había sido rechazada. Sir Sidney Smith (...) que había conducido las Corte portuguesa al Brasil, era el encargado de tentar por tercera vez la conquista del Río de la Plata, y al efecto las tropas portuguesas fueron puestas a sus órdenes.”³⁵⁷

A revolta contra Napoleão na Espanha faz a Inglaterra modificar sua meta de conquista. A invasão lusa de 1811 é apoiada pelo partido espanhol no Prata e serve como pano de fundo para a sua tentativa de retomada do poder. O plano fracassa e em 1812 é assinado um armistício entre a Argentina e a Corte portuguesa.³⁵⁸

A segunda invasão lusa ao Rio da Prata não corresponde ao antigos interesses expansionistas. Serve como uma forma de conter a instabilidade gerada por Artigas. O clima de tensão gerado pelo caudilho contava com a liderança de populações rebeladas nas Províncias Unidas (Corrientes, Entre-Ríos e Santa Fé) e na Banda Oriental, bem como as perturbações geradas na fronteira com o Brasil.

³⁵⁷-idem, op.cit.p.484. A “leviana” Carlota Joaquina seguia o plano paralelo de reclamar, na América, seus direitos ao trono espanhol.

³⁵⁸- Acordo que segundo Mitre “...fue desde entonces la regla internacional entre el Brasil y las Provincias Argentinas, y sus relaciones de amistad y comercio quedaron establecidas bajo la base de la más perfecta cordialidad y reciprocidad.”(idem, op.cit.p.487).

Seguindo a interpretação de Bartolomé Mitre é possível chegar a uma conclusão bastante original: Artigas é o inimigo comum da Argentina e do Brasil.³⁵⁹ No ambiente da trílice fronteira a Banda Oriental é o ponto de desequilíbrio, pois não pode ser definido como um Estado organizado dirigido por um governo estável. Além disso, perturba a ordem dos Estados legalmente constituídos que lhe fazem fronteira.

Outras justificativas para a invasão referem-se ao fracasso das negociações portuguesas no Congresso de Viena e o pedido de retorno da Corte portuguesa à Europa. Segundo Mitre, é determinante a não devolução de Olivença por parte do governo espanhol. Desta forma a expansão sobre o Prata assume ares de vingança.

Em síntese, na visão de Mitre a política lusitana no Prata segue o tradicional desejo de expansão territorial. A chegada da Corte ao Rio de Janeiro marca o início de uma estratégia de afirmação do poder lusitano na América.

As primeiras tentativas de execução deste projeto referem-se a reclamação dos direitos de Carlota Joaquina ao trono espanhol e a oferta de proteção ao Cabildo de Buenos Aires. O empenho em cumprir tal objetivo culmina com a invasão da Banda Oriental em 1811.

³⁵⁹ - Segundo Mitre a Banda Oriental pertence de direito e não de fato as Províncias Unidas. Artigas, por sua vez, é inimigo de Buenos Aires e da unidade nacional. Igualmente, odeia portugueses e espanhóis. Gostava apenas de exercer o poder pessoal e absoluto. Em outra obra deste autor são utilizados argumentos semelhantes para falar do rompimento das relações entre Montevideu e Buenos Aires. Neste caso, a briga ocorre entre as lideranças Liniers e Elío: “La escisión entre Montevideo y Buenos Aires no se volvió a soldar jamás: la hija predilecta arrastrada por el partido español, separóse por siempre de la madre, y dominada por la España como colonia, o dominada por el partido español que estableció allí su cuartel general, o dominada por sus caudillos como provincias independiente, dejó desde entonces de formar parte integrante del organismo argentino, acostumbándose al antagonismo político y desligando sus intereses de las demás provincias del Río de la Plata.

Elío, al establecer el predominio de los españoles en Montevideo, preparó el cisma que debía manifestarse al tiempo de la próxima revolución entre una y otra ciudad en un período muy cercano, y entre la ciudad misma de Montevideo y la campaña de la Banda Oriental, por cuya causa su insurrección al estallar la revolución de la independencia, quedó decapitada, asumió formas bárbaras, debilitó la acción reguladora del centro administrativo, y provocando la guerra civil y la guerra exterior, lo convirtió en masa inorgánica y foco de disolución política y social. Instrumento de intereses extraños, movido promiscuamente por pasiones propias y ajenas.”(MITRE, Bartolomé. *Historia de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1950.p.237).

Neste primeiro momento o autor concentra suas atenções nos aspectos negativos da intervenção lusa no Prata. Fala de uma política vacilante e contraditória e da confusão de interesses lusitanos com ingleses.

D. João, neste caso, é uma espécie de vítima das circunstâncias. Contribuem para o pouco êxito de sua política as influências negativas de seus ministros e da princesa Carlota Joaquina, assim como a sua característica indecisão.

A segunda invasão portuguesa adquire contornos mais positivos. Motivada por recentes desdobramentos políticos na Europa e pelo clima de agitação estabelecido por Artigas, esta nova investida significa a busca de um certo equilíbrio de relações entre uma Argentina recém-independente e a Corte lusitana. Isto aparece implicitamente ao longo da narrativa de Mitre e tem como principal fundamento a definição de Artigas como inimigo comum de ambos países.

Para o governo de Buenos Aires limitar as ações deste caudilho na região platina pode significar uma possibilidade maior de êxito no processo de pacificação interna das Provincias Unidas. Desta forma D. João ao decidir invadir novamente a Banda Oriental “...respondia a las exigencias de una nueva política en Sudamérica”.³⁶⁰

Outra obra importante dentro da presente análise é *Historia de la Dominación Española en el Uruguay* (1880-1882) de Francisco Bauzá. Texto bastante amplo cuja proposta central é a construção de uma espécie de genealogia da sociedade uruguaia.

Partindo de pressupostos históricos, literários e jurídicos, o autor busca ressaltar os traços mais significativos do que entende como nacionalidade pré-existente.³⁶¹ No próprio título do trabalho é possível perceber a preocupação em definir a emergência da nação através da sua histórica luta contra a dominação externa.

Nas primeiras páginas da obra, o território uruguaio é apresentado como foco privilegiado das disputas entre Espanha e Portugal desde o século XVI. Falar da história

³⁶⁰ - MITRE, op.cit.. p.491.

³⁶¹ - “Desde los tiempos primitivos, el Uruguay había sido una nación independiente.”(BAUZA, Francisco. *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*. Tomo II. Montevideo: A. Barreiros Ramos, 1895.p.659).

deste país é descrever um longo processo de luta e resistência que perdura até a formação da república.³⁶² A emancipação política, nestes termos, aparece como a confirmação de um destino histórico há muito anunciado.

Na perspectiva privilegiada por Bauzá, o libertador Artigas torna-se uma espécie de demiurgo da história uruguaia: organiza a nação de maneira a transformar o caótico contexto de dominação colonial num contexto de liberdade e soberania.³⁶³ Inicia aqui, um importante contraste com a consciência historiográfica fundadora portenha: Artigas perde sua negatividade e torna-se o precursor do ideal de independência no Rio da Prata.³⁶⁴ Por sua vez, Argentina e Brasil tornam-se os inimigos externos do Uruguai.

Neste sentido, a análise sobre a política lusitana na região platina também adquire novos contornos. A chegada da Família Real ao Brasil recrudescer o desequilíbrio de forças e interesses entre Montevideu e Buenos Aires.³⁶⁵

Logo em sua chegada, D. João oferece as autoridades platinas uma proposta de integração pacífica ao território brasileiro. Em caso de resposta negativa, as tropas portuguesas e inglesas anexariam à força estes domínios.

³⁶² - Segundo Bauzá o Uruguai foi historicamente “...víctima de hostilidades militares internas y externas, y de las mal entendidas conveniencias de sus vecinos.” (BAUZA, Francisco. *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*. Tomo I. Montevideo: A. Barreiros Ramos, 1895. p.18).

³⁶³ - A respeito de Artigas e de seus seguidores “...podrás negárseles toda la ilustración que se quiera, pero nunca se les podrá arrebatar la gloria de haber fundado la República en el Río de La Plata y haberla propagado á todos los ámbitos de la América del Sud.”(idem, p.3).

³⁶⁴ - Na linha de análise estabelecida por Francisco Bauzá o Vice-rei Elio, apesar de ser realista, pode também ser visto como um dos precursores da independência. Tal fato se deve as disputas políticas travadas com Liniers e a posterior ruptura com Buenos Aires. Marco este carregado de referencial simbólico, já que a Argentina é vista como inimiga da autonomia do Uruguai. Desta forma, Artigas assume o papel de protagonista mais ativo do ideal republicano e principal referência histórica da nacionalidade uruguaia.

³⁶⁵ - Francisco Bauzá apresenta a chegada da Família Real ao Brasil nos seguintes termos: “...la suerte del Rio de la Plata empezaba a decidirse en el exterior por los medios más inesperados. La familia reinante, huyendo de los franceses que acababan de apoderarse de Lisboa, Llegó a Rio de Janeiro em marzo de 1808. Con tal motivo, y por mas que entre los regios expatriados vinieram dos infantes de España, D^a Carlota Joaquina, hija mayor de Carlos IV, y D. Pedro Carlos su sobrino, se apodero del animo de los españoles adictos al regimen borbónico una angustiada zozobra. La corte portuguesa tenia justos resentimientos que vengar a causa del tratado de alianza entre Napoleón y Carlos IV, que repartía el reino de Portugal, deposeyendo inicualmente a sus legitimos soberanos. Víctimas de aquel pacto, emigraban los principes portugueses a su posesiones del Brasil, para continuar desde ellas la resistencia al conquistador. Ahora bien, la organización de un gobierno fuerte y habil, codicioso perdurable de los dominios en cuya frontera venia a colocarse, al aumentar la impotencia de las autoridades subalternas de España, anarquizadas rivales entre si, presentaba un nuevo punto de apoyo a todo lo que tendiese a abatirle poder español en este hemisferio; y de ahí la zozobra que empezó a trabajar los animos del partido adicto a la dominación borbónica.”(BAUZÁ, op.cit. Tomo II, p..p.526).

A posterior aliança entre Inglaterra e Espanha esvazia esta ameaça. Em contrapartida, algumas lideranças argentinas, interessadas em organizar uma monarquia com sede em Buenos Aires, convidam o soberano português para assumir a função de Príncipe Regente. Este ato de “traição” marca um período de muitas desavenças entre Montevideu e a capital portenha.

A estratégia política empregada por D. João almejava a incorporação de uma parte expressiva da América, já que não nutria muitas esperanças de recuperar seu poder em Portugal. Suas táticas contavam com a possibilidade de conquista pelas armas ou através da confirmação dos direitos de Carlota Joaquina ao trono espanhol.³⁶⁶ O ministro inglês Lord Strangford alerta o soberano português dos riscos de levar adiante este projeto de coroar a princesa.

Desta forma:

“Ante el aspecto que tomaba el asunto, mal podía ya dudarse de su encarrilamiento satisfactorio. Entonces, á los trabajos desesperados de Liniers contra Doña Carlota, se unió la iniciativa de Lord Strangford, embajador inglés en Río Janeiro, que teniendo órdenes de su Gobierno para cooperar sigilosamente á la independencia de las provincias del Plata bajo el régimen republicano, echó toda su influencia en la balanza, inclinándola contra la princesa. Sidney-Smith, hasta aquel momento protector de Doña Carlota, á quien había aconsejado invitase al Regente á acompañarla á Montevideo para remover desconfianzas sobre sus futuros planes, no tuvo inconveniente en revelar al principe ciertas palabras de su protegida, por las cuales se traslucía no estar dispuesta á juntar al cetro de Portugal los codiciados dominios platenses. Esto fué lo bastante para que el Regente se sintiese amenazado en sus ambiciones, y hasta concibiese la sospecha de ser destronado por su esposa, una vez que ella realizase sus proyectos.”

³⁶⁶- O Príncipe Regente “...se liisonjeaba com la ilusión de formar una vasta monarquía en el Nuevo-Mundo, fusionando las colonias portuguesas y españolas bajo un solo cetro. El Regente, empero, no había entrado en la combinación sin reservas mentales, esperando burlar á la princesa, y quedarse oportunamente dueño de tudo.”(idem, op.cit.p.589).

Ao longo da exposição é possível verificar o contraste entre uma visão negativa sobre D. João e uma positiva sobre Carlota Joaquina. Bauzá é um dos poucos historiadores platinos que demonstra simpatia para com esta princesa.

As duas invasões realizadas pelos portugueses na Banda Oriental reforçam o espírito revolucionário da sociedade Uruguaia.³⁶⁷ Igualmente, aumentam o sentimento de frustração frente ao governo de Buenos Aires, pois a segunda incursão das tropas lusitanas em território uruguaio recebe o apoio do Congresso de Tucumán (1816).³⁶⁸

O Cabildo de Montevideu chama a população para lutar contra o invasor enquanto Artigas organiza as lideranças militares. A mobilização para a guerra é total. Soldados de diversas partes do Prata atendem ao chamado da Banda Oriental³⁶⁹. Receosos de que os preparativos para a guerra tenham um efeito negativo nas Províncias Unidas, o governo de Buenos Aires espalha a falsa notícia de que a invasão é fruto de um acordo entre Portugal e Artigas.

Mesmo assim, Montevideu solicita a ajuda para o governo de Buenos Aires. O Supremo Diretor Pueyrredón aceita negociar, mas exige que o território da Banda Oriental seja anexado as Províncias Unidas. O auxílio seria dado logo após a assinatura do acordo. O governante portenho resiste à idéia de declarar guerra aos portugueses; busca um caminho alternativo, como negociar a fixação das tropas lusas na linha de fronteira ou uma trégua de três meses.

³⁶⁷ -“La conducta de Portugal, estrechando y persiguiendo á una parte considerable de la población uruguaya é imponiendo guerras y sacrificios al resto, levantó en el país odiosidades que hicieron blanco de sus iras al lusitano. Tanto las poblaciones de procedencia indígena como las españolas, se hermanaron en un sentimiento de repulsión á los portugueses que debía hacerce hereditario. Dicho sentimiento, que reconocía por base el amor legítimo á la tierra en que cada uno había nacido ó adoptado por suya, fué trabajando los ánimos hasta transformarse en verdadero patriotismo, y ser móvil de acciones y pensamientos que sobreponiéndose á las rencillas vulgares, dió un punto de apoyo á aspiraciones más elevadas entre los colonos. Formóse el credo y la veneración de la Patria en fuerza de ver siempre atacados y cercenados sus dominios, viniendo esto á concurrir á la mayor unión de la raza que habitaba nuestro territorio.”(idem, op.cit.p.651).

³⁶⁸ - Segundo Bauzá, este fato representa a entrega do Rio da Prata aos portugueses:“De manera que cuando Artigas, aliado á las provincias de Entre-Ríos, Corrientes, Santa-Fe y Córdoba, proclamaba las intituciones republicanas bajo el régimen federal, los monarquistas ríoplatenses abrían las puertas del Uruguay á las tropas portuguesas, para que comenzasen por ahí la reconquista colonial de los pueblos, hipócritamente declarados libres por un Congreso que en secreto los entregaba maniatados al extranjero.”(BAUZÁ, op.cit.tomo I, p.68).

³⁶⁹ - Bauzá estima 10.000 homens para as tropas portuguesas, valor que é exatamente o dobro do efetivo que os historiadores costumam citar.

De qualquer forma,

“... ni Barreiro, ni el Cabildo de Montevideo se habían atrevido á ratificar el pacto de incorporación que el Director exigía fueses aceptado por todos los habitantes de la Banda Oriental, á quienes seguramente no representaban el delegado de Artigas y el ayuntamiento de la ciudad. Por su parte, el jefe de los orientales, sabedor de los planes á que obedecía la invasión portuguesa, negó también su aprobación al pacto, justificando esa actitud con la declaración de que ‘amaba demasiado su patria, para sacrificar el rico patrimonio de los orientales al bajo precio de la necesidad’. Pueyrredón, que esperaba este resultado, se satisfizo de verse libre de apremios y escudado á la vez contra los reclamos de la opinión. La comedia había surtido todos sus efectos en el ánimo impresionable del pueblo porteño, que no se explicaba la conducta de su vecino, prefiriendo el dominio extranjero á la unión contra el enemigo común.”³⁷⁰

Seguindo a linha interpretativa de Francisco Bauzá é possível afirmar que a política exercida por D. João representa o símbolo da luta pela autonomia do povo uruguaio.³⁷¹ Fato este, que coloca o sistema colonial imposto pela Espanha num segundo plano.

Desta forma, a luta contra o invasor e a resistência frente aos planos de integração empreendidos por Buenos Aires servem como elementos síntese do ideal de independência. Processo este iniciado antes de 1810. Através da negação destes inimigos comuns, ocorre a afirmação do conceito de pátria na sociedade uruguaia.

Em sua obra *Historia del Uruguay* (1892), o uruguaio Victor Arreguine fala de um ambiente revolucionário americano que segue uma lei natural e necessária.³⁷² Desta forma, a revolução marca a passagem de um estado psicológico para outro.

³⁷⁰ - idem, op.cit. p.75.

³⁷¹ - “El ataque persistente de los portugueses á las posesiones uruguayas, vino á ser como una manera de ratificación á esa independencia reconocida, porque el Uruguay le soportó solo en sus territorios quedando indicado como país especial [p.660] y objeto único de la codicia lusitana.” (BAUZÁ, op.cit. tomo II. p.659-660).

³⁷² - Em sua ortodoxia positivista enuncia: “En ese sentido la revolucion tenia la fatalidad de una ley, y su hora de manifestarse habia llegado, tal como llega el tiempo de la floración para las selvas. Era la revolucion americana, y con la revolucion la independencia y la libertad, como una ley irreductible y necesaria, y tenia

No caso específico do Uruguai, a revolução é um mosaico de etnias, contando com os esforços do gaúcho, “amante da liberdade”, com a do índio missioneiro, vítima da política de Portugal, o índio Charrua, contrário aos estrangeiros, o índio Minuano, amante da guerra e dos negros escravos, pelo ódio ao espanhol.³⁷³

Artigas aparece como um líder nato³⁷⁴ que espalha ideais democráticos na região. É o principal inimigo da dominação estrangeira e maior defensor da independência.

Durante o sítio de Montevideu em 1811, Elio solicita o auxílio de Carlota Joaquina. A princesa, por sua vez pede a D. João o envio de tropas ao local do conflito. Ao contrário das versões clássicas, Arreguine afirma que D. João não deseja interferir nos assuntos do Prata, isto somente ocorre após uma consulta com Lord Strangford e o argentino Sarratea.

Na argumentação do autor não interessava a Portugal uma revolução no Prata. O armistício firmado entre as duas capitais do Prata significa um ato de traição dos portenhos ao movimento de independência. Artigas transforma-se no principal guardião da revolução.

A segunda invasão portuguesa recebe o apoio do diretório de Buenos Aires. Sendo assim,

“Desde los comienzos de 1816 se oía hablar en la frontera de una invasión próxima de los portugueses y para muchos no era un misterio que los Directorios de Alvear y Alvarez, en acuerdo con D. Manuel Garcia y el Dr. Tagle, habian negociado en Rio de Janeiro la venida de las tropas extranjeras al Uruguay, para deshacerse de Artigas que era el representante genuino de la democracia en el Plata.”³⁷⁵

que producirse de la misma manera que suele operarse la caída de los cuerpos por la gravedad, y la marcha de los soles por la atracción de sus masas.”(ARREGUINE, Victor. *Historia del Uruguay*. Montevideu: A. Barreiros Ramos, 1892. p.145).

³⁷³ - Arreguine e Bauzá defendem a idéia que a revolução americana inicia com a formação da Junta de Governo em Montevideu (1808).

³⁷⁴ - Quanto ao caráter guerreiro “La vida monótona de los campos, lo agreste de las selvas nacionales, los riesgos de una vida azorosa, predispusieron su espíritu á la tarea guerrera. La disciplina le preparó más tarde para la obediencia y el mando. Su inteligencia natural le hizo comprender en seguida para que sirven los ejércitos y la táctica guerrera.” (ARREGUINE, op.cit. p.173).

³⁷⁵ - idem, op.cit. p.255.

Na análise estabelecida por Arreguine, a política lusa fica resumida ao desejo de que não ocorra um movimento revolucionário no Prata. O governo de Buenos Aires³⁷⁶ – traidor dos princípios revolucionários, e Portugal são os inimigos da independência do Uruguai. Despertam um forte patriotismo na população da banda Oriental.

A historiografia platina do século XIX, concentra suas atenções na descrição dos elementos fundadores da nação. O período da independência é visto como um momento privilegiado da afirmação da nacionalidade. Contexto onde toda a sociedade reúne seus esforços espiritual e material em nome de um projeto de liberdade.

A política de D. João no Prata aparece como um elemento de mediação e contraste entre esta guerra de libertação e os conflitos existentes entre Buenos Aires e Montevideú. As argumentações que buscam definir o interesse do soberano português por esta região oscilam entre antigas ambições territoriais, intrigas geradas por Carlota Joaquina e as maquinações do governo portenho.

As atitudes tomadas por D. João são indiretamente associadas ao caráter débil e obsoleto das monarquias ibéricas do período. O momento de crise vivido pela península é explicado pela ausência de um projeto moderno de Estado, bem como pelo acentuado grau de dependência política e econômica que possuem frente a países como França e Inglaterra. Argumentação esta, que não deixa de ser uma justificativa para o processo revolucionário ibero-americano.

³⁷⁶ - “El Directorio atraía la invasión portuguesa, y esto lo sabia Artigas, siendo asi que se le debia mirar como á un enemigo y no fiar en la perfidia de sus decantadas intenciones.”(idem, op.cit. p.261-262).

Considerações Finais

O processo de construção da tradição historiográfica platina está diretamente ligado aos preceitos encontrados no pensamento espanhol moderno - Grande Desígnio Ocidental. Esta herança cultural ibérica se torna um importante ponto de referência no processo de organização espiritual e material dos futuros Estados nacionais latino-americanos.

A elaboração destas culturas nacionais tem como principal fundamento a matriz ideológica ibero-americana. Fruto da tensão entre o tomismo e o maquiavelismo, este desígnio constrói uma visão de sociedade baseada na dialética cálculo de poder e bem comum, Estado tutelar e política como arte ou ciência. Tais elementos operam continuamente contradições e sínteses e marcam o ritmo do devir histórico.

Baseado neste legado é possível afirmar que a gênese da historiografia platina é construída a partir dos antigos referenciais da tradição e da hierarquia, reflexo imediato da estrutura política e social herdada da Espanha. Nestes termos, a produção histórica surge associada aos espaços de poder. O Estado vai constituir-se, por um longo período, em centro de mediação entre a produção historiográfica e a sociedade.

A emergência de uma consciência histórica nacional na Argentina e no Uruguai segue três grandes orientações: Alta Escolástica, o Espiritualismo Eclético e o Positivismo. A

partir delas é possível delimitar a trajetória intelectual percorrida pelos intelectuais platinos desde o período colonial até a consolidação do Estado-nação em fins do século XIX.

Perspectivas como doutrina e ordem são igualmente marcantes na tradição ibero-americana. Sua tendência acentuadamente elitista tende a criar espaços de legitimação nas novas sociedades emancipadas. A história aparece como um dos mecanismos viáveis de consagração do *status quo*.

A compreensão dos limites e possibilidades deste desígnio fornecem uma visão mais nítida sobre o papel desempenhado pela história nestas novas sociedades. Além disso, definem o tipo de vínculo que a intelectualidade mantém com o Estado.

Ao longo do século XIX é possível perceber a formação de uma camada de intelectuais empenhados em afirmar-se como grupo representativo em seu meio social. Com uma postura engajada, este estrato emergente busca atender as demandas ideológicas geradas pela recente centralização do poder. A ênfase dada à história política aparece como um caminho necessário para a construção da idéia de unidade nacional.

Este fato fica bastante claro, por exemplo, quando percebemos que o primeiro texto histórico produzido na Argentina pós-independência é proveniente de um decreto oficial ou, em termos mais gerais, quando verificamos que até meados do século XX, a quase totalidade dos historiadores platinos pertence as tradicionais oligarquias ou as novas elites políticas.

Esta proximidade entre a história e a política tende, em alguns casos, a se tornar um traço marcante. Isto se torna muito significativo quando encontramos, em estudos recentes de historiografia platina, a seguinte divisão entre historiadores e, também, entre estudos históricos: “unitário” ou “federalista”, “colorado” ou “nacional”, “liberais” e “conservadores”. Estas definições substituem o perfil teórico-metodológico das abordagens históricas e servem para explicar o tipo de tese defendida pelo historiador.

A articulação entre a cultura pátria e o cálculo político atualiza os pressupostos da tradição. O conhecimento engajado e o interesse pragmático desenham os limites da relação orgânica estabelecida entre intelectuais e Estado. Neste momento, questões como a secular

disputa de fronteira entre espanhóis e portugueses, bem como as tensões geradas pelo processo de independência da região platina vão adquirindo contornos expressivos e geram discursos que, muitas vezes, ultrapassam os limites do campo histórico.

Temas como a centralização do poder e a consolidação do Estado-nação tornam-se pontos importantes da pauta historiográfica e agregam aos discursos um elevado grau de organicidade e compromisso. Nestas circunstâncias, ao longo do oitocentos, é possível verificar que determinadas abordagens históricas passam a deter o status de projeto político da nação.

Antigos conceitos escolásticos como prudência - memória sobre o passado, inteligibilidade sobre o presente e caráter providencial sobre o futuro, são atualizados através de outras construções teóricas, tais como a positivista.

Esta transição dos fundamentos escolásticos para a teoria positivista ocorre através de um processo de ruptura frente à visão metafísica da sociedade. A razão, neste momento, passa a ocupar um espaço privilegiado frente à concepção de fé.

A corrente positivista torna-se uma referência ideológica importante para a consagração do Estado centralizado e para o reforço da identidade nacional. Fato este que tende a transformar algumas abordagens sobre o passado histórico da nação em projeções sobre o futuro do país. O intelectual, por sua vez, aproxima-se cada vez mais do poder central constituído.

Os historiadores platinos, ao mesmo tempo em que vão construindo o plano temático pátrio se preocupam, portanto, com o tipo de Estado e integração que estão em andamento nos seus respectivos países. Esta questão, aliada a ampliação do campo cognitivo desenvolvido pela historiografia mais recente, apresenta ainda um fértil espaço de discussão sobre a identidade histórica nacional.

Assim, aliando a idéia de rigor científico com a de espírito patriótico surge uma história nacional centrada na fundação da nação. Esta produção intelectual tende, portanto, a se enraizar junto ao espaço social destes países sob o signo da legítima autoridade, seja ela das fontes, dos fatos, dos atores históricos ou dos recortes propostos.

As experiências históricas comuns vivenciadas pela Argentina e o Uruguai, até meados do século XIX, exigem dos intelectuais um relativo esforço na construção das identidades nacionais. Este empenho proporciona o surgimento, dentre outras concepções, da idéia de nação pré-existente, ou seja, desde o período colonial é possível perceber em cada um destes territórios uma unidade cultural e social típica, cujo elo principal é a vocação patriótica.

Nestes termos, o natural desejo de independência transforma Espanha e Portugal em tradicionais inimigos. Em escala menor, Argentina e Uruguai lutam entre si na defesa de seus interesses particulares. Já a política empreendida por D. João na Região do Prata aparece como o ápice deste processo de afirmação das nacionalidades.

Em síntese, ao longo do século XIX é possível perceber que este princípio fundador, consagrado pelos primeiros historiadores platinos, gera um discurso que pretende ser o legítimo tradutor da história nacional. No século seguinte este encadeamento histórico-cronológico tradicional vai ser reorientado criticamente através de uma ação revisionista que busca construir uma nova pauta temática a partir de um diferente campo de visibilidade.

A historiografia argentina do oitocentos centra o seu foco em temas como a independência política, seus próceres e a estrutura étnica e geográfica de seu país. Assuntos que levam a um modelo de nacionalidade. Uma quantidade ínfima de abordagens tratam da fase colonial e de Juan Manuel Rosas.

Nas primeiras décadas do século XX os historiadores argentinos resgatam a figura de Rosas para afirmar o movimento nacionalista em transcurso no país. A fase colonial torna-se objeto de análise. A profissionalização do historiador amplia o conjunto de temas abordados e promove uma renovação teórico-metodológica.

Por sua vez, a historiografia uruguaia tende a concentrar suas abordagens em temas como o processo de emancipação política e a vida dos heróis nacionais. Os vínculos entre historiadores e Estado são bastante fortes, fato que dificulta o desenvolvimento de uma abordagem mais crítica sobre a história nacional. A profissionalização do historiador é lenta

e a ampliação dos campos temático e teórico-metodológico tende a acontecer somente na segunda metade do século XX.

A respeito das abordagens feitas sobre a política de D. João no Prata, ao longo do século XIX, é possível ressaltar os seguintes pontos: a) as explicações sobre o interesse do soberano português pela região oscilam entre uma antiga ambição de Portugal, a traição do governo de Buenos Aires e o desejo de Carlota Joaquina de subir ao trono espanhol; b) a estratégia da Corte portuguesa aparece como um elemento de mediação e contraste entre o movimento de emancipação política e o conflito Buenos Aires - Montevidéu.

Em termos mais gerais, a política de D. João pode ser vista como o último esforço expansionista do absolutismo ibérico. A conjugação destes elementos, torna-se parte integrante do conceito de nação criado pela historiografia platina.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABELLÁN, José Luis. *História Crítica del Pensamiento Español: liberalismo y romanticismo (1808-1874)*. Vol.4. Madri: Espasa-Calpe, 1984.

_____. ABELLÁN, José Luis. *História Crítica del Pensamiento Español: del Barroco a la Ilustración (siglos XVII y XVIII)*. Tomo III. Madri: Espasa-Calpe, 1988.

ALONSO, Manuel Moreno. *Historiografía Romántica Española: introducción al estudio de la historia en el siglo XIX*. Sevilha: Universidade de Sevilha, 1979.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AQUINO, Tomás de. *Os Pensadores*. São Paulo: Bauru, 1996.

ARDAO, Arturo. *Espiritualismo y Positivismo em el Uruguay: filosofías universitarias de la segunda mita del siglo XIX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1950.

ARIÉS, Philippe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ARÓSTEGUI, Julio. *La Investigación Histórica: teoria e método*. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

ARREGUINE, Victor. *Historia del Uruguay*. Montevidéo: A. Barreiros, 1892.

ARRUDA, José J.; TENGARRINHA, José M. *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

AZEVEDO, Francisca L. N. de. Carlota Joaquina, a Herdeira do Império Espanhol na América. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol.10, nº10, 1997.

BARAGER, Joseph R. The Historiography of the Río de la Plata Area Since 1830. p. 600 In: *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 39, nº 4, Novembro de 1959. p.588-642.

BAUZÁ, Francisco. *Historia de la Dominación Española en el Uruguay*. Montevideo: A. Barreiros Ramos, 1895. Vols. 1 e 2.

BOLÍVAR, Simón. *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983.

BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. Em que Pensam os Historiadores? in: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia. *Passados Recompuestos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

BRANCATO, Braz A. A. D. *Pedro I de Brasil, Posible Rey de España (una conspiración liberal)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BRANDÃO, Raul. *El-Rei Junot*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.

BRIGNOLI, Héctor P.; CARDOSO, Ciro F. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil: vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1935.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

CARVALHO, José Murilo de. O Positivismo Brasileiro e a Importação de Idéias. In: *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.p.13-27.

CASSIRER, Ernest. *A Filosofia do Iluminismo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

CASTILLO, Guillermo Céspedes del. *História de España*. Vol.VI. América Hispánica (1492-1898).Barcelona: Editorial Labor, 1986.

CHAUNU, Pierre. *O Tempo das Reformas(1250-1550): A reforma protestante*. Lisboa: Edições 70, 1993.

Colección Lavradio. *Política Lusitana en el Río de la Plata (1808-1809)*. Tomo I. Buenos Aires: Archivo General de La Nacion, 1961.

COLLIVA, Paolo. “Monarquia” in: BOBBIO, Norberto (et al.). in: *Dicionário de política*. VOL. 2. 7ªedição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

DARNTON, Robert. *O Iluminismo como Negócio: história da publicação da Enciclopédia (1775-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEVOTO, Fernando J. (coord). *La Historiografía Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1993.

_____. Escribir la Historia Argentina. En torno a Tres Enfoques Recientes del Pasado Nacional. In: *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani"*. Buenos Aires, Terceira série, nº 11, primeiro semestre de 1995. p.-141-158.

DIEHL, Astor A. *A Cultura Historiográfica nos Anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira-(IV)*. Porto Alegre: EVANGRAF, 1993.

DOMINGUEZ, Luis. L.. *Historia Argentina*. Buenos Aires: Imprenta del Orden, 1861.

DONGHI, Tulio Halperin. *El Revisionismo Histórico Argentino*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

ENGELS, Friedrich, MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1993.

FALCON, Francisco José C.. *A Época Pombalina: Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A Identidade do Historiador. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 9, nº17, 1996.

FLEN, Jean-Paul.(et.ali.). *História de Espanha. La Frustración de un Império (1476-1714)*. Vol.5. Barcelona: Editorial Labor, 1984.

FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

_____. *La Crisis Del Antiguo Régimen (1803-1833)*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995;

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 21ªed. Rio de Janeiro : Livraria José Olympio, 1981.

GUERREAU, Alain. *Feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, s/d.

GIANNOTTI, José A. . Vida e Obra. In: COMTE, Augusto. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

_____. *Certa Herança Marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GONZÁLES STEPHAN, Beatriz. *La Historiografía Literaria del Liberalismo Hispano-Americano del Siglo XIX*. Havana: Ediciones Casa de Las Américas, 1987..

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Revolução e Independências: notas sobre o conceito e os processos revolucionários na América Espanhola. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 10, nº10, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 8ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HADDOCK, B.A. *Uma Introdução ao Pensamento Histórico*. Lisboa: Gradiva, 1989.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 4ªedição. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1993.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOLANDA, Sérgio B. de. *Raízes do Brasil*. 4ºed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

INGENIEROS, Jose. *Las Direcciones Filosóficas de la Cultura Argentina*. Buenos Aires: Eudeba Editorial Universitária, 1963.

JAMESON, Fredric. *Marxismo e Forma: teorias dialéticas da literatura no século XX*. São Paulo: Editora Hucitec, 1985.

_____. *O Inconsciente Político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

KAMMER, Marcos. *A Dinâmica do Trabalho Abstrato na Sociedade Moderna: uma leitura a partir das barbas de Marx*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996..

LE GOFF, Jacques. *Reflexões Sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 1986;

LEÓN, Virgínia. *La Europa Ilustrada*. Madrid: Ediciones Istmo, 1992.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil (1808-1821)*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

LITTRÉ. *Positivismo Y Gobierno*. Buenos Aires: Editorial Tor, s/d.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.

LUNA, Félix. *Breve Historia de los Argentinos*. 10ª edição. Buenos Aires: Planeta, 2002.

MAGARIÑOS CERVANTES, Alejandro. *Estudios Históricos, Políticos y Sociales Sobre el Río de la Plata*. Tomo I. 2ª edição. Montevidéo: Biblioteca Artigas, 1963.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil(1808-1912)*. São Paulo: Unesp, 1997, p.133-152.

MARAVALL, José Antonio. *Estudios de Historia del Pensamiento Español(Ell siglo Barroco)*. Tomo III. Madri: Ediciones Cultura Hispánica, 1984.

MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1986.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal: Portugal contemporâneo* .Lisboa: Guimarães & C.ª Editores, 1977.

MARX, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. In: Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

MATTELART, Armand. *História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

MATTOS, Carlos Lopes. Vida e Obra. In: *Os Pensadores*. Tomás de Aquino. São Paulo: Bauru, 1996.

MITRE, Bartolomé. *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*. Tomo I. Buenos Aires: Libería La Facultad, 1927.

_____. *Historia de San Martín y de la Emancipación Sudamericana*. Buenos Aires: Ediciones Peuser, 1950.

MORAES, José Geraldo V. de; REGO, José M. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MORSE, Richard. *O Espelho de Próspero*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

ODDONE, Juan Antonio. La Historiografía Uruguaya en el Siglo XIX, apuntes para su estudio.in: *Revista Histórica de la Universidad*. Montevidéo. segunda época.1959. p.1-35.

ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 5ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Um Outro Território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Editora Olho D'Água, s/d.

OSBORNE, Harold. *Estética e Teoria da Arte*. São Paulo: Cultrix, 1983.

PESSOA, Corina de Abreu. *Cartas de Montevideo Sobre Alguns Textos da História Platina*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, 1949.

PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Vol. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

PROENÇA, Maria C. *A Independência do Brasil: relações externas portuguesas (1808-1825)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.

RADAELLI, Sigfrido A. *La Irreverencia Histórica*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1947.

RAMA, Carlos M.. *La Historiografía como Consciência Histórica*. Barcelona: Montesinos, 1981.

_____. *Nacionalismo en América Latina*. Madri: Editorial Tecnos, 1981

_____. *Historia de las Relaciones Culturales entre España y la América Latina*. Siglo XIX. Madri: Fondo de Cultura Económica, 1982.

REIS, José Carlos dos. *Escola dos Annales: a inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

RENOUVIN, Pierre. *História de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Akal, 1982.

RIOUX, Jean Pierre. *A Revolução Industrial*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1973.

REICHEL, Heloisa J.; GUTFREIND, Ieda. *As Raízes Históricas do Mercosul: a Região Platina colonial*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Estado, Cultura y Sociedad en la América Latina*. Santafé de Bogotá: Ediciones Fundación Universidad Central, 2000.

ROIG, Arturo Andrés. Interrogaciones Sobre el Pensamiento Filosófico. In: ZEA, Leopoldo.(org.). *América Latina em sus Ideas*. Cidade do México: Siglo Veinteuno Ediciones, 1986.

ROJAS, Ricardo. *Guerra de las Naciones*. Buenos Aires: Librería La Facultad, 1924.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo e Resumo das Viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*. São Paulo: Livraria Martins, s/d.

SCENNA, Miguel Ángel. *Los que Escribieron Nuestra Historia*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1976.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991;

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

SERRÃO, Joaquim V. *História de Portugal*. Vol. IV. 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1990.

SIDERI, Sandro. *Comércio e Poder*. Lisboa: Edições Cosmos, 1978.

SOLER, Leticia. *Historiografía Uruguaya Contemporánea. (1985-2000)*. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1993.

STOETZER, O.Carlos. *El Pensamiento Político en la América Española Durante el Período de la Emancipación (1789-1825)*. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1966.

_____.Las Raices Escolasticas de la Emancipación de la América Española. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 1982.

STREET, John. *Gran Bretaña y la Independencia del Rio de La Plata*. Buenos Aires: Editorial Paidos, 1967.

URIBE, Jaime Jaramillo. Frecuencias Temáticas de la Historiografía Latinoamericana. In: ZEA, Leopoldo.(org.). *América Latina em sus Ideas*. Cidade do México: Siglo Veinteuno Ediciones, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997

VILAR, Pierre. *Iniciación al Vocabulario del Análisis Histórico*. 4ªedição. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.

WASSERMAN, Fabio. La Generación de 1837 y el Proceso de Construcción de la Identidad Nacional Argentina.In: *BOLETIN N°15 DEL INSITUTO DE HISTORIA ARGENTINA Y AMERICANA DR. EMILIO RAVIGNANI*. 3ª SERIE - 1º SEMESTRE DE 1997, p.7-34.

WEHLING, Arno. *Estado, História, Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da EDUSP, 1995.

WHITROW, G.J. *O Tempo na História: concepções do tempo da pré-história aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ZEA, Leopoldo.(org.). *América Latina em sus Ideas*. Cidade do México: Siglo Veinteuno Ediciones, 1986.

ZINNY, Antonio. *Historia de las Provincias Unidas del Río de la Plata/ 1816 a 1818 / por el Deán Funes, continuada hasta el fusilamiento del gobernador Dorrego en 1828*. Buenos Aires: Porvenir, 1875

ZUBILLAGA, Carlos. *Historia y Historiadores en el Uruguay del Siglo XX*. Montevideu: Librería de la Facultad de Humanidades, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)